UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FABIANA MARCHETTI

A Primeira República: a ideia de revolução na obra de Edgard Carone
(1964-1985)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo, 2016.

FABIANA MARCHETTI

**A Primeira República: a ideia de revolução na obra de Edgard Carone
(1964-1985)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
(FFLCH) para obtenção do título de
mestra em História.

Área de Concentração: História
Econômica

De acordo,

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Midori
Deaecto

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo, 2016.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mp	<p>Marchetti, Fabiana A Primeira República: a ideia de revolução na obra de Edgard Carone (1964-1985) / Fabiana Marchetti ; orientadora Marisa Midori Deaecto. - São Paulo, 2016. 220 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.</p> <p>1. Historiografia. 2. História Intelectual. 3. História do Livro. 4. História do Brasil. 5. Revolução. I. Deaecto, Marisa Midori, orient. II. Título.</p>
----	--

Nome: MARCHETTI, Fabiana.

Título: A Primeira República: a ideia de revolução na obra de Edgard Carone (1964-1985)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) para obtenção do título de mestra em História.

Aprovado em: 27 de Julho de 2016.

Agradecimentos

Minha dissertação é fruto de um longo caminho desde que entrei na universidade, quando nem imaginava o que seria um mestrado. Sendo assim, quero agradecer a todos que estiveram ao meu lado e me ajudaram desde os primeiros passos. Registro também, meu agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) que financiou esta pesquisa e aos professores Antonio Candido, Carlos Guilherme Mota e Tania Regina de Luca que me concederam entrevistas de extrema importância.

Com carinho, agradeço ao meu tio Isidoro que se preocupou desde o início com a minha estadia na cidade grande e esteve ao meu lado nos momentos difíceis dos últimos anos; à Família Lauretti, a quem agradeço pelo nome das grandes amigas Carol e Paula, que me acolheram em seu apartamento por três anos de forma generosa e companheira; aos amigos de trabalho da Lenc que muito me ensinaram, cito alguns que estiveram por mais tempo ao meu lado: Tatá, Roberta, Laura e Henrique.

Com admiração e respeito, agradeço ao professor Lincoln Secco um verdadeiro mestre que me apresentou ao marxismo e à academia, sempre apoiando minhas aventuras no centro acadêmico. Graças a ele, consegui chegar ao tema deste trabalho e à professora Marisa, minha orientadora. A ela também tenho muito a agradecer, não fui sua aluna na graduação, mas conseguimos construir no mestrado uma relação de confiança e, da minha parte, de muita admiração e aprendizado. Uma mulher incrível e de personalidade forte, uma pesquisadora dedicada e extremamente profissional. Sua sensibilidade me deu conforto e segurança para seguir até o fim. Acrescento que ambos têm uma característica em comum: grande capacidade intelectual, acompanhada de uma doce humildade diante de todos – características raras na academia, especialmente juntas numa mesma pessoa, nesse caso, duas.

À minha família, quero agradecer àquelas que fazem parte de toda minha vida e que estiveram ao meu lado, especialmente, para cuidar da minha mãe: minhas tias Márcia e Elisete, minhas primas Débora, Mariana e Maria Sueli, minha madrinha Cecília. Agradeço também à Rose, Flávia, Esther e Vilma, no cotidiano difícil que passamos juntas posso dizer que parte da dissertação foi escrita também com suas mãos e corações enormes. Mulheres guerreiras.

À família que a vida me deu Laís e Paulo, Lia, Paulinha, Edu, Carlos, Lucas, Vanda, Buso, Bê e Alina. Obrigado por estarem ao meu lado.

Agradeço aos amigos lindos de Socorro pelas alegrias e confusões - em ordem alfabética pra não dar briga: Arthur, Bia, Carol, Gabi, Gabriel, Jú, Kalita, Laís, Mariana, Maisa, Paty, Paulinho, Raissa, Tamy. Aos amigos da faculdade e do movimento estudantil pela formação que só conseguimos ter, coletivamente, e fora das salas de aula, especialmente, Luita, Rodrigo, Bruno e Vivian. Gostaria de mencionar também Dudu, André, Pri, Breno, Vinicius e Jullyana.

Aos companheiros de partido, especialmente: Camilo, Ariana, Camarão, Gaúcho, Thales, Henrique, Marcela e Marina. Obrigada camaradas!

À amiga Rô e à experiência de vida que pudemos compartilhar, na alegria e na tristeza.

Ao meu companheiro Ricardo quero agradecer com amor por todos os momentos em que estivemos juntos.

Por fim, mais do agradecer dedico esse trabalho – com saudade – à minha mãe, que me ensinou a lidar com a vida, e também com a morte, de maneira extremamente corajosa. Ao meu pai que há muito já se foi, mas também deixou suas marcas! E à minha irmã Gi, com quem quero estar sempre junto.

Resumo

O presente trabalho apresenta a análise da obra do historiador Edgard Carone sobre a república brasileira. Parte-se do princípio de que o autor concebeu, ao longo de sua formação intelectual, um projeto sistemático e coeso de estudo sobre o período, através do qual foram publicados 10 livros, entre os anos de 1969 a 1985. Estes conformaram uma análise pioneira da história republicana, selecionando os processos políticos que permitissem delimitar a existência de momentos distintos no regime, suas rupturas e continuidades.

As publicações de Edgard Carone formaram uma série de livros publicada na coleção *Corpo e Alma do Brasil*, da editora Difusão Europeia do Livro (DIFEL). Dentro dela, investigou-se como o autor constrói a história deste período a partir da ideia de revolução, mais especificamente, nos livros que se referem à chamada Primeira República, que vai de 1889 a 1930. Tema recorrente na produção intelectual brasileira, a concepção de revolução será discutida no trabalho a partir das referências construídas pelo autor em sua formação e junto aos debates historiográficos que lhe são contemporâneos.

Abstract

This study presents the analysis of the historian Edgard Carone's work on the Brazilian republic. It starts from the principle that the author has conceived over their intellectual training, a systematic and cohesive study project of the period through which 10 books were published between the years 1969 to 1985. These books conformed a pioneering analysis of the Republican history, selecting the political processes that could allow to define the existence of different times in the regime, their ruptures and continuities.

The publications of the historian Edgard Carone formed a series of books published in the collection *"Corpo e Alma do Brasil"*, from the publisher *"Difusão Europeia do Livro (DIFEL)"*. On its inside, it was investigated how the author constructs the history of this period from the idea of revolution, more specifically, in the books that refer to the called First Republic, which runs from 1889 to 1930. A recurring theme in the Brazilian intellectual production, the conception of revolution, will be discussed at this paper from references constructed by the author in his formation and along with the historiographical debates that are contemporary to him.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Professores do Curso de História e Geografia da FFCL-USP (1939-1949)....	17
Quadro 2 – Primeiros Textos (1945-1960)	23
Quadro 3 – Descrição das Fichas no DOPS	28
Quadro 4 – Publicações (1964-2001)	30
Quadro 5 – Estrutura de Revoluções do Brasil Contemporâneo	49
Quadro 6 – Títulos da Coleção Corpo e Alma do Brasil, Editora Difusão Europeia do Livro	87
Quadro 7 – Periodização do Período Republicano na Série de Livros de Edgard Carone	109
Quadro 8 – Estrutura de Análise em <i>A República Velha I, Instituições e Classes Sociais</i>	116
Quadro 9 – Estrutura de Análise em <i>A República Velha II, Evolução Política</i>	117
Quadro 10 – Mapeamento do vocabulário utilizado por Edgard Carone*	121
Quadro 11 – Revoluções da Primeira República na Obra de Edgard Carone	145
Quadro 12 – As Greves da Primeira República (1890-1930).....	189
Quadro 13 – Classificação do Referencial Bibliográfico de Edgard Carone	206
Quadro 14 – Bibliografia de História Regional.....	206

Anexos

<i>Anexo 01- Entrevista: A República em Capítulos.</i>	233
<i>Anexo 02 – Fichas de Edgard Carone no DOPS</i>	237
<i>Anexo 03 - Entrevistas</i>	250
<i>Entrevista Antônio Cândido</i>	251
<i>Entrevista Carlos Guilherme Mota</i>	272
<i>Entrevista Tania Regina de Luca</i>	280
<i>Anexo 04 – Cartas Fapesp</i>	295
<i>Anexo 05 – Resenha Joseph Love – Traduzida</i>	309

Sumário

1- Edgard Carone: formação intelectual e política	9
<i>a. O lugar social na formação: os sebos, a política e a Universidade.....</i>	<i>11</i>
<i>b. O engajamento intelectual: a busca de uma geração.....</i>	<i>21</i>
<i>c. Novas relações institucionais e um projeto intelectual de raízes profundas.....</i>	<i>29</i>
<i>d. Um historiador entre duas paisagens: o indivíduo e uma geração intelectual.....</i>	<i>38</i>
2- Revoluções do Brasil Contemporâneo: embrião de um projeto político-intelectual	46
<i>a. Revolução, Revoluções: um conceito e seus múltiplos significados.....</i>	<i>47</i>
<i>b. O contexto político e intelectual de Revoluções do Brasil Contemporâneo.....</i>	<i>59</i>
<i>c. Uma revolução em seus estudos, uma breve e inovadora contribuição à historiografia brasileira</i>	<i>64</i>
3- Corpo e Alma do Brasil: Edgard Carone e a História da República nas publicações da Editora Difusão Europeia do Livro (Difel)	76
<i>a. Pensamento Brasileiro e Produção Intelectual Universitária, alguns apontamentos sobre a Coleção Corpo e Alma do Brasil.....</i>	<i>81</i>
<i>b. A obra de Edgard Carone através da Coleção Corpo e Alma do Brasil: as várias faces da República - documentação e historiografia</i>	<i>93</i>
<i>c. Uma análise totalizante e pioneira da história do Brasil: o(s) período (s) da República</i>	<i>99</i>
4- A República de 1889-1930: um questionamento sobre a revolução brasileira.	112
Quadro 8 – Estrutura de Análise em <i>A República Velha I, Instituições e Classes Sociais</i>	116
<i>a. A Primeira República como momento de transição, as características da revolução brasileira</i>	<i>119</i>
<i>b. Questões sobre a instabilidade do regime: revoluções oligárquicas, tenentismo e a Revolução de 1930.....</i>	<i>144</i>
<i>c. Dinâmica urbana e operariado: as greves da Primeira República e a ideia de revolução</i>	<i>184</i>
<i>d. Produção e repercussão dos livros – A República Velha I e II.....</i>	<i>199</i>
<i>e. Documentação, referencial teórico e bibliografia: um projeto inacabado.....</i>	<i>204</i>
5. Considerações finais: Revolução Brasileira e a intelectualidade de esquerda diante do Golpe Militar	209
6. Fontes e Bibliografia.....	218
7. Anexos	232

1- Edgard Carone: formação intelectual e política

Na pesquisa histórica é sempre difícil trabalhar com a questão do indivíduo. Diversos são os debates sobre as implicações de se fazer história a partir do questionamento de uma vida, a qual segue uma trajetória específica, aparentemente, única. É uma preocupação válida, pois de um lado é sempre possível cair na relativização total dessa particularidade, achando que da história nada se pode concluir ou generalizar, a não ser a constatação de múltiplos fragmentos. De outro lado, no extremo oposto, o perigo é concluir que um homem, ou mulher, sua vida, suas decisões, determinam o rumo de toda a história ou de parte dela.

Este trabalho não poderá fugir de uma abordagem de natureza biográfica, pois seu objeto consiste em uma obra historiográfica, cujo sujeito mais evidente de sua realização fora um único indivíduo. Diz-se *mais evidente*, pois, é certo que não será considerado como uma mente brilhante e única na tradição acadêmica do Brasil. Pelo contrário, será tratado como a expressão de uma realidade sócio-histórica da produção de conhecimento no país, com um valor particular que, por sua vez, não pode ser compreendido fora dos processos políticos, econômicos e sociais de sua época.

Parte-se do princípio de que as ideias de uma sociedade pertencem ao nível da superestrutura¹ e, por isso, estão ligadas aos processos históricos em curso, bem como às camadas de intelectuais que, em diversos níveis, as produzem e reproduzem. Segundo Gramsci:

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos ².

No geral, quando distinguimos entre intelectuais e não-intelectuais fazemos referência à função social de uma categoria profissional, em que a atividade se caracteriza em mais elaboração intelectual-cerebral, em detrimento do esforço muscular nervoso³. Considera-se, portanto, que esta elaboração exerce uma função social, porque as diversas camadas de intelectuais se desenvolvem em conexão com outros grupos sociais, delimitados pelo próprio desenvolvimento da técnica, ou seja, dos modos de produção e reprodução da sociedade, os quais necessitam do conhecimento científico.

¹ Karl Marx, Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. “A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.”. Nesse sentido, compreendemos as “ideias” produzidas por uma sociedade no campo da ideologia.

² Antonio Gramsci, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³ *idem, ibidem*.

Se o intelectual se constitui a partir de uma determinada realidade e função social, e para nelas interferir, assim também deve ser considerada sua obra. A produção de conhecimento não se dá de forma progressiva e neutra; ela se realiza pela comunidade científica em benefício da sociedade, pois está cercada pelos interesses de diversos grupos sociais. Nesse sentido, ela constitui um ‘campo’:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nesta luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social ⁴.

Essa definição é importante, pois, uma vez circunscrito nosso objeto de estudo, ela aponta para as condições históricas presentes numa trajetória que, à primeira vista, aparece como algo simplesmente individual. Nela estão contidas relações geracionais, institucionais e políticas de um dado momento histórico, as quais definem o próprio fazer intelectual. Assim, consideramos a historiografia como campo científico que se modifica a partir dessas mesmas relações, que devem ser recuperadas e refletidas.

A partir dessa concepção, este trabalho irá traçar a trajetória intelectual de Edgard Carone e se debruçar sobre a inserção de sua obra na historiografia do período republicano no Brasil. Se nos abstivéssemos de falar da vida, dos porquês e das escolhas feitas por este autor, até que ele chegasse a escrever as ideias em questão, encobriríamos parte significativa da existência de sua obra. Debatê-la por si mesma significaria jogar ideias num vazio, como se tivessem vida própria, um surgimento sobre-humano. Só se conseguirá atingir os objetivos desse trabalho partindo da premissa de que a formulação de determinadas teorias e sua reprodução são produto da ação de homens e mulheres de carne e osso.

Todo produto de conhecimento, seja ele um livro, um artigo ou uma patente, são antes de tudo um produto da *formação* que o cientista, ou intelectual, como trataremos na maior parte das vezes, constrói ao longo de sua vida. Nesse sentido, é necessário captar a dimensão que a trajetória individual adquire quando considerada socialmente, enquanto *formação intelectual* e não apenas biografia. Os dados biográficos inevitavelmente lhe dão coesão e o mínimo de localização no tempo e no espaço, tratando o processo constitutivo das experiências pessoais como realizações sócio-históricas.

Se vamos falar desta trajetória, é bom o quanto antes nomearmos aquele a quem nos referiremos neste capítulo: o historiador Edgard Carone. O qualificativo que antecede ao nome é determinante na compreensão deste estudo. Queremos compreender quem foi

⁴ Reproduzido de Pierre Burdieu, Le Champ Scientifique. In : *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p 88-104. Tradução de Paula Monteiro.

este historiador, pois ele também foi tantas outras coisas, de estudante a fazendeiro. Mas o que significa ser historiador? Este ofício não se resume ao aprendizado de uma técnica a ser aplicada indistintamente por qualquer um que decida fazê-lo, ou que curse o ensino superior para isso. A investigação histórica depende de uma metodologia rigorosa, é claro, mas a adoção de um método, na ciência em geral, implica escolhas, afinidades, que nem sempre são declaradas, mas devem ser apreendidas e resgatadas. Dentro dessa perspectiva, o indivíduo de que falamos é considerado um elo entre a realidade histórica e os instrumentos de reflexão dessa mesma realidade, a qual irá se concretizar em um texto escrito. A sua formação, portanto, o define enquanto sujeito dessa atividade, deixando as marcas de suas escolhas, de suas crenças pessoais em sua obra e na sociedade que a recebe e absorve.

Dentro dessa concepção, a trajetória biobibliográfica de Edgard Carone será concebida a partir de uma perspectiva geracional, definida não pela idade, mas sim pela situação da produção intelectual e historiográfica no Brasil nas diferentes fases de sua vida – das quais destacamos dois marcos essenciais, 1942 e 1964.

Em meados da década de 40, a intelectualidade brasileira é marcada pelo “testamento de uma geração” e o nascimento de uma nova⁵. Um debate repleto de questionamentos sobre os desafios e necessidades radicais de renovação no pensamento brasileiro e na ação intelectual como parte da esfera política da sociedade. É nesse período, ainda no início da juventude, que Edgard Carone tomará os primeiros contatos com a atividade desses intelectuais e, posteriormente, entrará na Universidade, inserindo-se diretamente como parte desta geração. Mas a sua atividade intelectual só atingirá a maturidade nos anos 60, após ter abandonado a faculdade e por razões diversas ter a ela retornado. Imbuído do espírito no qual fora formado e estimulado pelo novo momento da história brasileira, ele constituirá um projeto político para uma atividade acadêmica sistemática que desenvolveu até o fim de sua vida, e deixa frutos até hoje. Entre duas paisagens intelectuais e historiográficas distintas, Edgard Carone realizará uma obra de grande valor e poderá ser tomado como um indivíduo singular na transformação vivida pelas instituições e pensadores brasileiros.

⁵ Edgard Cavalheiro (org.), *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Globo, 1944; Mário Neme (org), *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Globo, 1945. Sobre o tema ver: Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

a. *O lugar social na formação: os sebos, a política e a Universidade*

Filho de imigrantes libaneses, Sarah Hachen e Sharkir Jorge Carone, Edgard Carone nasceu em São Paulo, no dia 23 de setembro de 1923. A família contava ainda com seus quatro irmãos: Maxim Tolstoi, Jorge, Mário e Raul.

Desse núcleo partimos para realizar o percurso de sua formação, pois no seio familiar muito foi desenvolvido para o seu amadurecimento intelectual e político. No entanto, não se trata de realizar uma ode ao papel da família na educação do indivíduo, mas sim de localizá-la na dinâmica da sociedade paulistana desde o seu nascimento, e mapear a forma como se inseriu numa geração intelectual - que será objeto de análise posterior neste trabalho. Como se desenvolveram as condições materiais, os hábitos e uma rede de relações, os quais criaram as condições de se tornar o historiador que foi?

Edgard Carone pertence a uma privilegiada geração, nascida na São Paulo do início do século XX quando o capitalismo, reorganizado ao longo do XIX ⁶, consolida novas relações político-econômicas entre os países centrais e periféricos, as quais propiciam o seu desenvolvimento nestes territórios de modo particular em relação ao que se desenvolvera no momento anterior. Desse modo, o Brasil foi atravessado por transformações que, embora calcadas na sólida base agrário-exportadora do país, impactaram em muito o ambiente urbano, sobretudo, os centros mais consolidados, como era o caso da capital paulista. Esses espaços cresceram e se reorganizaram com a introdução da energia elétrica, a instalação de indústrias, a imigração, entre outros:

O período áureo é o da República (...). O aumento populacional é fruto não só das recentes fontes de riquezas - que se distribuem entre o comércio, a indústria e a agricultura (...). De certa maneira, à medida que as estradas de ferro avançam, acompanhadas pela formação de novas fazendas, temos, entre outros resultados, o aparecimento de centros urbanos e o crescimento dos já existentes ⁷.

O privilégio de ter nascido nesse contexto reside na possibilidade que tiveram os seus contemporâneos em viver essas mudanças de perto, formar-se a partir delas, sentindo os seus impactos concretos e podendo refletir sobre eles no calor da hora. Uma São Paulo de geografia irregular e ainda recortada por rios nos anos 30, foi rapidamente se transformando numa grande metrópole ⁸. Só para tentarmos apreender uma dimensão daquilo que viveu Carone e seus contemporâneos, tomemos os dados populacionais da capital paulista: a cidade possuía cerca de 240 mil habitantes em 1900, passa a 580 mil em 1920, superando os 10 milhões ao fim do século. Se formos a fundo e qualificarmos esses dados veremos uma dinâmica intensa em vários aspectos de sua composição social. Uma

⁶ Vladimir I. Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

⁷ Edgard Carone, *Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2001.

⁸ Claude Lévi-Strauss, *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

questão relevante para esta pesquisa é a situação da presença de imigrantes estrangeiros, que nos anos 20 eram mais de 35% desta população ⁹.

A família Carone faz parte da grande leva populacional que se instalou na cidade de São Paulo entre os séculos XIX e XX, passando pela trajetória típica de todos aqueles que buscavam oportunidades no Novo Mundo, mais especificamente a da comunidade libanesa.

A realidade contraditória de uma sociedade em que o trabalho manual carregava o legado da escravidão propagava uma lógica social excludente para significativa parcela da população - negra e descendentes diretos de escravizados –, deixando livre o espaço das oportunidades aos estrangeiros, especialmente europeus. No início do século XX, chegavam aos milhares e, após o preenchimento do setor agrário, foram se consolidando ao longo dos anos como o grosso da camada média e da pequena burguesia urbanas.

O crescimento urbano pode ser medido de várias maneiras: aumento populacional; diversificação das atividades artesanais e, em alguns casos, industriais; aumento do número de prédios etc. É necessário que, para isso, leve-se em conta o contraste que se dá entre o início e o final da Primeira República. É preciso levar-se em conta, ainda, que a mudança é rápida, evoluindo para a transformação da velha estrutura da sociedade e de sua economia ¹⁰.

Os libaneses entram no Brasil em dois momentos: em fins do século XIX, de modo esparso e irregular; e no início do século XX quando passa a ser um processo mais sistemático, numa curva crescente até a Primeira Guerra mundial. O registro de entrada das populações provenientes da região do Oriente Médio e Ásia era feito de modo genérico, sem respeitar as respectivas etnias. Os libaneses e sírios normalmente eram registrados como turcos ou turco-asiáticos. Em 1920 foram registrados, apenas na cidade de São Paulo, cerca de 20 mil habitantes provenientes dessa região ¹¹.

Diferentemente do que aconteceu com italianos e outros grupos europeus, a imigração libanesa não foi fruto de uma política de Estado, mas sim foi feita de modo individual, por iniciativa dos chefes de família e/ou jovens em busca de oportunidades. Geralmente vinha primeiro o homem que depois de conseguir alguma estabilidade trazia a família. No início, tinham uma identidade bastante fragmentada, que foi se reconstituindo na medida em que as gerações se instalavam e formavam uma rede de relações para viabilizarem a vinda de outros parentes e amigos. A própria dificuldade de se instalar fez com que a comunidade se concentrasse em algumas regiões da cidade, nos distritos da Sé e de Santa Efigênia; onde fundaram associações de colaboração, filantropia e cultura.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Aniversário de São Paulo*. Jan./2004.

¹⁰ Edgard Carone, *Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*, op. cit.

¹¹ Oswaldo Truzzi, *De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. Série Imigração. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

A família de Edgard se instalou na Rua Florêncio de Abreu, ainda na década de 20¹², região conhecida por ser um reduto comercial dos libaneses em São Paulo¹³. As cidades pulsavam nesse momento, especialmente São Paulo com a economia movida pelo café. Apesar de terem, em sua maioria, uma origem de agricultores, os libaneses imigrantes encontraram no comércio o espaço para se consolidar economicamente. Na verdade, o trabalho como mascate conciliava perfeitamente a lógica de vida de indivíduos sozinhos e sem amparo do Estado, que buscavam acumular riquezas para estabelecer condições de vida mais estáveis¹⁴.

A intensa dinâmica socioeconômica do estado de São Paulo propiciou a boa parte desses mascates. Ao longo dos anos, houve a possibilidade de se tornarem comerciantes, ou de se dedicarem a outras atividades, na capital. Logo, constituiu-se uma cadeia pela qual os libaneses ascendiam nas relações socioeconômicas da cidade “mascate-varejista-atacadista-industrial”¹⁵. Essa prosperidade lhes conferiu a fama que permanece até hoje de serem bons comerciantes, austeros, com visão de mercado¹⁶.

Na medida em que se fortalecia no circuito econômico de São Paulo, a própria comunidade passou, conscientemente, a distanciar sua imagem da mascateação, ligando-a ao comerciante, industrial ou capitalista próspero. Forjou-se uma identidade calcada nos indivíduos que conseguiram enriquecer e fazer fortuna, como motivo de inspiração e orgulho. Esse processo demonstra, de modo geral, que a comunidade libanesa cria raízes, e busca se inserir na parcela da pequena burguesia e burguesia paulistana, não apenas economicamente, mas também socialmente, através de sua memória. Diversos recursos, desde as instituições filantrópicas até a constituição memorialística, foram necessários para superar as barreiras de inserção numa elite de tradições marcadamente aristocráticas. Tudo isso se refletirá também na relação destes imigrantes com a cultura e o ensino.

O pai de Edgard Carone passou pelo comércio e se consolidou como proprietário de uma casa bancária na capital. Chegou ao Brasil por volta dos 30 anos, tendo vivido duas experiências anteriores de emigração: uma na África do Sul e outra na Austrália¹⁷. Um percurso particular, mas que lhe permitiu ter o conhecimento em inglês e adquirir

¹² Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V. de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

¹³ Oswaldo Truzzi, *De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo*, op. cit.

¹⁴ *idem*, *ibidem*.

¹⁵ *ibidem*.

¹⁶ Com a mesma confusão étnica que se tinha naquele período é notório o reconhecimento do “turco” como bom comerciante. Internamente as comunidades se diferenciavam em muito, mas a visão de fora replicou essa imagem aos diversos grupos étnicos vindos do Oriente Médio.

¹⁷ Oswaldo Truzzi, *ibidem*.

experiência anterior com a mascateação. Após alguns anos nessa atividade, abriu uma loja de sapatos e camas em São Paulo:

Ao chegar no Brasil ele foi mascate; levava amostras das mercadorias nos trens e vendia em todo canto. Ele enriqueceu muito depressa. Na década de 1920 ele já tinha uma loja na Florêncio de Abreu¹⁸.

Na casa de sobreloja nasceu Edgard Carone, que diz pouco se lembrar do Centro, pois logo a família se mudou pra a região do Paraíso, onde foi criado¹⁹. Dentro do percurso comum aos seus conterrâneos, Sharkir prosperou. Não abandonou a loja, mas foi proprietário de uma casa bancária, o que garantiu a toda família uma situação bastante confortável, possibilitando até mesmo a aquisição de alguns bens, na maior parte das vezes penhorados em troca de dívidas de seus credores²⁰.

Desse modo, é possível definir que o historiador será parte de uma família imigrante da pequena burguesia paulistana, mas dentro de um setor marginalizado da sociabilidade da elite tradicional composta, na maioria das vezes, por famílias de origem europeias, muito bem consolidadas nas atividades relacionadas ao setor de exportação e da indústria. É nesse lugar social que irá desenvolver toda sua formação.

Edgard Carone passou pelo ensino secundário regular, chegando a estudar em escolas tradicionais, como o colégio Rio Branco, mas os primeiros anos da educação formal não foram assim tão decisivos, como ele mesmo relata. Sua formação foi precocemente autodidata. Ele lembra que a leitura e erudição eram estimuladas desde cedo pelos pais:

(...) ele [o pai] era um homem que lia muito e chegou a escrever dois livros. Minha mãe também; ela estudou em uma universidade francesa. Ela lia bem francês e inglês. Meu pai lia e falava inglês. (...) Para as pessoas daquela época, eles tinham certa ilustração e bom senso²¹.

Os libaneses, desde seu país de origem, tinham muita influência ocidental no ensino superior, principalmente por conta das missões universitárias estrangeiras. Isso levava a que muitos, apesar de virem para o Brasil sem uma longa trajetória escolar formal, valorizassem a formação dos filhos, desde o ensino básico até o ensino superior, nas escolas de profissões liberais. Além disso, ter um doutor na família acabava sendo motivo de grande honra. Ainda que não exercessem a profissão e acabassem cuidando dos negócios do pai, o ingresso nessas escolas aumentava as possibilidades de inserção nos meios da sociedade paulistana²².

¹⁸ *idem, ibidem.*

¹⁹ *ibidem.*

²⁰ Edgard Carone, *Memórias da Fazenda Bela Aliança*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

²¹ Edgard Carone, "Entrevista". In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, *op. cit.*

²² Oswaldo Truzzi, *De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo*, *op. cit.*

A trajetória de Edgard Carone não seguirá exatamente essa lógica, a exemplo do que ocorrera com seu irmão Maxim²³. Ambos ingressaram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e, portanto, não se tornaram doutores – médicos, engenheiros, juristas – como a maior parte dos filhos da comunidade. Veremos a diante que os irmãos acompanham um momento de reorganização do ensino superior no país, sendo tomados pelos novos ares da intelectualidade e da própria transformação social da metrópole, que sopravam ventos de ruptura e *radicalismo*²⁴.

Antes disso, ressaltamos que é fora da universidade que Edgard inicia seu interesse pela cultura e o conhecimento, algo de natureza livre e desinteressada, como ele mesmo gosta de lembrar. Juntamente com o estímulo da família, os sebos da cidade serão o primeiro local marcante de formação para Edgard Carone, perpassando sua trajetória desde muito jovem até a consolidação de seu trabalho intelectual na maturidade. Não eram instituições de ensino, mas constituíam um universo de títulos e novidades, o que o levou a tomar contato com obras e autores pouco comuns à sua geração:

Talvez, como exceção na minha geração, deixei de ser leitor de duas correntes de literatura importantes na época: os livros de Monteiro Lobato e a alemã, de conteúdo folclórico, editado pela Companhia Melhoramentos. A frequência aos sebos é uma das motivações para as minhas leituras. Ganhando mesada do meu pai, a dividia entre a entrada para o cinema e a compra de livros. No entanto, o fato de frequentar casas de livros usados e de entrar em contacto com infinidade de títulos esparramados pelas suas prateleiras - dos quais comprei parte mínima dos que me interessaram - acabou por condicionar parte do meu universo²⁵.

Entre as suas leituras da juventude estavam as histórias em quadrinhos, romances policiais e de aventura, com grande influência da cultura norte americana, recém-importada²⁶. O cinema também será um veículo de influência direta em sua formação, com um viés mais social e reflexivo:

(...) que nas décadas de 1930 e 1940 voltava-se fortemente para a crítica social, que motivou as leituras que fiz de autores como Émile Zola, Victor Hugo, Steinbeck e centenas de outros. (...) ²⁷.

Os sebos serão um lugar sem igual onde Carone irá se tornar um bibliófilo convicto. É interessante pensar que no contexto da cidade, sua formação acabava se concretizando num espaço relativamente marginal. Relativamente, pois de fato expressava os primeiros sinais de alteração na circulação de ideias e desta mercadoria, o livro, na cidade São Paulo. A emergência de locais mais acessíveis, fora dos grupos e associações

²³ Em nenhum dos documentos analisados Edgard Carone irá falar dos outros irmãos.

²⁴ Antonio Candido, “O Significado de Raízes do Brasil”, Prefácio à 26ª edição. In: Holanda, S. B de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁵ Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista. Núcleo de Estudos d’O Capital, no.02, 2010. p.p 155-164. Sobre essa fala é importante registrar uma reflexão que deverá acompanhar este trabalho nas próximas etapas. Como esse universo de leituras, desde a juventude, influenciou a busca de um repertório bibliográfico inédito que o autor teve de coformar posteriormente para a realização de seus estudos sobre o período republicano?

²⁶ Edgard Carone, *ibidem*.

²⁷ *idem, ibidem*.

de cultura ligadas às famílias ricas, das apresentações do teatro municipal, saraus e livrarias – muito próximas às casas de importação –, são sintomáticos. O cinema também revela o período de modernização e criação de condições para uma cultura de massa ²⁸. Edgard Carone, como vimos, não está sozinho nesse processo, toda sua geração estará inserida nele. Mesmo os filhos de famílias da burguesia paulistana mais tradicional serão formados culturalmente a partir de espaços como estes. Paulo Emílio, por exemplo, fora um cinéfilo grande incentivador da cinemateca municipal.

A paixão pelos livros e a prática intensa da leitura são influenciadas de modo determinante pela figura do irmão, Maxim Tolstói Carone. Ele será um elo entre seu interesse pela história, e a relação que irá desenvolver com a geração intelectual de seu tempo e a política.

Maxim estudou história na primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), foi casado com Guida – prima de Paulo Emílio Salles Gomes – e militou no Partido Comunista do Brasil. Nos anos 30, foi membro dirigente da juventude comunista. A militância não era de conhecimento da família e, oportunamente, o será quando de sua prisão no ano de 1940.

No anuário da FFCL (1939-1949), Maxim é citado como professor assistente da Cadeira de História da Civilização Brasileira ²⁹, um fato muito significativo do processo de gestação de um pensamento radical e político que combinava a FFCL e a influência do marxismo no pensamento brasileiro. Aos poucos, a Universidade de São Paulo (USP) será um espaço privilegiado de formação e atuação de setores da pequena burguesia na intelectualidade.

O irmão suscitou desde cedo o interesse de Carone pelos livros e por história. No entanto, o fator decisivo para incentivar esses prazeres foi a militância clandestina de Maxim. Casado há apenas 3 meses, torna-se um preso político do Estado Novo. A esposa busca ajuda dele e de pessoas próximas, do primo Paulo Emílio, Antonio Candido, Lívio Xavier, Aziz Simão, entre outros. O jovem Edgard Carone se aproxima pela primeira vez

²⁸ Sabe-se que é complexo falar em massificação da cultura num país culturalmente tão elitista e tão desigual, especialmente neste início de século. Apesar das particularidades que se possa ter é importante destacar o cinema como parte de um processo de massificação da cultura no Brasil, como no restante do mundo. Ver: Walter Benjamin. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 03.ed., 1987.

²⁹ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: 1939-1949*. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

desse círculo de pessoas, “gente ativa do ponto de vista político”³⁰, ao dar apoio para a cunhada durante os dois anos em que Maxim esteve preso.

Veremos que o Estado Novo terá grande importância para fomentar uma geração de intelectuais de esquerda. Nesse momento, destacamos como este regime foi impactante para Edgard que teve o próprio irmão preso, uma liderança comunista à época. É um momento chave na formação do historiador, no qual se cruzam uma geração, a história e a política:

(...) durante anos tive contato com Antonio Candido, Paulo Emílio, com toda essa gente. Então acabei me informando e entrando em contato com todo tipo de atividade política e intelectual³¹.

É nesse momento também que se inicia a constituição do seu repertório propriamente político. Também nos anos 40, antes de ingressar na universidade. A partir do episódio com o irmão, tornou-se assistente de Aziz Simão, que estava quase cego e precisava de alguém que o ajudasse com as leituras. Foi então que se familiarizou com o pensamento de esquerda e sua ação, introduzido de maneira privilegiada pelo didatismo de Aziz que lhe explicava muitas coisas³².

Finalmente, a entrada na FFCL se deu em 1944³³, a faculdade completava dez anos e já passara por algumas transformações na estrutura e na composição de professores³⁴. De modo geral, ainda permaneciam muitos estrangeiros da chamada missão francesa, com os quais Carone teve aulas. O Quadro 1 sistematiza a rotatividade de professores nos primeiros anos do curso de História e Geografia.

Quadro 1 – Professores do Curso de História e Geografia da FFCL-USP (1939-1949)³⁵

Nome	Trajetória
Alfredo Ellis Júnior	Professor de História da Civilização Brasileira (a partir de 1938);
Aroldo Edgard de Azevedo	Professor Geografia do Brasil, a partir de 1942.
Ary França	Professor Substituto de Geografia Humana, apenas no ano de 1948.
Astrogildo Rodrigues de Mello	Professor de História da Civilização Ibérica (1942-1946) Professor de História da Civilização Americana (a partir de 1946).
Carlos Drumond	Professor Substituto de Etnologia e Língua Tupi-Guarani (fim de 1947).
Eduardo d'Oliveira França	Professor de História Greco Romana (1942) Professor Substituto de História Antiga e Medieval (1943-1945) Professor Interino da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea (a partir de 1948).

³⁰ Edgard Carone. “Entrevista”. In: Moraes, J. V de &Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

³¹ *idem*, *ibidem*.

³² *ibidem*.

³³ Na entrevista do livro *Conversa com Historiadores Brasileiros*, Carone diz ter ingressado no ano de 1945, mas em consulta ao Anuário da FFCL seu nome consta na turma de 1944.

³⁴ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: 1939-1949*, op. cit.

³⁵ *idem*, *ibidem*.

Nome	Trajetória
Émile Coonaert	Professor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea (1934) Professor Convidado para cursos de extensão (1949)
Émile Guillaume Jules Leonard	História da Civilização Moderna e Contemporânea, a partir de 1948.
Eurípedes Simões de Paula	Professor de História da Civilização Antiga e Medieval. Contratado de 1939 a 1946, Catedrático a partir de 1946.
Fernand Paul Braudel	Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea (1947).
Jean Gagé	Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea (1938-1946).
João Dias da Silveira	Professor de Geografia Física, a partir de 1939.
Olga Pantaleão	Professora Interina de História da Civilização Moderna e Contemporânea (1945-1947).
Paul Vanorden Shaw	Professor de História da Civilização Americana (1936-1946)
Pierre Gourou	Professor de Geografia Humana (1948).
Pierre Monbeig	Professor de Geografia Física e Humana até 1943. Geografia humana, a partir de 1944 a 1947.
Plínio Marques da Silva Ayrosa	Professor de Etnografia Brasileira e Língua Tupi (a partir de 1939).
Roger Dion	Professor de Geografia Humana (1947-1948).

A criação da Universidade de São Paulo (1934) foi um marco no processo de reorganização do ensino superior no Brasil. Será a primeira a se basear num modelo diferente que buscará integrar as áreas técnicas sobre o pilar da pesquisa, com a defesa de autonomia em relação ao Estado:

(...) cultivo de um saber livre e desinteressado, capaz de contribuir para o progresso da nacionalidade em formação e para o enriquecimento da educação. Somente uma universidade que cultivasse esses valores poderia ser eficaz na formação das novas elites dirigentes³⁶.

Essa concepção, com origens na Alemanha do XIX³⁷, já se difundira em outros países, como a França. Tardamente chegada ao Brasil, será responsável pela criação da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que se constituiu como órgão integrador das diversas áreas técnicas, a partir da formação e produção de um tipo de cultura livre e desinteressada.

Um marco na produção científica nacional, o qual incidiu diretamente sobre a trajetória das ideias e interpretações sobre o Brasil. A renovação institucional foi acompanhada de uma renovação metodológica que pretendia romper com a tradicional forma de pensamento ligada às escolas jurídicas e aos institutos como, no caso da história, o IHGB e o Itamaraty. A chamada “Missão Francesa” irá formar o primeiro corpo docente da Faculdade com figuras que, mais tarde, tornar-se-iam consagradas nas ciências sociais:

A palavra missão, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação. (...) A questão básica colocada na pergunta diz respeito à

³⁶ Maria de Fátima de Paula. *A formação universitária no Brasil: concepções e influências*. Avaliação (Campinas) vol.14 no.1 Sorocaba Mar. 2009

³⁷ *idem, ibidem*.

contribuição da missão francesa. Ela foi muito significativa, porque a Faculdade de Filosofia e a USP foram decisivas para a modernização das Ciências Sociais no Brasil ³⁸.

As cadeiras de história foram ocupadas por nomes como: Jean Gag, mile Leonard, mile Coornaert e Fernand Braudel. Quando Edgard Carone entra na FFCL a constituio do quadro de professores no exatamente o mesmo de 1934, mas a “misso” de europeus sem dvida marca a sua trajetria, como ele mesmo afirma quando fala dos professores Jean Gag e Pierre Monbeig ³⁹.

Antes dele, os amigos de Maxim, que ento se tornaram seus amigos, tambm constituram o curso desta renovao. Na academia, alguns deles surgiro como vanguarda do grupo da Nova Gerao, os *climatricos* ⁴⁰. Eram todos jovens intelectuais formados pela recm-estruturada FFCL - nos primeiros cursos de cincias humanas do pas.

Essas transformaes institucionais so um primeiro marco para conformar uma gerao intelectual, pelo menos para quem o Brasil deveria ser interpretado de maneira diferente do que fora realizado at ento. A modernizao do ensino superior e das ferramentas de anlise social, poltica e histrica se encontram em uma conjuntura favorvel emergncia de pensadores perspicazes e propcios a romper com a ordem de ideias constitudas sobre a nao.

Contudo, o historiador de que tratamos no concluir sua formao na FFCL. Um elemento de ruptura – a reprovao em tupi, em 1946 – dar outros rumos para sua vida, at a concluso do curso de Histria no ano de 1969. Sobre isso, Edgard Carone diz:

Faltou uma matria que era Tupi. (...) Eu no estudava, no lia essas coisas, lia apenas o que me interessava. Eu andava muito com Aziz Simo, com minha cunhada e os amigos. Ia muito na casa do Paulo Emlio, do Antonio Candido e do Aziz, quer dizer, minha vida intelectual na verdade ficou mais ligada aos amigos e s ideias dos amigos ⁴¹.

Nota-se que apesar da vivncia na Universidade e de reconhecer em alguns momentos que isso teria marcado sua formao, Edgard Carone reivindica muito mais o contato e aprendizado com os amigos. No deixa de ser uma mediao com as novas ideias gestadas dentro da instituio com a qual estes intelectuais tero relaes cada vez mais estreitas.

 compreensvel que as relaes que extrapolavam a USP tenham tido marcas mais profundas em sua formao, pois apenas a universidade no conseguiria dar conta das

³⁸ Fernando Novais, *Fernando Novais: Braudel e a “misso francesa”* (entrevista). Estudos Avanados, v.8, n.22, So Paulo Set./Dez. 1994.

³⁹ Edgard Carone, *Memorial para o Concurso de Professor Titular*. So Paulo: USP, 1991.

⁴⁰ Esse nome faz referncia Revista Clima criada pelos jovens estudantes uspianos na dcada de 1940. Ver: Alfredo Mesquita, “Nos Tempos da Jaragu”. In: Lafer, C. et Alli. *Esboo e Figura: homenagem a Antonio Candido*. So Paulo: Duas Cidades, 1979.

⁴¹ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

perspectivas políticas colocadas por esta geração, especialmente nos anos 40. Carone e os outros jovens acadêmicos vivem a euforia modernizadora do início de século, combinada à polarização política própria do período entre guerras, no Brasil e no mundo. A ascensão do nazismo e do fascismo na Europa ressoa de modo contundente na realidade brasileira, obrigando boa parte da sociedade a se posicionar. Interpretar o Brasil de modo distante dentro da instituição não era suficiente, era necessário transformá-lo e ao intelectual caberia um papel político nesse processo.

O marxismo e as teorias socialistas em geral marcam a postura do grupo e não estarão presentes na universidade desse período. A renovação francesa não representará a entrada dessa matriz teórica na academia, isso ocorrerá depois, na década de 60 ⁴². Dentro disso, além de Caio Prado Júnior, existia, fora da FFCL, um referencial nas obras mais tradicionais do PCB de Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, Astrojildo Pereira, ainda que fosse para criticar o modelo adotado por eles. Sobre isso, Carone relembra:

Essa segunda fase é seguida de outra, mais de caráter político, que se inicia a partir de 1941, com a prisão de meu irmão - Maxim Tolstói Carone. É a hora do contacto com os livros de Lenine, Stalin, Trotski, Boukharin e outros mais, que falam da Revolução de Outubro e da Rússia Soviética. Essas leituras se fazem paralelamente com obras sobre o Brasil ⁴³.

Ao abandonar a Faculdade, Edgard Carone vai para a fazenda do pai em Bofete, então distrito da cidade de Botucatu. No mesmo local onde o irmão Maxim já havia tentado “experiências de fundo socialista” ⁴⁴, quando saiu da prisão.

De fato, permanecerá ligado aos amigos e às ideias dos amigos. Ao mesmo tempo, estará caminhando num sentido oposto no que diz respeito ao processo de consolidação desses intelectuais na academia. Com o passar dos anos, Antonio Candido e outros da geração vão criando raízes na universidade, fazendo carreira, e suas principais obras serão publicadas em meados da década de 50. Enquanto isso, Carone continua a desenvolver-se com base no seu autodidatismo, em seus interesses próprios pela leitura e compreensão da realidade, sem se preocupar com algumas regras que a instituição colocava para a produção intelectual. Há um processo de profissionalização em curso pelo qual o historiador não passará.

As problemáticas colocadas por sua geração continuarão em pauta e o historiador atento estará numa nova paisagem: o Brasil agrário, pós Estado Novo.

⁴² Sobre isso ver: Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana: uma experiência nos anos 60*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. O autor acrescenta uma constatação importante ao dizer que o marxismo entrará na universidade pelas portas da filosofia, e não da história ou da sociologia.

⁴³ Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista, *op. cit.*

⁴⁴ Biografia de Sara Carone, filha de Maxim Tolstói Carone, disponível em <http://www.saracarone.com/>, consultado em ago-2012.

b. *O engajamento intelectual: a busca de uma geração*

É durante sua estadia na Fazenda Bela Aliança que Edgard Carone irá consolidar uma necessidade que pulsava desde cedo entre os seus contemporâneos: a atuação política dos intelectuais. Numa relação de relativa distância com a instituição onde cursou os estudos formais e de isolamento da realidade urbana vigorosa.

Já se falou que o início do século XX no Brasil marca o início de um novo momento para a economia e sociedade. Esse período será marcado, inevitavelmente, por diversas revoltas sociais e disputas entre os setores de elite pelo controle do novo regime em vigor, a República. É um momento de consolidação das classes sociais, especialmente da existência de setores médios urbanos e a relação das elites com esse espaço modernizador e cada vez mais central.

Como um grupo social pertencente a uma camada restrita e privilegiada, a intelectualidade se vê, cada vez mais, diante da necessidade de assumir seu papel junto aos processos em curso. A chamada *Nova Geração* será um marco dentro das posições tomadas, mas trataremos dela no final do capítulo. Nesse momento, interessa observar como Carone percorre um caminho, mais longo e incomum, para concretizar uma postura política diante da atividade intelectual.

Edgard Carone abandonou a formação universitária institucional em 1947, para retornar a ela mais de 20 anos depois. O longo período entre a entrada no curso de bacharel, como aluno, e a formulação de um projeto de estudo que o permitirá concluir o curso e, ao mesmo tempo, iniciar a carreira acadêmica representará um verdadeiro *gap geracional* para o historiador. Este fato colocou para ele os desafios e desafios de sua inserção tardia nos quadros da universidade, quando o perfil geracional da instituição era outro e a profissionalização intelectual se encontrava mais sedimentada ⁴⁵.

Sem qualquer pretensão de ser um grande fazendeiro, o historiador apaixonado pelos livros sai da realidade urbana de São Paulo e se defronta com as dificuldades concretas da área rural, impactada pelas ações de modernização econômica do período. Desse modo, vem de encontro aos olhos atentos e à consciência crítica o modo de vida do interior paulista e a Fazenda Bela Aliança se configura como outro espaço de formação para o historiador: o da realidade brasileira. Diante da necessidade de se dedicar às atividades da produção, Edgard Carone passa também a refletir sobre o Brasil, a partir de

⁴⁵ Entrevista realizada com Tânia Regina de Luca, em 10/11/2014. Ver anexo 02.

Aparentemente, a ida para a fazenda fora uma escolha consciente, motivada mais por questões práticas, de um jovem prestes a se formar, do que pela intenção de se aproximar de outra realidade, utilizá-la como objeto:

Se eu ficasse na loja estaria numa condição financeira muito boa (...), mas aquilo não me interessava. Fiquei três dias e briguei com meu pai. Eu queria fazer coisas que estivessem dentro do meu ponto de vista. (...) Acontece que minha vida se fazia muito lateralmente, paralelamente à faculdade, eu não me importava muito com ela. (...) pensei (...). Vou lecionar ou vou para fazenda?

47

A relação com a Bela Aliança foi ganhando significado ao longo dos 12 anos ininterruptos vividos por lá. Era uma propriedade que o pai adquiriu a troco de dívidas, não tinha nenhuma atividade próspera, contava com alguns colonos que, muitas vezes, trabalhavam em sistema de parceria, em condições muito limitadas de produção, transporte etc. Quando chegou, Edgard Carone ainda não era casado e soube que os moradores duvidavam de que fosse “guentá”. “Só pelo desaforo decidi que iria aguentar”⁴⁸.

Ao mesmo tempo, os aprendizados e os projetos que dali se concretizaram, não surgiram como fruto de uma ruptura completa com a atividade intelectual. Pelo contrário, sendo um verdadeiro apaixonado pelos livros, Carone se muda para o interior munido de uma grande carga de leitura coletada nos sebos de sua estima:

Acontece que eu sempre fui grande comprador de livros, principalmente nos sebos, porque sebo é a grande fonte da literatura do passado. Como grande parte dos problemas que me interessavam estavam ligados ao passado, história do socialismo, literatura socialista, literatura histórica de maneira geral, eu ia comprando tudo nos sebos muitas vezes por palpite. (...) Eu levei tudo isso para Bofete. (...) Eu fazia serviço da fazenda e quando voltava ia mexer com meus livros⁴⁹.

Foi ganhar a vida, mas não abandonou o hábito do estudo, desenvolveu-o de uma forma diferente, contando com dois aspectos de sua formação anterior. De um lado, carregando consigo tudo aquilo que lhe interessava de perto, o habitual autodidatismo permitiu o cultivo do conhecimento livre das amarras institucionais que educavam as gerações dentro da universidade. Por outro, mesmo que em suas memórias acabe afastando sua formação dos aspectos formais da instituição e da Faculdade de Filosofia, é possível reconhecer a permanência de relações com a produção de conhecimento e os debates que eram fomentados dentro da academia.

Sem dúvida, a figura de Antonio Candido é, nesse momento, o elo essencial entre a atividade autônoma de Carone e as principais ideias fomentadas no ambiente universitário.

⁴⁶ Edgard Carone, *Memórias da fazenda Bela Aliança*, op. cit.

⁴⁷ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

⁴⁸ *idem*, *ibidem*.

⁴⁹ *ibidem*.

Com o passar dos anos, desde o episódio envolvendo Maxim, em 1940, os dois foram se tornando muito amigos. A proximidade, o afeto e a afinidade geracional levam ambos a um trabalho de parceria em diversos momentos. Antonio Candido fora sempre mais dedicado à atividade intelectual sistemática, tornando-se um dos maiores incentivadores da vida universitária e cultural:

Centralizada em Antonio Candido, desenvolveu-se uma constelação com uma certa concepção de trabalho intelectual⁵⁰.

Com o amigo não seria diferente. Candido relata ter sempre se preocupado em incentivar Edgard Carone a escrever. Era um homem muito estudioso que não se preocupava tanto em sistematizar suas ideias⁵¹.

A maior parte dos primeiros textos escritos por Edgard Carone, até o seu primeiro livro, data do período em que esteve na Fazenda Bela Aliança (Quadro 02).

Quadro 2 – Primeiros Textos (1945-1960)⁵²

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
1945	O Racismo e a Unidade Alemã	Artigo	Jornal Folha da Manhã
1946	Estado Novo e o Integralismo: Plínio e Getúlio	Artigo	Vanguarda Socialista
1947	A reação Integralista e o Brasil	Artigo	Paralelos
-	O Movimento Operário Inglês (1800-1848)	Artigo	Vanguarda Socialista
1957	José Maria Bello. História da República	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Pierre Jeannin. Les Marchands au XVIe Siècle	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Nelson Tabajara de Oliveira. 1924, A Revolução de Isidoro.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Branko Azith. Les Partis Communiste D'Europe (1919-1955)	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Lourival Coutinho. O General Goés Depõe	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"

⁵⁰ Junto com Florestan Fernandes e Décio de Almeida Prado. Ver: Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

⁵¹ Entrevista com A. Cândido. Ver anexo 02.

⁵² Sistematização realizada a partir de: Edgard Carone, *Memorial para o Concurso de Professor Titular*, op. cit.

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
1958	Nelson Werneck Sodré. Introdução à Revolução Brasileira.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Patrícia Van der Esch. La Deuxième Internationale.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Frederic Engels. La Question Paysanne en France e en Allemagne	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1958	Paulo Nogueira Filho. Ideais e Lutas de um Burguês Progressista.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1959	Frederic Engels, Paulo e Laura Lafargue. Correspondance II.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1959	Azevedo Lima. Reminiscência de um Carcomido.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"
1959	Rodrigues Soares Júnior. Jorge Tibitica e sua Época.	Resenha	Suplemento Literário de "O Estado de São Paulo"

De modo geral, o quadro ajuda a compreender os interesses e a dinâmica de estudos de Edgard Carone. Detectam-se duas áreas: história do Brasil e o socialismo na Europa.

Os três primeiros artigos coincidem com os anos em que cursou a FFCL e tratam diretamente sobre a polarização ideológica colocada pela II Guerra Mundial, reforçando a tese sobre os impactos da história vivida no pensamento desta geração de intelectuais. Há uma relação que se pode apreender pelos títulos, pois só se conseguiu encontrar o primeiro texto, entre as origens do nazismo no processo de unificação e o reflexo dessa ideologia na sociedade brasileira, especialmente propagada pelo integralismo no período do Estado Novo.

Todos os outros textos são, na verdade, resenhas publicadas no Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo*. Foram escritos no período em que Carone esteve na fazenda, justamente a pedido de A. Candido ⁵³. O Suplemento fora dirigido por indivíduos da chamada geração Clima, nos primeiros anos por Décio Almeida Prado e, posteriormente, por Paulo Emílio e Antonio Candido. Um espaço muito importante de análise da produção intelectual da época ⁵⁴.

⁵³ Entrevista com Antonio Candido. Ver anexo 02.

⁵⁴ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

Sendo assim, o primeiro exercício mais sistemático de escrita para Edgard Carone, antes da publicação de seu primeiro livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*⁵⁵, se dá neste espaço de difusão e enraizamento cultural das ideias da elite paulista, fundado em consonância com a FFCL⁵⁶.

Até então era autor de quatro ou cinco artigos e de várias resenhas para o Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. E só.⁵⁷

Este fato permite identificar como o isolamento de Carone na fazenda é relativo: ele vai para lá com seus livros e mantém contato com as principais referências intelectuais do período que, além disso, eram seus amigos.

Entre os 12 livros resenhados, 7 são de História do Brasil, passando pelo tema do tenentismo através de biografias e autobiografias, da revolução brasileira e da república em geral. Destacam-se as referências de Nelson Werneck Sodré⁵⁸ marxista, intelectual orgânico do PC, e de José Maria Bello⁵⁹. São autores citados por E. Carone como aqueles que o antecederam na tentativa de entender o período:

Eu posso dizer, sem querer me vangloriar, que sou um precursor da História da República. Repare que antes tínhamos José Maria Bello, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré, mas eram obras genéricas ou insuficientes sobre a República⁶⁰.

O período que passou na Bela Aliança foi riquíssimo seja no âmbito dos estudos, ou das experiências vistas de perto – o campo brasileiro passava por diversas transformações naquele momento. A história do Brasil esteve no centro de suas leituras e inquietações:

Enquanto morei na Fazenda Bela Aliança (1948-1960) li, de maneira abundante, parte dos viajantes do século XIX, obras sobre a nossa história colonial, livros sobre a década de 1920 e o tenentismo, e a literatura política mais recente. Ao mesmo tempo, voltava-me para os clássicos do socialismo e os romances franceses, ingleses e brasileiros e a história em geral⁶¹.

Um interesse que vinha de antes:

Vou te contar um caso concreto. Eu li bastante e estava muito entusiasmado com alguns movimentos militares e não militares daquele momento, por isso, pesquisei sobre as revoluções de 1922, 1924, 1930, 1932, 1937. Já se falava muito também no Tenentismo. Eu ia comprando praticamente tudo sobre esses temas nos sebos⁶².

As transformações da realidade não foram de menor importância para as suas elaborações, eram o polo oposto da vida que abandonara na capital paulista e que tanto

⁵⁵ Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1937)*. São Paulo: DESA, 1965. O livro possui segunda edição publicada pela editora DIFEL no ano de 1975.

⁵⁶ Maria Lígia Coelho Prado, *A ideologia do jornal O Estado de São Paulo (1932-1937)*. USP, 1974. Citada por Carlos Guilherme Mota. *ibidem*.

⁵⁷ Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista, *op. cit.*

⁵⁸ Nelson Werneck Sodré, *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

⁵⁹ José Maria Bello, *A História da República*. Rio de Janeiro: Simões, 1952.

⁶⁰ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, *op. cit.*

⁶¹ Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista, *op. cit.*

⁶² Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, *op. cit.*

impressionava os entusiastas do desenvolvimento da nação. Sendo assim, era um ambiente indiscutivelmente rico do ponto de vista dos impactos da modernização da economia nacional na cultura e economia agrícola, onde as contradições do êxodo rural da concentração de terras, da falta de infraestrutura se explicitavam de modo singular.

A fazenda Bela Aliança foi um dos principais locais de coleta e desenvolvimento da pesquisa que originou *Parceiros do Rio Bonito*, de A. Candido. É ali que o sociólogo ia se debruçar sobre os meios de vida do caipira, não só “como tema sociológico, mas como problema social”⁶³. Mais que amigos, parafraseando o título do trabalho, serão parceiros:

No capítulo de agradecimentos devo começar pelo meu fraternal companheiro Edgard Carone, a quem devo a oportunidade das estadias em Bofete e uma infatigável solicitude, que tornou possível a pesquisa. A sua experiência agrícola, seu conhecimento da região, sua cultura histórica, a sua excelente brasileira estiveram generosamente ao meu dispor, em alguns aspectos tratados na segunda parte, o seu auxílio se tornou verdadeira elaboração⁶⁴.

Houve um momento de estreita relação entre eles. Se Antonio Candido estava seguindo sua trajetória na academia, Edgard Carone não se manteve totalmente fora dela. Institucionalmente não seguia os seus protocolos e não se deixava guiar pela perspectiva da carreira acadêmica, no entanto, esteve sempre muito próximo ao debate que consagrou a geração que sucedeu os primeiros catedráticos da FFCL em fins dos anos 50 e início dos 60.

O esforço de Antonio Candido esteve permeado do debate mais profundo de sua geração sobre o papel do intelectual perante a produção acadêmica. Primeiramente, ao considerar seu objeto de estudo como um problema social, o autor se coloca a serviço de um engajamento, reivindicando um caráter político à sua atividade. Em segundo lugar, Candido faz uma consideração teórica sobre o marxismo como o método que permitiu a ele considerar os meios de vida como elemento essencial para a análise sócio-histórica⁶⁵.

Sem dúvida, é essa concepção que perpassará também a visão de Edgard Carone quando for elaborar seus primeiros estudos de fôlego. Durante a estadia na fazenda parece não estar diretamente engajado com qualquer tipo de ação intelectual. No entanto, vimos que não está alheio ao debate intelectual do período. Suas leituras se encontram, de certo modo, direcionadas por interesses mais complexos que a simples “curiosidade e liberdade de ação”⁶⁶. Ele possui consigo um verdadeiro acervo, uma brasileira, na qual se destacam as obras sobre as revoluções do Brasil na década de 1920 e 1930. Essa biblioteca foi alimentada por ele durante o período em que viveu na Bela Aliança. Sem contar que desde

⁶³ Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*. Prefácio. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2010.

⁶⁴ *idem, ibidem*.

⁶⁵ *ibidem*.

⁶⁶ Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista, *op. cit.*

1947 ele será filiado ao Partido socialista, juntamente com todas essas figuras de esquerda que incluímos em sua geração.

No ano de 1960, Edgard Carone se muda para a cidade de Botucatu. Após alguns anos na cidade, será surpreendido por uma das visitas do amigo Antonio Candido, mais uma vez ele:

Em 1963 meu amigo Antonio Candido vai a Botucatu, onde eu e minha família morávamos desde março de 1960. A sua temporada, de alguns dias, motivou reviravolta no campo do meu trabalho intelectual⁶⁷.

Nesta ocasião, surgirá enfim a proposta para escrever seu primeiro livro: *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Verifica-se novamente a influência e o incentivo de Antonio Candido em relação ao amigo. Este será o seu primeiro trabalho sobre a história do Brasil, organizando fontes e bibliografia. É relevante que seja fruto de uma intervenção direta daquele intelectual que já possuía destaque na intelectualidade *USPiana* e fora dela.

Trata-se de um ponto de inflexão na formação do historiador, pois a realização deste *pequeno-grande* livro será um processo embrionário para o desenvolvimento de um projeto político-intelectual posterior. A partir daí, Edgard Carone irá se reinserir na universidade e pautar todo o desenvolvimento de sua atividade acadêmica⁶⁸.

Mais uma vez, o curso de sua trajetória intelectual se revela como expressão da dinâmica política do país. Pois se Carone abandonou a FFCL e partiu para a fazenda ao fim de um regime fechado, que foi o Estado Novo, será o início de outro regime ditatorial, com o Golpe de 1964, que marcará o seu retorno à universidade e irá inaugurar as principais questões que o motivarão para o retorno ao trabalho historiográfico:

VEJA: O que o levou a estudar a história brasileira desde a proclamação da república?

CARONE: No começo de 1964, eu me dedicava a um trabalho sobre o período de 1922 a 1938 (*Revoluções do Brasil Contemporâneo*). Mas os acontecimentos daquele ano levantaram uma série de questões para as quais não tinha resposta. Havia, por exemplo, uma clara contradição entre o que se dizia, o que se pretendia e o que se passava realmente. Resolvi então enfrentar essas contradições a partir do estudo do passado⁶⁹.

A perspectiva de ser um intelectual ativista se coloca, sem dúvidas, a partir de sua formação geracional. Aqueles que, ainda jovens na década de 1940, denunciavam a apatia e, em certa medida, o reacionarismo da intelectualidade brasileira, dedicavam-se à política e aos temas polêmicos da realidade. Ao lado destes Edgard Carone não poderia fazer diferente. Mesmo com seu afastamento temporário da universidade, não se afastou da tradição sob a qual foi formado. O retorno à vida acadêmica será permeado desta trajetória

⁶⁷ *idem, ibidem*.

⁶⁸ Será desenvolvido no item 02.

⁶⁹ Edgard Carone, “A República em Capítulos”. São Paulo: Veja, n.368, 11/02/1976. p.p. 3-6.

e dos aprendizados que teve com o irmão Maxim, e o grupo de radicais da Universidade de São Paulo.

A atuação engajada não se deu apenas no discurso. Em consultas ao acervo do DOPS, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, foi possível encontrar mais de 25 fichas (ANEXO 1) contendo registros relativos a atividades de Edgard Carone. Conforme demonstra a descrição do Quadro 3, durante toda a ditadura participou de eventos, movimentações, manifestos etc.

Até mesmo seu acervo de livros são registrados na primeira ficha como de “caráter subversivo”. Não há menção nesses documentos, mas há relatos de que sua biblioteca fora apreendida em Botucatu em fins dos anos 60 e Carone teve de passar uma noite na prisão.

Quadro 3 – Descrição das Fichas no DOPS

Ano do Registro	Conteúdo
1963	Identificação e Endereço. Recebimento de livros subversivos.
1968	Identificado como fazendeiro e considerado "elemento subversivo"
1973	Registro de Inquérito Policial
1976	Conteúdo não Identificado. Numeração que parece remeter a outro documento
1976	Referência ao movimento sindical de São Bernardo do Campo
1976	Referência ao movimento sindical de São Bernardo do Campo
1975	Manifesto de Professores da USP
1975	Participação em uma Semana de Ciências e Estudos Sociais
1977	Identificação, classificado como "esquerdista". Apresenta dois códigos que parecem se referir a outro documento
1905	Identificação. Apresenta um código que parece se referir a outro documento
1977	Referência a uma publicação em Jornal "A Ciência e o Poder"
1977	Participação em debate em São Bernardo do Campo
1977	Participação em conferência tema "O Processo Histórico Brasileiro"
1979	Referência ao Jornal O Estado de São Paulo
1905	Referência a manifesto assinado por 600 professores
1981	Referência a participação em mesa redonda
1981	Referência ao Sindicato dos Químicos
1981	Referência a debate no Sindicato dos Químicos
1981	Referência ao PCB e à palestra no Sindicato dos Químicos
1981	Ilegível
1981	Menciona convite para evento. Código que parece remeter a outro documento
1981	Lançamento de livro

Ano do Registro	Conteúdo
1981	Apresenta um código que parece se referir a outro documento
1981	Faz referência à "Programação de Eventos"
1981	Homenagem aos 70 anos de Carlos Marighella na ABI
1981	Homenagem aos 70 anos de Carlos Marighella
1981	Homenagem da Morte de Carlos Marighella no TUCA
1982	Apoio à Candidatura de Goldmann

A obra de Edgard Carone só pode ser compreendida se considerarmos essa busca incansável em concretizar um projeto que contribuísse para a compreensão da realidade brasileira, no passado e no presente. Intervir politicamente era uma premissa que não poderia ser deixada de lado por ele.

c. Novas relações institucionais e um projeto intelectual de raízes profundas

No ano de 1969, Edgard Carone irá retornar formalmente à universidade, já tendo publicado neste ano um segundo livro: *A República Velha – Texto e Contexto*. Uma publicação de documentos sobre a república brasileira até o ano de 1930⁷⁰. Já estava em curso o projeto de uma vida de estudos e dedicação intelectual.

Aos 46 anos Edgard Carone obterá o título de doutor com a tese *União e Estado na Vida Política da Primeira República*⁷¹, publicada em 1971 com o título *República Velha II – Evolução Política*⁷².

A conclusão do curso de história, coroado diretamente com o doutoramento, se dará numa universidade muito diferente. Toda aquela geração da qual Carone fez parte, há muito deixara de compor o corpo discente. Muitos haviam se tornado professores da então Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

A Universidade de São Paulo passara por uma reforma no ano de 1968/1969. Foi um embate duro do Movimento das Paritárias com o regime ditatorial que intervinha diretamente na instituição. Não entraremos no debate sobre as implicações da reforma que, sem dúvida, não concretizaram exatamente aquilo que vislumbravam os integrantes do movimento universitário. Além disso, foi um momento de perseguição e consequente

⁷⁰ Edgard Carone, *A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1969.

⁷¹ Edgard Carone, *União e Estado na Vida Política da Primeira República*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1971.

⁷² Edgard Carone, *A República Velha II: Evolução Política*. São Paulo: DIFEL, 1971.

expulsão de diversos membros do quadro de professores. Muitos dos quais jamais retornariam à USP.

Retomando a ideia de *salto geracional* que levou Edgard Carone de volta à universidade, considera-se que se desenvolveu uma relação complexa entre o indivíduo e o caminhar coletivo da trajetória intelectual de sua geração. Ao mesmo tempo em que se manteve próximo dos amigos – e do debate – como A. Candido, que estavam muito ativos na academia, Carone não foi disciplinado dentro dos moldes que a instituição ia formando, na medida em que se cristalizava como o lugar da produção científica nacional. Isso provoca certo impacto em sua posição dentro da academia, positiva e negativamente.

Num primeiro momento, pós-1964, Edgard Carone é um verdadeiro precursor dos estudos sobre a república. Embora seja o primeiro, ou ao menos um dos primeiros, a se debruçar sobre o tema, juntamente com Bóris Fausto e Emília Viotti ⁷³, parece que os anos 1960, especialmente após o Golpe Militar, abrem uma nova área temática para os intelectuais em geral e, especialmente, para os historiadores. Essa é uma constatação colocada na periodização proposta por C. G. Mota, e nomeada por ele como A Época das Revisões Radicais (1965-1969) ⁷⁴.

Dentro disso, Edgard Carone inova, mas não está sozinho. Encontra-se num momento de renovação para o conjunto da intelectualidade brasileira que se defronta com novos desafios. Acontece que a sua trajetória intelectual o diferencia destes contemporâneos, jovens pesquisadores. Sua bagagem é muito maior, mais longínqua e carrega as marcas da geração de 45, que ainda está na ativa, no ponto de maturidade de sua obra.

De 1969 em diante, Carone não para de trabalhar e publicar seus estudos sobre o Brasil republicano. O Quadro 4 sistematiza sua produção entre 1964 e 1991 ⁷⁵.

Quadro 4 – Publicações (1964-2001) ⁷⁶

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprenta
1965	Revoluções do Brasil Contemporâneo	Livro	Buriti
1969	A Primeira República: texto e contexto	Livro	Difel
1970	República Velha: instituições e classes	Livro	Difel

⁷³ José Roberto Amaral Lapa, *A Primeira República: Dimensões Fatuais*. São Paulo: Revista de História da Universidade de São Paulo, 1973. Comenta o ineditismo do trabalho de Carone e começo de um novo momento sobre a historiografia republicana.

⁷⁴ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, *op. cit.*

⁷⁵ O quadro para no ano de 1991, pois esses são os dados compilados em seus memoriais. Até o fim da pesquisa deveremos investigar e ampliar os dados para período posterior.

⁷⁶ Sistematização realizada a partir de: Edgard Carone, *Memorial para o Concurso de Professor Titular*, *op. cit.*

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
	sociais		
1971	União e Estado na Vida da Primeira República	Tese	USP
1971	Gilberto Freyre, Novo Mundo dos Trópicos.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1971	Sérgio Buarque de Holanda et Alli. História do Brasil.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1971	Roberto Mendes Gonçalves. Um diplomata Austríaco na Corte de São Cristóvão.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1971	Von Leithold e Von Rango. O rio de Janeiro Visto por dois Prussianos em 1871.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1971	Luchino Visconti. Os Deuses Malditos.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1971	Gabriel Soares de Souza: Tratado Descritivo do Brasil em 1587.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1971	República Velha (V.2): evolução política	Livro	Difel
Jul.Set/1971	Coronelismo: definição histórica e bibliográfica.	Artigo	Revista de Administração de empresas
Out.dez/1971	Roberto Simonsen e sua obra.	Artigo	Revista de Administração de empresas
Jan.mar/1972	Oligarquias: definição e bibliografia.	Artigo	Revista de Administração de empresas
1972	Afonso Arinos de Melo Franco. Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1972	Rodrigues Pereira. Cartas ao Irmão.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1972	Ludwig e Briggs, Lembranças do Brasil	Resenha	Revista de Administração de empresas
1972	Amorim, Tradições Comerciais da Bahia: primeiro Quartel do século XX.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1973	Juarez Távora; Uma Vida e Muitas Lutas.	Resenha	Revista de Administração de empresas

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
1973	A Segunda República: documentos.	Livro	Difel
1974	Américo Jacobina Lacombe. Introdução ao Estudo da História do Brasil.	Resenha	Revista de Administração de empresas
1974	República Nova (1930-1937)	Livro	Difel
1974	Hélgio Trindade. O Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30.	Resenha	Opinião
1975	Notícias sobre Brasilianas	Artigo	Revista Perspectiva (UNESP Araraquara)
1975	Luta contra o Estado Novo (1937-1945)	Artigo	Opinião (162)
1975	O Tenentismo	Livro	Difel
1976	Usina de Salto: um exemplo esclarecedor	Artigo	Opinião (174)
1976	As Classes Sociais no Estado novo	Artigo	Opinião (178)
1976	A Terceira República	Livro	Difel
1976	O Estado Novo	Livro	Difel
1976	Capistrano de Abreu. Ensaios e Estudos.	Resenha	Opinião
1976	Noam Chomsky. Banhos de Sangue.	Resenha	Opinião
1976	Maria Victória de Mesquita Benevides. O Governo Kubtschek: desenvolvimento político e estabilidade política.	Resenha	Movimento
1976-1977	O Pensamento Industrial no Brasil	Artigo (s)	Opinião (212-223)
1977	A luta contra o Estado Novo	Artigo	Revista Perspectiva (2)

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
1977	Pensamento Industrial no Brasil	Livro	Difel
1977	Hélio Silva, 1945: por que depuseram Vargas?	Resenha	Gazeta Mercantil
1977	Leôncio Basbaum. Uma Vida em Seis Tempos.	Resenha	Gazeta Mercantil
1978	Leôncio Basbaum. Reflexões sobre 1930.	Resenha	Gazeta Mercantil
1978	O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Participação na Economia Nacional	Livro	Cátedra - CIRJ
1980	A Quarta República (1945-1964)	Livro	Difel
1981	Movimento Operário no Brasil	Livro	Difel
1982	O PCB (1922-1943)	Livro	Difel
1982	O PCB (1943-1964)	Livro	Difel
1982	O PCB (1964-1982)	Livro	Difel
1984	Movimento Operário no Brasil	Livro	Difel
1985	A República Liberal I (1945-1964)	Livro	Difel
1985	A República Liberal II (1945-1964)	Livro	Difel
1985	Paulo Emílio Salles Gomes. Homenagem no 10º Aniversário de sua Morte.	Artigo	Folha de São Paulo
1985	A história Imediata da Revolução bolchevique	Artigo	Pau Brasil (n.8)
1986	O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)	Livro	Dois Pontos
1986	A Trajetória do Manifesto comunista no Brasil	Ensaio	Pau Brasil (n.10, ano 2)

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
1988	A Trajetória do Manifesto comunista no Brasil	Ensaio	Novos Rumos
1988	Literatura e Público	Ensaio	Novos Rumos (n.8-12, ano 3)
1988	O 1º de Maio.	Artigo	Revista do IEB (n.30)
1989	Classes Sociais e Movimento Operário	Livro	Ática
1989	Simonsen. O Pensador da Indústria Brasileira.	Artigo	O Estado de São Paulo
1990	Madame Pomery LTDA.	Ensaio	Análise e Conjuntura (vol.5, n.2)
1990	Inquérito Sobre a República	Artigo	Resgate, Unicamp
1991	Brasil: A Era da Crise (1930-1945)	Livro	Ática
1991	Da Esquerda à Direita	Livro	Oficina de Livros
1991	Memórias da Fazenda Bela Aliança	Livro	Oficina de Livros
1991	Seleção de textos de Marx sobre a Comuna de Paris	Artigo	Princípios (n.21)
1991	A II Internacional e seus Congressos (1889-1891)	Artigo	Princípios (n.20)
1991	A II Internacional e seus Congressos (1893-1896)	Artigo	Princípios (n.20)
1991	A II Internacional e seus Congressos (1900)	Artigo	Princípios (n.22)
1991	A II Internacional e seus Congressos (1904)	Artigo	Princípios (n.22)
1991	A II Internacional e seus Congressos (1907)	Artigo	Princípios (n.23)
1991	Homenagem a Caio Prado Jr.	Artigo	Revista do IEB (n.32)
1993	A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)	Livro	Anitta/Edusp

Data de Publicação	Título	Tipo de publicação	Imprensa
1996	Anarquismo e Socialismo no Início do Século	Livro	Vozes
1996	Os primórdios do movimento operário no Brasil	Artigo	Novos Rumos
1997	Duas Visões sobre a Rússia: André Marty e Jacques Sadoul	Artigo	Revista Sociedades em Transformação
2001	A evolução industrial de São Paulo, 1889-1930	Livro	Senac

A série de livros sobre a república é produzida entre 1969-1985. Posteriormente, Edgard Carone irá seguir temáticas subjacentes ao período, tais como: industrialização, tenentismo, movimento operário, história do PCB, marxismo no Brasil, etc. A história republicana irá se consagrar como *best-seller* à época de sua publicação. Em 1976, registrou uma vendagem superior a 50 mil exemplares ⁷⁷.

Foram livros de referência para toda uma geração, dentro e fora da universidade. O formato da publicação dividida entre um livro de documentos e outro de análise histórica davam suporte a todos os que quisessem se aventurar sobre a história republicana, fosse para desenvolver novos objetos ou somente para compreender a sua dinâmica geral. Era uma leitura obrigatória no curso de história dos anos 70⁷⁸. Além disso, Edgard Carone propõe uma divisão em períodos relativamente inovadora, pois não segue a sucessão de mandatos ou uma série de anos, como na história política tradicional, mas é feita a partir da identificação de marcos no processo histórico que pudessem encerrar/inaugurar momentos singulares da República.

Por trás da coletânea de livros há uma leitura mais estrutural e profunda sobre a dinâmica da construção republicana no Brasil e a consolidação da nação brasileira. As continuidades e rupturas são abordadas de maneira didática e inédita naquele momento.

É preciso considerar também que estas publicações de Edgard Carone estão dentro da coleção Corpo e Alma do Brasil, realizada pela editora Difusão Europeia do Livro e coordenada por Fernando Henrique Cardoso, o que confere outra dimensão à obra. As grandes coleções de história e conhecimentos gerais sempre foram um instrumento editorial para difusão da cultura acadêmica, expressando algumas vezes diferentes correntes de pensamento e seus autores. Ainda é preciso investigar a ideia desta coleção e a inserção da obra de Edgard Carone nela. No entanto, é necessário constatar desde já a

⁷⁷ Edgard Carone, “A República em Capítulos”, *op. cit.*

⁷⁸ Entrevista com Tânia Regina de Luca, realizada em 10/11/2014. Ver anexo 02.

importância de enxergá-la também dentro desse corpo editorial⁷⁹, pois nele adquire uma projeção social e um sentido específico.

É a partir dos estudos republicanos que Edgard Carone irá se consolidar como historiador de ofício, voltar-se para a produção acadêmica sistemática, sem perder de vista uma concepção política de sua intervenção enquanto intelectual na sociedade brasileira.

No ano de 1970, inicia suas atividades como professor universitário na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Araraquara. Será concursado na Universidade de São Paulo em 1976, onde defendeu sua livre docência alguns anos antes (1974).

Sua obra adquire grande importância, mas isso não se dá sem as contradições de um choque geracional sofrido a partir da trajetória tão irregular dentro da academia. Entre os alunos, o professor Carone era bastante criticado: seus métodos não pareciam satisfazer às expectativas da nova geração, forjada sobre outros padrões de interesse acadêmico e desenvolvimento intelectual⁸⁰. Ao mesmo tempo, era uma referência com sua conhecida biblioteca, onde muitos alunos tiveram a oportunidade de pesquisar, ler, encontrar fontes. Era generoso e atento aos alunos com iniciativa de pesquisa e estudo⁸¹.

Apesar de todo reconhecimento, parece que, especialmente na Universidade de São Paulo, nunca ficou cem por cento encaixado naquela realidade. Eram tempos difíceis em que a censura incidia diretamente sobre a estrutura universitária. Muitos professores daquela geração formada nos anos 40 e 50 foram expulsos pelos decretos do AI-5. E a instituição já possuía uma lógica muito diferente do ponto de vista da carreira e formação dos alunos.

Sob o aspecto das correntes teóricas que permeavam o debate historiográfico à época, também houve mudanças. Embora ainda se reivindicasse algum aspecto político dos temas e da produção intelectual, o marxismo se afastava da vida política prática, das referências brasileiras do Partido Comunista, de intelectuais orgânicos, para entrar com tudo na academia⁸².

Por um lado, o marxismo inglês trazia os ares da renovação, entrando nos estudos em história através de E.P Thompson, por exemplo. Mas Carone parece não ter aderido a estas mudanças, também não precisamos achar que ele devesse fazê-lo, contudo fato é que

⁷⁹ Pretende-se desenvolver um breve estudo editorial da obra de Edgard Carone, inserindo-a na coleção Corpo e Alma do Brasil. A importância da coleção é citada por Tania Regina de Luca em entrevista cedida a este trabalho, anexo 03.

⁸⁰ Entrevista com Tania Regina de Luca, realizada em 10/11/2014. Ver anexo 2.

⁸¹ *idem, ibidem*.

⁸² Paulo Arantes, *op. cit.*

isso o aproximou de uma imagem pejorativa do marxismo partidário dito “ortodoxo”. Diferente do que muitos pensavam, e pensam, ele nunca foi filiado ao partido, apesar de se considerar um simpatizante.

Eu não tenho jeito para militante, eu tenho jeito para auxiliar de militante. Mas eu acho isso muito importante, quer dizer, o papel do simpatizante na vida do partido ⁸³.

Sua filiação teórica e sua postura diante do curso do marxismo têm muito mais a ver com o aspecto geracional que traçamos:

Eu sou de uma geração para a qual o marxismo aparecia como uma teoria crítica. Eu acho o marxismo um instrumento fundamental para a análise e um grande instrumento de crítica que até hoje não foi superado. Porém, eu não tenho capacidade analítica no sentido filosófico para discutir muito. Apesar de ler muito sobre o marxismo ⁸⁴.

Acrescenta sobre a renovação do marxismo:

Sim da Inglaterra... Eu li, mas... não que eu seja conservador... É que participar desses processos ficou muito difícil pra mim. Por outro lado, eu vejo muitos colegas passando de um lado para outro, de uma teoria para outra. (...) Eu faço o que sei fazer, se não sei não faço, se eu for fazer coisa diferente, farei mal, não é mesmo? ⁸⁵.

De outro lado, correntes não marxistas e, às vezes, antimarxistas, ganhavam espaço numa nova geração que se organizou em torno dos *Annales* na França, dando outra perspectiva, inclusive, para este que fora o grupo intelectual em contato direto com a formação da FFCL. A força da denominada Nova História não conseguiu abalar as escolhas de um historiador forjado em outros tempos.

Dei aulas e tive muitos orientandos que fizeram um pouco de História Política, outros não. História Política não é coisa que apaixona muito as pessoas. Ainda é vista como história política tradicional dos governos. Mas ela representa uma forma de análise bastante interessante e profunda. Mas hoje todo mundo quer estudar o cotidiano, uma dessas pragas atuais ⁸⁶.

Esses fatores parecem ter contribuído para que os livros de Edgard Carone acabassem perdendo força dentro da historiografia.

Apesar disso, carregam ainda as marcas de uma análise inovadora. Ainda hoje, mesmo passados tantos anos, e tendo se desenvolvido diversas pesquisas sobre a república, nenhum outro trabalho se propôs à audaciosa tarefa de fazer uma análise totalizante do período. Nenhum trabalho também foi capaz de propor uma nova divisão para o período, concordando ou não com o caráter e com a importância de determinados processos, ainda hoje nos baseamos no que aconteceu na República Velha (antes de 1930), na República Nova, no Estado Novo, etc.. Talvez só fosse possível fazer um trabalho com essa pretensão e naquele momento da historiografia, aliando-se à bagagem e à trajetória de um historiador pouco influenciado pelas amarras da instituição.

⁸³ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

⁸⁴ *idem*, *ibidem*.

⁸⁵ *ibidem*.

⁸⁶ *ibidem*.

d. *Um historiador entre duas paisagens: o indivíduo e uma geração intelectual*

Se compreendermos uma paisagem como um ambiente que nos oferece os instrumentos e o repertório necessários para a realização e desenvolvimento de nossas relações sociais, é possível analisar a trajetória intelectual de Edgard Carone a partir de uma seleção variada de pares opostos de paisagens: o campo e a cidade, a universidade e a política, a família e a sociedade... Muito se falou sobre eles até aqui. Desse modo, concluiremos o presente capítulo explorando a rica experiência de Edgard Carone em sua dimensão coletiva: em meio a toda uma geração intelectual com a qual o historiador se formou e concretizou a obra de uma vida, uma interpretação sobre o Brasil. O indivíduo e sua geração serão relacionados como mais um par de paisagens nas quais Carone esteve imerso para dar cabo de sua atividade.

O caráter geracional que damos à formação de Edgard Carone não se restringe apenas ao Brasil. O século XX é marcado por diversos processos sociais intensos a nível mundial. A extensão e profundidade dos eventos que se sucederam nesse período atingiram diversos intelectuais de esquerda, todos imbuídos de um sentimento movido pelo curso dos polos extremos desta era, que deram a Eric Hobsbawm um repertório, quase biográfico, de estudo e reflexão⁸⁷. O historiador revela como o trabalho intelectual não podia se eximir da política.

Além do ponto de vista deste autor, que sempre colocou essa perspectiva à sua atividade, é possível apreender como nestes 100 anos uma geração foi colocada a pensar sua história sem poder se apoiar no distanciamento dos fatos como meio de neutralidade. A velocidade dos acontecimentos e o limite a que se colocou a própria existência da humanidade não permitiram que se aguardasse a “poeira baixar” para depois se falar sobre o passado. Parte da geração que viveu esses processos de perto não pode se abster, teve de enfrentá-los.

As próprias condições materiais de aumento da longevidade permitiram a esta geração viver tempo suficiente para poder falar de seu passado. Um contexto social profundo que propiciou novas relações institucionais e políticas para a produção do conhecimento e da ciência em todo o mundo: o Brasil não passaria por ele sem sofrer impactos importantes.

Edgard Carone viveu boa parte deste século, 79 anos precisamente. Entre os anos de 1923 e 2003 – meses antes de completar 80 anos – a capital paulista se tornara totalmente diferente.

⁸⁷ Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Eric J. Hobsbawm, *Tempos Interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Os anos 1920, quando nasceu, carregavam o espírito da modernização e do progresso, especialmente na capital paulista que pulsava com os desdobramentos da atividade cafeeira no estado. O pós-I Guerra também deixou suas marcas, especialmente no que diz respeito ao surgimento de indústrias e ao grau de urbanização. Nesse momento, a imigração estrangeira ocupou um papel essencial no aumento da oferta de mão de obra e no *boom* populacional que inchou o campo e as cidades.

As transformações de caráter econômico se combinam com o elemento demográfico. A maior circulação de pessoas e mercadorias colocam em contato experiências, teorias, formas de pensar e hábitos totalmente novos, os quais contribuem para a dinamização do ambiente intelectual na cidade e no país. Este ambiente se concretizará a partir de um crescimento exponencial da cidade ao longo dos anos, contribuindo para transformar a sua composição social: há uma diversificação de atividades e a possibilidade de engrossamento e consolidação de novos grupos na sua “pirâmide social”, especialmente os setores médios urbanos, nos quais com frequência encontramos as famílias de origem imigrante – como a de Edgard Carone.

Não foi um período vivido sem as contradições próprias do desenvolvimento capitalista, no qual permanecem em constante conflito, de um lado, todos os aspectos da modernização e a sensação de progresso; de outro, a exclusão social da maioria da população neste processo. Essa realidade contraditória e excludente se torna ainda mais agressiva nos países periféricos. Os relatos registrados por intelectuais vindos da Europa, como Lévi-Strauss, são significativos para caracterizar este momento histórico e a relação estabelecida por aqueles que pretendiam não só vivê-lo, mas também compreendê-lo. Diz Strauss que tinha muita expectativa sobre São Paulo e que ali pode experimentar um novo ritmo de tempo, muitas vezes vedado às ciências sociais, e compreender uma nova lógica de expressão das coerções sociais numa grande cidade⁸⁸.

Mesmo o pensador estrangeiro, vindo com a *missão* de estruturar a renovação de nosso ambiente intelectual, a partir da sua matriz europeia e civilizadora, não podia deixar de lado as particularidades do que se pretendia ser o processo de modernização no Brasil.

As primeiras décadas do século XX, por tanto, iniciam um curso de transformação da sociedade brasileira que leva a cisões – em diversas medidas, mais ou menos profundas –, estas desencadeiam novas formas de pensar e de reconhecer-se. O realinhamento das classes sociais no Brasil, inevitavelmente irá se expressar nas convicções de novos setores de elite que necessitam, inclusive, legitimar-se. Nesse sentido, não são apenas ideias, mas

⁸⁸ Claude Lévi-Strauss, *ibidem*.

sim ideologias⁸⁹ que se constroem a partir das novas contradições sociais da realidade brasileira e do novo modo de vida de sua elite. Pois, de outro lado, os setores baixos e médios também aumentavam e, a depender da situação, criavam consciência de sua coletividade e de suas demandas.

Em diversos aspectos, a capital paulista deixava de ser a cidadezinha calma e silenciosa que fora durante séculos, partindo para o polo oposto de agitação e balbúrdia. A sua elite acostumada a frequentar os grandes centros da Europa, tinha o hábito de queixar-se do provincianismo da cidade, postura que se altera ao longo dos anos em que se desenvolve a vida cultural e artística nos mesmos moldes de além-mar⁹⁰. Serão frequentes as exposições de arte, concertos e apresentações no Teatro Municipal, serão fundados associações e grupos de cultura. Sem contar que desse período surge a Semana de Arte Moderna, em 1922, redimensionando a atividade cultural de São Paulo⁹¹. Os ares de renovação do pensamento brasileiro começam a se agitar, desde esse momento, no sentido das transformações que se concretizaram em fins da década de 40 e os anos 50.

De fato, foi no final dos anos 40 que os resultados do labor universitários se fizeram sentir. (...) em São Paulo onde se instalou o núcleo mais importante de pesquisa no Brasil (1934), com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – núcleo da Universidade de São Paulo –, não foi na primeira hora que se sentiram os impactos da renovação. (...) Será por volta dos anos 50/51 que algumas produções vão se delinear, prenúncios de uma eclosão que terá lugar dez anos depois⁹².

Interessa, então, retomar esse início de século para identificarmos as condições de vida e o ambiente de formação intelectual de Edgard Carone e seus contemporâneos. Nascidos nos anos 20, e um pouco antes, atingiram sua juventude em fins dos anos 40, no pós II Guerra, passando também pela Revolução de 30 e o Estado Novo.

A partir desses anos agitados, social e economicamente, conformar-se-á uma nova geração, a novíssima, que se autoproclama e se coloca em uma nova perspectiva⁹³. São intelectuais que se lançam a uma nova empreitada de interpretação sobre o Brasil,

⁸⁹ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*, op. cit. Com base nesse autor utilizamos o conceito de ideologia para analisar as transformações da intelectualidade brasileira. Compartilhamos da sua constatação sobre o caráter elitista da produção de conhecimento e interpretação sobre o Brasil, especialmente nesse período. Ao longo do século XX, irão se manifestar níveis diferentes de ruptura com a tradição anterior, expressando justamente a emergência de novos setores de elite.

⁹⁰ Alfredo Mesquita, *Nos Tempos da Jaraguá*, op. cit.

⁹¹ É necessário pontuar a existência de um debate acadêmico relevante sobre o significado da Semana de Arte Moderna em São Paulo. Até 1922 é unânime o papel do Rio de Janeiro com o centro cultural do Brasil. A capital do país estava mais próxima às tradições da aristocracia imperial e europeia e servia como centro difusor para o restante do território. Para alguns estudiosos, o evento dos modernistas em São Paulo se constituiu, no plano da cultura, como um marco frente às transformações políticas e econômicas que acompanharam a implantação da república. A questão que fica é se a cidade de São Paulo, no início do século XX, após a Semana de 1922, passaria a se conformar como esse um centro irradiador de cultura, polarizando com a capital federal. Sobre o assunto ver o doutorado de Júlio Lucchesi Moraes, *Sociedades culturais, sociedades anônimas: distinção e massificação na Economia da Cultura Brasileira (Rio de Janeiro e São Paulo, 1890-1922)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

⁹² Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

⁹³ *idem*, *ibidem*.

reivindicando o seu aspecto político em todos os sentidos. Entre eles, destacam-se: Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Aziz Simão, entre outros. Edgard Carone é um pouco mais jovem do que os citados e não se consolida enquanto historiador dentro da novíssima. No entanto, irá conviver com esse grupo ao longo de toda sua juventude até a sua maturidade intelectual, essa convivência será determinante para o historiador do futuro.

Não se conformavam apenas como um novo grupo de intelectuais, mas como expressão de classes sociais em disputa por um projeto de nação. São parte dos setores da elite urbana de São Paulo⁹⁴. Alguns pertencem a famílias tradicionais da cidade, originalmente ligadas às atividades da economia cafeeira, no entanto, consolidadas no setor que se dinamiza e incorpora as atividades urbanas, especialmente comercial, por vezes, industrial. A sociedade se dinamizava e com ela sua ideologia e cultura de elite e do povo.

Essa geração se caracteriza por ter sido nascida e criada no ambiente urbano, em contato com a vida cultural de São Paulo, de influência modernista e, em muito, europeia. O elemento novo é que, no âmbito da educação formal, são fruto da reestruturação do ensino superior brasileiro e do ambiente universitário fundado, primeiramente, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). Esse fato, combinado com a polarização ideológica do período pós-guerra e a própria realidade social do Brasil dará o tom radical aos princípios norteadores de sua formulação teórica, com uma perspectiva declaradamente política.

A relação entre a dinâmica das classes no Brasil e as sucessivas gerações de pensadores, e obras clássicas, é abordada no trabalho de Carlos Guilherme Mota que busca:

(...) apreender os momentos mais significativos em que a intelectualidade brasileira debruçou-se sobre si mesma⁹⁵.

Através de sua análise é possível reconstituirmos os pressupostos culturais e ideológicos da formação de Edgard Carone e seus contemporâneos, bem como identificar os elementos de ruptura entre a chamada Nova Geração, com a qual o historiador irá se formar, e as tradições anteriores.

O trabalho intelectual brasileiro esteve, durante séculos, fundamentado no bacharelismo, voltado para a formação interna à elite, constituindo um segmento

⁹⁴ Podemos incluir na elite os setores da pequena burguesia abastada e da burguesia agrário industrial. Por exemplo: Décio Almeida Prado e Paulo Emílio Salles Gomes são representantes de famílias tradicionais, da alta elite paulistana podemos dizer. Já Antonio Candido é filho de médico, e Edgard Carone, veremos adiante, é parte de uma elite média. Seu pai pertence à comunidade Libanesa de imigração mais recente, se consolida no comércio e até mesmo nas atividades financeiras da cidade.

⁹⁵ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

aristocrático de bacharéis e doutores, os quais ocupavam cargos no Estado e se constituíam na política. Uma tradição calcada nas escolas jurídicas, existentes no Brasil desde o século XIX, onde se cultuava as humanidades clássicas e literárias⁹⁶. Além das Faculdades de Direito, que tinham esse papel formador das elites proprietárias, o IHGB, será o principal responsável pelo acervo e incentivo à pesquisa da história nacional. A periodização, constituição de memória e interpretação nacionais ficarão, por séculos, a cargo desse setor extremamente conservador e suas ideologias ligadas à manutenção de um sistema produtivo extremamente desigual, por muito tempo baseado na escravidão – com seu fim, ainda baseado em ideias racistas e escravistas – expressão máxima da concentração de poder, riqueza e da exploração.

As oligarquias em crise e a Revolução de 1930 abalam as linhas de interpretação sustentadas até aquele momento, inaugurando-se uma “Redescoberta do Brasil”⁹⁷ com as obras de Caio Prado Jr. (1933), Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1937)⁹⁸. Esses autores são, ao mesmo tempo, a base da formação e, especialmente Freyre, da ruptura da nova geração que irá se consolidar em fins dos anos 40. Segundo Antonio Candido, estes são os pensadores que influenciaram os jovens de esquerda nesse período:

(...) mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu após a Revolução de 1930⁹⁹.

A. Candido recorda também que *Casa Grande e Senzala*¹⁰⁰ fora publicado quando estava no ginásio, *Raízes do Brasil*¹⁰¹ no ensino complementar e *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁰² no ensino superior; ou seja, o seu percurso na educação formal seguirá os passos de certa inovação na intelectualidade brasileira.

A mesma influência é comentada por Edgard Carone. Quando questionado sobre os historiadores mais importantes de sua formação, retoma, não por acaso, Sérgio Buarque e Caio Prado:

Olha, não tem como fugir muito daqueles nomes consagrados. Caio Prado Jr., que fez obra fundadora com *Evolução Política do Brasil*, que deu novo rumo à historiografia nacional. O Sérgio Buarque de Holanda é realmente um grande historiador, um sujeito que renova¹⁰³.

⁹⁶ Fernando Azevedo, *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958. É uma ideia que perpassa toda a sua obra: a permanência do bacharelismo na educação/intelectualidade brasileira.

⁹⁷ Primeira fase caracterizada na periodização de C. G. Mota, no período que vai de 1933-1937.

⁹⁸ Salienta-se que esses autores já sofriam com a influência político-cultural da Semana de Arte Moderna e, especialmente Caio Prado, com a Fundação do Partido Comunista do Brasil, ambos em 1922.

⁹⁹ Antonio Candido, “O Significado de Raízes do Brasil”, *op. cit.*

¹⁰⁰ Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

¹⁰¹ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

¹⁰² Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

¹⁰³ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, *op. cit.*

É inegável que as contribuições desses autores foram de grande impacto, não apenas para essa geração, mas para o pensamento brasileiro como um todo, com repercussão no debate intelectual das décadas posteriores.

Para nos situarmos nesse processo de inovação, é importante destacar que as obras citadas serão exaustivas na discussão acerca do período colonial, buscando-se redesenhar, em diferentes aspectos, a origem da sociedade brasileira: Caio Prado Jr. irá introduzir o materialismo dialético de forma inovadora, num momento de difusão do marxismo e polarização política no Brasil, com o integralismo; Sérgio Buarque colocará uma abordagem crítica às interpretações anteriores, monopolizadas por revistas de direita e consideradas autoritárias, utilizando-se de uma metodologia com referência no culturalismo alemão e nos avanços da metodologia francesa em história social¹⁰⁴; a obra de Gilberto Freyre será um ponto de inflexão com relação às leituras anteriores sobre o papel da escravidão e do negro na sociedade brasileira, destacando o papel da mestiçagem.

Essas ideias estarão na base de acúmulo, mas também da ruptura reivindicada pela nova geração. Destaca-se a obra de Gilberto Freyre, a qual será alvo de críticas de A. Candido e outros. Filho da oligarquia decadente dos engenhos e canaviais de Pernambuco, Freyre parecia romper com sua origem de classe, a ideologia que legitimava o seu poder¹⁰⁵, e com aqueles paradigmas pseudocientíficos do XIX. No entanto, os vários limites dessa ruptura logo foram identificados dentro de um sentido, quase único, de “recompor a saga das oligarquias em crise”¹⁰⁶.

O debate é sintomático de um processo que não é simplesmente fruto de uma “evolução” de ideias, mas sim da alteração social no Brasil e sua expressão nas formas de interpretação do país. Combinam-se aí diversos fatores de transformação da sociedade e da própria maneira de organizar as instituições de produção do conhecimento nacionalmente.

O sopro de radicalismo intelectual, iniciado em 1930, tomará força nos 15 anos que seguem até o fim do Estado Novo, e será impactado pelo curso da II Guerra Mundial e pela polarização que se segue do ponto de vista ideológico. Nesse contexto, é gestada uma concepção de pensamento radical¹⁰⁷.

Os primeiros elementos de transformação se enunciam através de diversos relatos e entrevistas publicados no jornal O Estado de São Paulo e, posteriormente, organizados em livro intitulado Plataforma da Nova Geração¹⁰⁸. Edgard Carone acompanha esse processo

¹⁰⁴ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

¹⁰⁵ Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.

¹⁰⁶ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

¹⁰⁷ idem, *ibidem*.

¹⁰⁸ Mário Neme (org.), *Plataforma da Nova Geração*, op. cit.

de perto, pois já tem contato com estes jovens intelectuais e está muito próximo de ingressar na universidade:

Então, O Antonio Candido era uma pessoa que já tinha formação. (...) No Estado Novo ele vai entrar em contato com o conhecimento da política, das esferas políticas, das posições políticas, e depois se consolidar melhor. Já o Paulo Emílio já tinha mais consciência política¹⁰⁹.

A Plataforma abrange representantes de diversas partes do Brasil, não apenas São Paulo. Não conforma um grupo homogêneo, isso é destacado por todos os depoentes/entrevistados, mas diagnostica uma nova fase do pensamento brasileiro na qual se delineia uma perspectiva em comum: a da política, da inevitabilidade da política no trabalho intelectual. De modo geral, os jovens intelectuais se opõem à geração anterior com destaque aos modernistas, chamados de “deseducados políticos”¹¹⁰ e aos autores que não conseguiram com olhar senhorial sobre o Brasil, especialmente Gilberto Freyre. O clima de decadência da cultura a necessidade de renovar as interpretações sobre o Brasil já se manifestara em uma obra publicada nos mesmo moldes, mas com objetivo oposto: o “testamento de uma geração”¹¹¹.

Dentro das posições da Plataforma nos interessa destacar o grupo de São Paulo, com sua expressão maior em Antonio Candido e Paulo Emílio Salles Gomes. Ambos são fruto do percurso das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, instituição de ensino superior que inicia o movimento de ruptura com o modelo precedente das escolas superiores individualizadas¹¹² - nas quais se formaram, por exemplo, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Ainda no início dos anos 40, antes mesmo das publicações que dariam origem à Plataforma, esses jovens se reuniam na organização da Revista Clima. Os “climatéricos” foram “o primeiro resultado verdadeiramente surpreendente da Universidade de São Paulo”¹¹³, o espírito crítico e renovador já se expressavam nas atividades acadêmicas em torno da revista.

Curiosamente, o patrono escolhido pela *novíssima*¹¹⁴ fora Mário de Andrade, um modernista, pertencente à geração anterior. A convivência desses jovens com Mário se dava em pontos de encontro da intelectualidade paulista. A Jaraguá, casa de chá inaugurada em 1942, era um desses típicos lugares inspirados na moda das cidades europeias¹¹⁵. Para C. G. Mota, Mário de Andrade foi uma espécie de consciência-limite: após 20 anos da Semana de Arte Moderna já antecipava a angústia e a expectativa pela

¹⁰⁹ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

¹¹⁰ Edgard da Mata Machado, “Entrevista”. In: Mário Neme (org), *Plataforma da Nova Geração*, op. cit.

¹¹¹ Edgard Cavalheiro (org.). *Testamento de uma Geração*, op. cit.

¹¹² Fernando Azevedo, op. cit.

¹¹³ Alfredo Mesquita, op. cit.

¹¹⁴ Termo utilizado por C. G. Mota para se referir aos jovens intelectuais da Plataforma.

¹¹⁵ Alfredo Mesquita, *ibidem*.

renovação da cultura brasileira, antes mesmo do “testamento”. Esse fato talvez explique a sua boa relação com o grupo de jovens.

De todo esse processo é importante captarmos os elementos centrais que dão sentido à noção geracional que queremos delimitar neste trabalho: a defesa de um caráter político à atividade intelectual, no combate a todo tipo de reacionarismo¹¹⁶, e o da renovação metodológica marcadamente de esquerda – de inspiração marxista e socialista em geral¹¹⁷. Do ponto de vista social, ressalta-se que esse processo expressava a necessidade de reconhecimento e ação de um setor que se consolidava economicamente e, ao mesmo tempo se inseria na intelectualidade: a pequena-burguesia urbana. Institucionalmente, a FFCL foi parte importantíssima nesse processo, expandindo o ensino superior e renovando sua organização e matriz teórica.

Esses são os marcos geracionais que formam a base da trajetória intelectual de Edgard Carone e permitem inseri-lo nesta geração intelectual - apesar de não ter sido, à época, parte direta de elaboração dos princípios e tarefas da Plataforma, como foram Antonio Candido e Paulo Emílio.

O (re)encontro acadêmico de Carone com esses princípios se dará na produção de seu primeiro livro, no ano de 1963, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*.

¹¹⁶ Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit. Cita Antonio Candido em *A Plataforma da Nova Geração*.

¹¹⁷ A obra de Caio Prado Júnior é notoriamente conhecida como uma das fundadoras da análise marxista sobre o Brasil. Alguns autores defendem que seu livro *Evolução Política do Brasil*, de 1933, seria a primeira obra contendo um estudo com este caráter. Ver: Bernardo Ricupero, Caio Prado Junior e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: USP, Fapesp, Editora 34. De fato, este historiador irá marcar gerações de marxistas e pensadores brasileiros, mas é necessário lembrarmos de outras obras como , por exemplo, a de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo : ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo, 1924.

2- *Revoluções do Brasil Contemporâneo*: embrião de um projeto político-intelectual

Nos dias atuais, a docência e a pesquisa acadêmica são uma possibilidade profissional como qualquer outra. É preciso dedicar-se a ela desde cedo, construindo relações e desenvolvendo um objeto que, normalmente, será o centro da reflexão, artigos, teses, cursos ministrados, entre outras atividades do intelectual ao longo de anos.

Já expomos que nem sempre foi assim. A profissionalização acadêmica no Brasil se inicia de maneira dispersa e irregular pelos institutos, escolas jurídicas e técnicas, reestruturando-se nas primeiras décadas do século XX em torno das universidades. Para fins desta pesquisa se destaca a Universidade de São Paulo e sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, fundada em 1934. Ao longo da consolidação da atividade intelectual no país, muitos foram os processos vividos por homens e mulheres que se inseriram nesse meio. Todos eles recortados pela dinâmica política e social brasileira, que criava novas demandas de formação dessa sociedade e também de formulação sobre ela. Compreender o país se tornava uma necessidade cada vez mais urgente e complexa.

Ao traçar esse percurso, inserimos a trajetória individual de Edgard Carone como parte de uma geração que viveu um momento de inflexão na academia, especialmente na Universidade de São Paulo. Mas o historiador, como vimos, irá passar por essa realidade de modo relativamente distante da instituição universitária, retornando a ela numa localização muito distinta daqueles seus contemporâneos e, ao mesmo tempo, das novas gerações com as quais se relacionou a partir de seu retorno.

Um dos principais elementos que diferenciam Edgard Carone e o colocam como um elo significativo de diferentes fases da historiografia brasileira é o fato de ter iniciado sua produção acadêmica fora da universidade. É a partir do reconhecimento de sua obra e da existência de um longo projeto de pesquisa que retorna a USP como aluno e, posteriormente como professor.

Considera-se que Edgard Carone teve uma obra fundadora para o desenvolvimento de sua produção acadêmica, com um caráter, ao mesmo tempo, político: o livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Essas duas faces de sua atividade intelectual revelam uma concepção que tinha sobre o papel social de seu ofício, e um compromisso teórico e político acerca do presente histórico que vivia naquela ocasião.

Neste capítulo, nossa reflexão partirá de um objeto singular: o livro. Faremos uma análise em três momentos distintos. Um primeiro que tentará expor o conteúdo e a estrutura interna, a partir de uma leitura que explore uma mensagem possível que o autor construiu a partir de sua redação. O segundo momento irá relacionar essa leitura com o contexto de publicação, as discussões políticas e o debate intelectual da época. Por fim, desenvolveremos um estudo editorial abordando a concepção e recepção da obra.

a. Revolução, Revoluções: um conceito e seus múltiplos significados

Neste item iremos analisar *Revoluções do Brasil Contemporâneo* a partir de sua estrutura e de seu conteúdo. O livro foi escrito por Edgard Carone a pedido de Antonio Candido, para ser um volume da Coleção Buriti, da qual este foi organizador. Possui um caráter bastante didático e descritivo, mas representa uma reflexão importante do autor, por ser a primeira de uma série de publicações que realizou sobre o Brasil republicano. Essa apresentação interna da obra será a base para compreendermos sua localização na historiografia e na própria trajetória intelectual do autor.

Antes de entrarmos a fundo nesta análise, é preciso identificar o propósito mais geral da obra. A organização do livro e os temas abordados por ele revelam a necessidade do autor, e daqueles que conceberam a coleção Buriti, em sistematizar a contemporânea, na tentativa de responder às questões mais latentes da intelectualidade à época.

Como afirma o autor no prefácio:

Este livro foi concebido como fundo histórico para a compreensão do pensamento conservador e antirrevolucionário dos anos 20 e 30 ¹¹⁸.

Como já abordado anteriormente, a geração de intelectuais que amadureceu no pós-Estado Novo buscou compreender as raízes desse regime autoritário, que se desenvolveu no contexto mundial da II Guerra e da ascensão do fascismo e do nazismo na Europa, e suas consequências para o Brasil que queriam construir. Os estudos históricos sobre o período eram quase inexistentes, havendo apenas registros de caráter memorialístico ou de análise política daqueles que viveram o período.

Nesse sentido, *Revoluções do Brasil Contemporâneo* cumpriu o papel de trazer à historiografia as memórias da história recente do país que já não se encontravam na cabeça das novas gerações, mas precisavam ser compreendidas para dar cabo do presente:

O autor denota grande conhecimento dos dados, cuja riqueza dá um sólido aspecto documentário ao livro. Dados raros, dispersos, que já não pertencem à memória das gerações atuais, ou que não

¹¹⁸ Edgard Carone, Prefácio de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, *op. cit.*

havia sido estudados de modo conveniente, se ordenam aqui para revelar o longo esforço de transformação política e social do Brasil ¹¹⁹.

A apresentação do livro delimita essas transformações a partir da perspectiva econômica e da realidade das classes sociais no país. A I Guerra Mundial é tomada como fator de crescimento do capitalismo industrial, que até aquele momento se desenvolvia de modo lento, enfrentando a resistência do agrarismo defendido e aplicado pelas classes dominantes brasileiras. Para Carone, somente em 1930 o industrialismo irá vencer entre as elites dirigentes e se aplicar como um conjunto de medidas governamentais para a transformação da economia.

Essa alteração de prioridades se dará em consonância com a dinâmica da economia mundial. Ou seja, na medida em que o Brasil se molda aos interesses externos, a sociedade se torna mais complexa. A questão da mão de obra, desde o fim da escravidão, irá trazer consequências determinantes nesse processo, contribuindo para o crescimento populacional e o engrossamento de camadas médias em nossa pirâmide social.

Sendo assim, o século XX assiste à proliferação de contradições de um país agrário, dirigido por elites arcaicas, em franco processo de dinamização econômica e socialmente convulsionado.

Dentro dessa realidade o autor define as classes sociais do país e seu aparecimento como agentes políticos.

Por outro lado, o movimento operário:

(...) é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição europeia ¹²⁰.

A pequena burguesia é retratada como uma classe cidadina precoce em suas reivindicações:

(...) uma inquietude renovadora de grande intensidade. Originária principalmente da burocracia civil, comerciantes, pequenos industriais e militares ¹²¹.

O autor divide esse setor entre uma burguesia civil e outra militar. A primeira seria mais inconsistente ideologicamente, enquanto a segunda era fortemente influenciada pelo positivismo que irradiava da Escola Militar da Praia Vermelha.

As classes dominantes são definidas de modo geral como oligarquias, as quais Edgard Carone subdivide entre dominantes e dissidentes. O setor oligárquico agrário,

¹¹⁹ “Apresentação dos editores”. In: Edgard Carone, *ibidem*.

¹²⁰ Edgard Carone, *ibidem*.

¹²¹ *idem, ibidem*.

sobretudo ligado ao café, seria o dominante. As dissidências, segundo o autor, surgiriam nas disputas estaduais de forma oportunista, sem consciência de classe.

As oligarquias agrárias, isto é as do café, dominam a república até 1930. (...) o predomínio político das oligarquias rompe-se em alguns estados graças a divergências que resultaram na formação de oposições dentro delas próprias. (...) nunca a consciência de classes. (...) As dissidências agem somente como oposição e tentativa de obter oportunidades no sistema vigente¹²².

Apenas a dissidência em São Paulo se daria de modo mais complexo, dando origem a uma corrente liberal burguesa que seria seguida em outras partes do país.

A dissensão de São Paulo, opondo-se à Política dos Governadores, é a mais complexa delas, pois anuncia o início de uma cisão da classe latifundiária e o aparecimento de uma corrente liberal burguesa¹²³.

Esta caracterização sumária das classes sociais introduz o texto principal, que é dividido em três eixos: “A Revolução Ascendente”, “A Revolução Triunfante” e “A Revolução Descendente”, sendo que cada um deles se subdivide em dois capítulos, conforme o quadro que segue:

Quadro 5 – Estrutura de Revoluções do Brasil Contemporâneo

I. A Revolução Ascendente
1. De Epitácio à Revolução de 1922
2. De Arthur Bernardes à Coluna Prestes
II. A Revolução Triunfante
3. De Washington Luís a outubro de 1930
4. De 1930 à Revolução de 1932
III. A Revolução Descendente
5. De 1932 à Revolução comunista de 1935
6. De 1935 ao golpe de Estado de 1937

Dessa estrutura apreendemos uma questão interessante que deve nos acompanhar na reflexão sobre seu conteúdo. Se o título nos diz que o livro irá abordar as revoluções – no plural – do Brasil, a sua divisão em três partes, utilizando o termo no singular, faz parecer que o autor fala de uma única revolução, um processo com momentos distintos, que se desenrola entre 1922 e 1937. Seria este um recurso do autor para mostrar a sua concepção política dos fatos históricos apresentados?

A chamada “Revolução Ascendente” vai do governo de Epitácio Pessoa, 1919, à Coluna Prestes, de 1924-27. No primeiro item, intitulado “De Epitácio à Revolução de

¹²² *ibidem*.

¹²³ *ibidem*.

1922”, Edgard Carone coloca que a eleição de Epitácio Pessoa representará de início um alívio para o país com a “desmilitarização” do corpo de governo. Contudo, a reação que se organizará em torno dele “abrirá a era dos conflitos armados” ¹²⁴.

A instabilidade se inaugura a partir de um recuo nas medidas econômicas para favorecimento das elites do café e se agrava com o descontentamento militar nas nomeações de civis nos ministérios ligados aos militares. Traçando um contexto de crise entre as oligarquias dos estados, no qual se insere a questão da sucessão presidencial, articulam-se militares e oligarquias dissidentes contra a posse de Artur Bernardes. Nesse contexto, nasce o movimento tenentista que, para o autor, está relacionado ainda com os problemas da classe média, setor social de origem da maior parte do exército: “num país em que as oportunidades de vida eram difíceis (...) o Exército continuava a ser o refúgio de uma classe sem recursos”¹²⁵. Sem programa e identidade de classe, a revolução de outubro de 1922 fora somente militar, com levantes organizados em todo o país. A desorganização e a repressão do Estado levam a uma aparente vitória dos reacionários. Aparente, pois eles “continuavam a fermentar os mesmos problemas” ¹²⁶.

Entrando no item “de Artur Bernardes à Coluna Prestes”, Carone irá traçar as continuidades e redefinições dos movimentos de oposição, tanto das oligarquias dissidentes, quanto dos setores do Exército. O novo governo se inicia sob estado de sítio, revelando o momento de tensão e movimentação política em que estava inserido, o qual aparentemente se resolve com negociações nos estados.

O autor concebe os levantes que se seguem até 1927 como “revoluções”, dentro de um movimento mais geral chamado tenentismo:

(...) fazem-se com uma formulação caótica e vaga, acompanhando as circunstâncias históricas e representando a ‘ideologia’ das classes médias ¹²⁷.

Em 1924, explodem as revoluções em São Paulo e no Rio Grande do Sul, os primeiros ficam acuadaos em seu território, seguindo para o Paraná, os outros conseguem vitórias e avançam ao encontro dos paulistas, no qual irá se conformar a Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Para Edgard Carone, a decisão de combater em nível nacional, pela primeira vez “faria vibrar a expectativa popular (...) A esperança tornou-se

¹²⁴ *ibidem*.

¹²⁵ *ibidem*.

¹²⁶ *ibidem*.

¹²⁷ *ibidem*.

nacional.”¹²⁸. Nesse processo de organização das colunas, o autor também avalia uma evolução programática dos tenentistas que, em 10 de julho de 1924, em São Paulo, lançam o primeiro manifesto com a definição de sua revolução. Declaram sua ambição em derrubar o governo sem qualquer pretensão de tomarem o poder sozinhos. Na verdade, o conteúdo do documento, para Carone, era um chamado de apoio à burguesia paulista, que se nega a apoiar.

É interessante observar que o autor reforça diversas vezes a inconsistência ideológica e a ausência de um programa tenentista coeso. No entanto, reconhece na revolução paulista de 1924 ações momentâneas de identidade com a burguesia, ou dissidência de São Paulo, o que faz através de documentos que, inclusive, tentam afastar os revolucionários de qualquer ligação com o movimento operário e o anarquismo.

O terceiro capítulo, intitulado “de Washington Luís a outubro de 1930”, inicia o que o autor chamou de “Revolução Triunfante”. Segundo Edgard Carone, nesse momento, o movimento tenentista se dispersa e seus integrantes começam a definir seus posicionamentos políticos distintos. A organização do Partido Comunista do Brasil e do Partido Democrático Nacional é destacada pelo autor como as duas forças que irão aglutinar as classes sociais em agitação e revolta diante da hegemonia política das velhas oligarquias do café. O PCB será fruto da reorganização do movimento operário e o PD organizará os setores da burguesia e pequena burguesia – com a “pobreza ideológica frequente dos programas da burguesia”¹²⁹.

A classe operária será silenciada por sucessivas leis e repressão do Estado. O PC terá dois momentos de legalidade até 30, um em 1922 e outro em 1927. Já a burguesia do PD estará muito subordinada às relações com as oligarquias, aguardando os momentos oportunos de se fazer oposição. Luis Carlos Prestes é procurado pelos dois partidos enquanto estava no exílio, fato que, segundo a narrativa do livro, revela a disputa pelos rumos do que fora o movimento tenentista até aquele momento.

De certo modo, a revolução de 1930 é colocada pelo autor como parte de um processo que se iniciou em 1922. Não é diretamente fruto do tenentismo, mas é uma oportunidade que se abre historicamente a partir da instabilidade política que permeou os anos 20 e é aproveitada pelas elites dissidentes em aliança com os revoltosos.

¹²⁸ *ibidem*.

¹²⁹ *ibidem*.

Novamente a disputa sucessória presidencial será alvo de conflitos entre os estados. A cisão das oligarquias dominantes possibilitou a formação da Aliança Liberal, colocando Minas Gerais ao lado das oligarquias dissidentes do Rio Grande e da Paraíba. Carone identifica a formação desta aliança como “uma cristalização paradoxal das oposições”¹³⁰ sem precisão ideológica.

A problemática vitória de Júlio Prestes, o candidato do governo – leia-se, São Paulo – não é aceita pela oposição de maneira tranquila. As tentativas de acordos para a estabilização das forças políticas para a posse do novo presidente fracassam.

A Aliança como um todo não se encontra convencida da necessidade de uma revolução que derrubasse o eleito. Setores se articulam apoiados pelos líderes tenentistas, que buscam armamentos e tentam iniciar o movimento revolucionário que só se concretiza em 3 de outubro: “a revolução será empurrada pelo grupo tenentista e pelos exaltados da dissidência”¹³¹.

A situação se torna insustentável, especialmente depois da Revolta da Princesa na Paraíba e a morte de João Pessoa. Segundo Carone, o clima de insurreição tomava conta do país, “governo e povo estavam informados”¹³². Os líderes tenentistas iniciam os levantes militares, em alguns estados a adesão do povo era espontânea. Entre 3 e 24 de outubro o país foi tomado por levantes e combates militares, até a entrada de tropas rebeldes na capital federal. Para o autor, “A Primeira República acabava marcada por uma atitude viril, embora vazia de senso histórico”¹³³.

Qual seria o sentido histórico que faltou à Revolução de 1930? Apesar desse vazio, Edgard Carone delimita aqui a existência de uma Primeira República e o seu fim.

O quarto capítulo se chamará “de 1930 à Revolução de 1932” e será concebido pelo autor como o momento em que as contradições do país estarão mais expostas. Serão anos de um processo de “ofensiva” e “contraofensiva” das partes envolvidas, já que “a unidade era superficial, a realidade violentamente contraditória.”¹³⁴. Os reflexos da crise de 1929 se estendiam aos 30 e, após a revolução, uma série de greves começa a despontar, especialmente em São Paulo. Para os cafeicultores, a situação também não era confortável e eles lançam o Manifesto da Lavoura Paulista, em 17 de janeiro de 1930.

¹³⁰ *ibidem.*

¹³¹ *ibidem.*

¹³² *ibidem.*

¹³³ *ibidem.*

¹³⁴ *ibidem.*

As discordâncias entre dissidentes e tenentes se revelam desde os primeiros atos políticos, à exceção da postura que se deveria ter com o operariado: controle e repressão. A nomeação dos interventores estaduais e a posse legal de Getúlio foram objeto de intensa disputa. Os tenentes viam que “a revolução tem direitos”¹³⁵, ou seja, questionavam a aplicabilidade das leis anteriores e a necessidade de se empossar um presidente nos velhos termos. Para Carone, Vargas representava “a ascendência da velha oligarquia”. No entanto, diante da falta de unidade ideológica e política foi necessário aos revolucionários buscar apoio nessa figura, que substitui a Junta Militar em 4 de novembro.

Para o autor, num primeiro momento, essa ação demonstra a força do setor dos tenentes, então apoiados pelo novo presidente, na nomeação de interventores militares nos estados. A substituição dos governadores também gerou atritos locais, com as dissidências e também com as oligarquias derrotadas.

A Revolução de 1932 foi o principal evento proveniente deste embate de poder:

A luta tenentismo-oligarquia se tornou aguda em Minas e São Paulo, onde a solução foi mais drástica, levando à guerra civil ¹³⁶.

Ao final de alguns desentendimentos entre os tenentes sobre quem assumiria o governo de São Paulo, tem-se a seguinte composição: João Alberto, interventor, e um secretariado pertencente, em sua maioria, pelo Partido Democrático. Após o contentamento da classe média e do operariado com a deposição de Washington Luís, inicia-se um período de insatisfação popular, devido à crise econômica, com reivindicações trabalhistas, greves e manifestações. A contragosto dos democratas, o governo estadual toma uma postura de mediar a situação, reprimindo o movimento operário, mas também concedendo algumas exigências, de modo “paternalista”.

Para as oligarquias do PD essas concessões pareciam uma ameaça, especialmente, diante de rumores sobre a organização do PC na ilegalidade. Começam um movimento de pressão sobre o interventor e o secretariado, pressionando para desestabilizar o governo. Diante de certo isolamento João Alberto acaba cedendo momentaneamente.

A partir daí há uma ruptura entre esses setores e a reação tenentista é quase imediata. No entanto, os ânimos continuam acirrados, inclusive, com levantes dentro da Força Pública Estadual. Desse acirramento, os tenentes sofrem a sua primeira derrota com a demissão de João Alberto. Além da disputa estadual, a oligarquia paulista descobre ser

¹³⁵ *ibidem.*

¹³⁶ *ibidem.*

necessário travar uma luta também em âmbito federal. Juntamente com Minas e Rio Grande iniciam uma movimentação que pressiona o governo provisório com o chamado à constituinte. Do outro lado:

(...) uma comissão do Clube 3 de outubro procura Getúlio em Petrópolis e pede a manutenção do Governo Provisório e o repúdio à Constituinte ¹³⁷.

A conspiração armada vai tomando forma na medida em que os tenentistas se fortalecem, irradiando suas premissas por todo o Exército, que passa a agir como corpo político. A defesa de um programa de moralização administrativa e ações de caráter nacionalista vão alimentando a oposição – daqueles que foram seus aliados.

Em meio a tentativas de acordo com o Governo Federal, os dissidentes de São Paulo se convencem cada vez mais da necessidade da revolução, que será deflagrada com o apoio de Minas Gerais. No entanto, o apoio externo aos paulistas não se efetiva. As tropas federais avançam sobre o estado. Os constitucionalistas resistem, mas não será o suficiente para evitar a derrota militar, após três meses de guerra civil.

Para Carone:

A oligarquia, aparentemente vencida, iria tirar de sua derrota, da derrota de São Paulo, o *leit-motiv* para prosseguir na luta contra o tenentismo ¹³⁸.

É assim que o autor encerra a segunda parte do livro, “A Revolução Triunfante”. Se no início ela representara uma vitória “vazia de senso histórico”, o seu fim se dá por uma derrota militar que concretiza uma cisão dos setores que se aliaram e venceram em 1930.

O período “De 1932 à revolução comunista de 1935” encerra o quinto capítulo de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Carone identifica como um momento de maior pressão pela volta à constitucionalidade, em que as disputas entre as oligarquias e os tenentistas se aprofundam.

A constituinte representa para o autor “o marco da decadência de uma revolução que se desintegrava”¹³⁹. Os tenentes que tiveram no ápice de sua atuação a vitória de 1932 passam a se diluir enquanto grupo, fruto de sua incapacidade organizativa, inconsistência ideológica e após sucessivas derrotas no processo constitucionalista. Getúlio vai se

¹³⁷ *ibidem*.

¹³⁸ *ibidem*.

¹³⁹ *ibidem*.

constituindo como uma figura catalisadora de diversos grupos, mas sua eleição apoiada “no auxílio oligárquico significava o retorno à velha política” ¹⁴⁰.

Dentro disso, surgem “ameaçadoramente novas forças” ¹⁴¹ provenientes de uma tomada de consciência de setores médios e do operariado. Assim, Carone irá descrever o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista (AI), únicos partidos verdadeiramente nacionais, expressão de um momento de polarização social e política. A primeira se forma como uma frente de esquerda com um programa amplo: anti-imperialista modernizador e em defesa das liberdades constitucionais. E, a segunda, pela reorganização de parte de setores do tenentismo e civis na defesa de um estado forte, centralizado e do anticomunismo.

No processo eleitoral que segue a constituinte, as oligarquias saem fortalecidas. A nomeação de Armando Salles de Oliveira à frente do governo paulista coroa a segunda vitória desse setor, inclusive em aliança com o governo federal.

O tenentismo entra em franco declínio e o contexto internacional colabora para um clima de polarização em torno do comunismo.

São os rumos tomados pela ANL que encerram este capítulo. O seu fechamento compulsório faz com que os comunistas prevaleçam na organização, dada a sua preparação para a ilegalidade. Prestes já consolidado como líder, chega ao Brasil em abril de 1935, sob a expectativa de um “clima revolucionário” ¹⁴². Assim, a revolução é organizada e após um dilema sobre a data de eclosão das ações, no dia 23 de novembro, em Natal, seguindo-se em Pernambuco e Rio de Janeiro. Com uma repressão violenta os levantes revolucionários foram derrotados em poucos dias. Carone atribui esse fato a inúmeros problemas, incluindo a análise distorcida dos líderes, há muito fora do país, sobre o seu contexto de atuação. Após este fato, o “motivo” da perseguição comunista se tornou algo concreto para todos aqueles que a temiam e mesmo para os céticos.

O período “de 1935 ao Golpe de Estado de 1937” encerra para o autor o período da “Revolução Descendente”. Getúlio Vargas intensifica a repressão sob o regime de estado de sítio, e sua imagem fica cada vez mais fortalecida por conta do combate ao comunismo. Ao mesmo tempo, o presidente toma medidas de alteração na Lei de Segurança Nacional, das quais se seguem suspensões de direitos constitucionais, prisões de deputados etc.

¹⁴⁰ *ibidem*.

¹⁴¹ *ibidem*.

¹⁴² *ibidem*.

Todas essas arbitrariedades são fruto de uma crescente confiabilidade nessa figura política, que vai articulando os setores políticos da legalidade em seu benefício e também setores militares que poderiam apoiá-lo: o clima de golpe é instaurado com base no medo do comunismo e na repressão.

Getúlio e seu “gabinete”, em aliança com o integralismo, tramam o estopim do golpe, dando-lhe caráter de legítimo e necessário com o falso plano de golpe comunista – Plano Cohen. Como escreve o autor: “na aparência da transição se faz um trauma” ¹⁴³. O golpe se concretiza em 2 de dezembro de 1937, com a extinção dos partidos e a queima das bandeiras estaduais.

No epílogo do livro Edgard Carone faz uma avaliação geral dos processos expostos, com destaque para os fatos que levam ao início do Estado Novo. Coloca mais centralidade para a figura de Vargas como expressão deste momento histórico e de seu oportunismo político, em que diversos setores da sociedade viam necessidade de representação e, para tal, nele “se apoiam”. É como se este indivíduo tivesse catalisado politicamente os anseios dispersos desta sociedade em transformação, apoiado num contexto mundial favorável de ascensão das ideologias fascistas na Europa, aliadas ao medo do comunismo.

Como e por que Edgard Carone se utiliza do conceito de revolução ao tratar a história do Brasil? Observa-se que Carone explora a questão da ideologia na consciência e organização das classes sociais do país como elementos determinantes na definição de uma ação social, em busca das categorias que permitissem definir os movimentos de 1922 a 1937.

Ao traçar as revoluções do Brasil nesse período o autor parece não enxergar uma classe social coesa que fosse capaz de levar até o fim os processos históricos que dessem conta da transformação econômica e política de que o país necessitava, mesmo dentro da própria ordem capitalista. Contra as oligarquias dominantes do café se juntaram setores diversos, apoiados na força militar do baixo e médio escalão do exército que se revoltava com determinadas questões da política e da vida urbana da qual eram parte.

As vitórias parciais desses opositores não estavam calcadas em um projeto de nação radicalmente diferente, já que os dissidentes ainda conformavam um setor oligárquico, arraigado nos valores e privilégios sociais sustentados pela lógica arcaica na qual a sociedade se reproduzia. Carone não consegue encontrar a burguesia no sentido clássico

¹⁴³ *ibidem*.

das revoluções europeias e nem mesmo os seus ideais parecem estar de fato presentes nos anseios da elite brasileira. O liberalismo e a democracia acabam se colocando no mesmo lado do comunismo, que deveria ser combatido. As oligarquias aburguesadas não se dão conta de que alimentam essa situação extrema que leva ao golpe de 37.

Edgard Carone não nega o caráter revolucionário dos processos que se desenrolaram nesse período de 15 anos. Ao contrário, como observamos no início, organiza o livro com base em uma estrutura que sugere dois planos diferentes de interpretação para o conceito. Adota as revoluções do plural, ao mesmo tempo em que constrói a narrativa de uma revolução, singular – Ascendente, Triunfante e Descendente.

A situação social e política do país totalmente em crise concorreu para uma situação de disputa pelo poder que, em alguns momentos, colocou em descrédito os governos que acabaram sendo derrubados ou, ao menos, tiveram seus rumos alterados.

Na estrutura do sumário o autor classifica como revolução os processos de 1922, 1932 e 1935. Ao longo do texto, os processos de 1924 e 1930 também serão tratados sob o conceito de Revolução, mas aparentam uma continuidade do que fora inaugurado em 1922.

A emergência de uma economia industrial e a decadência da base agrícola do país iniciam a problemática do livro. Logo, a disputa de poder nessas revoluções é colocada na existência de classes sociais no país. Não parece que Edgard Carone enxergue uma revolução burguesa no Brasil, apesar de identificar com bastante minúcia a alteração de grupos no poder e a diferença de caráter nas disputas colocadas ao longo dessas décadas.

Iniciando pelo movimento tenentista de 1922, Carone coloca a perspectiva de uma movimentação revolucionária a partir do enfrentamento com as oligarquias tradicionais, que até então dominavam a política brasileira. Os tenentes, para ele, vitoriosos em 1930, em momento algum são colocados como representantes de uma burguesia nacional. Avalia-se, inclusive, sua inconsistência ideológica e programática como um dos motivos de sua posterior derrota. Edgard Carone chega a afirmar que os eventos de 30 eram viris, mas estavam vazios de senso histórico.

No momento da “Revolução Triunfante” temos apenas enquadrada a revolução de 1932, justamente aquela que sob o viés constitucionalista tenta reivindicar a velha estrutura política do país. Ele reconhece a direção das oligarquias dissidentes nesse processo. Ao longo do livro, os dissidentes são caracterizados de modo diferente das oligarquias tradicionais e, em alguns momentos, são chamados de burguesia. Contudo, Carone

reconhece que não tinham direcionamento ideológico radicalmente diferente da elite agrária tradicional. Inclusive, em 1932, eles não se enfrentam diretamente com ela. Os desdobramentos do triunfo deste novo setor, em suas velhas práticas políticas, se relacionam diretamente com os processos seguintes, da “Revolução Descendente”.

Entre as revoluções abordadas por Carone, apenas uma é definida com um adjetivo que permite qualificar o seu caráter ideológico, de classe. Passando por 1922, 1924, 1930 e 1932 o autor expõe os processos, seus marcos históricos e suas datas. Porém, ao expor a revolução de 1935, fala em “revolução comunista de 1935”.

Esta revolução, filha também do tenentismo e da reorganização do movimento operário no Brasil, concretiza no fundo o grande medo da oligarquia, dominante ou dissidente, e da pequena burguesia ao tomarem para si uma revolução que fosse até as últimas consequências. Carone parece desenvolver, na verdade, os vários momentos na história que alimentavam a verdadeira ação revolucionária, a única possível num país em que os setores de elite não possuíam um programa claro pelo qual pudessem arriscar e transformar a sociedade.

A revolução de 1935 dura apenas alguns dias, mas é a síntese do verdadeiro temor do sistema capitalista como um todo: o comunismo. A partir daí, os setores mais reacionários da política nacional passam a se articular em torno de uma doutrina política clara, que ganhava força no mundo: o fascismo. Os setores mais aburguesados em sua fragilidade alimentaram essas ideias que se viabilizaram a partir da política varguista que vinha buscando espaço desde os anos 20.

A ideia de revolução, para Edgard Carone, se constrói no livro a partir desses dois planos, um no singular e outro no plural. Acompanhando a geração que pretendia compreender os momentos de exceção, que pareciam virar regra, na política brasileira o historiador traça de modo inovador os principais eventos das décadas de 1920 e 1930 no Brasil. E, como vimos, um novo Golpe reacionário, em 1964, cruza o seu caminho, alimentando o sentimento de que era necessário debruçar-se ainda mais sobre a história e sobre as possibilidades para uma revolução brasileira¹⁴⁴.

¹⁴⁴ A ideia de revolução para Edgard Carone continuará a ser objeto de estudo deste trabalho. O esforço de elaboração não se encerra aqui.

b. O contexto político e intelectual de Revoluções do Brasil Contemporâneo

Ao avaliarmos a decisão consciente de Edgard Carone em imprimir concepções políticas à sua obra é essencial analisarmos porque o autor faz uso da chave interpretativa da revolução para explicar os diversos processos históricos de agitação social no Brasil do início do século XX.

A utilização do conceito é associada normalmente às tradições políticas de esquerda e sua definição é bastante polêmica dentro desse mesmo espectro político. Os grupos de direita também se apropriam da definição em suas análises e nos processos que protagonizam, a exemplo da chamada Revolução de 1964 pelos militares brasileiros¹⁴⁵. De modo muito superficial, o que se apreende em comum das utilizações do termo revolução é a necessidade de exprimir um processo de transformação política profunda.

Edgard Carone se formou dentro de uma tradição de esquerda, a qual se delineou a partir da trajetória política do irmão e da aproximação com seus amigos - o grupo de jovens intelectuais uspianos com os quais criou vínculos muito estreitos.

Com o fim do Estado Novo, organizou-se no Partido Socialista (PS), juntamente com parte de sua geração, mas nunca foi um militante, como ele mesmo afirmava. Não deixa claro o porquê de não ter entrado no Partido Comunista, do qual se aproximou politicamente durante a ditadura militar e com o qual sempre foi relacionado intelectualmente. Apenas sugere as questões históricas mais gerais que o levaram a ingressar no PS quando ainda era jovem, em 1947:

Quando acabou a ditadura em 1945, a solução que parecia era a seguinte: o processo histórico ainda estava ligado àqueles fatores anteriores à guerra. A mudança que se queria era o socialismo democrático, que na verdade não funcionou. O grande problema da luta política é a organização¹⁴⁶.

Carone coloca o fim da II Guerra e do Estado Novo como a marca de uma época, dando vazão a uma série de questões sobre os rumos da sociedade brasileira. Ele se inclui entre aqueles que almejavam um socialismo democrático. Não é possível definir exatamente o que significava esse socialismo, mas naquele momento e para esse grupo,

¹⁴⁵ Carlos Guilherme Mota, *A ideia de Revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Editora Globo, 2008. Em seu trabalho sobre os movimentos sociais da colônia do Brasil entre 1789-1801, Carlos Guilherme Mota constata: “Não parece haver muitas dúvidas de que o conceito de revolução foi mias bem elaborado pela reação.”, uma ideia interessante para refletirmos ao longo deste trabalho. A partir desta afirmação podemos apreender a complexidade da aplicação deste conceito na história brasileira, nos processos em curso, mas também seu uso pela historiografia. O debate sobre a ideia de revolução é marcante para gerações de intelectuais. Em nota, neste mesmo livro, Carlos Guilherme Mota comenta sobre as ocupações de seu “grupo geração”, colocando centralidade para a questão nacional num contexto de descolonização no terceiro mundo. Estas ideias deverão seguir vivas para as próximas etapas de análise deste trabalho.

¹⁴⁶ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V. de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

parecia estar fora do PC. Em entrevista, A. Cândido também cita esse fato, apontando as questões mais gerais de se localizar com os intelectuais de sua afinidade no Partido Socialista ¹⁴⁷.

Além da questão da filiação partidária, a fala de Edgard Carone levanta os elementos de conteúdo que instigavam a política e a jovem intelectualidade. A história do Brasil encerrava um ciclo, em consonância com o restante do mundo. As perspectivas de um futuro melhor deveriam ser buscadas num momento anterior.

Em 1947, Carone ainda era um jovem estudante, seus colegas também estavam no início de uma trajetória acadêmica na universidade. Mas é esse o debate formador, como vimos, de seu percurso intelectual que se concretizará em *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, já no início dos anos 60.

Durante toda a década de 50, a abertura democrática do regime brasileiro cria um ambiente favorável e, no geral, otimista para pensar a nação e reformulá-la. Este contexto de otimismo em relação ao Brasil irá fundamentar um espectro amplo de interpretações e proposições políticas para o país. Com a democracia vem a ideia de desenvolver a nação:

Finda a II Guerra, a boa consciência liberal se reforça pela certeza de não ter aderido ao Estado Novo. O caminho da burguesia, culta ou inculta, conhecerá então um novo ídolo: o desenvolvimentismo. O par de opostos fundamental passa a ser subdesenvolvimento/desenvolvimento, não só no Brasil como em toda América Latina e nos países egressos dos impérios coloniais. O modelo, a rigor neocapitalista, vai arrastando quase todas as frentes até mesmo intelectuais radicais esperam os benefícios de uma 'revolução burguesa' ¹⁴⁸.

A necessidade de superação do atraso econômico e das desigualdades sociais é colocada na ordem do dia, sob o debate mais profundo acerca do caráter da transformação pela qual o país deveria passar nesse novo período de sua história.

O desenvolvimentismo acabou se consolidando como um ideário comum de transformação da sociedade brasileira para um amplo espectro de grupos de esquerda. Apesar de ter se desenvolvido dentro de diferentes linhas teóricas e políticas ¹⁴⁹, todos pareciam concordar sobre a necessidade de fortalecer o setor produtivo no país como base para a modernização industrial, para consequente modernização da sociedade.

¹⁴⁷ Entrevista com Antonio Candido. Ver anexo 02.

¹⁴⁸ Alfredo Bosi, "Um Testemunho do Presente". Prefácio. In: Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, op. cit.

¹⁴⁹ Ver: Ricardo Bielshowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Neste livro, Bielshowsky sistematiza as diversas linhas de interpretação sobre o desenvolvimento no Brasil. Sua análise tenta buscar as raízes do pensamento econômico no Brasil e corrobora com a ideia de que, apesar de diferenças de concepção, poucos foram os grupos políticos e intelectuais que passaram imunes ao desenvolvimentismo nas décadas de 50 e 60.

Os temas inevitáveis sobre esse processo eram o nacionalismo, o subdesenvolvimento, a independência econômica e, sem sombra de dúvidas, a recorrente polêmica da esquerda: reforma x revolução.

O clima geral, pós 47, de abertura para uma sociedade democrática e próspera entusiasmava a reflexão – e a prática – sobre um processo liberal, à brasileira, que desenvolvesse uma revolução no país, a partir dos parâmetros históricos do centro do capitalismo, especialmente a chamada revolução burguesa. Tentava-se identificar como esse processo poderia se desenvolver no Brasil, um país de passado colonial e, ainda, arcaico.

Esse ponto de partida em comum, ao longo da década, foi se desmembrando em polêmicas. De modo geral, era necessário pensar sobre as classes sociais do país. Desenvolver-se acabava significando fortalecer-se. Para alguns, significava ainda criar um setor social de elite: a burguesia. Nacional, é claro, pois deveria beneficiar a nação de forma independente para superar o seu atraso e a sua desigualdade interna. Mas era preciso combinar esse fortalecimento com o benefício de outra classe social, mais explorada e desfavorecida: a classe trabalhadora. As divergências residiam justamente nos meios de avançar nessa relação de classes.

A história do Brasil passa a ser objeto de intensa reflexão dentro de uma perspectiva que buscava conhecer a alma dos dominados e, ao mesmo tempo, revelar as características da descolonização, e o caráter nacional das ex-colônias¹⁵⁰.

Se fizermos uma análise temporal das publicações, pode-se observar que nas décadas de 1940 e 1950 o pensamento crítico recorre ao tema da “formação brasileira” para tentar compreender o caráter nacional. Nesse sentido, Caio Prado Júnior inaugura uma atualização sobre a história do país com *Formação do Brasil Contemporâneo*, voltando-se para o passado e formulando a ideia de sentido da colonização - objeto de exaltação e crítica. Dois outros clássicos do pensamento brasileiro seguem a mesma perspectiva: o de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, e o de Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira*¹⁵¹.

¹⁵⁰ Alfredo Bosi, *op. cit.*

¹⁵¹ Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia, op. cit.*; Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959; Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

Já a partir dos anos 1960 o termo formação é substituído pelo de revolução, assim a "revolução brasileira" passa a ser objeto de crítica e análise social. Mais uma vez Caio Prado, homem de partido¹⁵², inaugura a nova polêmica sobre a história do Brasil com *A Revolução Brasileira*. Em diálogo direto com o presente histórico, pós-Golpe Militar, e o debate desenvolvimentista, especialmente aquele que permeava a política do PCB. Posteriormente, vemos trabalhos importantes como os de Florestan Fernandes que, embora não tratem da revolução no título, estão voltados para uma análise das classes sociais no Brasil como sujeitos históricos, numa perspectiva revolucionária¹⁵³. O livro de Edgard Carone, sem dúvida, está imerso nas mesmas problemáticas colocadas por Caio Prado e Florestan. Dentro do debate historiográfico irá falar da (s) revolução (ões), certamente impactado pela surpresa do golpe.

Ao localizarmos esses dois momentos, podemos dizer que o processo de transformação e superação de um passado arcaico passava necessariamente por revisitar a história e identificar os elementos fundadores da nossa sociedade, os quais sobreviviam até aquele momento, impedindo-a de avançar. O retorno ao período colonial foi inevitável para se compreender a formação social, a composição das classes, a estruturação da economia, das instituições etc. Sedimentado esse debate, fazia-se necessário refletir sobre a história mais recente da nação. Nesse sentido, a dicotomia entre reformar ou revolucionar a sociedade permeou o debate intelectual e político, fosse entre as tradições de pensamento liberais ou socialistas.

Apesar do aparente isolamento de Edgard Carone em sua fazenda, vimos que este se manteve em contato com o debate da época e, ao mesmo tempo, ao sair de São Paulo se aproximou pela primeira vez da realidade deste Brasil arcaico que tanto se queria superar. Manteve uma rotina própria de estudo e conviveu de perto no processo de elaboração do clássico de A. Cândido, *Os Parceiros do rio bonito*, o qual, justamente, discutia os impactos da modernização do país na cultura caipira. A troca entre os amigos não devia ser pequena e quando Candido convida Carone para escrever *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, está em jogo uma relação de construção intelectual.

¹⁵² Lincoln Secco, *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

¹⁵³ Caio Prado Júnior. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966. Apesar de não possuir em seu título as palavras formação ou revolução, as obras de Florestan Fernandes *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964) e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) são expressões diretas do mesmo debate.

Nesse momento, iniciando os anos 60, a intelectualidade vive um clima contraditório de euforia que, posteriormente, se chocará com o Golpe Militar. Ao lado do Brasil desenvolvimentista ocorriam processos mais intensos no chamado mundo subdesenvolvido: América Latina, África e Ásia entravam em convulsão revolucionária.

Dentro de sua perspectiva individual, Edgard Carone não tinha pretensões de um debate teórico sobre o desenvolvimento do Brasil, ou o seu subdesenvolvimento. No entanto, veremos que *Revoluções* repercutiu de forma importante no contexto da historiografia do período, pois o livro de Carone carregava com ele a bagagem que alimentava este debate, no que diz respeito ao período e às temáticas da história contemporânea.

A apresentação demonstra como o livro se inseria no debate acalorado da época:

Este livro, sem equivalente em nossa bibliografia, narra a história dos movimentos revolucionários que, entre 1922 e 1938, (...) exprimem as crises de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. (...) procura captar o sentido histórico dos fatos, contribuindo para conhecer a nossa história recente com uma lucidez e uma informação que (...) nos darão pela primeira vez o panorama íntegro das revoluções que, entre as duas guerras, traçaram o destino do Brasil de hoje ¹⁵⁴.

Nas palavras dos editores da coleção Buriti transparece uma intenção coletiva do por que compreender o Brasil e sua história. Se a discussão sobre a formação e revolução brasileiras se ancorou no passado colonial nos 40 e 50, chegava aos anos 60 entrando, ainda que de maneira tímida, nos temas da história recente do país. O período entre guerras, anterior ao fechamento do Estado Novo, carregava os enigmas, ou os exemplos históricos, que pareciam essenciais para as reflexões daquele presente.

As *Revoluções do Brasil Contemporâneo* inauguram um campo fértil de trabalho para os historiadores e intelectuais em geral. Daí o sentido de Edgard Carone buscar a história do Brasil a partir do conceito de revolução. Essa era uma questão essencial para aqueles que pretendiam compreender o país e contribuir para reconstruí-lo. A produção intelectual mais uma vez se apresenta como tarefa política desta geração, cujos principais membros publicarão suas obras maduras nesse período. Apesar de não estar entre os quadros de destaque, Carone desenvolve sua obra no bojo do debate e das pretensões do grupo com o qual se formou e que o convidara para compor a coleção Buriti.

As interpretações sobre a realidade brasileira aprofundam-se na medida em que o país começa a apresentar elementos de uma nova dinâmica social. Se o caráter político do fim do Estado Novo e a Guerra Fria impactavam com o clima de liberdade e democracia,

¹⁵⁴ Apresentação dos editores. In: Edgard Carone. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit.

no decorrer da década de 50 as mudanças econômicas apresentarão os problemas da urbanização intensa, da industrialização e ocupação de novas áreas no país. Todas essas mudanças não eram apenas objeto de reflexão, mas sim fruto da relação entre a intelectualidade, as instituições do Estado e políticas governamentais.

O Golpe Militar de 1964 vem como um novo divisor de águas na história, impactando a todos que, em menor ou maior grau, dentro do espectro político de esquerda, embarcaram no desenvolvimentismo. Edgard Carone sem dúvidas não pode ficar a parte desse contexto intelectual. Toda a expectativa sobre a consolidação da democracia no país e do desenvolvimento econômico progressista foi colocada em xeque. Com o Golpe se inaugurava um novo período de regime ditatorial. Os golpistas também reivindicavam a sua revolução.

O panorama das questões políticas que estavam em jogo para a intelectualidade brasileira nos ajuda a refletir como Edgard Carone estruturou seu primeiro livro, aquele que tomamos como gérmen de uma vasta obra que se debruçará sobre o período republicano como um projeto de respostas políticas à história do país.

Dentro disso, é possível considerar *Revoluções do Brasil Contemporâneo* como um pequeno passo a frente no debate intelectual que por décadas se motivou a investigar, quase que exclusivamente, o passado colonial. Chegava a hora de refletir sobre os processos mais próximos e de enfrentar a história contemporânea do país.

c. Uma revolução em seus estudos, uma breve e inovadora contribuição à historiografia brasileira

Após termos apresentados o contexto em que *Revoluções do Brasil Contemporâneo* fora publicado, este item irá desenvolver como o livro impactou, ao mesmo tempo, a trajetória intelectual de Edgard Carone e a produção historiográfica da época, a qual dava novos passos para o estudo do Brasil.

Quando tratamos do historiador Edgard Carone vem sempre à mente, mesmo daqueles que possam ser seus críticos mais convictos, uma inegável e imensa produção bibliográfica. Apenas sobre a o período republicano contam-se 12 volumes, seguidos ano a ano por novas publicações, em média uma por ano:

(...) em 30 anos eu fiz 27 publicações. Quase uma por ano! E fazia porque queria, não por obrigação burocrática imposta pela universidade. (...) Eu passava o ano lendo e escrevendo, fazendo o que eu queria ¹⁵⁵.

Em tempos de metas, *rankings* e pontuações, é difícil conceber que alguém tenha produzido tanto apenas por vontade, por motivação do espírito. Por isso é importante resgatar a fundo as raízes dessa prática, quase compulsiva, de estudo e escrita que permitiu a Edgard Carone abrir diversas portas para gerações de historiadores.

Até os anos 1960, quando sai da fazenda e vai morar em Botucatu, Carone apresenta uma forma muito livre de se relacionar com os livros e com a leitura, não se importando muito em escrever ou formular sobre o que estudava. Mas é interessante compreender que essa “liberdade de ação”, que ele mesmo descreve, não se deu ao acaso. Ao longo de sua trajetória, como vimos anteriormente, diversas foram as situações e condições de vida que delimitaram o seu campo de interesse.

Desde cedo, fora fascinado por sebos onde se dedicava a buscar novos títulos com temas variados. Quando de sua aproximação com a vida política do irmão e com o seu círculo de amigos, passou a educar-se numa tradição mais engajada, o que despertou seu interesse por leituras socialistas. Além disso, um elemento social mais amplo o forjou sob o espectro de uma geração para quem o intelectual deveria cumprir um papel consciente de ação sobre a realidade brasileira e a sua cultura: transformá-la e livrá-la de certos princípios arraigados na historiografia das classes sociais dominantes aristocráticas e de mentalidade colonial.

Nesse sentido, aproximou-se cada vez mais da história do Brasil e das teorias socialistas, ao mesmo tempo em que se afastou do ambiente universitário, que será o lugar de vazão das ideias de todo esse grupo com o qual conviveu durante sua juventude. Esse afastamento não impediu que continuasse a se relacionar com essas figuras e a participar do debate. No entanto, ele o realocou no ambiente intelectual da época, pois não fora disciplinado na lógica da universidade que se cristalizava, em certo grau, entre os colegas que lá ficaram e, principalmente, entre as novas gerações formadas.

Na fazenda fazia o que queria, como faz questão de reforçar em todos os seus depoimentos e entrevistas, desenvolvendo seus interesses e reflexões com certa “liberdade

¹⁵⁵ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

de ação”¹⁵⁶. Mas essa liberdade foi marcada por um elemento mediador, um verdadeiro elo entre a sua vida no campo e aquela que deixara para trás, na cidade.

O amigo Antonio Candido, em suas diversas visitas à Bela Aliança, esteve sempre atento e em sintonia com o interesse livre de Carone pelos estudos, pelos livros e pelo Brasil. Sempre o incentivou a sistematizar e praticar a escrita, pois para ele, Edgard era muito esforçado e estudioso, mas escrevia mal¹⁵⁷, então sempre o estimulou a superar essa dificuldade. Primeiro com as resenhas do Suplemento Literário e, finalmente, com a proposta do livro, no ano de 1963 – que virá a ser *Revoluções do Brasil Contemporâneo*.

Esse é um marco na atividade intelectual de Edgard Carone, ou melhor, o marco que irá direcionar seu caminho de volta à universidade, sob a ótica da intervenção política.

Em 1963 meu amigo Antonio Candido vai a Botucatu, onde eu e minha família morávamos desde março de 1960. A sua temporada, de alguns dias, motivou reviravolta no campo do meu trabalho intelectual¹⁵⁸.

Já não vivia na fazenda Bela Aliança, havia se mudado para Botucatu em virtude da necessidade de encontrar boas escolas para o filho mais velho. Ainda trabalhava por lá, mas estava num processo de retorno à vida urbana, numa cidade do interior. Levava consigo a bagagem de livros que cada vez aumentava e o acompanhava desde a saída de São Paulo.

O convite inicial de Antonio Candido é para que Edgard Carone escrevesse sobre o tenentismo e as chamadas revoluções do Brasil de 1922 a 1935. Deveria ser um pequeno estudo, o qual comporia uma coleção dirigida por A. Candido e outros intelectuais da USP¹⁵⁹, a Coleção Buriti.

Será uma grande surpresa para Carone que acaba aceitando o convite, sem estar convicto de que conseguiria dar cabo da tarefa. Ele sabia que era um desafio ousado para alguém que não tinha quase nada escrito. Além disso, era um livro teoricamente pequeno, mas muito desafiador, pois o tema não possuía muitas análises naquele momento. Seria necessária uma busca mais profunda em escritos de época e outras fontes. Realmente, será uma publicação inovadora e de impacto significativo para a historiografia republicana.

¹⁵⁶ Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista, *op. cit.*

¹⁵⁷ Entrevista com Antonio Candido. Ver anexo 02.

¹⁵⁸ Edgard Carone, *ibidem*.

¹⁵⁹ Constam como parte do conselho diretor: Antonio Brito da cunha, Antonio Candido, Aroldo de Azevedo, Aziz Simão, Carlos Benjamin de Lyra, Crodowaldo Pavan, Décio de Almeida Prado, J.B. Damasco Penna, Paulo Emílio Salles Gomes, Sérgio Buarque de Holanda.

Além de aceitar o convite, Carone propõe ampliar o estudo até o ano de 1937, com o Golpe do Estado Novo. Visto a partir desse detalhe é possível inferir que, apesar da insegurança de escrever um livro, era um tema sobre o qual tinha um domínio razoável. Antonio Candido certamente o sabia, e podemos confirmar que de fato esses temas já faziam parte de seus interesses nas buscas pelos sebos que frequentava:

Eu li bastante e estava muito entusiasmado com alguns movimentos militares e não-militares daquele momento. Já se falava muito também no tenentismo. E eu ia comprando praticamente tudo sobre esses temas nos sebos¹⁶⁰.

Esse interesse pode ter diversas origens para o autor. Concretamente, podemos associá-la à experiência de um homem urbano que teve de se habituar à vida rural, superar diversos desafios do cotidiano e da necessidade de fazer produzir e render uma propriedade, que sustentava também outras famílias. Aproximou-se dos habitantes da região e de uma realidade localizada, porém, em franca transformação, totalmente vinculada ao processo mais geral do país. Esse fator sem dúvida o aproximou de diversas reflexões sobre os impactos da economia e da política brasileiras na cultura caipira e seus meios de vida¹⁶¹.

As dificuldades do campo e sua dinâmica de franco desmantelamento da vida tradicional do caipira estão diretamente ligadas aos signos históricos da dinâmica de classes da sociedade brasileira dos anos 50, com origens nesse passado. Começam a emergir elementos que deveriam ser compreendidos para a construção de um futuro diferente, uma perspectiva muito presente no modo de pensar de um velho “assistente de militante”.

A redação de *Revoluções do Brasil Contemporâneo* inaugura um processo em que vai se concretizando para Edgard Carone a necessidade de contribuir mais diretamente para essa realidade, ao menos, auxiliando a compreendê-la. Pela primeira vez o estudante e fazendeiro coloca em prática seu instinto de historiador. De fato, foi um instinto que teve de resgatar as primeiras lições de seu aprendizado formal na Faculdade de Filosofia e colocá-las a serviço de seus interesses mais práticos.

O livro foi escrito entre 1963 e 1965. Nesses dois anos foram idas e vindas para o levantamento de materiais e para que a redação tomasse ritmo.

¹⁶⁰ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

¹⁶¹ A. Candido esteve na Fazenda Bela Aliança em pelo menos duas oportunidades. Uma delas em 1948 e outra em 1954. Nesta ficou cerca de 40 dias e realizou as principais pesquisas para seu estudo clássico *Os Parceiros do Rio Bonito*.

Em diversas declarações afirma a dificuldade encontrada com as fontes, especialmente fontes primárias, o que o coloca diante da necessidade de recorrer aos jornais da época:

Se os jornais eram o material que os historiadores, naquela hora, utilizavam para seus estudos do período da Independência e da Regência, porque eles não poderiam ter a mesma função no meu caso? (...) a análise que faço dos anos de 1932 a 1937 se baseia, quase totalmente em jornais da época, tendo eu posto de lado, naturalmente, o preconceito e o parti-pris de cada um deles¹⁶².

Além disso, a falta de experiência com a escrita colocou dificuldades para Edgard Carone:

Nos meses seguintes reuni os meus livros que tratavam do tema, fiz as leituras necessárias, organizei as anotações em fichas e iniciei a redação. No começo, a tarefa pareceu pesada e cheguei a gastar uma montanha de papel. (...) Só após longo prazo é que o escrito tomou forma e continuidade¹⁶³.

Foi um momento de superação das dificuldades, estabelecendo uma série de experiências que concorreram para a descoberta de um ofício. O uso dos jornais, por exemplo, será um verdadeiro aprendizado que Carone carregará para o restante de suas publicações¹⁶⁴.

O livro não possui notas de rodapé. É um paradiático simples em relação à forma acadêmica tradicional. Mas conta com a apresentação de uma bibliografia básica que revela traços importantes para se compreender esta obra como o marco que foi para a formulação do projeto intelectual posterior¹⁶⁵.

A base teórica do livro, segundo a bibliografia apresentada na primeira edição, se divide em 7 eixos temáticos: 1) Estudo Econômico, 2) História da República, 3) Tenentismo, 4) Oligarquias, 5) Depois de 30, 6) Comunismo e Aliança Nacional Libertadora, 7) Integralismo. Os dois primeiros são de caráter mais geral, e as referências colocadas dentro deles se apresentam como bases teóricas para a elaboração do contexto econômico, político e social. Os outros cinco temas demonstram as referências que o estudo desenvolve dentro do período escolhido.

As histórias econômicas de Caio Prado Jr. e Celso Furtado¹⁶⁶ mostram que Carone considerou as contribuições de um debate central sobre o caráter da economia brasileira e

¹⁶² Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. Revista Marxista, *op. cit.*

¹⁶³ *idem, ibidem.*

¹⁶⁴ A questão das fontes deverá ser abordada ao longo da pesquisa, quando avançar para as publicações sobre a República Velha.

¹⁶⁵ Neste item não interessará analisar a estrutura do livro. Isso será feito no item seguinte.

¹⁶⁶ Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945; Celso Furtado, *op. cit.*

os rumos que tomou desde o fim da colônia. São obras que debatem o Brasil estruturalmente, uma referência claramente marxista e outra mais voltada para um revisionismo desenvolvimentista. O trabalho de Nícia Vilela Luz¹⁶⁷ demonstra a referência na Universidade de São Paulo, pela *Revista de História*, e o elemento ideológico, presente no desenvolvimento econômico, como subsídio à análise dos processos sociais revolucionários.

A história da república de Sertório de Castro¹⁶⁸ é de extrema importância quando consideramos que Carone irá estudar o período de maneira sistemática até a década de 1980. É comentada por ele como estudo fundamental para entender a república no Brasil até 1930 e, além disso, é citada na bibliografia sumária em detrimento de outras como as de Leôncio Basbaum¹⁶⁹ e de José Maria Bello¹⁷⁰.

Os temas mais específicos estão baseados numa produção de caráter ensaístico de figuras públicas, políticos e jornalistas de época. São referenciais bibliográficos que poderiam ser considerados também como fontes, pois retratam a história a partir dos fatos vividos, em alguns casos, com a intenção autobiográfica, como o livro de Agildo Barata¹⁷¹.

Desse modo, a bibliografia geral nos permite identificar que o então despretensioso estudo estava, por um lado, calcado num debate econômico profundo e muito atual no momento da redação e, por outro lado, entrava num terreno muito pouco, ou quase nada explorado pela historiografia. Apesar de existirem diversos livros sobre os temas que Carone iria desenvolver em seu trabalho, poucos deles davam conta de uma análise que se distanciasse dos fatos vividos e tratasse os processos como objeto da história.

Escrever este livro seria um desafio individual, mas era também um desafio coletivo. A compreensão desses fenômenos políticos e sociais do Brasil se colocava como uma necessidade no debate contemporâneo sobre os rumos do país. E, desse modo, o estudante desanimado com a universidade, reprovado em Tupi, que fora buscar uma atividade totalmente diversa para ganhar a vida, pôde enfim se redescobrir como historiador e, especialmente, como intelectual engajado.

¹⁶⁷ Nícia Vilela Luz, *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro*. São Paulo: Revista de História da Universidade de São Paulo, 1959.

¹⁶⁸ Sertório de Castro, *A República que a Revolução Destruiu*. Edição Particular, 1932.

¹⁶⁹ Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*. Rio de Janeiro: São José, 1957.

¹⁷⁰ José Maria Bello, *op. cit.*

¹⁷¹ Agildo Barata, *Vida de um revolucionário*. Editora Melo, s.d.

Além das questões de método, *Revoluções do Brasil Contemporâneo* carregou consigo outras marcas importantíssimas: as marcas da história e da política. Estas retomariam de vez o sentimento de uma geração que questionou a neutralidade intelectual e revelou seu caráter de classe.

Um ano após o início da pesquisa e da redação, Edgard Carone e boa parte dos brasileiros foram surpreendidos pelo Golpe Militar de 1964. Este fato interrompeu, literalmente, aquilo que fazia até então. Era um grande impacto num Brasil que parecia seguir os rumos do desenvolvimento econômico e democrático, a partir das discussões de superação do terceiro-mundismo e do subdesenvolvimento. O regime de liberdades democráticas era instável na história da república brasileira, o último momento de abertura fora inaugurado pelo fim da II Guerra Mundial, e possuía menos de 20 anos.

Um golpe mais uma vez tomava o poder no Brasil, mais uma vez militar, no entanto, possuía características muito distintas de outros do passado. Foram alguns meses de reflexão, sobre o presente, mas também sobre o passado e a chamada Revolução de 1964 se confrontou com as revoluções sobre as quais escrevia.

O golpe de 1964 me fez interromper a sua redação, voltando a trabalhar a partir de setembro de 1964. (...) *Revoluções do Brasil Contemporâneo* sai em 1965¹⁷².

A publicação de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, no entanto, não encerra a sua interpretação sobre o Brasil, ao contrário, abre as perspectivas que o farão caminhar na atividade intelectual posterior. O livro lançará para Carone a semente de um projeto de pesquisa bastante ousado de interpretação do Brasil, com motivações que não eram acadêmicas.

Voltar-se para o passado para enfrentar as contradições do presente. Uma concepção sobre o papel do historiador e da história da sociedade brasileira, das sociedades em geral. Nesse contexto, a fala de Edgard Carone revela os traços de sua formação, com base na problemática da geração de 1945, que denunciava o papel do intelectual na sociedade diante da política e das classes sociais, e especialmente de suas aproximações diretas e indiretas com a esfera da política de esquerda nos anos 40 e 50. São questões que perpassam a vida do intelectual e que o impulsionam à atividade intelectual com uma energia militante. De um homem que nunca se considerou parte de uma militância

¹⁷² Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

organizada coletiva, mas que reivindicou por toda a vida o papel político individual que assumira diante da história.

A entrevista citada data de 1976, um mês antes do concurso que o colocará dentro do quadro de professores da Universidade de São Paulo. Nesse momento, Edgard Carone já era professor na Fundação Getúlio Vargas e na UNESP, campus de Araraquara. No entanto, ao falar nas páginas amarelas da revista *Veja*, em plena ditadura militar, o historiador constrói um discurso sobre si, e também sobre o que acontecia naquele momento que ainda vivia as consequências diretas do Golpe que tanto o impactara.

Ao se dedicar à escrita de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, Carone acaba se aprofundando em questões sobre o Brasil e é motivado a tentar concretizar respostas para o passado, em sua relação com o presente. Esse é um elemento essencial para concebermos a obra posterior como um projeto político-intelectual, que se desenvolverá desde fora das instituições oficiais de pesquisa, mas direcionando-o a elas num caminho cheio de percalços e de contradições. Em 1969 volta à Universidade de São Paulo, ainda como aluno, pois tinha que concluir o curso interrompido em 1947. Consegue a defesa do título de doutor no ano de 1971.

Se individualmente o pequeno livro das *Revoluções* promoveu uma grande reviravolta em sua atividade intelectual, coletivamente, no curso da historiografia brasileira, o mesmo trabalho irá repercutir de modo significativo. O arquivo pessoal do autor permite mapear a repercussão deste livro como obra inédita bastante procurada por pesquisadores, inclusive de fora do país¹⁷³.

Em carta datada de 30 de maio de 1967¹⁷⁴, o filósofo João Cruz Costa¹⁷⁵ convida Carone para uma reunião em sua casa com Thomas Skidmore¹⁷⁶. Diz que o pesquisador estadunidense gostou do trabalho, comprou diversos exemplares e gostaria de conversar

¹⁷³ Arquivo disponível no acervo do Museu Republicano “Convenção de Itu” – USP. A pesquisadora realizou visitas, fotografou e realizou um levantamento do conteúdo dos anos de 1945 a 1985.

¹⁷⁴ Carta disponível no acervo do Museu Republicano “Convenção de Itu” – USP. A pesquisadora realizou visitas, fotografou e realizou um levantamento do conteúdo dos anos de 1945 a 1985.

¹⁷⁵ João Cruz Costa (1904 - 1978) filósofo brasileiro, catedrático na Universidade de São Paulo.

¹⁷⁶ Thomas Elliot Skidmore nasceu em 02 de julho de 1932 é um historiador norte-americano conhecido por seus estudos sobre história do Brasil – *brazilianist*. Seu principal trabalho é sobre o governo de Getúlio Vargas, fruto de um pós-doc realizado na Universidade de Harvard. Fez sua carreira como professor na Universidade de Wisconsin, Madison.

com ele sobre o livro e os temas de que trata. Além disso, pede auxílio para referências bibliográficas sobre o integralismo para Michel Debrun¹⁷⁷.

John D. Wirth¹⁷⁸, professor em Stanford e pesquisador da política econômica da Era Vargas 1930-1954, entra em contato com Edgard Carone no mesmo ano¹⁷⁹. Elogia o trabalho de *Revoluções do Brasil Contemporâneo* e faz um convite de encontrar com Carone para trocarem ideias sobre o tema. Uma nova carta, escrita em fevereiro de 1968, em português, ao contrário da primeira, revela que não se encontraram. De todo modo, Wirth elogia o livro, envia um artigo e comenta sobre a intenção de conversarem ainda sobre a história do Brasil.

Uma terceira carta¹⁸⁰ que faz menção a *Revoluções do Brasil Contemporâneo* é remetida a Carone por Orlando Magalhães de Carvalho¹⁸¹, solicitando um exemplar do livro que não conseguia mais encontrar. Menciona que teve contato com o livro no gabinete de um professor na Columbia University.

Esses documentos são algumas evidências do ineditismo do trabalho de Edgard Carone para a historiografia e, ao mesmo tempo, demonstram como a história do Brasil contemporâneo começava a suscitar profundo interesse entre os pesquisadores no plano internacional.

Apesar de ter sido escrito para uma coleção de caráter didático, a repercussão de *Revoluções do Brasil Contemporâneo* atingiu um público especializado, projetando seu autor na rede internacional da intelectualidade que se propunha a pensar o Brasil através da história.

Muitos fatores contribuíram para essa projeção que colocou Edgard Carone como referência do tema à época: o seu esforço de elaboração, que enfrentou dificuldades na ausência de fontes disponíveis e referências bibliográficas. A velha paixão de Carone pelos sebos e sua bibliofilia iniciaram o desbravamento de um tema de pesquisa e possibilitaram a ele se apropriar de materiais de pesquisa e de um referencial teórico mínimo.

¹⁷⁷ Michel Debrun (1921 – 1997) foi um intelectual francês licenciado em filosofia pela *Sorbonne*, e na área de política e finanças públicas pela *École Libre des Sciences Politiques*. Foi professor na Universidade de Paris. Radicou-se no Brasil em 1956 onde atuou politicamente no Ministério da Educação e realizou livre docência pela Unicamp.

¹⁷⁸ John Wirth (1936 – 2002) formou-se em história na Universidade de Harvard e realizou doutorado sobre o Brasil na Universidade de Stanford.

¹⁷⁹ Arquivo do Museu Republicano, *ibidem*.

¹⁸⁰ *ibidem*.

¹⁸¹ Professor na UFMG e fundador da Revista Brasileira de Estudos Políticos,

A partir disso, Edgard Carone gestou um projeto individual de pesquisa sobre a república e também levantou questões referenciais para o desenvolvimento da historiografia brasileira no século XX. Era um momento em que se começava a sentir a necessidade de compreender a história mais recente do país. Edgard Carone acaba se destacando naquele momento ao sistematizar documentação e a literatura já produzida sobre os temas deste período. Nestas cartas citadas, e em outras que constam em seu arquivo, são recorrentes os pedidos de ajuda, indicação bibliográfica, documental, etc.. A generosidade de Carone em atender aos pedidos de seus alunos, ou de outros interessados, e até mesmo em oferecer ajuda é recorrentemente lembrada por aqueles que conviveram com ele¹⁸².

Os temas do início de nossa história republicana passam a suscitar interesse entre os jovens pesquisadores brasileiros e suas instituições de ensino pesquisa. Só pelas cartas que se referem a *Revoluções do Brasil Contemporâneo* são 3 remetentes diferentes: Gadiel Perruci, pernambucano, Orlando M. de Carvalho, mineiro, e João Cruz Costa, paulista. Além deles, são citados no seu interior Emília Viotti da Costa, Jorge Nagle, Odilon Nogueira. Nas outras cartas estudadas, encontram-se: José Rodrigues Amaral Lapa e Hélio Trindade.

A partir desta pequena grande obra Edgard Carone se insere na produção do pensamento brasileiro da segunda metade dos anos 1960. Como expressão deste momento singular e de renovação historiográfica, mas localizado na vanguarda do processo.

É muito interessante observar outra questão que permeia o percurso editorial de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*: a sua repercussão internacional. Esse fato não pode ser considerado apenas como consequência única da qualidade e ineditismo do trabalho. É preciso dar o devido destaque ao papel e ao interesse das instituições e pesquisadores estrangeiros na produção sobre história do Brasil. Não é possível neste trabalho desenvolver a fundo o papel dos brasilianistas, principalmente estadunidenses, na história de nossa historiografia. No entanto, pode-se constatar que estavam interessados na história contemporânea do país que vivia em regime ditatorial – sob influência política e econômica do vizinho imperialista.

Os estudos de pesquisadores brasileiros se cruzam, inevitavelmente, com a visão de fora. Para Carone esse não é um fato menor, e não passa despercebido. Nas cartas citadas

¹⁸² Entrevista com Carlos Guilherme Mota, realizada em 24/11/2014. Ver anexo 02.

foram contatos de, ao menos, 03 estudiosos: Thomas Skidmore, John Wirth e June Hahner, com destaque para o primeiro que terá suas obras consagradas como referência na historiografia sobre o Brasil.

Em sua entrevista para as páginas amarelas da revista *Veja*, Edgard Carone comenta o livro de Skidmore e a situação dos estudos brasilianistas:

VEJA: A propósito, como encara o trabalho dos *brazilianists*?

CARONE: Nada tenho contra eles, mas lamento a falta de recurso à disposição dos pesquisadores nacionais. Os *brazilianists* encontraram aqui vastas possibilidades de análise histórica. Apesar de seus trabalhos não obedecerem a um planejamento global, com o correr do tempo acabarão abrangendo toda a nossa história. A nós, brasileiros, só restará, quando quisermos estudar a realidade nacional, recorrer à literatura americana. E esta, infelizmente, tende a oferecer em geral uma visão liberal e em grande parte falsa do passado brasileiro, o que deturpa irremediavelmente o verdadeiro sentido de nossa história¹⁸³.

Apesar de iniciar com tom cordial, ao fim coloca uma crítica contundente ao trabalho destes pesquisadores estrangeiros e ao papel que cumpriam ao realizar a interpretação de nossa história a partir de uma matriz teórica e ideológica que, segundo Carone, afetaria o “(...) verdadeiro sentido de nossa história (...)”¹⁸⁴.

Revoluções do Brasil Contemporâneo se insere não apenas em uma rede de relações e troca intelectual, mas sim em um debate no qual o confronto de ideias é inevitável, especialmente quando se trata de interpretar um passado polêmico e ainda muito vivo naquele presente. No momento da entrevista, em 1976, Carone já havia publicado boa parte de seus estudos sobre a república, mas é possível notar que as incursões do circuito editorial das *Revoluções* estão na origem do que fora desenvolvido posteriormente.

O circuito da primeira edição do livro acaba por se constituir como uma força motriz para a rápida e sistemática produção de um livro por ano, em média, sobre a república.

De modo sintético, é possível concluir que, para Edgard Carone, a sua atividade enquanto historiador será movida pelo aspecto político da história do Brasil – marcado pelo Golpe Militar de 64 – e da própria condição do intelectual na sociedade:

Sei que o projeto é ambicioso, mas, como já disse, ele nasceu da necessidade que senti de responder à pergunta que está dentro de mim desde 1964. Sofrer na carne o processo e não poder explicá-lo é duplamente doloroso. Buscar a origem, a explicação de um processo histórico não é um prazer pessoal, mas uma necessidade política de entendê-lo. (...) Vamos ser claros estou fazendo esta

¹⁸³ Edgard Carone, “A República em Capítulos”, *op. cit.*

¹⁸⁴ *idem, ibidem.*

história da república por motivos políticos. Não tendo em vista um objetivo político definido, mas na medida em que todo historiador, ao se definir, assume necessariamente um papel político ¹⁸⁵.

Se no discurso há uma concepção política, se no circuito editorial há uma proposição e uma repercussão do livro, inevitavelmente será necessário desenvolver os elementos do conteúdo da obra que permitiram a ela cumprir um papel na trajetória individual de Edgard Carone e no seu percurso dentro da historiografia.

Para o autor existe um sentido político em interpretar a história do Brasil, o passado é retomado numa perspectiva direcionada para o presente e também para o futuro, tendo em vista as contribuições que pretendia dar à sociedade.

¹⁸⁵ *ibidem*.

3- Corpo e Alma do Brasil: Edgard Carone e a História da República nas publicações da Editora Difusão Europeia do Livro (Difel)

O objetivo do presente capítulo é abordar o contexto editorial em que foram publicados os volumes que conformam a história da república, por Edgard Carone.

Busca-se, por meio da análise da produção editorial, compreender um pouco mais sobre a trajetória da obra de Carone e, particularmente, sobre a realização de um projeto audacioso de trabalho e engajamento intelectual. Através dele, retomam-se as relações profissionais e pessoais desenvolvidas pelo autor, a partir de um novo momento de sua vida, no qual se dedica de modo mais sistemático ao trabalho acadêmico, seguindo, a seu modo, os protocolos exigidos para se tornar professor universitário e um historiador reconhecido. Também será possível aprofundar o debate político e o relativo deslocamento geracional de Edgard Carone, após mais de 12 anos fora da universidade, e compreender melhor como, apesar disso, o historiador se localiza na vanguarda das pesquisas na Faculdade de Filosofia e na historiografia brasileira.

Sendo assim, vamos nos voltar para a temática do mercado editorial no país através da Editora Difusão Europeia do Livro (Difel) e sua coleção *Corpo e Alma do Brasil*. A produção editorial, aqui, será analisada como instrumento de divulgação obra de nosso autor e de seus contemporâneos, principalmente daqueles que compunham o quadro docente da Universidade de São Paulo (USP).

Antes da Difel outras editoras lançaram coleções de pensadores e obras sobre o Brasil que marcariam a produção livreira e acadêmica no país. As mais conhecidas e já trabalhadas em alguns artigos e pesquisas de fôlego foram a coleção *Brasiliana* e a *Documentos Brasileiros*, ambas editadas a partir dos anos 1930, respectivamente, pela Companhia Editora Nacional e pela José Olympio Editora¹⁸⁶.

Não entraremos aqui numa análise aprofundada do que cada uma das coleções representou no mercado editorial, suas especificidades e diferenças. Interessa investigar como, de modo geral, elas serviram para introduzir na circulação de impressos e no meio intelectual do país um novo veículo de divulgação da historiografia que, até aquele

¹⁸⁶ Sobre a *Documentos Brasileiros* ver: Fábio Franzini, *À sombra das palmeiras. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*. São Paulo: USP, 2006. Outro trabalho a ser citado é o de Heloisa Pontes, *Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50*. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.

momento, encontrava-se circunscrita às publicações oficiais e do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) – nacional e seus congêneres regionais¹⁸⁷.

Mais uma vez, faz-se necessário mencionar o impacto da conjuntura política e econômica dos anos 30. Seja pelo aspecto econômico pós-crise de 29 que impulsionou a indústria nacional, dentro dela o setor gráfico e a circulação de impressos¹⁸⁸, seja pelo aspecto político-cultural da revolução de 1930 que passa a repensar o caráter da nação e atribuir centralidade para o desenvolvimento de uma educação nacional centralizada por órgãos da federais¹⁸⁹.

Até esse momento, o mercado brasileiro era quase totalmente voltado à literatura - nacional e estrangeira. Aparentemente, pode-se vincular esta característica à estrutura do ensino superior no país, uma camada restrita de literatos que formava o público leitor,¹⁹⁰. Fora deste gênero eram publicados também manuais didáticos para um setor social um pouco mais amplo¹⁹¹.

A ruptura com essa hegemonia literária na produção e circulação de impressos, como os historiadores do livro ressaltam, se dá com o impacto dos eventos políticos dos anos 30, que polarizaram a sociedade e, especialmente, os setores da elite que disputavam o poder. O mercado editorial passa a dialogar com a nova “consciência nacional que despontava”¹⁹², imersa em um debate ideológico polarizado a nível internacional.

Desse modo, no ano de 1931, a coleção *Brasiliana*, dirigida por Fernando Azevedo, inaugura um novo ramo de publicações no mercado, fundando um verdadeiro veículo de divulgação de história e interpretação do Brasil. Além de seu caráter organizador, que pretendia compilar um verdadeiro arcabouço da memória sobre o país, a *Brasiliana* carrega o ânimo daquele momento histórico:

A ‘*Brasiliana*’ pode, de fato, ser encarada como uma das primeiras manifestações do novo interesse pelo Brasil e por sua herança despertada com a revolução de 1930. Posteriormente, ela foi lisonjeada com a imitação por várias outras (...) ¹⁹³.

¹⁸⁷ Fábio Franzini, *op. cit.*

¹⁸⁸ Em 1941, São Paulo se tornava um dos maiores centros gráficos do hemisfério ocidental. Ver: Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo, Edusp, 2012.

¹⁸⁹ Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012.

¹⁹⁰ Fernando Azevedo mostra como a formação em ciências jurídicas ainda se vinculava ao tradicionalismo das universidades portuguesas, como Coimbra. Ver: Fernando Azevedo, *op. cit.*

¹⁹¹ Laurence Hallewell, *op. cit.*

¹⁹² *idem, ibidem.*

¹⁹³ *ibidem.*

Entre essas imitações, ainda nos anos 30, é lançada a coleção Documentos Brasileiros (1936), inspirada no mesmo modelo editorial e, ainda, motivada pelo mesmo interesse pela interpretação e memória do país, dialogando com o ambiente inovador das ciências humanas e da historiografia naquele período.

Há algumas diferenças entre elas, as quais tendem, no geral, à existência de elementos mais modernizantes na Documentos Brasileiros, que tinha como diretor Gilberto Freyre, um ícone da renovação intelectual à época, inaugurando-a com *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Os dois autores, e suas respectivas obras, simbolizavam a escrita ensaística e uma nova forma de construir a história. Ainda que Fernando Azevedo, diretor da Brasileira, estivesse à frente de diversas outras coleções e, politicamente, envolvido nas novas diretrizes nacionais da educação superior e da cultura pós-30, carregava consigo uma formação tradicional de como se fazer história. O primeiro volume desta coleção fora *Figuras do Império*, de Antonio Baptista Pereira¹⁹⁴.

Torna-se inevitável mencionar a conexão entre esses novos veículos editoriais e o processo de estruturação do novo centro difusor da produção de conhecimento e da intelectualidade, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP, que inspiraria rapidamente a criação de outras faculdades e universidades nesse modelo. Sendo assim, o mercado editorial preenchia um espaço criado e alimentado pelo ambiente universitário no Brasil, que dava os primeiros passos.

Uma contradição presente na própria criação das Faculdades de Filosofia e das universidades brasileiras, de modo mais amplo, reflete-se na produção editorial: junto com o seu espírito de renovação, as coleções guardavam um caráter conservador ao reproduzir o pensamento elitista e o *status quo*¹⁹⁵. Ou seja, ao mesmo tempo que suas publicações continham novas metodologias e tangiam o debate acadêmico apurado, politicamente não expressavam qualquer tipo de crítica social profunda. Apesar de terem nascido nos anos 30, no calor de um debate liberal-revolucionário para os rumos do país, ressalta-se que ambas sobreviveram à censura do Estado Novo e, em nenhum momento, se propuseram ao enfrentamento com o regime vigente e seu projeto de desenvolvimento para a nação¹⁹⁶. A opção por publicações estrangeiras, documentos e clássicos sobre o Brasil condizia com a

¹⁹⁴ Antonio Baptista Pereira, *Figuras do Império e outros Ensaios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

¹⁹⁵ Edgard Carone, Sobre Brasilianas. In: (org.) Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto. *Leituras Marxistas e Outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.

¹⁹⁶ Laurence Hallewell, *op. cit.*.

nova atmosfera intelectual e, concomitantemente, adaptava-se ao crivo ideológico e ao exercício da censura que passa a vigorar diante da polarização social e tensionamento político.

Outro tipo de coleção fora experimentado no início dos anos 30. Apesar de possuir um caráter diferente, voltado ao debate político aberto, foi fruto desse mesmo contexto histórico de efervescência cultural e política. Destaca-se, a chamada Coleção Azul, publicada pela Editora Schmidt entre os anos de 1932 e 1933. Apesar de seu curto período de existência, expressou a necessidade de um setor da elite dissidente de copilar um debate político sobre a história e também sobre os rumos do Brasil, daquele momento adiante. Segundo Edgard Carone:

A Coleção Azul (direção de Augusto Frederico Schmidt) pretende ser um instrumento de análise e orientação ideológica da pequena-burguesia. Delineiam-se as tendências que passam a dividir esta classe: liberal-reformista, e a de direita, integralista¹⁹⁷.

Os livros publicados seguiam o modelo ensaístico europeu dos anos 20-30, uma estrutura um pouco diferente daquela realizada pela Brasileira e Documentos Brasileiros que, por sua própria longevidade, publicaram gêneros diversos de ensaios a reedições de obras raras que tratavam do Brasil.

Antes de lançar a Documentos Brasileiros, a casa José Olympio propôs-se a uma coleção de embate político-ideológico mais aberto chamada *Problemas Políticos Contemporâneos*, lançada em 1934. Esta aparentemente se aproximava mais da proposta da *Azul*, no entanto, com o fechamento do regime em curso a coleção não prosseguiu¹⁹⁸.

Os mecanismos de controle da imprensa impactaram o mercado editorial como um todo. A própria tendência à publicação literária se altera significativamente a partir de 1930. Nesse período, há certo abandono na publicação da literatura nacional, esta sim, muito crítica à realidade socioeconômica do país. Desse modo, veremos o auge da publicação de romances policiais de língua inglesa, setor no qual a Editora Globo surge como pioneira. Essa tendência se aprofunda com a dificuldade de importação desses romances com o deflagrar da II Guerra e o aumento da influência norte-americana sobre a economia e geopolítica na América e no mundo¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Edgard Carone, Coleção Azul: uma crítica pequeno-burguesa à crise brasileira de 1930. Separata da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.25/26, Belo Horizonte, 1968/1969.

¹⁹⁸ Fábio Franzini, *op. cit.*

¹⁹⁹ Laurence Hallewell, *op. cit.*

Diante dessa conjuntura em que rapidamente crescem o acirramento político e o controle ideológico, os estudos brasileiros passarão a ter maior interesse do público letrado e, ao mesmo tempo, deverão se conter dentro de um espectro sutil de crítica social. Nesse sentido, as coleções que se consagram atendem à necessidade de divulgação de clássicos sobre o passado e de ‘modernas’ leituras do caráter nacional que de modo algum pretendiam se enfrentar com o espírito entusiasta das possibilidades do progresso e modernização nacionais.

Ao mesmo tempo, o pós-Guerra, e pós Estado Novo no Brasil, abre espaço para atuação de algumas casas progressistas que também veem no modelo de coleções um veículo difusor de seu projeto editorial:

A chamada República “Populista” (1945-1964), particularmente em seus últimos anos, foi um período em que se destacaram muitas editoras de posições progressistas. (...) inclusive as que tinham vínculos diretos com o comunismo ortodoxo (...) ²⁰⁰.

Destaca-se a editora Civilização Brasileira no período em que foi dirigida por Ênio Silveira²⁰¹. Ao seu dinamismo administrativo, combinava-se a ousadia de um projeto editorial ao qual se manteve fiel até o fim de suas atividades na editora: “A administração de Ênio foi construindo gradualmente o acervo da empresa até que, no final da década de 1950, ela se tornara uma das principais editoras do país.” ²⁰².

Nesse período, a Civilização Brasileira se consolidou especialmente na publicação da literatura nacional para a qual foram criadas diversas coleções como a Vera Cruz (1956), Panorama do Conto Brasileiro (1960), Poesia Hoje (1963), entre outras. Mais adiante irá publicar traduções do que havia de mais moderno na literatura da Europa e Estados Unidos. Em fins dos anos 60 irá variar seu catálogo chegando a publicar obras de história e coleções mais voltadas às ciências sociais como a Retratos do Brasil e Documentos do Nosso Tempo²⁰³.

Como ressalta Hallewell: “A Civilização Brasileira não estava sozinha em sua orientação política” ²⁰⁴. Sendo assim, é preciso mencionar que se postulavam no campo progressista, e porque não radical, a Brasiliense (1943), pertencente a Caio Prado Jr, e a

²⁰⁰ Laurence Hallewell, *op. cit.*

²⁰¹ Editor e membro do P.C.B.

²⁰² Laurence Hallewell, *op. cit.*. Laurence Hallewell também destaca a postura de Ênio em manter publicações que se enfrentaram com os governos militares, resultando em perseguição política e prisão. A coleção Retratos do Brasil também é destacada pelo historiador do livro como de grande importância na sua produção sociopolítica.

²⁰³ Laurence Hallewell, *op. cit.*

²⁰⁴ *idem, ibidem.*

Zahar Editores (1947), de Jorge Zahar. A primeira mais voltada para publicações de brasileiros, a segunda com atividade intensa na tradução em artes, filosofia, história, psicologia ²⁰⁵. Cabe ainda lembrar a Editora Vitória, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (P.C.B.), fundada em 1943.

Este breve histórico das primeiras coleções de história e interpretação do Brasil nos dá uma base para tentarmos analisar, nos anos 60, a criação da coleção *Corpo e Alma do Brasil*, pela Difusão Europeia do Livro, que será reproduzida até o fim dos anos 1980. É interessante como esta introdução estabelece um paralelo com as características geracionais da intelectualidade brasileira e o debate político analisado nos primeiros capítulos deste trabalho. É sob esta mesma chave interpretativa que seguiremos o presente capítulo, direcionando o estudo da coleção para a história editorial da obra de Edgard Carone.

a. Pensamento Brasileiro e Produção Intelectual Universitária, alguns apontamentos sobre a Coleção Corpo e Alma do Brasil

Não existe nenhum estudo aprofundado sobre a coleção *Corpo e Alma do Brasil*, tampouco sobre a editora responsável por ela, a Difusão Europeia do Livro. O que se sabe sobre a sua fundação é o apresentado por Laurence Hallewell, no estudo clássico sobre a história do livro no Brasil:

O ano de 1951 marcou também a constituição da Difusão Europeia do Livro, de capital suíço e português, cuja sigla Difel foi posteriormente utilizada pela Difusão Editoria S.A. e é hoje um selo da Editora Record ²⁰⁶.

Hallewell apresenta a Difel no capítulo sobre a entrada de multinacionais no mercado editorial brasileiro, nos anos 50. Na época, a editora comprou Briguier-Garnier e foi dirigida desde o início por Jean-Paul Monteil, um engenheiro francês.

O início dos anos 50, no entanto, não parece ter sido dos mais favoráveis para a produção de livros nacionais. Havia uma política de subsídio de câmbio para a importação de livros: “Durante toda a década de 50 era mais barato comprar livros importados do que comprar papel para produzir nacionalmente.” ²⁰⁷. Os importados se localizavam justamente no setor técnico e científico que ainda não se apresentava como ramo de especialização das principais casas editoras do país.

Sendo assim:

²⁰⁵ *ibidem*.

²⁰⁶ *ibidem*.

²⁰⁷ *ibidem*.

Até 1958, essas empresas não tinham muito incentivo para fazer mais do que distribuir os produtos de suas matrizes. O mercado de ciências e tecnologia no Brasil ainda era muito pequeno e, graças ao subsídio à taxa de câmbio para importados, estes eram mais baratos do que se fossem produzidos no Brasil²⁰⁸.

Indo contra a maré da conjuntura, é nesse nicho do mercado editorial que vemos a editora Difel atuar desde o seu início. Esta pesquisa não pretende ir a fundo na história da editora, mas apenas apresentar uma pesquisa preliminar, por meio da consulta dos principais bancos de dados de bibliotecas. Até o estágio atual da investigação, pudemos demonstrar que diversas foram as coleções lançadas pela Difusão Europeia ao longo de sua existência: Coleção Terras e Povos, Coleção Corpo e Alma do Brasil, Coleção Saber Atual, Biblioteca do Economista, Clássicos Garnier, História Geral das Civilizações, Coleção Novela Brasileira, Memória e Sociedade, História Geral da Civilização Brasileira, Biblioteca Breve, Coleção Poesia Sempre, Que sais je?, Enigmas de Todos os Tempos, História Mundial da Arte, Enciclopédia de Bolso DIFEL e História Geral das Ciências. Todas elas, aparentemente, voltadas para a difusão de um conhecimento erudito em literatura, ciências e arte²⁰⁹.

Sendo assim, três anos após a fundação da DIFEL são lançados os primeiros volumes que conformariam a coleção Saber Atual, inspirada na francesa Que sais je?, da Presses Universitaires de France (PUF). Esta, que parece ter sido o primeiro projeto da casa, era formada de pequenos livros introdutórios a temas da sociologia, história, religião, política, etc. Pela data de publicação dos livros, sugere-se que a coleção Corpo e Alma do Brasil tenha sido o segundo projeto da editora, tendo seu primeiro volume publicado no ano de 1957: *Novos Estudos de Geografia Humana*²¹⁰, de Pierre Monbeig²¹¹.

Podem-se sugerir alguns motivos para a escolha, aparentemente desfavorável, de fincar as raízes da casa nesse setor. Um primeiro motivo seria o alargamento relativo do círculo intelectual no Brasil e da intenção em difundir elementos básicos das ciências sociais no país, que passava por boas transformações, desde os anos 30. Nos anos 50,

²⁰⁸ *ibidem*.

²⁰⁹ A pesquisa foi realizada no sistema integrado de bibliotecas da Universidade de São Paulo DEDALUS-USP. Buscou-se o nome da editora e, a partir desse resultado vasto, foram filtrados os títulos em ordem crescente de data de publicação. Cada chamada apresenta uma descrição com o título, autor, editora, edição e uma nota sobre o pertencimento a uma coleção ou série de livros, o que nos possibilitou elencar o levantamento apresentado.

²¹⁰ Pierre Monbeig, *Novos Estudos de Geografia Humana*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

²¹¹ Pierre Monbeig foi Professor de geografia Física e Humana até 1943 e de geografia humana, entre 1944 e 1947. Ver: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: 1939-1949*. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

especialmente na segunda metade em diante, esse círculo dá saltos mais significativos com a ampliação do ensino superior a nível nacional.

A USP sobreviveu, embora até 1941 os diplomados em humanidades e ciências não totalizassem uma centena. As perspectivas melhoraram com o estabelecimento da República Populista, em 1945: vários outros estados criaram universidades, havendo também muitas iniciativas da Igreja e de entidades privadas no ensino superior. Em 1950, o número de estudantes matriculados duplicara, em âmbito nacional, chegando a 44.097. A expansão realmente significativa teve início com o governo Kubitschek. O envolvimento do governo federal aumentou: de uma única universidade em 1945, a Universidade do Brasil, alcançou toda uma rede de instituições centralmente financiadas (...) ²¹².

Hallewell menciona, ainda, o crescimento, durante os anos 60 e 70, tanto de universidades, como também do número de escolas técnicas, totalizando, ao fim da década de 80, 1,5 milhão de estudantes universitários e mais de 1 milhão em nível técnico, escolas de comércio e normalistas. O ensino em pós-graduação passou de 1.983 no ano de 1959, para cerca de 20 mil em 1979 ²¹³.

Os dados sobre o crescimento da pós-graduação sugerem um segundo motivo para a proliferação de coleções como a Corpo e Alma do Brasil, da DIFEL. Não crescia apenas o público leitor no Brasil, mas também cresciam os produtores de teses e interpretações sobre o Brasil.

A Corpo e Alma é tida como mais uma das imitações do primeiro projeto editorial brasileiro deste tipo, que fora a Brasileira.

Posteriormente, ela [a Brasileira] foi lisonjeada com sua imitação por várias outras, entre as quais a Documentos Brasileiros da José Olympio – a partir de 1936 –, a Corpo e Alma do Brasil, da Difusão Europeia do Livro, Retratos do Brasil, da Civilização Brasileira (...) e outras coleções mais atuais (...) ²¹⁴.

Como vimos, esse é um fenômeno editorial dos anos 1930. Este tipo instrumento, utilizado para a divulgação de um conhecimento erudito ao público leitor jovem e em formação, já era uma realidade no mercado editorial europeu. No Brasil, esse modelo é adotado, inicialmente para compor uma coleção, como uma espécie de aglutinador da memória histórica e de debate político sobre o país, num momento em que se pretende forjar novos rumos para a intelectualidade e para a educação nacional. Não à toa a Brasileira chega a 400 volumes e como projeto editorial parece nunca ter dado lucro: “Apesar de outras editoras terem procurado imitá-la, a coleção jamais deu muito lucro, sendo que a partir de 1945 passou incessantemente a dar prejuízo.” ²¹⁵.

²¹² Laurence Hallewell, *op. cit.*

²¹³ *idem, ibidem.*

²¹⁴ *ibidem.*

²¹⁵ *ibidem.*

No entanto, passados os anos 30, com a já mencionada ampliação do sistema universitário e também do ensino médio e técnico, entende-se que essas coleções adquirem um novo sentido. A Difel é, de fato, uma das primeiras editoras a entrar nesse mercado ampliado e qualitativamente diferente:

A Difel, por sua vez, há cerca de trinta anos no país, é uma das pioneiras nas edições em português das ciências sociais e linguística, oferece-nos uma produção difícil de distinguir da das melhores editoras brasileiras: tem até mesmo uma coleção de estudos brasileiros – *Corpo e Alma do Brasil* – que merece um lugar ao lado da *Brasiliense* e da *Documentos Brasileiros*²¹⁶.

Desse modo, não trataremos a *Corpo e Alma do Brasil* simplesmente como imitação. Mas tentaremos desenvolver nesta análise alguns de seus aspectos específicos e problematizar suas características a partir do momento histórico em que foi produzida, em fins dos anos 50 e, sobretudo, nos 60. Há um contexto editorial, político e intelectual diferente daquele em que se realizou a “mãe” das coleções editoriais sobre o Brasil, que interfere em sua realização.

Primeiramente, nota-se através da Difel o espaço disputado pelas multinacionais na indústria editorial do país. Com o incentivo à industrialização durante o governo de Juscelino Kubitschek, o setor gráfico também se desenvolve, impactando a produção livreira nacional. Há uma política de incentivo ao crédito e concessões de importação para o setor²¹⁷ e, ao mesmo tempo, este governo cria o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), no ano de 1959. O GEIL era diretamente ligado ao ministério da educação, mas contava com representantes da sociedade civil e dos ministérios da fazenda e transportes²¹⁸. O incentivo à produção no mercado nacional não significou exatamente o fortalecimento de indústrias nacionais, pelo contrário. A política do período para todos os ramos da indústria parece se refletir na produção de livros, privilegiando as editoras multinacionais que já se beneficiavam das facilidades para a importação:

O problema básico das editoras nacionais, ao enfrentar a concorrência multinacional, é, porém, a questão financeira (...). Pouquíssimas empresas podem contar com recursos de fora da edição de livros (...). O custo dos empréstimos bancários é extremamente elevado; e uma editora tem também muita dificuldade em obtê-los, pois raramente ela terá um ativo substancial aceitável para oferecer como garantia²¹⁹.

Além das características do mercado e das políticas de governo, o abrandamento da censura na segunda metade dos anos 50 se coloca como outro elemento favorável ao setor editorial de conjunto, especialmente a essas editoras. Abre-se o “momento das coleções”,

²¹⁶ *ibidem*.

²¹⁷ *ibidem*.

²¹⁸ *ibidem*.

²¹⁹ *ibidem*.

especialmente para clássicos da literatura, literatura estrangeira, obras completas de diversos autores e, sobretudo, de obras sobre o Brasil ²²⁰.

Novamente o espírito renovado de nacionalismo e modernização do país propiciam o debate histórico e político sobre os rumos que se devia tomar. Aí se localizam as primeiras publicações que dariam vida à *Corpo e Alma*. É importante ressaltar também que, se a coleção *Brasileira* e a *Documentos Brasileiros*, nos anos 30, marcam o mercado editorial por se estabelecer como um veículo de difusão da historiografia, fora dos meios tradicionais do IHGB, a série da Difel, nos anos 50 e 60, à primeira vista coloca-se à disposição para difundir o que era produzido entre as novas gerações da intelectualidade brasileira formadas nas Faculdades de Filosofia, especialmente na Universidade de São Paulo. Os dados sobre o crescimento de estudantes em nível de pós-graduação, só confirmam essa hipótese. Existia, por um lado, uma demanda maior do público leitor e, por outro, aumentava também o número de indivíduos interessados em produzir conhecimento, possibilitando a proliferação de grupos de afinidade teórica, política e metodológica dentro da academia. Grosso modo, as coleções expressam esses agrupamentos, além de representarem projetos editoriais de mercado.

A *Corpo e Alma do Brasil* será dirigida por Fernando Henrique Cardoso e, na década de 80, houve a inclusão de Bóris Fausto também como diretor, possivelmente pelas atribuições políticas que começam a tomar maior importância na vida de FHC. As duas primeiras publicações da coleção são dos conterrâneos de Paul Monteil, professores da USP vindos com a chamada Missão Francesa. Como já citado, o primeiro volume é de Pierre Monbeig, *Novos Estudos de Geografia*, publicado em 1957. O volume seguinte é de Roger Bastide ²²¹, intitulado *Brasil, Terra de Contrastes* ²²².

O lançamento dialoga diretamente com a renovação do ensino superior e da academia no Brasil. Aparentemente, estas estão entre as primeiras publicações dos membros da chamada “missão francesa” da USP. Antes das publicações na *Corpo e Alma*, encontram-se algumas de Roger Bastide ²²³ e Paul Hugon ²²⁴, na década de 40 ; outras de

²²⁰ *ibidem*.

²²¹ “Roger Bastide (1898-1974) chegou ao Brasil em 1938 para ocupar a cátedra de Sociologia I, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo deixada vaga pelo professor Claude Lévi-Strauss; Bastide aqui esteve até 1984, quando partiu definitivamente para a França.” Ver: Maria Isaura Pereira de Queiróz, Roger Bastide, Professor da Universidade de São Paulo. In: *Estudos avançados*. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994

²²² Roger Bastide, *Brasil Terra de Contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

²²³ Roger Bastide, *Psicanálise do cafuné e estudos de sociologia estética brasileira*. Curitiba: Editora Guaíra, 1941; Roger Bastide, *Arte e sociedade*. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1945; Roger Bastide, *Imagens*

Charles Morazé ²²⁵, Paul Hugon ²²⁶ e Pierre Monbeig ²²⁷, na primeira metade dos anos 50, sendo que a última publicação já fora pela Difel, na coleção Saber Atual.

Se admitirmos o caráter de divulgação, uma espécie de vitrine, desse tipo de empreendimento editorial, vê-se a importância que se atribui às suas obras fundadoras. As coleções anteriores não tinham exatamente esse perfil. Mesmo a Documentos Brasileiros, que fora inaugurada com *Raízes do Brasil*, não possuía um perfil tão demarcado e relacionado com a intelectualidade de origem universitária. Sérgio Buarque será professor na Faculdade de Filosofia da USP, mas sua formação é em direito, e sua área de atuação por princípio é a diplomacia. O perfil ensaístico e relativamente modernizador de sua obra, assim como a de Gilberto Freire que dirigiu a coleção, vinham de sua formação no exterior e não no trajeto de uma nova tradição acadêmica/universitária nacional.

Nesse ponto podemos retomar um pouco o assunto de que já tratamos ao falar da geração intelectual a que pertencia Edgard Carone. Os jovens intelectuais uspianos da década de 40, que haviam se formado através da leitura de *Casa Grande e Senzala* e *Raízes do Brasil* ²²⁸, buscavam dar passos independentes em relação ao conservadorismo ainda presente na produção desses intelectuais, chamando a intelectualidade a uma atuação assumidamente política. Antonio Candido e Florestan Fernandes são os mais exemplares nesse sentido e, nesse momento, já haviam publicado diversos textos criticando duramente Gilberto Freire em seu tratamento senhorial e elitista sobre a mestiçagem e a escravidão na colônia.

Este elemento nos proporciona uma boa perspectiva de análise para a Corpo e Alma do Brasil a partir do levantamento de títulos publicados (Quadro 06).

do nordeste místico em branco e preto. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1945; Roger Bastide, *Sociologia e psicanálise*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948; Roger Bastide, *A estatística e a história*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

²²⁴ Paul Hugon, *O imposto: teoria moderna e principais sistemas*. São Paulo: Editora Renascença, 1945;

²²⁵ Charles Morazé, *Introdução à história econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1952.

²²⁶ Paul Hugon, *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1952.

²²⁷ Pierre Monbeig, *O Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1954.

²²⁸ Antonio Candido, "O Significado de *Raízes do Brasil*", *op. cit.*

Quadro 6 – Títulos da Coleção Corpo e Alma do Brasil, Editora Difusão Europeia do Livro

Título	Autor	Ano*	Edição**	Nº***
Novos Estudos de Geografia Humana	Monbeig, Pierre	1957	01	01
Brasil, Terra de Contrastes	Bastide, Roger	1959	01	02
Mudanças Sociais no Brasil	Fernandes, Florestan	1960	01	03
Uma Vila Brasileira: tradição e Transição	Willems, Emílio	-	-	04
A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)	Luz, Nícia Vilela	1961	01	05
Aspectos Fundamentais da cultura Guarani	Schaden, Egon	1962	01	06
As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil	Ianni, Octavio	1962	01	07
Panorama do Teatro Brasileiro	Magaldi, Sabato	-	-	09
Grandezas e misérias do ensino brasileiro	Werebe, Maria José Garcia	1963	01	10
Organização Social dos Tupinambá	Fernandes, Florestan	1963	02	11
Sociedade Industrial no Brasil	Lopes, Juarez Rubens Brandão	1964	01	11
O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukúna do Alto Solimões.	Oliveira, Robetto Cardoso de	1964	01	12
Estratificação social no Brasil: suas origens históricas e suas relações com a organização política do país	Torres, João Camillo de oliveira	1965	01	14
São Paulo Metrópole 65	Wilheim, Jorge	-	-	16
Trabalho e Desenvolvimento no Brasil	Pereira, Luiz	1965	01	17
Conflito industrial e sindicalismo no Brasil	Rodrigues, Leoncio Martins	1966	01	18
Da senzala à Colônia	Costa, Emília Viotti da	1966	01	19
Crise do Brasil Arcaico	Lopes, Juarez Rubens Brandão	1967	01	19
Lavoura canavieira em São Paulo : expansão e declínio (1765-1851)	Petroni, Maria Thereza Schorer	1968	01	21
Brasil em Perspectiva	Mota, Carlos Guilherme	1977	08	23
Desenvolvimento e Crise	Singer,Paul	1968	01	25
Petróleo e Nacionalismo	Cohn, Gabriel	1968	01	26
Mudanças Sociais na América Latina	Cardoso, Fernando Henrique	1969	01	27
Sindicato e desenvolvimento no Brasil	Rodrigues, José Albertino	1968	01	27
A Colonização Alemã no Espírito Santo	Roche, Jean	1968	01	28
A Primeira República Texto e Contexto	Carone, Edgard	1976	03	29
A República Velha I	Carone, Edgard	1977	03	31

Título	Autor	Ano*	Edição**	Nº***
Fórmulas Políticas no Brasil Holandês	Neme, Mário	1971	01	32
A industrialização de São Paulo	Dean, Waren	1971	-	33
A República Velha II	Carone, Edgard	1978	04	34
O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios	Cardoso, Fernando Henrique	1979	04	35
O Negro no Mundo dos Brancos	Fernandes, Florestan	1972	01	36
A Segunda República	Carone, Edgard	1978	03	37
Sociedade e Política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a segunda república	Soares, Gláucio Ary Dillon	1973	01	38
A República Nova (1930-1937)	Carone, Edgard	1976	02	40
Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30	Trindade, Héglio	1974	01	40
Revoluções do Brasil Contemporâneo	Carone, Edgard	1977	03	42
São Paulo, O estado Nacional	Schwartzman, Simon	1975	01	42
O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas	Carone, Edgard	1975	01	43
Brasil, Política 1964-1975	Pedreira, Fernando	1975	01	43
A Terceira República	Carone, Edgard	1976	01	44
Educação e Dependência	Berger, Manfredo	1976	01	45
Capitalismo autoritário e campesinato : um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento	Velho, Otávio Guilherme	1979	02	45
Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)	Fausto, Boris	1977	01	46
O Estado Novo	Carone, Edgard	1976	01	47
Raízes da concentração industrial em São Paulo	Cano, Wilson	1977	01	53
O Pensamento Industrial no Brasil	Carone, Edgard	1977	01	54
O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX	Uricoechea, Fernando	1978	01	55
O Movimento Operário no Brasil (1945-1964)	Carone, Edgard	1979	01	56
Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil	Micelli, Sérgio	1979	01	57
A Quarta República	Carone, Edgard	1980	01	58
O Movimento Operário no Brasil (1964-1984)	Carone, Edgard	1984	01	59
O P C B v.1	Carone, Edgard	1982	01	60
O P C B v.2	Carone, Edgard	1982	01	61
O P C B v.3	Carone, Edgard	1982	01	62

Título	Autor	Ano*	Edição**	Nº***
Médicos e curandeiros: conflito social e saúde / Maria Andréa Loyola.	Loyola, Maria Andrea	1984	01	63
Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro.	Balan, Jorge	1974	01	-
Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil	Cardoso, Fernando Henrique	1972	02	-
Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do RS	Cardoso, Fernando Henrique	1962	01	-
O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)	Carone, Edgard	1979		-
A República Liberal I	Carone, Edgard	1985	01	-
A República Liberal II	Carone, Edgard	1985	01	-
O Continente Brasileiro	Démangeot, Jean		-	-
Estado e Cultura no Brasil	Micelli, Sérgio	1984	-	-
A elite eclesiástica brasileira	Micelli, Sérgio	-	-	-
Formação Histórica de São Paulo	Morse, Richard M.	-	-	-
Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais	Moura, Maria Margarida	1988	-	-

* Alguns anos de publicação não puderam ser verificados na pesquisa. ** Algumas edições não puderam ser verificadas na pesquisa. *** Alguns volumes possuem numeração coincidente

Fonte: DEDALUS/USP.

Como já foi dito, a coleção é lançada com um livro de Pierre Monbeig, seguido de um título de Roger Bastide. O terceiro volume é a primeira edição de *Mudanças Sociais no Brasil* ²²⁹, de Florestan Fernandes. Às marcas da missão francesa, segue-se uma obra decisiva para a renovação do pensamento histórico e sociológico brasileiro.

Um livro que se situa num momento importante da obra de Florestan, inaugurando um debate central para o autor sobre o papel da escravidão e a incorporação do negro na sociedade brasileira, e a relação desses processos com o desenvolvimento do capitalismo no país. Outros dois livros seus serão publicados na Corpo e Alma: *Organização Social dos Tupinambá* ²³⁰, *O Negro no Mundo dos Brancos* ²³¹.

Especialmente o primeiro e o último nos levantam a possibilidade de enxergar o projeto editorial da DIFEL como um espaço de contraposição, ou de confronto teórico (in)direto com aquele que se expressava nas coleções anteriores. A Brasileira e a Documentos Brasileiros cumpriram um papel muito importante à época e se consolidaram através de um objetivo claro na sistematização do pensamento sobre o Brasil. Num momento posterior, a Corpo e Alma do Brasil parece apropriar-se destes modelos para dialogar com eles em outro sentido: o da renovação interpretativa.

A geração “missionária” é seguida da *novíssima*. Os outros títulos pertencem, na sua totalidade, às gerações mais recentes formadas pelo próprio Florestan e seus contemporâneos. A direção de Fernando Henrique é outra marca que nos leva a estabelecer um paralelo entre esta coleção e as suas precedentes. O debate entre esses intelectuais é bastante conhecido, portanto, traçar a relação entre o conjunto de obras publicados neste projeto editorial se apresenta como algo muito pertinente.

Além de FHC, podemos identificar Octavio Ianni, Emília Viotti da Costa, Carlos Guilherme Mota, Paul Singer e o próprio Edgard Carone como jovens frutos da incipiente tradição universitária no Brasil.

Dedicar-nos-emos com mais atenção ao historiador Edgard Carone, e suas publicações na Corpo e Alma do Brasil, nos próximos itens deste capítulo. Mas, desde já, é possível apontar como ele está inserido nessa leva de intelectuais formados por aqueles com quem mantinha contato pessoal, acadêmico e político, desde os anos 40.

²²⁹ Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

²³⁰ Florestan Fernandes, *Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. A primeira edição fora publicada em 1948 pelo Instituto Progresso Editorial.

²³¹ Florestan Fernandes, *O negro no mundos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

Como já trabalhado anteriormente, Carone se insere novamente na universidade a partir de um *gap geracional* que, naquele momento, apesar das diferenças na formação acadêmica e política com os jovens colegas, o localiza na vanguarda da produção historiográfica e sociológica sobre a nação brasileira. A coleção parece dar lugar a esse *corpo* de intelectuais que pretendiam inovar o conteúdo e a forma com as quais se pensava o país.

Este estudo não se propõe ao detalhamento de cada título e autor presentes na coleção. Por ora, serve para contextualizar sumariamente o debate político que estava colocado no momento histórico e no lugar social em que Carone publica seus livros. Além disso, a coleção apresenta um grupo de intelectuais com os quais o historiador se relacionava de alguma maneira, colaborando para identificarmos suas redes de relação fora da universidade.

Outro aspecto interessante sobre a coleção *Corpo e Alma do Brasil* está relacionado ao próprio contexto editorial dos anos 60. Segundo Lawrence Hallewell, esse período propiciou a manutenção das grandes casas editoras que se dividiam em nichos específicos do mercado. O setor didático foi o que mais se expandiu, possibilitando, inclusive, o surgimento de novas editoras, como a Ática. A criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, foi uma das medidas que possibilitaram esse crescimento.

Todas essas condições favoráveis, tinham, na verdade, uma relação estreita com o programa econômico executado pela ditadura militar que se instaurara no país desde 1964. No setor de publicações políticas e acadêmicas, o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), criado no fim dos 50, se transforma ao longo da ditadura militar. Além de se responsabilizar pelo incentivo à indústria, também possuía responsabilidade sobre a regulamentação em relação ao conteúdo daquilo que deveria circular no mercado editorial brasileiro. Isso foi feito em parceria com a agência norte-americana de informação, atualmente USIS (United States Information Service), através do que ficou conhecido como *USIA book program* ²³².

A USIA (United States Information Agency) fornecia, normalmente, o texto original, ou pelo menos, orientava sua seleção. Comumente, ficava a seu cargo a obtenção dos direitos de tradução e, muitas vezes, pagava parcial ou integralmente os direitos de autores norte-americanos ²³³.

²³² Laurence Hallewell, *op. cit.*

²³³ *ibidem.*

A GEIL impactou, sobretudo, a política de incentivo de manuais universitários e a publicação de livros de política e economia.

É sabido que com o fim da II Guerra Mundial os EUA partem com tudo para consolidar sua influência política e econômica sobre a América Latina. Os estudos sobre a América Latina e, particularmente, sobre o Brasil começam a despontar nas universidades estadunidenses. Essa era uma questão que preocupava à época ²³⁴. De um lado, o acesso à documentação de nossa história estava aberto aos pesquisadores do imperialismo; de outro, o incentivo à importação abria o nosso mercado e colocava os livros estrangeiros em condição favorável para formar as novas gerações.

As publicações da *Corpo e Alma do Brasil* dialogam muito com esse contexto de avanço na dominação econômica e ideológica colocada pelo imperialismo *yankee* em comum acordo com aqueles que dirigiam o país. Propor-se a criar um “Corpo” de publicações que refletisse o Brasil através de uma matriz renovada, debruçando-se sobre os problemas do desenvolvimento, da indústria e das questões sociais era uma tarefa bastante ousada que parecia cumprir um papel de disputa frente a essa realidade.

Edgard Carone é um intelectual que deixou bastante explícita a intenção de engajamento e atuação política através do seu pensamento. Assim também podemos identificar a produção de Florestan, Octavio Ianni e, naquele momento, de Fernando Henrique Cardoso. Todos, em menor ou maior grau, eram críticos ao regime, ao imperialismo e em alguma medida críticos ao sistema. Ou seja, a *Corpo e Alma do Brasil* expressa os anseios da intelectualidade progressista nos anos de chumbo.

A forma e o conteúdo dos livros parecem expressar uma necessidade de difundir esse debate denso e torná-lo mais acessível. A maior parte dos títulos escolhidos é instrutiva, falam sobre história e tratam da análise sociológica de maneira relativamente ampla. Além disso, a estética e a apresentação dos livros criam um aspecto de manual para um público jovem letrado.

Outra coisa a ser notada é a pequena variedade de títulos em relação ao período de existência. Embora não tenhamos encontrado nenhuma fonte que possibilitasse o levantamento seguro de todos os livros publicados, realizou-se uma pesquisa de fôlego junto aos sistemas de bibliotecas das universidades paulistas e no acervo do Instituto

²³⁴ Edgard Carone, “A República em Capítulos”, *op. cit.*

Fernando Henrique Cardoso. Foram encontrados os 68 livros listados acima. Tudo indica que a coleção vigorou dos últimos anos da década de 50 até fins da década de 80. Apesar da pouca variedade de títulos é notória a quantidade de reimpressões e novas edições de cada um deles. Esse elemento reforça a hipótese de ser um projeto editorial pretensioso para divulgação do pensamento acadêmico e, em certo nível, de disputa ideológica nas interpretações sobre o Brasil.

b. *A obra de Edgard Carone através da Coleção Corpo e Alma do Brasil: as várias faces da República - documentação e historiografia*

O período republicano foi o grande tema da obra de Edgard Carone, como afirmamos ao longo de todo o trabalho até aqui. Além dos livros que compreenderam esse tema em geral, “a história da república”, desde 1889 até 1964, o historiador é responsável pela realização de mais nove volumes publicados pela coleção Corpo e Alma do Brasil, incluindo uma reedição de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São eles ²³⁵:

- *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas – 1975*
- *Revoluções do Brasil Contemporâneo - 1975*
- *O Pensamento Industrial no Brasil - 1977*
- *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944) - 1979*
- *O Movimento Operário no Brasil (1945-1964) - 1979*
- *O Movimento Operário no Brasil (1964-1984) - 1984*
- *O P.C.B. (1922-1943) - 1982*
- *O P.C.B. (1943-1964) - 1982*
- *O P.C.B. (1964-1982) – 1982*

Como é possível constatar, todos eles tratam de objetos subjacentes ao grande tema geral de sua obra. Não são os únicos ao longo de sua trajetória. O Quadro 4 nos apresentou anteriormente toda a produção acadêmica de Carone, das resenhas aos livros de maior fôlego. Mas para este momento do trabalho recortamos essas publicações que também estão inseridas na Corpo e Alma do Brasil, o que nos sugere um diálogo destes com o seu

²³⁵ Edgard Carone, *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975; Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2ª Ed, 1975; Edgard Carone, *O Pensamento Industrial no Brasil*, op. cit.; Edgard Carone, *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944) vol.01*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979; Edgard Carone, *O Movimento Operário no Brasil (1945-1964) vol.02*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1981; Edgard Carone, *O Movimento Operário no Brasil (1965-1984) vol.03*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1984; Edgard Carone, *O P.C.B (1922-1944) vol. 01, 02 e 03*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1982;

projeto político-intelectual mais amplo sobre o período republicano. Ao menos é isso que pretendemos demonstrar.

Antes de tudo, é preciso considerar o fato de todos os volumes apresentarem antologias, exceto *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, que é uma reedição. Desse modo, Edgard Carone publica uma grande quantidade de fontes, todas elas organizadas em subtemas e sempre introduzidas pelo autor que faz uma análise geral, explicativa e/ou conclusiva, sobre o objeto abordado. Para Carone, a organização de documentos não serve apenas à catalogação, ordenamento e apresentação dos mesmos, pelo contrário, constitui, ela própria, uma leitura da história que se faz a partir desse trabalho técnico, muitas vezes renegado ao segundo plano, por ser um tipo mais laborioso, braçal.

Mesmo assim, cabe lembrar que o próprio Edgard Carone, em sua história da república, esforça-se em apresentar volumes combinados de documentação e análise, enquanto, para estes temas, circunscritos sob o período, ele apenas nos oferece antologias. É possível, então, perguntar-se por que Carone faz esse tipo de publicação?

Os objetivos em disponibilizar os documentos em forma de livro são variados, como por exemplo:

Esta antologia nasceu como um complemento de um projeto de análise sobre o tenentismo²³⁶.

Ou,

O Partido Comunista brasileiro comemora, em 1982, seu sexagésimo aniversário. Período longo, que cobre momentos intensos da nossa vida política e social. Os textos dessa antologia evidenciam o interesse que o partido sempre manifestou pela realidade brasileira. (...) Este volume será acompanhado por outros dois (...) O conjunto representa valiosa contribuição para a avaliação não só do comportamento do PCB, mas também da realidade brasileira²³⁷.

E ainda:

Uma nova corrente de estudos vem se acentuando e que se origina, em parte, na Unicamp de Campinas: os trabalhos sobre greves. Com ela, a atomização temática se acentua, com todos os defeitos de estudos parciais, onde nos limitamos a pequenos incidentes – as greves – importantes sem dúvida, mas que são tratadas limitadamente na sua dinâmica cronológica²³⁸.

Ao falar sobre o volume do tenentismo, o historiador menciona a intenção de complementaridade deste tema em relação a um projeto maior, provavelmente se referindo à sua obra sobre a Primeira República. De fato, as menções do historiador à necessidade, e também à dificuldade de buscar fontes sobre o período, o instigaram a ir atrás de tudo o que estava disponível, num esforço árduo de trabalhos em arquivos e jornais. A partir dessa

²³⁶ Edgard Carone, *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas*, op. cit.

²³⁷ Edgard Carone, *O P.C.B (1922-1944) vol. 01*, op. cit.

²³⁸ Edgard Carone, *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944) vol.01*, op. cit.

compilação, sem dúvida Carone via o quanto aquele material poderia render estudos futuros sobre o período. E não somente em relação ao tenentismo e ao período até 1930.

Percebe-se, pelos outros dois exemplos, e por outros trechos paratextuais de sua obra, que não importa qual o objetivo específico para cada um dos livros – mais comemorativo como o do P.C.B., ou mais de demarcação historiográfica etc. O marco geral em que são produzidos é o de disponibilizar aos pesquisadores mais jovens as fontes de pesquisa que ele mesmo teve dificuldade para encontrar quando do início de seu trabalho nos primeiros anos da década de 60. Não havia material disponível, pois o período republicano ainda era muito pouco explorado pela produção acadêmica. Na verdade, o que Edgard Carone faz é aproveitar toda a matéria prima e o esforço que ele mesmo dispensou para suas obras e passá-los adiante. Nenhuma energia é desperdiçada. Ele descreve seu método de trabalho:

VEJA: Como se caracteriza seu método de trabalho?

Carone: Inicialmente, consulto os jornais de época, escolhendo-os com base na riqueza de cada publicação, posição política e facilidade de acesso (...). Meu objetivo é sempre ter um jornal à mão de cada posição política. (...)

VEJA: Pesquisados os jornais, qual o passo seguinte?

Carone: Ler os livros. (...)

VEJA: Quer dizer que o senhor trabalha em dois tempos, produzindo um volume de documentos e um de interpretação?

Carone: Na verdade, é um trabalho em três tempos. Além dos documentos e da interpretação, elaboro um volume de bibliografia. Mas como esse é de difícil aceitação pelo público, permanece inédito. (...)

Para Carone, cada etapa de seu trabalho era imprescindível para a seguinte. De fato ele tinha um método bastante sistemático que lhe permitiu a publicação de tantos volumes.

Nesse sentido, poderíamos crer que o historiador deveria ter incluído essa documentação simplesmente em subtemas das antologias de história da república. Nota-se que todos estes livros são publicados de modo intercalado com as obras mais gerais sobre a república. O último título da série *A República Liberal II* ²³⁹ sai apenas em 1985. Então, por que ele publica estes volumes separadamente?

Nota-se que a quantidade de documentos seria motivo suficiente para dar a esses temas uma atenção especial. No entanto, a última citação, extraída da introdução ao primeiro volume sobre o movimento operário, nos dá indícios de que esse esforço em entrar numa delimitação temática no conjunto de sua obra dialoga com o próprio curso da historiografia. Não que Carone tivesse, de antemão, um projeto de demarcação historiográfica. Com certeza não é isso, mas ao longo do desenvolvimento de sua obra e de

²³⁹ Edgard Carone, *A República Liberal II*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985.

sua carreira acadêmica o historiador se depara com as novas tendências de pesquisa e, inevitavelmente, dialoga com elas. Desse modo, Edgard demonstra também sua disposição em demarcar a sua postura diante da formação de correntes de estudo sobre o Brasil.

O fim dos anos 70, e início dos 80, confere para a historiografia um momento de revisionismo marcado pela fragmentação dos temas e do tempo nos estudos históricos. No Brasil, há certo ‘enfrentamento’ dessa nova tendência com a anterior, pautada pela longa duração dos *Annales* e pela visão estrutural marxista.

Ruptura ou continuidade, revolução ou conciliação foram categorias exploradas pelos historiadores, até pelo menos a década de 80, quando as tendências da “nova história francesa” – críticas da teoria marxista da história – penetraram fortemente no Brasil. Notam-se sensíveis mudanças ocorridas no interior do vocabulário acadêmico, vai desaparecendo o vocabulário marxiano. (...) É sintomática a emergência da palavra cotidiano, quase sempre representando a luta pela sobrevivência dos mais pobres, vista como ato político e estratégia de resistência (...) ²⁴⁰.

Gostando ou não do que se passava, os intelectuais ativos eram convocados ao menos para refletir sobre essa nova tendência. Orientar alunos, escrever artigos, publicar novos livros, tudo isso passava pelo crivo do debate historiográfico em vigor. Apesar da reconhecida postura generosa do Professor Carone junto aos seus alunos²⁴¹, disponibilizando sua biblioteca aos interessados, dando conselhos etc., sua obra não se faz de modo totalmente altruísta e desinteressado. Havia uma necessidade de diálogo com a contemporaneidade da historiografia, que já não era mais aquela da sua formação no início da FFCL, ou do seu doutoramento no início dos anos 60.

Ao elaborar sua visão sobre o assunto, pois organizar documento não significa apenas ordená-los, senão, dar-lhes sentido dentro de uma compilação, ele abre caminhos a serem explorados pelas novas gerações, mas sob o seu ponto de vista metodológico.

Outra característica a ser avaliada nos livros é não somente a fragmentação de temas, mas também o fato de serem abordagens políticas, sobretudo, relacionadas às movimentações das classes sociais no país. Essa também seria uma tendência da historiografia à época: “um sintoma evidente de que a história operária encontrara uma inserção acadêmica na década de 70, foi a defesa das primeiras dissertações de mestrado nesse campo de estudos.” ²⁴².

²⁴⁰ Maria de Lourdes Mônaco Janotti, O Diálogo Convergente: políticos e historiadores no início da república. In: (org.) Marcos Cezar de Freitas, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

²⁴¹ Entrevista com Tânia Regina de Luca, realizada em 10/11/2014. Ver anexo 2.

²⁴² Claudio H. M Batalha, A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências. In: (org.) Marcos Cezar de Freitas, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

Se pegarmos os títulos apresentados, podemos considerar que há um estudo para cada classe social, pelo menos as três básicas – burguesia, operariado e classe média. O estudo sobre o tenentismo pode se enquadrar como um estudo voltado à compreensão do papel político das camadas médias urbanas na república, ainda incipientes e sem programa político definido. Por sua vez, o volume sobre o pensamento industrial remete às classes dominantes em seu debate sobre a industrialização do país e os respectivos setores que saem em sua defesa e/ou resistem a ela. Finalmente, a maior parte destes volumes é dedicada ao estudo da classe operária, que tradicionalmente é a de maior interesse ao marxismo devido ao seu papel enquanto sujeito social da revolução socialista. São três volumes sobre o movimento operário em geral e mais três dedicados ao Partido Comunista, de sua fundação até os anos finais da ditadura militar.

Ao seu modo Edgard Carone vai constituir uma obra volumosa, de fôlego, através da qual se apresentam questões centrais sobre o estudo do período republicano no Brasil. Há um diálogo entre sua obra mais geral e temas específicos que vão tomando a cena da historiografia. Assim, ele vai até as últimas consequências em seu projeto de realizar uma leitura totalizante sobre o país até o Golpe Militar de 1964, que fora também o seu ponto de partida.

A partir disso, queremos apresentar brevemente a relação que Carone estabeleceu com diversos centros de documentação e memória. Entre as cartas de seu arquivo pessoal encontramos registros desse contato, especialmente tratando da aquisição de microfilmes, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Devido ao fechamento do regime durante mais de 20 anos, muita documentação da história do Brasil fora enviada para fora, especialmente, o que se referia ao movimento operário, rebeliões, revoltas etc. Edgard Carone buscou essas instituições desde fins dos anos 70, assim como consultou diversos arquivos brasileiros – públicos e privados.

Em ordem cronológica, no ano de 1971 o historiador troca cartas com a família de Roberto Simonsen para que autorizem o acesso ao seu arquivo e à posterior publicação de seus textos em forma de livro pela Companhia Editora Nacional. Trata-se da compilação de ensaios de Simonsen sobre a economia brasileira, especialmente café e industrialização. A publicação sai pela coleção Brasileira, sob o título de *Evolução Industrial do Brasil e*

Outros Estudos ²⁴³. Ao que tudo indica, esse mesmo arquivo o auxilia na publicação do volume *O Pensamento Industrial no Brasil*.

O Instituto do Café também foi consultado por Edgard Carone na sua busca por documentos. Há uma carta de 1978, na qual agradece o envio de uma *Bibliografia do Café*.

Carone também menciona em cartas e em entrevistas uma viagem para a Europa, na qual pretendia percorrer diversos institutos de pesquisa e centros de documentação. Há uma correspondência que mostra a aprovação de financiamento da viagem pela Fapesp. Em seguida, têm-se diversas cartas com essas instituições que nos permitem afirmar que o historiador fez contato em com o Centre d'Études des Mouvements Sociaux, da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, com a Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), da Universidade de Paris X – Nanterre e com o Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), de Milão.

Este último se destaca bastante:

Os anos 70 assistiram também ao surgimento de centros de documentação dedicados à história operária, para citar apenas alguns exemplos, além do já citado Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp: em 1977 foi criado em Milão junto à fundação Giangiacomo Feltrinelli, o Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro – ASMOB (Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro); e em 1980 em São Paulo, o Centro de Memória Sindical. Ao mesmo tempo, o rico acervo relativo ao Brasil contido na coleção Max Nettlau do Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (Instituto Internacional de História Social) de Amsterdã, já vinha sendo explorado desde o início da década por brasilianistas ²⁴⁴.

Existem mais de 10 cartas registrando a solicitação de documentos e microfilmes, entre os anos de 1979 e 1983. O principal interlocutor é José Luiz Del Roio, e Carone também menciona Maurício Martins de Mello em um de seus agradecimentos ²⁴⁵. O contato com esse centro de pesquisa rende diversos frutos para que Carone publique a antologia sobre o P.C.B. e sobre o movimento operário.

As leituras indicam que essa documentação microfilmada foi toda destinada à Fapesp, que foi a fomentadora da pesquisa, e talvez tenha auxiliado na construção do Centro de Memória Sindical (CMS) – ao qual se faz referência na citação anterior. Edgard Carone será membro diretor do CMS durante anos. Existem diversas cartas de convocatória para reuniões, assembleias e atividades políticas que comprovam a relação ativa do historiador com o centro de documentação.

²⁴³ Roberto Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos*. (org.) Edgard Carone. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

²⁴⁴ Claudio H. M Batalha, *op. cit.*

²⁴⁵ Edgard Carone, *O P.C.B (1922-1944) vol. 01, op. cit.*

Em agradecimentos de livros Edgard Carone ainda cita: a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a Biblioteca Mario de Andrade, o Arquivo do Estado de São Paulo, o Instituto Maurice Thorez, de Paris e o Instituut voor Sociale Geschiedenis (Instituto de História Social), de Amsterdam.

Desse modo, as antologias publicadas por Carone são fruto de anos de dedicação em pesquisa. Se as encaramos dentro da mesma coleção em que publicou a principal série de sua obra, sobre o período republicano, podemos ver esses outros volumes como braços de uma “pesquisa-mãe” para a qual se dedicou durante anos. Nesse sentido, as várias faces da república se desmembram, dialogando com a historiografia do período e deixando abertas as portas para todos aqueles que quisessem ir a fundo neste período.

c. *Uma análise totalizante e pioneira da história do Brasil: o(s) período(s) da República*

Este trabalho fora concebido, desde seu início, a partir da afirmativa colocada por Edgard Carone sobre o papel de sua atividade intelectual e da intencionalidade que o moveu a se dedicar prioritariamente ao estudo do período republicano no Brasil. O discurso do historiador sobre si quando se tornou um objeto de estudo da história, uma fonte, não poderia ser tratado como retrato fiel daquilo que se desenvolveu na prática. Tornou-se uma hipótese, um ponto de apoio, para a análise sócio-histórica de sua trajetória intelectual. Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa vem examinando, e conseguiu demonstrar a existência do que se definiu por um projeto político intelectual para o historiador.

Este item cumpre um papel especial e objetivo na análise deste projeto. Ou seja, irá examinar a série de livros de Edgard Carone que tratam do período republicano. Procuraremos demonstrar se há coesão entre eles, especialmente no que toca às demarcações históricas, às continuidades e às rupturas propostas, outrossim, aos marcos gerais do período. O conteúdo de cada volume não será explorado a fundo, este seria um trabalho hercúleo que escapa aos limites desta pesquisa. Privilegiaremos, nesse ponto, a leitura paratextual do conjunto de livros que nos aponta tanto os elementos de conteúdo e organização da obra, quanto a ideia que o autor constrói sobre o seu trabalho.

Comecemos pelo fim. No último livro publicado, *A República Liberal II (1945-1964)*²⁴⁶, Carone apresenta uma pequena nota introdutória em que reafirma seus anseios na realização e na conclusão de um projeto:

Com a República Liberal (1945-1964), termino meu trabalho sobre a História da República. A ideia nasceu no momento do golpe de 1964, na hora em que as pessoas se interrogavam sobre o papel, na nossa história, dos militares, da burguesia e dos capitais estrangeiros. Esta uma das razões que me fez buscar a origem destes e de outros problemas da nossa formação republicana. O que não esperava era levar quinze anos para realizar a tarefa e nem que a obra pudesse ampliar-se nos diversos volumes que compõe a História da República²⁴⁷.

Constatamos, portanto, que persistiu, até o último volume, a ideia de elaborar uma análise que resgatasse as origens do sistema político e da estrutura socioeconômica do país, naquele momento atingidos pelo Golpe. Nota-se, também, o fato de que não se pretendia necessariamente chegar tão longe ou, ao menos, Edgard Carone não esperava de antemão constituir uma obra tão vasta, sobre a qual se dedicar ao longo de tantos anos.

Como já foi apresentado, esse projeto de estudo surgiu durante a redação de seu primeiro livro, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, que se restringia aos anos de 1922 a 1937. Voltar-se para o início da República no ano de 1889 foi a primeira tarefa a qual o historiador se deu, quando se deparou com mais uma intervenção militar na história de nossa jovem república. Desde então, foi avançando nos estudos e na própria consolidação tardia de sua carreira acadêmica: “Eu calculava que para escrever a história da República, de 1889 a 1964, precisaria de um volume – acabei escrevendo dez volumes.”²⁴⁸.

No entanto, esse avanço não foi casual, ainda que não tivesse a dimensão exata de qual seria o caminho a percorrer, e o quanto isso custaria em termos de tempo e volume de trabalho. Carone sabia o que queria com a sua dedicação à vida intelectual e o que gostaria de compreender com ela: por um lado, o Golpe Militar, que não se explicava pela superficialidade da realização de um fato – o golpe de 1 de abril; e, por outro, o insucesso de se viabilizar um projeto alternativo da esquerda brasileira para o país. Essa era a dimensão política e engajada de sua atividade, o fio condutor mais sutil deste projeto que se concretizou ao longo de 15 anos. Carone não era o único intelectual inquieto com essas questões, ela atingia toda uma geração que em maior ou menor grau se surpreendeu e se frustrou com o Golpe e as consequências de um regime ditatorial que duraria mais de 20

²⁴⁶ Edgard Carone, *A República Liberal I (1945-1964)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985.

²⁴⁷ Edgard Carone, “Nota Introdutória”. In: Edgard Carone, *A República Liberal I (1945-1964)*, op. cit.

²⁴⁸ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

anos: “Além disso, não faço meus livros por razões históricas, mas por razões políticas.”

249

Atualmente, quando olhamos o conjunto da obra de Edgard Carone sobre a república brasileira, a divisão dos períodos parece óbvia, quase natural: 1) 1889-1930; 2) 1930-1937; 3) 1937-1945; 4) 1945-1964. No entanto, devemos refletir que os marcos históricos que instituem essa divisão se consolidam na historiografia, enquanto tal, a partir de um processo de debate e amadurecimento da intelectualidade dos meios e instituições da produção de conhecimento.

É possível constatar o ineditismo da obra de Carone em apresentar essa divisão e, de certo modo, consolidá-la na historiografia. Para avaliarmos essa conclusão, é preciso mencionar algumas obras que antecederam a sua na tentativa de compreender a história da república de um modo totalizante.

A primeira fora escrita por José Maria Bello, com edição datada de 1940: *História da República: 1889-1902* ²⁵⁰. O período de análise se estende em segunda edição ²⁵¹, chegando ao ano de 1930 e, novamente, em terceira, que vai de 1930 a 1945, sendo definitivamente publicada uma edição póstuma, em 1972, *História da República 1889-1954 – Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira* ²⁵², a qual consolida a análise do autor. Outra, chamada *História Sincera da República* ²⁵³, escrita pelo médico de formação e militante do PCB Leônicio Basbaum. Esta possui quatro volumes, escritos entre 1956 e 1968, os quais fazem uma análise que se inicia ainda no Império, no momento em que ele considera as origens da República e vai até o ano de 1967.

Partimos de uma consideração importante: ambos os autores não são historiadores formados na tradição universitária, o que de maneira nenhuma invalida ou diminui a importância de seus trabalhos, mas determina de alguma forma a sua localização na historiografia e isso nos importa nesta análise.

José Maria Bello era um bacharel em direito e atuou na política ocupando cargos de deputado e senador. Sua biografia traz sempre a referência de suas atividades como

²⁴⁹ *idem, ibidem.*

²⁵⁰ José Maria Bello, *A História da República, primeiro período: 1889-1902*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

²⁵¹ José Maria Bello, *A História da República, 1889-1930, op. cit.*

²⁵² José Maria Bello, *A História da República 1889-1954 – Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1972.

²⁵³ Leônicio Basbaum, *História Sincera da República: das origens a 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957. O segundo volume sai pela mesma editora em 1958. Em 1962 há uma publicação com os três volumes pela Editora LB de São Paulo.

jornalista e historiador ²⁵⁴. Vemos refletir em sua obra a marca de sua necessidade em organizar documentos e, sobretudo, em registrar os fatos da história vivida. Não se trata de um trabalho memorialístico, mas o autor reforça a todo o momento sua autoridade enquanto político e sua responsabilidade em não deixar sem registro esse período da história e a interpretação de alguém que esteve ali. Também declara sua pretensão em demarcar a importância da história republicana em relação ao período anterior, expressando certo ufanismo com a contemporaneidade e com os feitos dos quais participou.

Às desvantagens tão alegadas da história contemporânea, opõem-se naturalmente incontestáveis vantagens. O escritor não precisa fazer difícil transposição psicológica para ambientes de passados mortos. Evoca um mundo que foi seu, que diretamente pôde conhecer, figuras que acotovelou ou que cuja passagem ainda se assinalavam vestígios (...). Se me permitem falar de mim mesmo, fui realmente “político-militante” na chamada Velha República ²⁵⁵.

Do ponto de vista do método, é notável a presença da história política tradicional, pautada pela divisão de mandatos presidenciais, a descrição das atividades e decretos desses grandes homens. Não há categorias explicativas e conceitos como classes sociais ou economia. A preocupação em declarar neutralidade científica é recorrente.

Hoje, como ontem, esforço-me por ser sincero e objetivo, esquecendo as minhas possíveis paixões, aversões e simpatias, e tendendo sempre, no julgamento dos homens, à benevolência, que é uma das raras lições colhidas no trato de uma vida já bem vivida, e numa época de tão trágicas surpresas e tão brutais ameaças ²⁵⁶.

Ao contrário, Leôncio Basbaum inicia sua obra com uma epígrafe bastante incisiva: “Os historiadores têm, até aqui, interpretado o Brasil de várias maneiras. Trata-se agora de transformá-lo.” ²⁵⁷.

Uma referência direta a Karl Marx, que caracteriza a produção intelectual como instrumento de intervenção na realidade. Para ele, uma interpretação da história da república brasileira se apresentava a serviço de sua transformação. A estrutura do livro é bastante diferente daquela apresentada por José Maria Bello. Voltando ao Império, Basbaum se preocupa com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o desenvolvimento das relações de dominação dos países centrais após o fim da colônia; o imperialismo. O papel da escravidão, o desenvolvimento do mercado de trabalho, do mercado interno, das classes sociais etc. O elemento econômico permeia o debate político e o autor apresenta

²⁵⁴ Roque Spencer Maciel de Barros, “José Maria Bello: intérprete do Brasil e pensador político”. In: *Estudos Brasileiros*. Londrina: Editora UEL, 1997. pág. 161-194.

²⁵⁵ José Maria Bello. “Prefácio à Terceira Edição”. In: José Maria Bello, *A História da República 1889-1954 – Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1969.

²⁵⁶ José Maria Bello. Prefácio à Primeira Edição. In: José Maria Bello, *op. cit.*

²⁵⁷ Leôncio Basbaum, *História Sincera da República: das origens a 1889, op. cit.*

nos quatro volumes um item de conclusão em que expressa seu ponto de vista sobre o desenvolvimento da sociedade e os rumos que toma ao longo do processo histórico. Pelo atributo presente no título, com o adjetivo “sincera”, vê-se que, enquanto historiador, Leôncio Basbaum não faz questão de ser isento em suas paixões na interpretação sobre a realidade, embora deixe claro que estas não deveriam interferir no compromisso com a documentação e a bibliografia disponíveis.

É necessário mencionar a referência à importante obra de Charles Seignobos, *Histoire Sincère de la Nation Française* ²⁵⁸, reforçando, nesse caso, a defesa de uma concepção de atividade intelectual, especialmente, dos historiadores diante dos fatos.

Le titre insolite et probablement ridicule donné à cet ouvrage... signifie que j'ai dit sincèrement comment je comprends le passé, sans réticence, sans aucun égard pour les opinions reçues, sans ménagement pour les convenances officielles, sans respect pour les personnages célèbres et les autorités établies (...) les historiens en renom des deux premiers tiers du xixe siècle travaillaient dans des conditions qui les empêchaient de décrire le passé avec une complète sincérité ²⁵⁹.

O comum entre essas obras é o fato de terem sido publicadas em coleções vindas da tradição que se inaugurou na década de 30. A de José Maria Bello fez parte da Biblioteca do Espírito Moderno, da Companhia Editora Nacional - que se inicia em 1938; a de Basbaum integrou a Biblioteca Alfa Ômega de Ciências Sociais. Nesse caso, há um aspecto comum do ponto de vista editorial entre as duas “histórias da república” antecessoras àquela escrita por Edgard Carone e, desse modo, vemos um caráter comum entre elas, de estarem inseridas em projetos mais amplos de interpretação sobre o Brasil e difusão do conhecimento.

Em seu conteúdo, verifica-se que nas duas obras já estão contidos os temas que se apresentam também nos livros de Carone: os militares e a Proclamação da República, o Tenentismo, a Coluna Prestes, a Revolução de 30, a permanência de Getúlio Vargas no poder etc. Ou seja, já havia na intelectualidade a necessidade de avaliar esses processos, movimentos e fatos da história brasileira. Edgard Carone não (re) descobre a história sozinho, a inovação de seu trabalho reside na forma como irá desenvolver a pesquisa e concretizar uma interpretação da história nos diferentes aspectos: documentação, periodização e metodologia.

²⁵⁸ Charles Seignobos, *Histoire Sincère de la Nation Française*. Paris: Rieder, 1933.

²⁵⁹ Citação retirada de Leclère L. Seignobos (Ch.), *Histoire sincère de la Nation française*. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 12, fasc. 4, 1933. pp. 1167-1170. Neste artigo, Leclère debate justamente a ideia de “sinceridade” nas diferentes concepções de história. No caso, esta reivindicada por Seignobos, no século XX, e a criticada por ele, dos historiadores do século XIX.

É inegável a influência desses autores para Edgard Carone. Ele faz referência a elas ao longo de seu texto e na bibliografia dos volumes. No entanto, é preciso considerar que o período republicano, até a obra de Edgard Carone, não fora apresentado por nenhum outro intelectual sob a ótica da tradição historiográfica universitária, explorando as continuidades e rupturas de um processo histórico mais longo, que arrastava as contradições da ex-colônia.

Com certeza isso não seria possível não havendo ainda a própria Universidade se constituído enquanto tal no Brasil. Vimos que esse processo se inicia nos anos 30, mas não é imediata a consolidação de uma elite intelectual renovada. Mantém-se por muito tempo a produção intelectual ligada aos bacharéis e ativistas políticos. Especialmente no que dizia respeito à história contemporânea do país.

Apesar da renovação dos métodos na pesquisa em história que se traduziram na liberdade ensaísta de um Sérgio Buarque ou na sagacidade de um Caio Prado Júnior, a jovem intelectualidade universitária ainda buscava estudar os temas mais distantes da nossa história, preferencialmente o período colonial, ainda que quisessem compreender o presente de nossa sociedade. Havia muitos motivos para isso, desde a disponibilidade das fontes até o caráter eurocêntrico da formação intelectual e do quadro de professores “missionários”. No entanto, há que se considerar a dificuldade do historiador em lidar com um período tão próximo de seu presente, em enfrentar essa realidade ainda viva.

A série de livros de Carone sobre a república se coloca, então, de um lado, como continuadora desse movimento de renovação historiográfica que pretendia buscar a essência da nossa sociedade em sua condição colonial; de outro lado, ela rompe com esse distanciamento histórico, colocando-se mais a serviço da contemporaneidade, ou melhor, de um trabalho que desse conta de identificar as consequências e as novas questões históricas para um período mais recente e ainda em curso. A obra de Edgard Carone, de certo modo, irá pautar pela primeira vez o período republicano dentro da tradição universitária, ainda que seu primeiro livro tenha sido escrito fora dela.

É verdade que no mesmo ano de seu doutoramento também é realizada a defesa de tese de Bóris Fausto²⁶⁰. Deixamos claro até este momento do trabalho que Edgard Carone estava evoluído em um contexto intelectual amplo, no qual a república emerge como tema importante para um conjunto de pesquisadores. Logo, oficialmente, no ano de 1971, a

²⁶⁰ Boris Fausto, *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

defesa das duas teses marca esse movimento que estava em curso na academia como um todo.

O aparecimento, dentro de um espaço de tempo bastante curto, de três obras que tratam de temas ligados a um mesmo período político, ou seja a Primeira República, é sintomático de um esforço dos historiadores no sentido do estudo, em profundidade, do Brasil deste século (1).

Sem qualquer intuito de comparação entre os autores, mas apenas para registrar o resultado dessa consciente preocupação, que já se faz sentir em compor-se uma biblioteca moderna sobre o Brasil moderno, oferecendo a contribuição do historiador ao lado do que já foi feito por economistas, sociólogos e cientistas da política, é que fazemos menção ao significado do lançamento tão próximo dessas obras, elaboradas por historiadores formados pela Universidade de São Paulo (...) ²⁶¹.

No entanto, a própria particularidade da trajetória de Edgard Carone na estrutura universitária fez com que ele se antecipasse na realização de seus trabalhos. Além de *Revoluções do Brasil Contemporâneo* (1965), Carone já havia publicado, pela DIFEL, em 1969, *A Primeira República: texto e contexto* ²⁶² e, em 1970, *República Velha: instituições e classes sociais* ²⁶³. A tese *União e Estado na Vida da Primeira República* seria publicada sob novo título em 1971 ²⁶⁴. Segundo Carlos Guilherme Mota, Carone gerou certo desconforto entre os membros da banca examinadora, que se espalhou pelo departamento, pois a tese lhes foi entregue já sob o formato de livro ²⁶⁵.

Houve repercussão de todas essas publicações. Entre as cartas existentes no arquivo pessoal é possível perceber o tom de entusiasmo de vários pesquisadores, tema que será tratado no capítulo final deste trabalho.

Esse diagnóstico sobre a obra de Edgard Carone não nos interessa para exaltá-lo, embora o reconhecimento do aspecto inovador de sua obra seja algo inevitavelmente positivo. Na verdade, com essa constatação podemos identificar o percurso da historiografia de conjunto. É possível observar nesta série de livros a concretização das diversas correntes de pensamento que forjaram as primeiras gerações de intelectuais universitários no Brasil.

Em primeiro lugar, a tradição francesa dos *Annales* fica evidente na organização de todos os livros, através da relação “ruptura x continuidade”, da ideia de processo histórico, das temporalidades do fato, da conjuntura, da curta e longa duração. Os prefácios e

²⁶¹ José Roberto Amaral Lapa, *op. cit.* Nota (1) Referimo-nos aos dois últimos livros de EDGARD CARONE, *A República Velha, I: Instituições e classes sociais* e *II volume Evolução política*, ambos publicados pela Difusão Européia do Livro em sua coleção "Corpo e Alma do Brasil", respectivamente em 1970 e 1971, e ao estudo de BÓRIS FAUSTO, *A Revolução de 1930 (Historiografia e História)*, Editora Brasiliense, 1970.

²⁶² Edgard Carone, *A Primeira República: texto e contexto*, *op. cit.*

²⁶³ Edgard Carone, *A República Velha I: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.

²⁶⁴ Edgard Carone, *União e Estado na Vida Política da Primeira República*, *op. cit.* Posteriormente, a tese sai como livro: Edgard Carone, *A República Velha II: evolução política*, *op. cit.*

²⁶⁵ Entrevista com Carlos Guilherme Mota, realizada em 24/11/2014. Ver anexo 02.

apresentações do historiador explicitam a sua intenção em dar continuidade e/ou fechar um ciclo de análise anterior, considerando as especificidades de um período em relação ao outro, mas também a totalidade da história do país e a necessidade de inserir cada estudo nessa totalidade. Para exemplificar, Carone diz em *A República Velha II*:

Com o volume de história política terminamos o **ciclo** sobre a primeira república. (...) Para o estudo, no entanto, oscilamos entre dois métodos, que consideramos igualmente válidos: a análise interpretativa e a análise descritiva dos **fenômenos** (que também é interpretação). Na primeira abordagem deveríamos usar talvez uma interpretação mais **global** das **estruturas** políticas e do **funcionamento dinâmico** dos grupos. Entretanto, toda análise subentende grande conhecimento **factual** da época (...). Não os fatos pelos fatos, mas os fatos como elementos de uma estrutura **dinâmica** ²⁶⁶.

Em *A Segunda República*:

Este volume é continuação de A Primeira República, texto e contexto. A intenção é apresentar uma variedade de documentos, suficiente para dar ideia da complexidade do período. (...) Nos momentos de transição coexistem formas novas e velhas. (...) ²⁶⁷.

Nesse sentido, os períodos que Carone delimita para a história republicana são colocados a partir de uma metodologia nova e uma concepção de história bastante diferente daquela proposta por seus antecessores. Não há uma adoção declarada do método, mas ele se revela inevitavelmente no conteúdo dos livros, em sua estrutura, especialmente, em seus paratextos.

Ao mesmo tempo, Edgard Carone tem uma preocupação especial com a (de) composição da geografia, da sociedade e da economia. Essa também é uma preocupação *braudeliana* e do projeto pedagógico que vigorou nos primeiros anos da FFCL com o curso de Geografia e História ²⁶⁸.

Sem dúvida, o historiador sofreu as influências dessa concepção de história ao longo de sua formação, desde a Faculdade de Filosofia, e elas se expressaram na concretização de sua obra. Sobre sua metodologia:

VEJA: Delimitado o período, que estratégia adotou como historiador?

Carone: A bibliografia existente não me satisfaz. Nenhum dos trabalhos que li estudava o momento histórico ao nível das **estruturas gerais, estruturas econômicas, sociais e políticas**. Ou faziam interpretações ou ficavam presos à perspectiva da época em que foram escritos, sem desenvolver, por exemplo, o problema da **formação e maturação** das classes sociais no Brasil, ou o problema da posição do exército. Para não cair no mesmo erro, dividi o período em várias etapas, adotando um critério cronológico ²⁶⁹.

²⁶⁶ Edgard Carone, *A República Velha II: Evolução Política*, op. cit. Grifo meu.

²⁶⁷ Edgard Carone, *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. Grifo meu.

²⁶⁸ Paulo Henrique Martinez, "Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956): Notas Para Estudo". In: Revista de História, nº 146, p.-p 11-27, 2002.

²⁶⁹ Edgard Carone, "A República em Capítulos", op. cit.

Em conjunto com a referência francesa que o formou academicamente, vemos também a utilização do marxismo como método que norteia a análise histórica de Edgard Carone. Como bem observa Paulo Arantes, o marxismo entra tardiamente na academia, já na década de 60, e entra pelas portas da filosofia, e não da história ²⁷⁰. No entanto, é possível observar que mesmo de forma sutil as primeiras gerações da FFCL souberam combinar a teoria marxista com a tradição mais consolidada dentro da instituição – pelos professores do Velho Mundo. Especialmente a nova geração engajada dos anos 40 – Antonio Candido, Florestan Fernandes e outros – com seu ímpeto de intervenção na realidade a partir do trabalho intelectual. Edgard Carone carrega consigo essa marca e utiliza o marxismo da mesma maneira.

A sociedade é analisada por ele a partir do conceito de classe social, buscando sempre identificar as classes dominantes e as classes dominadas, de modo amplo; e definir, de maneira mais específica, onde se encontram a burguesia, o operariado, o campesinato, as classes médias etc. Ele é metódico ao tentar encontrar as características específicas dessas categorias num país como Brasil. Sem transpor simplesmente o modelo do capitalismo europeu, mas tentando compreender o desenvolvimento do capitalismo na ex-colônia.

Sobre a economia, a questão inevitável é a industrialização do país e, paralelamente, as transformações do campo. A partir dessa contradição inevitável do capital entre campo e cidade, agricultura e indústria, desenvolvem-se todas as particularidades das classes sociais e também as movimentações políticas que se movem para construir um projeto de nação para o Brasil.

O marxismo para Edgard Carone não era um elemento de autopromoção, ou seja, não era necessário pra ele que se dissesse “sou marxista”, “estou usando o marxismo”, mas era declaradamente o principal método com o qual enxergava a realidade e a compreendia ²⁷¹.

Ao mesmo tempo, ele era um leitor muito eclético, um intelectual erudito com grande apreço pela literatura, obras de época etc. Sobre a história da república, enfrentou diversas dificuldades, pela falta de bibliografia e mesmo de documentação para realizar seu

²⁷⁰ Paulo Arantes, *op. cit.*

²⁷¹ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, *op. cit.*

trabalho. Organizar os documentos foi, inclusive, um desafio ao qual se colocou o que gerou, ao menos, um volume de cada período.

Em meio a suas declarações é bastante curiosa uma em que remete ao historiador marxista Caio Prado Jr.

Afinal optei por 1889 (...) E o modelo? As histórias do Brasil Colonial são múltiplas e mais satisfatórias. O mesmo não acontece com o Império e a República. No caso da Colônia, ao lado de obras clássicas, temos grande número de edições dos relatos e documentos de diversas origens. (...) Essa é uma das razões que facilitou Caio Prado Jr. ter escrito sua excelente *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. E por que não saíram as suas 2ª e 3ª partes, anunciadas numa das orelhas do seu livro: *Formação... Império e Formação... República*? A não ser que haja motivo que desconheço, acredito ser a razão fundamental, a falta de pesquisa e trabalhos sobre as variadas facetas do Império e da República (...) ²⁷².

É interessante observar que, dentro daquilo que definimos como um projeto político-intelectual para a república, Carone tem um ponto de inspiração, ou melhor, de referência, para o desenvolvimento de sua obra. Ao saber que Caio Prado pretendia analisar o Brasil até o período republicano, o historiador, de alguma maneira, pretende preencher a lacuna que ficou aberta, ou mesmo, seguir o caminho que fora aberto por uma interpretação marxista da realidade brasileira. O sentido da colonização sem dúvida foi o instrumento utilizado por muitos historiadores desde a formulação de Caio Prado e, posteriormente, motivo de polêmica e questionamento.

Além disso, é preciso lembrar que *Formação do Brasil Contemporâneo* é escrito por Caio Prado Júnior quando já ele havia passado pela primeira turma de história e geografia da FFCL. Ou seja, o autor que já havia se formado em direito, também passa por essa nova instituição e se torna um historiador universitário, formado nos quadros da missão francesa, tendo aulas com Fernand Braudel ²⁷³.

Sendo assim, o projeto político-intelectual de Edgard Carone se delineia a partir de sua trajetória intelectual e, ao mesmo tempo, de um debate com seus pares – dentro e fora da universidade. E, no caráter inovador de sua obra, vemos se cristalizar uma questão importante para a historiografia que é a periodização do período republicano. Apresenta-se no Quadro 7 a proposta de sua análise.

²⁷² Edgard Carone, “A História da República: Escritos Autobiográficos”. In: Mouro. *Revista Marxista*, *op. cit.*

²⁷³ Paulo Henrique Martinez, *op. cit.*

Quadro 7 – Periodização do Período Republicano na Série de Livros de Edgard Carone

Data	Título dos volumes
1889-1930	A Primeira República: texto e contexto República Velha: instituições e classes sociais República Velha: evolução política
1930-1937	A Segunda República: documentos República Nova
1937-1945	A Terceira República O Estado Novo
1945-1964	A Quarta República A República Liberal I A República Liberal II

Segundo o próprio Edgard Carone, ele é o primeiro historiador a adotar a divisão entre a chamada Primeira República – até 1930 – e a Segunda – entre 1930 e 1937:

Fui escrevendo e denominando os volumes, “A Primeira República”, “A Segunda República”, e justifico por quê. A conceituação pegou, principalmente, Primeira República (...) ²⁷⁴.

Na bibliografia listada por ele no terceiro volume da série, que consta de mais de 800 livros, existem ao menos dois títulos que utilizam essa divisão e um terceiro que fala em “República Velha”, são eles:

- João Lima, *Figuras da República Velha*. Rio de Janeiro, Batista Souza, 1941.
- Assis Cintra, *Os escândalos da Primeira República*. São Paulo, J. Fagundes, 1936.
- Aroldo de Azevedo, *Arnoldo Azevedo: o parlamentar da primeira república: 1868-1942*. São Paulo, Nacional, 1963.

Desse modo, ele mesmo tinha as referências dessa distinção da república em dois períodos. No entanto, é uma ocorrência pequena entre tudo aquilo que se produzira até então; sendo assim, podemos considerar válida a afirmação de que ele adota essa periodização dentro da produção acadêmica universitária.

Não podemos aqui constatar se os contemporâneos da Revolução de 30 já se utilizavam dessa divisão no que toca ao significado daquele processo no momento em que

²⁷⁴ Edgard Carone, “Entrevista”. In: Moraes, J. V de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*, op. cit.

viviam. Não nos propusemos a analisar documentos que nos permitam fazer essa avaliação. Mas isso não interfere na consideração que fizemos: Edgard Carone traz esse debate para a produção acadêmica. Que os eventos de 30 impactaram a sociedade brasileira, não temos dúvidas, no entanto, Carone adota um modelo e o coloca a prova em sua análise.

Essa terminologia certamente teve referência na historiografia francesa que nomeia assim os diversos períodos republicanos de sua história desde a revolução de 1789. Seria uma transposição mecânica? Uma analogia? Uma crítica à história do Brasil?

Em depoimento concedido ao periódico *Arquivo*, o autor comenta como chegou à divisão da história republicana:

Acabei fazendo uma história da República dividindo-a por fases, porque a análise do levantamento me permitiu ver que havia momentos de diferenciação nessa história da república. Os momentos de diferenciação não partem das estruturas econômicas, nem das estruturas sociais, mas do domínio político. Então do ponto de vista marxista, a história do Brasil não se concretiza por rupturas ou mudanças de classes no poder, mas por mudanças de grupos no poder. (...) São grupos da mesma classe que mudam no poder. Daí eu teria eu partir para a análise da sociedade, das classes e mostrar o comportamento dessas classes ²⁷⁵.

Essa concepção permeia toda a análise dos livros. Carone faz uma opção em analisar os grupos do poder, suas relações e seu comportamento, porque, a partir deles, vê desenrolar os marcos essenciais da história do Brasil. Desse ponto de vista, podemos identificar que o autor não faz uma transposição imediata da história francesa para a brasileira. Ele não concebe que entre a primeira e a quarta república ocorra mudanças de regime, como no caso da França. Apesar disso, a escolha não é casual e pode estabelecer paralelos entre os processos nos dois países, e o próprio curso das respectivas historiografias.

É interessante perceber também que, intencionalmente ou não, Carone faz uma diferenciação dos títulos entre os volumes de documentação e os de análise. A primeira, segunda, terceira e quarta república nomeiam os volumes de documentos. Os outros possuem uma nomeação mais qualitativa, se assim podemos dizer. Não se enumera simplesmente a ordem dos eventos no tempo, mas os qualifica: velho, nova, novo, liberal. Aparentemente ele não opõe as duas formas, elas parecem complementar a totalidade de cada período, especificando o caráter de cada volume. Ou seja, os documentos remetem mais à institucionalidade (são ofícios, leis, decretos etc.), às formas que o Estado assume nos momentos distintos – nesse caso dá-se o título mais frio e esquemático; enquanto que a

²⁷⁵ Edgard Carone, “Depoimento”. In: *Arquivo, boletim histórico e informativo*. São Paulo Arquivo Público do Estado de São Paulo, jul./set., 1983.

análise se destina de fato a uma avaliação qualitativa das instituições e do Estado, mas também da sociedade e da economia em dinâmica, exigindo um título adjetivado – a Primeira República é velha, a segunda é nova, a terceira é o Estado Novo, a quarta é liberal. Parece uma questão óbvia, mas a utilização dessas terminologias, especialmente para a divisão marcada pelo ano de 1930, é objeto de debate até os dias de hoje na historiografia.

Diante de todos esses elementos, podemos concluir que Edgard Carone se localiza na vanguarda de um processo coletivo de inovação da historiografia na década de 60. Dialogando com duas gerações de historiadores, aquela com quem se formou ainda jovem, e outra com quem concluía um processo de reingresso na universidade, vinte anos depois, este historiador foi capaz de construir uma obra referencial e totalizante sobre o período republicano até 1964.

4- A República de 1889-1930: um questionamento sobre a revolução brasileira

O capítulo final deste trabalho se volta para o conceito de revolução nos livros publicados por Edgard Carone sobre a Primeira República, ou República Velha. Este período compõe a primeira parte da série sobre a república brasileira, cujos títulos são: *A Primeira República – Texto e Contexto*²⁷⁶, *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*²⁷⁷ e *A República Velha II – Evolução Política*²⁷⁸, sendo que este é fruto de sua tese de doutorado, conforme já apresentamos anteriormente²⁷⁹.

O volume da documentação manejada pelo autor não será objeto de análise a exemplo do que foi feito anteriormente. Já trabalhamos sua concepção e seu papel dentro do projeto de Edgard Carone para o período republicano²⁸⁰. Agora, caberá a este trabalho mergulhar no conteúdo dos volumes de interpretação histórica. Faremos uma breve introdução, retomando o contexto da obra, e apresentaremos a estrutura dos livros para subsidiar a análise posterior.

A obra de Edgard Carone se desenvolveu a partir de uma empreitada desafiadora, que consistia em realizar uma análise totalizante da história republicana do Brasil. O que chamamos de projeto político intelectual foi, para o autor, um meio consciente de construir a sua interpretação política do passado, mas também do presente em que vivia. Das várias subdivisões que criou sobre o período, interessa-nos mais de perto a chamada República Velha ou Primeira República. Essa escolha não foi feita por critério meramente cronológico. Vimos que no percurso de sua trajetória intelectual, esse período é o que lhe desperta o interesse em voltar para o ano de 1889, e reconstituir o processo de mudança de regime da nação independente - com características muito particulares em relação ao restante de suas vizinhas na América. A implementação do regime republicano se dá em condições muito específicas e tardias na ex-colônia portuguesa, questão que muitos intelectuais já haviam constatado e até analisado de alguma maneira. No entanto, faltava à ciência histórica dar seu olhar mais apurado sobre os fatos, as estruturas e os processos desencadeados a partir desse momento.

Nesse sentido, quando tratamos da novidade de sua obra identificamos sua localização na vanguarda da historiografia que, nos anos 60, foi marcada por um ponto

²⁷⁶ Edgard Carone. *A Primeira República – Texto e Contexto*, op. cit.

²⁷⁷ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

²⁷⁸ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

²⁷⁹ O percurso intelectual e a concepção do projeto de pesquisa de Edgard Carone foi objeto dos capítulos 1 a 3 deste trabalho.

²⁸⁰ Sobre isso, ver Capítulo 3.

inflexão na perspectiva histórica para a investigação do nosso passado. Isso significa que o fio condutor dos principais debates historiográficos, situado sempre sobre a herança colonial e os processos de emancipação política e econômica na ex-colônia, se realocaliza. O fechamento do regime, imposto pelo Golpe Militar de 64, parece ter suscitado ou, ao menos, evidenciado, a necessidade de compreender a formação da república, ainda que fosse como uma “etapa” do processo de emancipação nacional, ou das novas formas de relação colonialistas instituídas pelo desenvolvimento do capitalismo.

A partir daí nos perguntamos: como o interesse pela história da república se alinha com o da revolução brasileira?

Como apresentado desde o início, acreditamos que a ideia de revolução permeia o trabalho de Edgard Carone, sendo essencial para compreendermos os objetivos de sua atividade e sua interpretação sobre o Brasil. As contribuições que confere à historiografia só podem ser identificadas nos marcos de uma discussão intelectual e política sobre os rumos da sociedade brasileira.

Para Edgard Carone o referencial teórico e metodológico da análise da realidade é o marxismo, como já apontamos em outra ocasião. A definição do conceito de revolução passa por essa matriz. De modo geral, identificam-se historicamente os processos de desenvolvimento do capitalismo nos países mais adiantados, repercutindo na transformação das instituições, relações de poder e na própria classe dominante que assume o poder nas chamadas revoluções burguesas - processos de emancipação política desta classe que servem à constituição dos estados nacionais e ao desenvolvimento das forças produtivas. De modo muito ligeiro, podemos resumir também que a revolução socialista seria o processo, na mesma medida, da emancipação da classe operária ²⁸¹.

A relação entre desenvolvimento do capitalismo, revolução burguesa e revolução socialista foi se atualizando em diversas posições e polêmicas, especialmente, depois da experiência russa – em um país “atrasado”. Nos países americanos, o desafio era ainda maior, os debates iam desde a experiência particular da independência dos Estados Unidos até a revolução cubana.

A revolução, concebida em diversos matizes da intelectualidade política progressista, foi por algumas décadas o parâmetro para as transformações sociais. A reivindicação por um processo contínuo de reformas - desenvolvimento econômico,

²⁸¹ Friedrich Engels e Karl Marx, *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

reformas no Estado, concessões de direitos sociais e trabalhistas, etc. – por muito tempo se desenvolveu a partir da perspectiva, crítica ou conivente, da necessidade da revolução.

No entanto, o famigerado Golpe Militar vem, desde o início, para controlar os rumos da república e retirá-lo desse referencial – não apenas teórico, mas prático –, mesmo assim, se autoproclama Revolução de 64, dizendo também que mudaria o país. Em meio à Guerra Fria, um Golpe das Forças Armadas toma de assalto o governo do país. Sob um discurso reacionário mascarado do discurso de sacrifícios e um estado de exceção rumo ao desenvolvimento. Os entusiastas da reforma e os partidários da revolução se veem diante de um grande ataque e um impasse.

Nas entrevistas e declarações que analisamos, Edgard Carone diz ser sua intenção entender as raízes do Golpe a partir de um estudo de todo o período republicano. Naquele momento, conclui a primeira análise que apresenta uma relação cruzada entre a história da república brasileira e o tema da revolução: 1922, 1924, 1930, 1932. Todas essas datas que marcavam, senão na historiografia oficial, um imaginário político e social sobre o Brasil. Mas o que elas significaram de fato para a história? Como se relacionavam com a constituição da república? E com 1964? Era necessária uma interpretação.

Antes de entrarmos no conteúdo dos livros, observaremos a partir dos seus paratextos a concepção organizativa de Edgard Carone, para desenvolver seu trabalho e apresentar suas ideias.

No prefácio de *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*, Carone diz:

Este volume é o primeiro de dois, em que pretendemos estudar a Primeira República no seu conjunto: neste são analisadas as formas institucionais e as classes sociais; no seguinte, a história política. A separação em dois volumes explica-se por razões didáticas, visto que as partes estão organicamente ligadas²⁸².

Nessa apresentação identificamos que o autor se preparava para uma análise de fôlego sobre o período e que a divisão em dois volumes não se deu ao acaso, mas sim, a partir de um plano de estudos e de execução do trabalho. Ao colocar a necessidade de uma separação didática, constatamos que além de pensar uma metodologia para sua própria organização, o historiador agia de modo a conceber uma obra acessível e que cumprisse o papel de explicar com cuidado cada um dos elementos propostos.

Ao introduzir o último volume de *Evolução Política*, escreve:

²⁸² Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

Com o livro sobre história política terminamos o ciclo sobre a Primeira República. O plano consistiu na publicação de quatro volumes assim divididos: 1º *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*; 2º *A República Velha, Evolução Política*; 3º *A República Velha Documentos* (na primeira edição saiu com o nome de *A Primeira República, Texto e Contexto*); 4º *A República Velha, bibliografia Crítica* (ainda inédito) ²⁸³.

Nesse trecho é importante atentar para a concepção que Carone imprime ao recorte cronológico da república, entre 1889-1930, que acaba valendo para os outros: a ideia de que os volumes organizados por ele constituem um *ciclo* de estudos.

Os marcos são bem definidos: de um lado a própria proclamação, de outro, a Revolução de 1930. Também se define o recorte de análise em relação aos diferentes aspectos do seu objeto – instituições, classes sociais e política – e aos instrumentos utilizados na investigação historiográfica – bibliografia e fontes primárias. Isso nos ajuda a compreender a sistemática de Edgard Carone para cumprir seu objetivo: ele concebe *ciclos* de estudo e assim cria as condições para dar vida a uma obra muito vasta.

Desse modo, compreendemos que sua análise se concretiza em duas dimensões “totalizantes”: a da história republicana, no geral, e dos períodos republicanos, em particular. Sendo assim, buscamos explorar os volumes conjuntamente, pois acreditamos que se quisermos compreender como Edgard Carone desenvolve a ideia de revolução na primeira república, devemos identificá-la nesse todo, no ciclo de sua metodologia de pesquisa, ou no percurso de sua investigação.

Essa constatação nos ajuda a levantar uma possível resposta à pergunta que deixamos suspensa anteriormente: por que o historiador apresentou somente seu último volume para o doutorado? A conclusão de um ciclo de pesquisa converge: de um lado, para o fechamento de uma análise, de outro, para a oficialização de sua formação universitária. A partir daí se desenvolveriam outras fases de sua carreira e de sua produção intelectual.

Além disso, é preciso também investigar como o conteúdo dos livros pode dialogar com esta escolha, pois, pode parecer algo menor, mas é a partir do doutoramento que o historiador vai se afirmando institucionalmente, e não podemos descartar este fato, já que nos propusemos a reconstituir sua trajetória intelectual. Apesar de todo o reconhecimento que existia em torno de sua obra e de sua capacidade para exercer o ofício de historiador, era necessária uma aprovação de tipo institucional. O título de doutor lhe conferia a

²⁸³ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

formação em história, abandonada em 1947, e podia inserir sua pesquisa na produção universitária e abrir portas para a carreira docente ²⁸⁴.

Apresentamos, a seguir, a estrutura dos dois volumes:

Quadro 8 – Estrutura de Análise em *A República Velha I, Instituições e Classes Sociais*

Primeira Parte: Economia
A) Café
B) Açúcar
C) Borracha
D) Outros Produtos
E) Indústria
F) Finanças
G) Imperialismo
Segunda Parte: Classes Sociais
A) Oligarquias Agrárias
B) Burguesia
C) Classes Médias
D) Classe Operária
Terceira Parte: Sistemas Políticos
1) <i>Problemas do Federalismo: coronelismo e Oligarquias</i>
A) Coronelismo
B) Oligarquias
2) <i>Sistema Jurídico- Político</i>
A) Sistema Constitucional
B) Leis Eleitorais
C) Formas Pragmáticas
D) Partidos e Programas
D1) Partido Comunista Brasileiro
Quarta Parte: As Forças Armadas
A) Exército
B) Marinha
Quinta Parte: monarquismo

²⁸⁴ Edgard Carone deu aulas na FAI, FGV, UNESP e USP.

Quadro 9 – Estrutura de Análise em *A República Velha II, Evolução Política*

Primeira Parte: Os Governos Militares
A) O Governo Deodoro da Fonseca
B) Governo Floriano Peixoto
Segunda Parte: O Fastígio do Regime
A) Governo Prudente de Moreis
B) Governo Campos Sales
C) Governo Rodrigues Alves
D) Governo Afonso Pena
Terceira Parte: Os Abalos Intermitentes do Regime
A) Governo Hermes da Fonseca
B) Governo Wenceslau Braz
Quarta Parte: O período das contestações
A) Governo Epitácio Pessoa
B) Governo Arthur Bernardes
C) Governo Washington Luís

Podemos fazer uma leitura fria da obra a partir dos seus elementos organizativos, ou seja, uma apreciação superficial da organização do conteúdo a ser desenvolvido. A partir disso, o que vemos é uma divisão dos conteúdos em partes, 5 no primeiro e 4 no segundo. Delas se desdobram as temáticas que delimitam os objetos internos ao período selecionado. A composição das “partes” – 1, 2, 3... – e das “seções” – a, b, c... – dos livros podem nos revelar características importantes da adoção metodológica do autor e como ele constrói os volumes de modo a serem complementares entre si.

À primeira vista, têm-se a impressão de um volume com conteúdo trabalhado a partir de uma visão mais complexa em relação ao segundo. No primeiro, são decompostos, de um lado, os vários elementos da estrutura econômica do país, conjugados com a estrutura social, em classes. De outro, tem-se a caracterização da superestrutura: os fenômenos políticos definidos como coronelismo e oligarquias, os instrumentos oficiais de organização do Estado e, por fim, os meios de organização das classes e grupos políticos – os partidos. Nessa relação estrutura x superestrutura podemos identificar a referência do método marxista²⁸⁵.

O volume sobre *Evolução Política* – o próprio título é sugestivo, pois remete às interpretações da história política tradicional – dos grandes homens e da periodização

²⁸⁵ Friedrich Engels e Karl Marx, *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

linear, dos fatos. Edgard Carone adota a divisão estrita dos sucessivos governos presidenciais. Vimos que este foi o caminho feito por José Maria Bello, por exemplo.

No entanto, se observamos conjuntamente a organização das “seções” em relação às “partes” que elas compõem, podemos ter uma compreensão inversa. As partes do volume I são simples e descritivas, enquanto as do volume II denotam a avaliação do autor diante de um recorte temporal que agrega sempre duas ou mais presidências. Há uma demarcação importante na divisão entre os primeiros governos militares e, em seguida, os governos civis, que para ele representam o momento de glória do regime. Atualmente, o significado dos governos militares na proclamação da república e a sua consolidação nas mãos de políticos civis parece ser um lugar comum. Mas apreendendo a historicidade da obra de Edgard Carone, vê-se que ele se preocupa em elaborar os porquês dessa mudança e o sentido que ela irá imprimir ao longo do que se chamou de república velha.

Faz todo sentido que em seu intento de buscar as origens do Golpe Militar de 1964, Carone tenha voltado um olhar mais atento à participação do Exército ao longo da história política da república, determinante já no momento de sua proclamação. Na verdade, o historiador irá identificar ao longo de sua análise que além de existir no Exército, sobretudo nas altas patentes, a compreensão de ser uma instituição à qual cabe a atuação enquanto sujeito político, naquele momento, existia certa identidade de setores das forças armadas com as classes sociais que adquiriam contornos mais definidos. Ainda que não fosse uma identificação consciente.

Nesse sentido, podemos aprofundar a maneira como a proposta organizativa da obra, com suas escolhas metodológicas, coloca-se a serviço de uma leitura inovadora e moderna do período republicano, naquele momento da historiografia. A complementariedade dos volumes reside justamente na capacidade de articular duas dimensões diferentes da abordagem histórica: uma delas mais dinâmica, valendo-se de uma decomposição social e econômica para enxergar o todo; outra mais conservadora e linear, que se utiliza de uma periodização substancialmente cronológica, e óbvia, para construir em uma interpretação profunda do fio condutor dessa sucessão de acontecimentos, governos, etc. Edgard Carone imprime sua leitura do processo histórico, do que iniciou e daquilo que encerrou primeira república, combinando os elementos da realidade à moda braudeliana: indo da superficialidade dos fatos para as movimentações mais profundas da

maré, as quais determinam a amplitude e extensão das ondas que abalam a história – as revoltas e as revoluções ²⁸⁶.

A evolução política se desenvolve, portanto, a partir de uma sólida análise das bases materiais e das formas institucionais que organizavam a sociedade brasileira. A reciprocidade dos volumes cumpre, assim, seu papel didático, mas também serve para revelar o verdadeiro significado que o historiador atribui ao objeto.

Dito isto, podemos entrar na análise de conteúdo dos livros. É nela que pretendemos buscar os elementos de interpretação da obra e de seu sentido.

a. A Primeira República como momento de transição, as características da revolução brasileira

Ao longo do trabalho apresentamos de diversas maneiras como a obra de Edgard Carone contribuiu para um movimento de inovação historiográfica. As características próprias de sua formação e trajetória lhe possibilitaram conceber um extenso projeto de estudos que tinha um objetivo claro, em âmbito acadêmico e político, compreender as raízes do Golpe Militar. No bojo desse processo, identificamos que para o autor, bem como para toda uma geração de intelectuais, colocava-se de forma extremamente relevante, a discussão sobre os rumos de nossa sociedade a partir de uma perspectiva, a da revolução.

Dentro de uma perspectiva ampla de concepções, a revolução brasileira passava pelo debate de uma transformação profunda – por dentro e/ou por fora do Estado – na busca do desenvolvimento econômico e fim das desigualdades. O presidente anterior ao Golpe, João Goulart, avançava nesse sentido, aplicando reformas, a partir do Estado, que pudessem contribuir progressivamente para o avanço social.

Tentamos compreender, nesse estudo, como Edgard Carone se posiciona ao resgatar historicamente a conformação da república brasileira e identificar as revoluções que marcaram todo um período até o fim dos anos 30. Na análise que apresentamos sobre *Revoluções do Brasil Contemporâneo* foram identificados dois planos em que se concretiza a ideia de revolução para ele: o das revoluções, no plural, e o da revolução no singular. O termo no plural diz respeito a todos os processos revoltosos – no livro são

²⁸⁶ Fernand Braudel, “A Longa Duração”. In: *Escritos Sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 2009.

datados: 1922, 1924, 1930, 1932 e 1935 – que se auto intitularam como processos revolucionários; o termo no singular caracterizaria um processo latente, mas nunca realizado, de revolução socialista – referenciada no marxismo. Portanto, um processo político-social que teria como sujeito o proletariado e o seu partido.

A partir desse livro, Carone quer avançar em sua elaboração e recua um pouco mais ao passado para conseguir abarcar a república desde o seu surgimento. Sustentamos que o conceito de revolução se mantém como elemento essencial da investigação histórica, mas certamente ele se desenvolve em novos aspectos da realidade brasileira, pois nesse momento Edgard Carone não pretende concretizar um pequeno livro, despretensioso, pelo contrário, sua intenção é de colocar em prática um projeto intelectual e, com ele, reingressar no mundo acadêmico dentro de seus protocolos. Isso significava produzir uma tese, cumprindo todos os critérios e exigências em torno dela.

Sendo assim, a ideia de revolução passa por uma avaliação mais profunda do processo histórico e é isso que gostaríamos de desenvolver aqui: compreender aquilo que Edgard Carone apresentou como uma nova leitura sobre o Brasil.

A partir da consideração que já fizemos sobre a adoção de um ciclo de estudos para o autor, trataremos os dois volumes como complementares. No entanto, por serem volumes distintos e com objetivos próprios dentro deste ciclo, sabemos que cada um servirá, em diferentes medidas, para a nossa abordagem.

Ao longo da leitura, fez-se um levantamento de algumas palavras que constituiriam um vocabulário básico dentro do debate sobre “revolução”. O critério para a escolha desse repertório foi basicamente o da noção de *luta de classes*, que para o marxismo está no centro da interpretação e desenvolvimento da história, bem como, dos processos decorrentes dela, especialmente as revoluções ²⁸⁷. Nesse sentido, selecionamos os termos referentes às classes sociais do Brasil (aristocracia, burguesia, operariado, proletariado, classe média, pequena-burguesia), à definição de grupos sociais (oligarquia, classes agrárias, classes dirigentes). Além destes, ainda mapeamos a recorrência da palavra Exército, por cumprir um papel político consciente desde a proclamação da república; imperialismo, por ser a palavra que define as relações de domínio do capitalismo mundial sobre o Brasil e, como não poderia deixar de ser, contabilizamos a palavra revolução.

Quadro 10 – Mapeamento do vocabulário utilizado por Edgard Carone*

Vol.	Revolução	Imperialismo	Exército	Burguesia	Classe Industrial	Operariado	Proletariado	Classe Operária	Classe Média	Pequena-burguesia	Aristocracia	Oligarquia	Classes Agrárias	Classes Dirigentes
I	26	10	07	64	06	27	23	07	25	16	08	28	35	03
II	143	01	113	4	0	07	0	05	11	09	0	56	06	01

*Obs.: nessa contagem, incluíram-se as mesmas palavras no plural. Além disso, em revolução, contou-se também o termo composto “movimento revolucionário”.

O quadro aponta para algumas diferenças importantes do ponto de vista da análise desenvolvida em cada volume. No volume I, as menções sobre classes sociais são pulverizadas, com maior incidência para “burguesia”, enquanto no volume II tem-se a concentração no grupo social “oligarquia”. Os termos “Exército” e “revolução” aparecem mais de cem vezes ao longo do volume II, uma quantidade bastante superior ao que identificamos no primeiro volume. De modo geral, podemos atribuir essas diferenças a partir da própria divisão existente: em *Instituições e Classes Sociais* seria natural o maior cuidado e a necessidade em analisar todas as classes sociais envolvidas na organização da sociedade brasileira; enquanto em *Evolução Política*, percebemos o centro da análise nos processos tidos como revolucionários.

²⁸⁷ Friedrich Engels e Karl Marx, *O Manifesto Comunista*, op. cit.

O resultado do quadro aponta para uma consideração importante: as revoluções da república velha, segundo a formulação de Edgard Carone, estarão todas essencialmente ligadas ao Exército e às disputas das oligarquias, especialmente, em nível regional. A “nacionalização” dos problemas, se assim podemos chamar, se dá ao longo de um processo complexo de acirramento das questões regionais – que foram um impasse na consolidação nacional desde a independência. Em determinado momento o domínio do local não basta para que as elites solucionem os principais problemas das condições de vida, não apenas no que diz respeito aos privilégios de classe, mas também em relação às outras classes sociais, excluídas do jogo político institucional. Na medida em que a república se consolida como regime para a manutenção do Estado brasileiro, especialmente em sua unidade territorial e política, as velhas leis e as regras de funcionamento se tornam insuficientes.

Edgard Carone possui uma concepção geral sobre o período da república velha:

Socialmente, a Primeira República é uma época de transição entre dois períodos, um mais estável e estagnado, outro mais dinâmico e de estrutura de classes mais definidas. Inicialmente, ela é “uma estrutura social em mudança, no momento preciso em que o antigo padrão ainda subsiste, mas não prevalece, e o novo padrão, embora presente, não é dominante” (1). O aceleramento da divisão social do trabalho, consequência do desenvolvimento progressivo das forças produtivas, resulta em mudanças das velhas camadas sociais e aparecimento de novas ²⁸⁸.

Afirmção que aparece também em sua explicação para a escolha de seus estudos:

Cada historiador, no fundo, corta a História no momento que lhe interessa. Naturalmente esse corte não é feito ao acaso. O momento escolhido deve representar uma transição. A Proclamação da República é um momento desses, quando passado e presente se rearticulam. (...) ²⁸⁹.

Essa síntese é muito rica e traduz não apenas a visão do autor sobre o período, como também sua posição diante de um tema importante na historiografia, a saber, o tema das “transições” entre períodos históricos.

Primeiramente, a partir das citações podemos afirmar: Carone reconhece que a história pode ser classificada em períodos, que se sucedem no tempo. No entanto, entre períodos em que notoriamente se reconhecem diferenças substanciais, a ponto de distingui-los num antes e depois da “linha cronológica”, há momentos de indefinição, ou seja, em que o velho e o novo convivem, como que numa disputa de sobrevivência. Nesses momentos Edgard Carone enxerga também as possibilidades mais férteis de investigação

²⁸⁸ (1) L. A. Costa Pinto, Sociologia e Desenvolvimento. In: Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970. Pág 147, vol.1.

²⁸⁹ Edgard Carone, “A República em Capítulos”, *op. cit.*

do passado, afirmando ser esse o principal critério que acredita definir o arbitrário processo de “recorte temporal” ao qual devem se sujeitar os historiadores.

Ao considerar a proclamação da república e o seu desenrolar até os anos 30 como um momento de transição na história do Brasil, entendemos que o autor tenta captar o processo histórico em sua complexidade. Fazendo-nos lembrar tanto da relação braudeliana sobre a temporalidade na história²⁹⁰, que se apresenta nos termos da longa, média e curta duração, quanto da reivindicada metodologia dialética, nesse caso, dialética marxista.

Ou seja, Edgard Carone não concebe a proclamação como um evento acabado na história política e social do país, mas sim como fruto de um movimento mais amplo e particular do desenvolvimento de suas estruturas econômicas e relações sociais. A ideia de transição, em alguma medida parece nos afastar da ideia de revolução, pois uma dá um tempo mais lento e gradual aos processos, enquanto a outra caracteriza a mudança abrupta e profunda. Vejamos como esses dois pontos se articulam.

O tema da transição na historiografia toma largas proporções quando se trata de identificar o nascimento do capitalismo em detrimento do fim de outro sistema econômico-social, o feudalismo. Um debate extremamente importante que divide águas no marxismo e na historiografia em geral²⁹¹. Há uma transposição aclimatada desse debate para a história da América, e dentro dela do Brasil. Como se dera a formação, ou o desenvolvimento, do capitalismo nas colônias e, posteriormente, nas nações que delas se originaram? Como definir o modo de produção? E as relações sociais de produção baseadas na mão-de-obra escravizada?

Como já tratamos anteriormente essas questões movem os historiadores brasileiros durante muito tempo, fazendo com que estes se debrucem majoritariamente sobre o período colonial. No entanto, a problemática sobre esse tema não se esgotará nesse período, fazendo com que novas gerações de historiadores se debrucem sobre o passado mais recente, o passado republicano, onde entramos com a obra de Edgard Carone.

Para a intelectualidade de esquerda, compreender o nascimento do capitalismo no Brasil era compreender as tarefas da revolução brasileira. Carone certamente

²⁹⁰ Fernand Braudel, “A Longa Duração”. In: *Escritos Sobre a História*, op. cit.

²⁹¹ Sobre isso, ver: Ellen Meikisins Wood, *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Rodney Hilton, Maurice Dobb. Paul Sweezy et alli. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

compartilhava dessa preocupação e podemos resumir duas posições referenciais para tentarmos compreender sua visão sobre a república velha. O Partido Comunista do Brasil, tendo em Nelson Werneck Sodré seu grande expoente, corroborava com a ideia de que na colônia se estabelecera um modo de produção feudal com o qual só se poderia romper a partir de uma revolução burguesa, nos moldes europeus. Nesse sentido, aliar-se à burguesia nacional era essência para avançar na revolução proletária.

Caio Prado Júnior, embora também fosse do PCB, buscava numa perspectiva diferente do marxismo influenciado pelo stalinismo soviético. Este não negava a coexistência de elementos feudais e capitalistas nas sociedades coloniais, mas tentava enxergar as particularidades dessa sociedade em relação ao capitalismo já desenvolvido mundialmente, no qual as colônias inevitavelmente estavam inseridas. Para ele as relações de dominação e subserviência coloniais no sistema capitalista acabavam por condicionar, inclusive, as amarras de uma burguesia frágil e dependente²⁹².

A partir desses parâmetros podemos tomar a ideia de “momento de transição” que caracteriza para Edgard Carone o período da primeira república e perguntar: essa transição seria a passagem, justamente, do feudalismo para o capitalismo?

Ao identificar uma transição temos que constatar que para o historiador existe um antes e um depois, em algum sentido, são duas etapas distintas da história brasileira. Não identificamos, no entanto, que para ele a oposição se dê entre feudalismo e capitalismo.

Nas primeiras páginas de *Instituições e Classes Sociais* temos algumas referências sobre um período de “passagem”:

Procuramos, na introdução, fazer um breve levantamento de dados sobre a **hegemonia do sistema agrícola**. A primeira parte trata da situação da agricultura, estrutura econômica básica dos grupos oligárquicos rurais (...). A indústria, por sua vez, é manifestação de um **crescimento urbano**. É verdade que no início, o processo se repete monotonamente em centenas de pequenas cidades. (...) Com o tempo, à **passagem de uma forma de produção para outra**, acrescenta-se o crescimento urbano e a melhoria da comunicação, o que torna possível o aparecimento da **grande indústria**²⁹³.

Nesse trecho, parece que se configuram para Edgard Carone duas formas de produção distintas que se diferenciam, não pela oposição clássica “feudalismo x capitalismo”, mas pela oposição “rural x urbano”, “agrícola x industrial”.

Sobre as classes sociais, completa:

As classes sociais se delineiam como resultado desse **processo agrícola-comercial-industrial**, compreendidas dentro de um **contexto histórico ligado a períodos anteriores**. As oligarquias

²⁹²Caio Prado Júnior, *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: USP, 1954.

²⁹³Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

agrárias são dominantes porque a terra ainda é a maior fonte de renda. É delas que se originam em diversas zonas geográficas, camadas da burguesia ²⁹⁴.

Novamente, a impressão que se tem é que, para Edgard Carone, do ponto de vista da estrutura produtiva da sociedade brasileira, e da respectiva conformação das classes sociais, opõem-se nesse período de transição os setores “agrário” e o “industrial”. A rentabilidade da terra dá força às oligarquias agrárias, ao mesmo tempo, esses grupos dominantes dão origem à burguesia que, segundo ele, conforma-se em “camadas”: ao afirmar isso Carone denota certa heterogeneidade da formação dessa classe e sua relação intrínseca com o setor agrário – fato que terá implicações ao longo de todo o período republicano. A dinâmica das atividades econômicas na primeira república dependerá em muito da diversificação de investimentos de capitais oriundos do campo. A fórmula que aparece na citação “processo agrícola-comercial-industrial” traduz o percurso necessário para o fluxo de capitais no período.

Embora o autor não defina a sociedade brasileira, em seu conjunto, como uma sociedade feudal e, posteriormente, capitalista, percebe-se que ao descrever a dinâmica da transição na primeira república, de certo modo, ele descreve realmente o desenvolvimento do capitalismo e sua consolidação sob novos parâmetros. No entanto, acreditamos que a referência sobre a qual se apoia não é uma sociedade feudal e sim uma sociedade colonial, com suas especificidades dentro do capitalismo.

A manutenção da estrutura produtiva latifundiária voltada para a exportação é a principal marca a que se atribui um “contexto histórico ligado a períodos anteriores”. Além disso, Carone destaca outra continuidade da condição colonial que determinou, desde o início, o caráter das relações de produção e o desenvolvimento das formas capitalistas na sociedade brasileira: o imperialismo. A partir da dominação estrangeira, vê-se a determinação das continuidades e transformações do período:

O imperialismo, a esse tempo, ainda não pretende instalar as suas indústrias no Brasil, dominando mais por meio de empréstimos públicos, controle do mercado no exterior (agrícola-extrativo) e atividades bancárias ²⁹⁵.

Diante desse panorama geral, procuraremos caracterizar como Edgard Carone compreendia esses dois sistemas produtivos e suas formas sociais. O que para ele definia o sistema agrário e quais foram as condições para a sua transformação e posterior predomínio urbano. Esse de fato se consolidou? As revoluções do período têm a ver com esse processo? Alguma delas foi determinante?

²⁹⁴ *idem, ibidem*. Grifo meu.

²⁹⁵ *ibidem*.

Ao apresentar os principais fatores da hegemonia agrícola, Carone reitera a existência do latifúndio e que, ao longo do século XX, essa estrutura agrária resiste e se fortalece. O café seguirá a mesma lógica dos outros produtos de exportação e, favorecido pela disponibilidade de terras e das condições históricas de nosso sistema produtivo, ele se desenvolverá na mesma lógica. O historiador ainda destaca uma questão importante: a autossuficiência quase total dessas grandes propriedades que num vasto território sem condições de comunicação se isolam umas das outras e não estimulam a viabilidade de um mercado interno de abastecimento. Algo que faz sentido na lógica agrário-exportadora, mas que impede o desenvolvimento de outros setores do mercado e mesmo de outra lógica produtiva. A esse respeito:

Esse predomínio latifundiário é total. (...) A vastidão geográfica, a formação história e a estrutura agrária fazem com que as fazendas sejam, até 1870, unidades autônomas, bastando-se economicamente. Apesar da decretação da autonomia estadual e dos impostos interestaduais reforçarem a tendência divisionista brasileira, a lenta ação dos poderes governamentais, a expansão das estradas de ferro e a evolução urbana fazem com que autonomia e isolamento diminuam com o tempo. Durante a primeira república, este processo já está em pleno desenvolvimento, perdurando certos aspectos até os dias de hoje. A superioridade da produção agrária sobre a extrativa é esmagadora (...) ²⁹⁶.

Por ser esse momento de transição, Carone irá trabalhar sempre com o limite tênue entre o apogeu e o declínio da hegemonia agrícola. E não vemos em sua análise a construção de um raciocínio engessado e dicotômico entre formas feudais ou capitalistas, como já dissemos. Na verdade, suas descrições remetem a um processo com muitas irregularidades, com pontos de avanço e retrocesso ao longo do percurso. Ao mesmo tempo, o historiador consegue nos dar a dimensão da intensidade no período intitulado como a Primeira República.

Para ele, “o problema do consumo interno é primordial e concorre para o rompimento desta estrutura agrária, isolacionista e monopolista” ²⁹⁷. No entanto, o que se vê no Brasil até então é a existência de “vários mercados internos”, produto da falta de comunicação e precariedade nos transportes. O tempo era lento e o custo para se enviar a produção local, no interior do país, aos grandes centros urbanos era muito alto. A pequena produção nacional ainda tinha que concorrer com os produtos importados. No entanto, o próprio desenvolvimento e as novas características da economia agrícola começam, contraditoriamente, a beneficiar a existência do mercado interno e a circulação da produção nacional. É um processo lento, por um lado, mas muito dinâmico:

²⁹⁶ *ibidem*.

²⁹⁷ *ibidem*.

A expansão das estradas de ferro ajuda a quebrar o isolamento rural: ao findar do Império, havia 9.583 quilômetros de vias férreas, que se distribuíam preferencialmente pelas regiões Leste, Centro-sul e nordeste do Brasil; em 1900, chegava-se a 15.316 km; 21.325 em 1910; 28.534 em 1920; e 32.478 em 1930. A distribuição geográfica permanecia quase inalterada, sempre com 2/3 do total servindo leste e sul. Esta penetração em antigas e novas zonas produtivas significa povoamento, urbanização e fixação dos poderes governamentais ²⁹⁸.

Desse modo, ao longo de sua interpretação, Carone parece se aproximar mais das ideias que corroboram para a problemática da integração nacional como elemento crucial na transformação do sistema produtivo e de suas amarras sociais. Constituir uma nação de fato parecia ser o grande desafio diante do desenvolvimento do capitalismo, e também das relações do imperialismo.

A nova dinâmica que começa a nascer do velho, sobretudo da manutenção do latifúndio agroexportador, alimenta uma mudança qualitativa no sistema agrícola:

(...) o café é produto perene, que depende de condições diferentes, e está ligado a uma estrutura econômica mais complexa do que a de outros produtos coloniais. (...) A conquista do monopólio do café significa a um tempo a existência de imensas terras próprias para o plantio e aplicação de grandes capitais. (...) Isso leva à criação de **grandes fazendas produtoras, que funcionam na base de empresas capitalistas** ²⁹⁹.

Edgard Carone dedica algumas páginas para explicar a técnica da produção do café. Ele descreve a utilização do solo, o tempo de cultivo e a vida útil do cafezal. Apesar da longevidade da planta que pode produzir entre 25 e 40 anos, havia uma necessidade de constante expansão da área cultivada para renovação dos pés antigos. Carone sintetiza um ciclo contínuo de fatores que alimentavam a dinâmica do setor, apesar de suas fragilidades:

... Bons preços -> novas plantações -> crises mundiais -> superprodução -> valorização (intermediários, fazendeiros, governos) -> Bons preços ->...

Como veremos adiante, esse ciclo será cada vez mais questionado na medida em que o monopólio do café é quebrado no mercado mundial e, internamente, com o fortalecimento de novas atividades as quais nascem desse sistema produtivo, mas veem as possibilidades de obter maior autonomia.

Diante disso, o autor expõe que “o cafezal é um dos elementos de produção desta **acumulação capitalista**: outros também são fundamentais” ³⁰⁰. Esta citação permite que avancemos ainda mais na compreensão da Primeira República como um período de transição. O autor fala em “acumulação capitalista” no sistema produtivo sustentado pelo café. Seria o mesmo que dizer que o capitalismo não existia no país e esse processo de

²⁹⁸ *ibidem*.

²⁹⁹ *ibidem*. Grifo meu.

³⁰⁰ *ibidem*. Grifo meu.

acumulação preparava o terreno para sua existência? Sim e não. Partimos do princípio de que na avaliação geral de Edgard Carone sobre a sociedade brasileira, o que ocorria era a oposição “rural x urbano”, ou “colonial x nacional”. Nesse sentido, quando constata a existência de uma acumulação capitalista na República, ele se refere ao desenvolvimento específico do capitalismo nos países de origem colonial e agrária. Ou seja, o sistema se desenvolve com particularidades marcantes e num ritmo tardio³⁰¹. Certos aspectos da sociedade apresentavam características não capitalistas, ou melhor, subsistiam relações estranhas ao capitalismo, mas que nele sobrevivem e dele fazem surgir novas formas, contraditórias a esse passado. Esse trecho é importante, e quando o analisamos dentro do texto não vemos uma caracterização de que o Brasil não seria uma sociedade capitalista; a acumulação se fazia, sobre tudo, com vistas à modernização e ao desenvolvimento industrial.

Carone não se centra apenas na dinâmica produtiva do Sudeste, baseada, sobretudo, no café. Ele irá analisar outras produções como açúcar, borracha, algodão. O açúcar é especialmente tratado, verifica-se a industrialização dos antigos engenhos. Estes passam a ser verdadeiras usinas que possibilitam o renascimento de uma classe decadente. A dinâmica da produção açucareira, e demais, corroboram para a hegemonia agrícola de toda a primeira república, ao mesmo tempo, expõe as contradições e obstáculos que esse sistema cria para sua própria existência.

As atividades agrícolas apresentam contínua superioridade sobre as industriais durante a Primeira República. Porém a superioridade – que se dilui pela primeira vez em 1928, quando o total do valor da produção industrial chega ao nível da agrícola – é entravada pela rotina, por métodos técnicos obsoletos, pela ausência quase total de ensino prático e teórico e pela subordinação ao mercado externo. A atividade industrial, por outro lado, tem a seu favor o fator dinâmico do mercado interno. O fator negativo da dispersão geográfica é compensado pelo consumo local. A introdução dos produtos estrangeiros é entravada pela proteção alfandegária e câmbio baixo; e, finalmente, o aumento progressivo da população é fato crescente e contínuo de consumo interno³⁰².

É importante agora nos debruçarmos sobre como Edgard Carone vê a dinâmica da indústria e urbanização da sociedade, em relação ao sistema agrícola dominante. Para o autor, “apesar das contradições, a industrialização faz-se de maneira contínua”³⁰³. Essa é uma visão interessante, pois, no geral, a industrialização do Brasil é tida pela definição de surtos industriais no período da primeira república. Esses surtos se caracterizam pela

³⁰¹ Sobre isso ver: José Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: UNESP, 2009.

³⁰² Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

³⁰³ *idem*, *ibidem*.

substituição de importações, ou seja, a partir de momentos de crise de abastecimento vindo de fora, especialmente, causado pelas guerras mundiais e a crise de 29³⁰⁴.

Carone não nega a presença desses momentos de maior intensidade, ou surto industrial, mas eles são parte de um processo que se dá “pelas beiradas” do sistema agrícola desenvolvido em torno do café.

O predomínio do artesanato, que vem desde o Império, não é quebrado de maneira abrupta na primeira república, no entanto, vários fatores contribuem para a abertura de novos estabelecimentos industriais, ainda que não haja uma política de Estado consciente para o desenvolvimento do setor. Edgard Carone separa o processo de industrialização em quatro fases: 1880-1890; 1890-1900; 1901-1914; 1914-1929. Sobre eles, diz:

Como vemos os períodos são marcados por momentos de desenvolvimento e interrompidos por crises; mas esta interrupção leva, paradoxalmente, a um processo de reforço industrial, como veremos³⁰⁵.

Ou seja, para ele, a indústria nacional se desenvolve a partir de condições relativamente autônomas da estrutura econômica vigente e nos momentos de crise, majoritariamente ligados a fatores externos, contraditoriamente se colocam como impulsionadores de uma nova fase de desenvolvimento, mais intensa que a anterior, gerando picos. Desse modo, para ele não existem surtos industriais estanques e localizados no tempo. E acrescenta: “esse aumento seguido de crises constantes, leva ao gradativo desaparecimento de pequenas indústrias e ao reforço das grandes.”³⁰⁶. Sendo assim, as consequências contraditórias das crises delimitavam as características do desenvolvimento industrial, beneficiando uma lógica mais concentradora.

Na análise de Edgard Carone são também apresentados os fatores objetivos que propiciam a indústria desde a última década do Império: melhora no nível de vida e contribuição técnica, proveniente da vinda de estrangeiros com conhecimento do artesanato, mercado interno crescente, medidas protecionistas – mesmo que indiretas – e, ainda:

A estes fatores objetivos da industrialização, acrescenta-se outro, o do processo de acumulação capitalista: no Brasil ela se faz pela ação paralela de capitais aplicados por nacionais e estrangeiros radicados no Brasil. A política de inflação, iniciada pelo Encilhamento, permite especulações e enriquecimentos rápidos, apesar da débâcle posterior. O grande número de indústrias que subsiste à crise consegue se beneficiar desta permanente desvalorização da moeda e veem aumentar seus

³⁰⁴ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

³⁰⁵ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

³⁰⁶ *idem*, *ibidem*.

capitais. Por outro lado, os lucros advindos do café e, posteriormente, a proibição do plantio de novos cafezais, permitem a aplicação financeira maciça em diversos ramos industriais ³⁰⁷.

Para Edgard Carone, apesar da oposição rural x urbano, durante a Primeira República, não existe uma relação excludente entre eles no que diz respeito tanto ao desenvolvimento produtivo e econômico, quanto aos interesses sociais e das classes dominantes. Na verdade, a urbanização e a industrialização surgem como consequência da expansão agrária do café e, com o tempo, tornam-se pontos de apoio essenciais para o seu contínuo desenvolvimento e ampliação do fluxo de capitais. Há uma retroalimentação dos dois polos. Aos poucos, caminham para uma transição quase inevitável no plano estrutural, revelando uma tendência ao predomínio da urbanização, industrialização e mecanização das atividades, inclusive rurais.

Nesse sentido, não encontramos em Edgard Carone a ideia de que ao fim da Primeira República a transição foi concluída e a sociedade brasileira passou a ser estruturalmente industrial. Na verdade, como desenvolveremos a seguir, o autor vê a imposição de uma lógica, fruto das transformações do capitalismo, dentro e fora do país. O predomínio do urbano e a consolidação de atividades industriais, mesmo em 30, não extingue a base agrária da sociedade. O que ocorre é a consolidação de uma nova lógica produtiva, com relações capitalistas mais avançadas que se estendem ao campo.

Dissemos que as características “transitórias” não excluem um ou outro sistema abruptamente, contudo, isso não significa dizer que sua coexistência se realizará sem conflitos. Pelo contrário. A intensa dinâmica econômica do período colocará em questão diversos elementos da ordem social. Para compreendê-la é preciso identificar também como Edgard Carone caracteriza as classes sociais e o seus interesses nesse período.

Desenvolvemos até aqui a ideia de que o autor interpreta a Primeira República como um momento de transição na história do Brasil. Para ele aí reside o interesse e a riqueza de processos históricos muito intensos. Os apontamentos sobre a estrutura econômica são essenciais para se compreender sua visão, pois esse é o método apresentado no livro e segue os princípios da fundamentação marxista que pretende ver os processos a partir de uma totalidade que se fundamenta nas relações de produção. Desse ponto de vista, Carone explora, de maneira complexa, o ápice e a decadência de um sistema no qual a base agrária de origens coloniais se renova e, ao mesmo tempo, cria condições para o seu fim.

³⁰⁷ *ibidem*.

Mas numa lógica de transição a convivência entre o velho e o novo muitas vezes aparece natural. E onde ficam as revoluções?

Quando o autor fala “socialmente” ele nos remete às relações em dois níveis, estrutura e superestrutura. No entanto, esses planos não se concretizam ao acaso, e sim sob a ação de grupos, classes sociais e seus interesses. Na oposição colocada entre agrário x urbano, que no fundo explica o desenvolvimento do capitalismo, quais mudanças se consolidam? Qual plano, estrutural ou superestrutural, as revoluções do período realmente pretendem atingir? Qual ou quais são bem-sucedidas? Por que estudar esse aspecto da história do país?

Ao ponderar sobre o momento de transição, Carone escreve que se passa a um período mais “dinâmico e de classes sociais mais bem definidas”. Na estrutura do primeiro volume, o item “Classes Sociais” incorpora a seguinte divisão: “Oligarquias Agrárias”, “Burguesia”, “Classes Médias”, “Classe Operária”. Dentro dela é que encontramos as denominações diversas apresentadas no Quadro 10. São elas:

- Burguesia
- Classe Industrial
- Operariado, Proletariado e Classe Operária
- Classe Média e Pequeno-burguesia
- Aristocracia
- Oligarquia
- Classes Agrárias
- Classes Dirigentes

É importante observar que o autor se refere muitas vezes a “classes agrárias” ou “classes rurais” para abarcar os extratos dominantes, latifundiários, mas também o colono, trabalhador rural, pequeno produtor, etc. Para ele, na Primeira República as classes rurais se encontram em grande dinâmica a depender da região e, no geral, passam por processos de diferenciação e de desenvolvimento.

A dicotomia senhor-escravo, para Carone, é substituída pelo binômio senhor-colono³⁰⁸. No entanto, o preenchimento entre os polos, no segundo caso, é mais plural e complexo do que o anterior. Ou seja, aumenta-se o recheio da pirâmide social, mas

³⁰⁸ *ibidem*.

também haverá uma transformação qualitativa na composição dos “senhores” e “colonos”. Sobre isso, afirma:

A estratificação social representada principalmente pelo predomínio do binômio senhor-escravo é cada vez mais diluída pelo aparecimento de outros grupos socioeconômicos mais complexos ³⁰⁹.

O engrossamento das classes médias, entre as quais se inclui a pequeno-burguesia, é uma constatação importante para evidenciar os elementos de transformação da economia agrícola e o nascente mercado interno. A maior parte dela passará a ocupar as áreas urbanas, apesar de sua origem agrária, processo sintomático das relações conflituosas que se desenvolvem ao longo do período. Edgard Carone divide as classes médias em três camadas alta, média e baixa:

Ao se iniciar a República, as classes médias apresentam uma estrutura complexa quantitativa e qualitativamente. (...) Só depois dos anos 20 é que a população urbana vai ver seus índices de crescimento aumentarem em relação ao campo. (...) A alta, a média e a baixa classe média tem formação diversa. (...) ³¹⁰.

O extrato mais alto, segundo o autor, surge das ricas classes agrárias, pois:

O bacharelismo é uma das opções encontradas pelos fazendeiros para seus filhos (...). É assim que estes ramos das classes liberais – advogados, médicos, etc. – representa no Império, e até certo momento da República, uma continuação do poder territorial ³¹¹.

No entanto, a urbanização crescente reforça uma tendência de autonomia desta classe em relação aos grupos no poder, fazendo com que surjam divergências entre eles. Esses grupos liberais organizarão suas atividades políticas, especialmente, nas Ligas, às vezes em partidos.

Sobre os extratos médio e baixo:

Dependentes da dinâmica agrária, temos três processos paralelos: o da formação de uma classe média comerciante e o início do imigrante em pequeno proprietário ou sua migração do campo para a cidade. (...) O imigrante é outro elemento dependente da economia agrária e participante dessa ordem social competitiva. (...) ³¹².

Também são originários das classes agrárias. Na verdade, Carone menciona a formação de um setor no médio no campo – pequenos proprietários –, mas não a desenvolve, certamente por não ter um peso relevante na estrutura social do país. O grosso da caracterização que faz sobre essas camadas da classe média se refere aos setores urbanos.

Desse modo, a entrada de um grande contingente estrangeiro, para servir de mão de obra assalariada no campo, provoca um impacto significativo na sociedade. De um lado, no

³⁰⁹ *ibidem*.

³¹⁰ *ibidem*.

³¹¹ *ibidem*.

³¹² *ibidem*.

âmbito rural, favorece a conformação de um mercado interno de abastecimento a partir do cultivo de terras devolutas. De outro, vemos um processo relevante de ida desses trabalhadores para áreas urbanas, atuando como pequenos comerciantes, artesãos, funcionários públicos e servindo de base para o crescimento da classe operária. Inclusive, os setores mais baixos da classe média se aproximam muito do operariado, seja por sua origem social ou condições econômicas. Sobre isso, citamos:

A baixa classe média é formada de funcionários públicos, artesãos, etc. A categoria superior desta e o limite entre ela e o proletariado é de difícil distinção. Estas duas camadas, praticamente, se confundem mais do que se distinguem: as revoltas, as atitudes de rebeldia e a procura de novas oportunidades econômicas e políticas lhes é comum³¹³.

Antes de avançarmos para a caracterização do operariado destacamos um elemento importante das chamadas classes médias. Em sua faixa intermediária Edgard Carone identifica um extrato denominado pequeno-burguês. Este surge da decomposição das velhas aristocracias, do Nordeste e da região cafeeicultora decadente no Vale do Paraíba. Estes elementos, aproveitando-se das velhas relações políticas e sociais, migram para as áreas urbanas e conseguem ocupar cargos políticos ou no funcionalismo público e no Exército. Inclusive, em certo momento o autor fala em pequeno-burguesia civil e pequeno-burguesia militar.

Apesar de não incluir o Exército enquanto classe social, Edgard Carone identifica sua origem de classe:

O Exército representa, no Império e na República, uma das poucas oportunidades de trabalho e ascensão (...). Assim, com raras exceções, as famílias dos João Alberto, Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos e centenas de outras, são da baixa classe média ou de ramos decadentes de grandes famílias³¹⁴.

Apesar de a carreira militar ser apresentada como um meio de seguir nos estudos e de mobilidade social, a maioria de seu contingente – baixas patentes: tenentes, cabos, soldados, etc. – estarão submetidos a péssimas condições de tratamento, baixos salários, castigos, etc.. Essa realidade combinada com sua origem de classe serão condições essenciais para a ação social dos tenentes, como veremos adiante.

Os altos cargos estarão sempre restritos a poucos e, normalmente, são ocupados por critérios hereditários, dos filhos que decidem seguir a carreira dos pais.

A classe operária irá se desenvolver mais ou menos nos moldes das classes médias, especialmente no que diz respeito à sua origem agrária e ao peso do imigrante estrangeiro.

³¹³ *ibidem*.

³¹⁴ *ibidem*.

Edgard Carone observa que isso é um fato na região sul (São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo), já no Nordeste esta nunca foi a realidade. A dinâmica econômica do café e sua ligação com a urbanização e desenvolvimento industrial acabam determinando a concentração geográfica do operariado em São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao longo dos anos, a entrada de migrantes sofre um revés, impactando também na composição da classe operária. A Guerra na Europa e o neocolonialismo restringem os critérios de imigração, além de dirigir o fluxo para as novas colônias europeias. Isso faz com que se intensifiquem as correntes migratórias internas:

Ao mesmo tempo em que há uma concentração geográfica, podemos dizer que nas empresas o operariado estará disperso, pois o artesanato “de fundo de quintal” será preponderante, ao menos até a década de 1910, sendo assim, a maior parte delas terá menos de 300 operários³¹⁵.

Sabe-se que as atividades urbanas vão ganhando dinâmica ao longo do período. As classes urbanas participarão de um processo de crescimento desorganizado dos grandes centros, em que a oferta de trabalho nem sempre irá suprir a demanda ou as necessidades de uma vida com custos altos, pelo contrário. Somam-se aos setores mais pauperizados da classe média e operariado uma massa de trabalhadores negros marginalizados com a abolição da escravidão, contribuindo para acirrar as questões sociais. A citação a seguir, a partir do exemplo da classe operária, ilustra as condições de vida para a população em geral:

O operariado sofre as consequências de um contínuo aumento do custo de vida e de salários baixos. (...) Os aluguéis são caros, o custo geral de vida é alto, daí os salários serem insuficientes para o sustento das famílias, e ser necessário o trabalho de mulheres e crianças. O resultado é a abundância de mão de obra, facilmente manobrada pelos empregadores, e à qual são impostas condições de trabalho vexatórias nas fábricas³¹⁶.

Além da diferenciação que passará a existir dentro dos setores médios e baixos da população, identificamos uma denominação diversa para o que seriam as classes dominantes: oligarquia, aristocracia e burguesia. No item “Classes Sociais”, inserido no volume I, existe a caracterização de dois tipos, a saber, “Oligarquias Agrárias” e “Burguesia”. O termo aristocracia é utilizado algumas vezes ao longo do texto, mas não define uma classe em seu conjunto.

O termo oligarquia, definido pelo próprio Carone, não se refere necessariamente a uma classe social, mas sim a um grupo de poder:

³¹⁵ *ibidem*.

³¹⁶ *ibidem*.

Ao sentido primitivo da palavra oligarquia – governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas – juntou-se, no Brasil, um conceito mais específico: o de governo baseado na estrutura familiar e patriarcal ³¹⁷.

A partir dessa frase, oligarquia é definida nos termos de uma forma de governo. Realmente, o autor irá identificar diversos grupos oligárquicos, os quais se caracterizam pelo exercício do poder nesses moldes. No entanto, num recorte específico das oligarquias agrárias, Edgard Carone irá tratar da definição de uma classe social com aspectos bem definidos e interesses comuns. A questão do domínio político entra na descrição dessa classe e nos elementos que explicam sua condição de existência:

A sua formação é vária, mas a característica fundamental é a posse da terra, base de produção para o mercado exterior e a única forma que permite a grande exploração regular do trabalho e acumulação de riquezas ³¹⁸.

Esta definição essencial da classe possibilita a identificação de diversas camadas, ou frações, que se distinguem a partir da localização geográfica e atividade econômica. Carone faz questão de diferenciar as velhas e novas oligarquias, ou seja, as mais ligadas ao período colonial e ao início do império, e aquelas mais tardias que se forjam no processo de disputa pelo novo regime ou durante a I República.

O fenômeno da industrialização dos antigos métodos de produção agrários quando não dão vida a novas oligarquias, ao menos renovam o modo de produção, apropriação de latifúndios, exploração do trabalho, etc. Esse processo é verificado em todas as regiões, especialmente nordeste e sul. Mas a economia do café, por ser a força motriz da dinâmica de transição caracterizada por Edgard Carone, apresenta suas particularidades:

Ao contrário da oligarquia agrária do Nordeste, a do café é mais dinâmica e aberta a outras iniciativas. Suas interligações com o processo de urbanização, com a industrialização e métodos capitalistas demonstram a sua complexidade. Os termos de empresa e empresário, usados comumente para definir esta oligarquia agrária, são verdadeiros na medida em que englobam todas as suas formas de atividade ³¹⁹.

Além de captar as irregularidades desta classe, Carone apresenta uma descrição que define uma concepção híbrida de uma classe dominante que carrega as contradições próprias desse momento de transformação. A economia do café e suas novas relações de produção, internamente, mas também no mercado mundial, possibilitam o nascer de um novo tipo oligárquico. Em certo momento o autor chega a definir para a primeira república “o predomínio político e econômico da **classe agrário-industrial**” ³²⁰.

³¹⁷ *ibidem*.

³¹⁸ *ibidem*.

³¹⁹ *ibidem*.

³²⁰ *ibidem*.

Por fim, a definição de burguesia. Nesta face da moeda a complexidade não é menor. Edgard Carone não faz uma definição comum às diferentes camadas da burguesia, como faz para as oligarquias. Na verdade, para ele, há uma diferenciação substancial entre as atividades econômicas controladas por estrangeiros e aquelas controladas por uma burguesia nacional.

Enquanto a burguesia mercantil é composta, na maior parte, de estrangeiros, a financeira e industrial são preponderantemente brasileiras. A duradoura predominância alienígena na burguesia comercial terá consequências políticas e sociais negativas para a expansão da classe ³²¹.

O elemento estrangeiro é muito importante na caracterização do desenvolvimento da burguesia no Brasil. É preciso frisar que identificamos na narrativa de Edgard Carone uma diferenciação entre a burguesia estrangeira que se fixa e age de dentro para fora, e a ação imperialista propriamente dita. Nesse trecho, ao falar da burguesia mercantil, o autor se refere a uma camada antiga e numerosa, especialmente de origem portuguesa. Controlam o grande e pequeno comércio das cidades, especialmente no setor de importação de bens de consumo; também servem de base no intermédio da exportação de bens primários.

A ação imperialista se dá em outro nível, ainda que se situe também no controle da exportação-importação, por exemplo. Num país de herança colonial os setores do comércio e finanças, por serem os meios de comando do fluxo de riquezas - inserção de produtos e capitais no mercado externo - permanecem mais ligados ao controle de uma elite externa, especialmente banqueiros e grandes corporações. Diferentemente do comércio dos portugueses, ou das atividades bancárias efetuadas nacionalmente, o imperialismo manterá relações diretas com a federação e os governos estaduais. Na verdade, a manutenção da base agrário-exportadora, mesmo com o desenvolvimento de uma incipiente indústria nacional, tem a ver com o domínio dos setores comercial e financeiro pela grande burguesia estrangeira.

Sendo assim, na medida em que o capitalismo europeu e norte-americano se desenvolve, acirram as disputas entre os países imperialistas para intervir nesses setores, deixando a indústria, ainda muito incipiente, à revelia dos investimentos locais. Edgard Carone faz um apontamento preciso:

O imperialismo, a esse tempo, não pretende instalar suas indústrias no Brasil, dominando mais por meio de empréstimos públicos, controle do comércio exterior (agrícola-extrativo) e atividades bancárias ³²².

³²¹ *ibidem*.

Ao seu tempo, os países imperialistas expandirão seus tentáculos para o setor produtivo industrial. Nesse momento, de modo geral, o autor enxerga que a burguesia industrial se origina das oligarquias agrárias e, muitas vezes, se confunde com elas:

É da zona oeste paulista que sai, entretanto, a maior parte de capitais para a industrialização de São Paulo. (...) A camada mais dinâmica de fazendeiros dedica-se a atividades industriais e bancárias, transformando a produção agrícola numa forma organizatória paralela àquela que desenvolvem nas cidades. (...) Esse fenômeno se repete em menor escala em outras partes do Brasil ³²³.

Esse trecho traduz bem a lógica da industrialização do Brasil nesse período. É um processo paralelo e subordinado ao centro dinâmico, agrário. No entanto, se insere nesse sistema de tal maneira, na maioria das vezes harmônica inclusive, que passa a ser fator fundamental na diversificação de investimentos, no abastecimento interno e tem importância para a própria atividade agrícola. Nesse sentido, Carone afirma:

Mais lento e discreto é o desenvolvimento da burguesia industrial. Mesmo na última década do século XIX, coexiste ainda o artesanato, que ainda predomina ao lado de indústrias organizadas com grande capacidade de produção. Nas grandes cidades, estas suplantam aquele, o que resulta num processo de sujeição dos artesãos à grande indústria: eles passam a depender das encomendas das fábricas, e não mais do consumidor individual ³²⁴.

Quando caracteriza as oligarquias e a burguesia, Edgard Carone desenvolve mais uma dimensão do período republicano como período transitório. A oposição sistema agrário x sistema industrial, rural x urbano, que definimos para compreender sua análise se manifesta mais uma vez na conformação e dinâmica das classes sociais. Novamente vemos uma relação complexa, às vezes simbiótica, mas nunca excludente. A primeira república propicia uma rica propagação de novas formas produtivas e relações sociais que sim, vão resultar em conflitos e disputas, que questionarão o poder e, por vezes o regime.

Mas no que diz respeito às classes dominantes, Carone não apresenta uma antítese da aristocracia para com a burguesia, mostrando mais uma vez que sua análise não aplica para a história do Brasil a ideia de uma revolução burguesa contra um sistema feudal. De modo mais complexo, o que prevalece na análise do historiador é o percurso particular das relações capitalistas.

De forma resumida, as oligarquias possuem a hegemonia política e ideológica da sociedade. À burguesia, segundo Carone, resta uma adaptação total ao sistema vigente:

A formação agrária e estrangeira da maior parte de nossa alta e média burguesia é, possivelmente, responsável pelo desinteresse político dessas classes. (...) A burguesia industrial timidamente se impõe através de atos legais e defesas teóricas. Sua expansão é lenta e segura (...). Mas, neste

³²² *ibidem*.

³²³ *ibidem*.

³²⁴ *ibidem*.

período todo, inexistia uma atuação agressiva sua: é irrestrito o seu apoio ao **regime agrário-burguês** ³²⁵.

Desenvolveremos adiante o papel dos setores médios e da classe operária. Até aqui, cabe identificarmos, a partir das classes sociais e da estrutura econômica, como e porque Carone concebe as características transitórias do período. Preocupa-nos até o momento, entender de onde parte e aonde quer chegar com essa avaliação. Pois se há um tema questionado nessa premissa é o da existência ou da necessidade de uma revolução burguesa no Brasil. Como ela se daria e qual sua relação com a revolução proletária? Alguma das revoluções apresentadas por ele tem esse caráter?

Ao definir a existência de um mundo agrário-burguês, Edgard Carone apresenta de modo interessante as contradições do período que, de certo modo, conseguem acomodar-se em uma síntese. Sendo assim, as oligarquias no poder se apresentam de modo diferente daquelas que vigoraram durante a colônia e a maior parte do império. A dinâmica do sistema agrícola cafeeiro possibilitou que a lógica burguesa se expressasse nestas novas classes rurais.

Como vimos anteriormente, o grupo industrial formado por brasileiros origina-se dos capitais do café e, em menor escala, do açúcar. (...) são exemplos de fazendeiros industriais ³²⁶.

Mesmo assim, Carone não considera, em nenhum momento, a possibilidade de que o sistema priorize uma política consciente face ao desenvolvimento industrial. Segundo ele, a própria burguesia industrial para expandir-se adota uma lógica de subordinação: “ao invés de luta, colaboração; ao invés de ideologia própria civilismo.” ³²⁷. O autor ressalta existência da organização de classe da burguesia em associações, mas só servirá para interesses mais imediatos e na tentativa de implementar medidas em seu benefício de modo pontual. Nesse sentido, não há uma organização política da burguesia e, ao mesmo tempo, não se configura uma oposição uniforme das classes agrárias contra a industrialização.

As oligarquias, estas sim, estão organizadas em partidos políticos e tem o monopólio do poder. Toda a política financeira, os planos econômicos, os empréstimos, etc. serão voltados ao benefício direto das atividades agroexportadoras, sobretudo o café. Contraditoriamente, no entanto, essa sociedade puramente rural impulsiona a criação de interesses urbanos, que serão atendidos apesar de não serem prioritários.

³²⁵ *ibidem*.

³²⁶ *ibidem*.

³²⁷ *ibidem*.

Algumas tentativas mais conscientes em se aplicar uma política industrialista não são bem-sucedidas, seja por conta da resistência de grupos agraristas, ou pela dinâmica da economia que se impõe. Para Edgard Carone, a experiência de Rui Barbos no início da república, por exemplo, apesar de não ter se desenvolvido do modo esperado, rendeu frutos para o processo de industrialização em geral. Em alguns momentos o setor industrial se beneficiou indiretamente das políticas de proteção alfandegária; estas eram de interesse direto da ação governamental, devido ao aumento da arrecadação de impostos. Logo eram criticados pelos grupos agroexportadores, que acusavam esse tipo de iniciativa como responsável pelo encarecimento do custo de vida, e pelos importadores.

À relação “agrário x urbano” Carone acrescenta algumas questões, entre elas, a vulnerabilidade de um sistema voltado para o mercado internacional. Segundo ele, a atividade econômica se move com total dependência dos mecanismos do imperialismo que se aplicam, sobretudo, a partir dos planos financeiros. Relacionadas com estes, as crises econômicas também revelam essa dependência e fragilidade.

Diante desse cenário, Edgard Carone coloca como um dos elementos centrais do sistema, ou seja, o debate em torno da taxa cambial:

Alta, baixa e estabilidade cambiais são termos frequentemente usados e que se ligam fundamentalmente ao desenvolvimento financeiro e aos problemas sociais. (...) O Problema do câmbio é reflexo direto do comércio externo e, naturalmente, faz sentir diversamente seus efeitos sobre a produção e o custo de vida ³²⁸.

A política de câmbio baixo é a principal maneira de garantir as vantagens econômicas do sistema agrícola, diante de um quadro de dependência com o mercado externo. Ela favorece diretamente às oligarquias agrárias, porque troca “o dinheiro estrangeiro por maior quantidade de dinheiro nacional” ³²⁹ e, indiretamente, aos industriais, pois há um encarecimento dos produtos importados, favorecendo os preços nacionais no mercado interno. Nesse aspecto vemos como o sistema agrário-burguês descrito por Edgard Carone pode ser resumido, em suas contradições, como um conjunto que comporta a atividade industrial e contribui em alguns momentos para o seu desenvolvimento.

Por outro lado, essa política impacta drasticamente no custo de vida. O encarecimento dos bens importados, maioria dos bens de consumo, causa um aumento geral dos preços – inflação. Socialmente esse elemento estimula uma situação tensa, que se combina com a expansão urbana desorganizada e a complexidade das novas camadas

³²⁸ *ibidem*.

³²⁹ *ibidem*.

sociais. A partir disso, vê-se gestar uma crise nas condições de vida e a incompatibilidade do sistema político com o conjunto da sociedade.

A política do câmbio baixo vai ser a tônica preconizada pelos exportadores, significando moeda fraca para os países importadores e encarecimento de vida para os grupos urbanos: indiretamente, a classe industrial beneficia-se com essa medida, mas a classe média, operariado e grupos agrários ligados à produção de consumo interno, protestam continuamente contra essa situação ³³⁰.

As oscilações do câmbio, e sua manutenção num patamar favorável às classes dominantes não dependerão apenas da sua vontade - e imposição, através do controle do Estado. Elas estão intimamente relacionadas com outros elementos que compõe o quadro financeiro do país, tais como, a situação do comércio exterior e a dívida externa, pública e particular ³³¹.

Na verdade, a dependência com o comércio exterior gera certa tendência ao câmbio baixo, visto que há uma necessidade constante em se realizar pagamentos no exterior e que o valor do papel moeda é garantido por um lastro em ouro – que normalmente é insuficiente em relação ao valor circulante. Sendo assim,

A solução encontrada diante do constante déficit da balança de pagamento é a emissão de papel-moeda; mas este acréscimo forma um círculo vicioso, pois o comércio exige mais ouro para suas importações e esse se torna raro, há necessidade de maior soma de dinheiro para aquisição do mesmo valor em ouro. A consequência é a baixa do câmbio ³³².

Para garantir as emissões o governo se torna cada vez mais dependente de empréstimos externos. Políticas como o *Funding Loan*, aplicado por Campos Salles, servem para (re) negociar dívidas anteriores e ampliar a dependência com o sistema financeiro mundial. As condições desses planos nunca são favoráveis ao devedor, aumentando o prazo e flexibilizando a condições de pagamento sob a compensação de juros altíssimos.

Mas essa é, segundo Edgard Carone, a forma essencial do domínio do imperialismo no Brasil na Primeira República. Ainda que o capital estrangeiro dominasse alguns setores importantes da economia, especialmente no setor de exploração de recursos naturais – como o caso da Light no monopólio da energia elétrica –, a remessa de lucros ao exterior era muito reduzida no período.

Ele verifica que o capital financeiro se expande, desde o Império, bem antes do capital industrial. E, completa:

³³⁰ *ibidem*.

³³¹ *ibidem*.

³³² *ibidem*.

A função desse ramo do capitalismo estrangeiro é a de intermediário entre as praças comerciais estrangeiras e o Brasil, numa época em que a correspondência e as comunicações são lentas e a demoradas, em que os bancos brasileiros não tinham filiais fora do país; assim, todo o controle da exportação está nas mãos daqueles bancos. Também recebem depósitos feitos pelas colônias estrangeiras, além de servirem como intermediários para empréstimos estaduais e federais ³³³.

A economia agroexportadora coloca dois pontos de dependência com o capital internacional. Além dos empréstimos públicos, como já demonstramos, os próprios cafeicultores dependerão de empréstimos para fazer girar suas atividades, permitindo aos bancos estrangeiros esse controle total das relações comerciais.

Num primeiro momento, o câmbio baixo desfavorece a sua atuação, pois mesmo no setor financeiro existe a necessidade de se trocar a moeda local, do pagamento, pela moeda do seu país de origem, quando o dinheiro é destinado para lá – remessa. No entanto, o que se dá por parte desse setor do imperialismo não é pressionar o Estado para a manutenção do câmbio alto, mas sim, estimular a incerteza e variação cambial, pois:

Como todos os países dependentes e de economia baseada na monocultura, a produção brasileira é exportada maciçamente em determinada época do ano: no caso do café, principalmente em setembro e outubro. Contudo, as transações são feitas com 90 dias de prazo e no câmbio da data de vencimento, o que permite aos especuladores e bancos forçarem a alta cambial nessa época ³³⁴.

Assim, se desenvolve um mecanismo que sustenta o sistema sem grandes conflitos entre as classes dirigentes e o imperialismo. Carone vê isso como fator natural de um país “em expansão” ³³⁵:

Essa aplicação de capitais e predomínio capitalista estrangeiro são encarados como fenômenos naturais em um país em expansão, necessitando deles e de técnicas superiores. As classes dirigentes se identificam geralmente com os interesses estrangeiros, havendo comumente dificuldade em distingui-los. É verdade que há incidentes que obrigam certas camadas, ou o governo, a entrarem em choque com os interesses estrangeiros, mas isso é circunstancial (...) ³³⁶.

No entanto, a profunda dependência deixará a economia bastante vulnerável às crises. Para Edgard Carone, estas não são determinantes para o enfraquecimento da atividade agrícola, apesar de afetarem seus lucros. Na verdade, elas alimentam esse ciclo vicioso de emissão de moeda, manutenção do câmbio baixo e aplicação de novos planos baseados no empréstimo com o exterior. Ao mesmo tempo, as crises, como veremos, criam e alimentam as novas demandas urbanas, principalmente, favorecem a indústria na impossibilidade de importação – aumentando a dinâmica das cidades.

Para concluirmos esse item, retomaremos a ideia de transição apresentada por Edgard Carone. Tentamos, a partir dela, identificar o que seriam as suas características

³³³ *ibidem.*

³³⁴ *ibidem.*

³³⁵ *ibidem.*

³³⁶ *ibidem.*

fundamentais, considerando o debate intelectual existente sobre esse tema - na história geral e do Brasil. Dentro disso, não pudemos nos furtar de um questionamento: como o historiador definia o período anterior, e a perspectiva colocada pela transição? Desse modo, também não pudemos ignorar que no campo do marxismo era importante avaliar em que medida Carone aderiu à ideia de uma passagem do feudalismo ao capitalismo no país.

Apresentamos, assim, sua visão sobre o comportamento econômico e as transformações da composição social a partir do regime republicano. Verificou-se que não há em nenhum momento a caracterização de que no Brasil havia um modo de produção feudal a ser superado. Na verdade, está em questão para ele o abandono de uma sociedade puramente rural, para a incorporação de uma realidade urbano-industrial com características mais definidas do modo de produção capitalista. Ou seja, o momento de transição para ele, marca um processo do desenvolvimento do capitalismo no mundo pós-colonial que passa pela adoção do regime republicano como forma do desenvolvimento da superestrutura desse sistema.

Pelo próprio caráter que Edgard Carone adota sobre a transição, existe uma relação de certo modo harmoniosa entre polos opostos de desenvolvimento. A convivência entre o velho, representado pelo ambiente rural e a atividade agrário-exportadora; e o novo, ambiente urbano e atividade industrial, é sintetizada, muitas vezes, na definição de um “mundo latifundiário burguês” ou “sistema agrário-burguês”. No todo da obra, mesmo sem citar sequer uma nota de rodapé, ela trabalha com a lógica dialética marxista de que determinado modo de produção está constantemente criando os elementos de sua decadência. Em certos momentos esses ficam mais visíveis e podem predominar sobre o anterior, causando seu fim. Normalmente, a compreensão que se tem desse raciocínio é que em dado momento uma revolução social propicia o estabelecimento definitivo de um novo sistema. Essa é a investigação que permeia todo o trabalho, e que devemos concluir no próximo item.

Até aqui, destacamos mais os elementos de harmonia desse modo de produção “agrário-burguês”, elencando as contradições que se criavam, especialmente, na dinâmica de expansão urbana e no crescimento de novas classes sociais.

A instauração da república irá se relacionar com essa dinâmica diretamente. Sobre isso:

Desde a colônia os “coronéis” dominam as terras, e desde o império comandam a política. A República é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do Poder Moderador permite que eles

próprios escolham seus representantes em todos os graus. Porém as novas oportunidades políticas intensificam as lutas entre grupos, levando-os às vezes até a luta armada ³³⁷.

Nessa consideração Edgard Carone apresenta uma questão fundamental. o regime republicano responde a anseios das oligarquias em romper com o controle do poder exercido pelo Imperador. Ao mesmo tempo, as oportunidades que se abrem para as disputas de uma classe que não é homogênea, especialmente pelas disparidades econômicas regionais, serão motivo de diversos conflitos.

Sendo assim, vemos que para o autor, o maior número de revoltas sociais do período está vinculado ao mando dos coronéis e às disputas regionais. Nessa visão está implícita outra perspectiva de análise para este período de transição: a consolidação nacional. Conforme a situação do regime se estabiliza em relação à monarquia e aos resquícios propriamente coloniais, a situação econômica e social se torna muito instável—crise, câmbio, custo de vida, etc. — e a questão do poder e suas instituições passam a tocar os setores médios e pobres das cidades.

A burguesia industrial não está alheia a tudo isso, no entanto acreditamos que Edgard Carone não aposta nessa classe para a transformação radical da sociedade. Nesse sentido, não há uma disputa antagônica, categórica, entre oligarquias e burguesia no sentido da concretização de uma revolução burguesa clássica. Apesar de reconhecer que, em determinados momentos, essa burguesia entende que poderia disputar o poder não se dispõe a isso e, ainda, treme diante de qualquer ação radicalizada de outros setores.

Para ele, as contradições fundamentais desse período transitório irão se manifestar na dinâmica das novas classes sociais. De algum modo os setores médios e o operariado são as principais novidades do período, do ponto de vista social. A burguesia é identificada por Carone, ao menos, desde o Império. Apesar da inconsistência indetentária e mesmo do número reduzido, esses extratos sociais é que vão protagonizar os principais processos de contestação ao sistema como um todo. São tipos de contestação diversa, nem todas são consideradas revoluções.

O papel do Exército como catalizador das demandas e da ação política por fora das formas institucionais terá papel fundamental na análise. Até aqui podemos concluir, parcialmente, que as tarefas da revolução brasileira para Edgard Carone na República Velha estão mais próximas das tarefas democráticas e sociais do proletariado e das classes médias do que da tomada do poder pela burguesia industrial.

³³⁷ *ibidem*.

b. *Questões sobre a instabilidade do regime: revoluções oligárquicas, tenentismo e a Revolução de 1930*

A Primeira República é um momento de intensa convulsão social. A primeira constatação que podemos fazer a partir da obra de Edgard Carone é que a ideia de revolução não é um conceito de análise utilizado a posteriori, na verdade, ele está presente no vocabulário político da época. Ou seja, revoltosos e conspiradores quando tramavam questionar a ordem vigente se autoproclamavam revolucionários, prometiam desencadear uma revolução. Essa característica se expressa no grande número de citações que o autor faz de documentos, entre eles literatura autobiográfica e memorialística, historiografia regional de época e, sobretudo, jornais.

Vê-se que a ideia de revolução está presente em todas as camadas da sociedade e é utilizada para definir ações políticas distintas entre si. Desse modo, tentaremos compreender como Edgard Carone trabalha com o vocabulário de época e, a partir dele, constrói a sua interpretação dos acontecimentos e uma concepção própria para os processos.

Na análise de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, concluímos que Carone trabalha duas variantes do termo revolução: as revoluções, no plural, que caracterizam de modo amplo os levantes e revoltas do período; e revolução, no singular, que busca compreender o sentido geral do processo histórico no Brasil e a chamada Revolução Brasileira. Partiremos dessa avaliação para desenvolver a leitura dos livros sobre a Primeira República.

Mapeamos ao longo da leitura quais são os processos que Edgard Caorne define a partir do conceito de revolução e construímos o Quadro 11. Nele se apresenta a data, localização, o conteúdo, a participação civil ou militar e outras características das chamadas revoluções. É preciso frisar que não contabilizamos as menções ao termo revolução em citações de tipo documental. De todo modo, o que ambas nos revelam é a existência de movimentações que pretendiam ser radicais na disputa pelo poder.

Quadro 11 – Revoluções da Primeira República na Obra de Edgard Carone

Ano	Local	Militares	Civis	Conteúdo	Vitória	Estado de Sítio
1891	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Derrubada de Marechal Deodoro.	Sim	-
1891	São Paulo	Não	Sim	Deposições estaduais.	Sim	Sim
1892	Mato Grosso	Não	Sim	Deposições estaduais.	Sim	Sim
1892	Bahia	Não	Sim	Deposições estaduais.	Sim	Sim
1892	São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso	Sim	Não	Revoltas Deodoristas.	Não	Sim
1892 -1895	Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná	Sim	Sim	Revolução Federalista. Situacionismo e Oposição.	Não	Sim
1899-1901	Mato Grosso	Não	Sim	Situacionismo e Oposição (Generoso Ponce).	Não	-
1904	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Revolução militar e Revolta da Vacina.	Não	Sim
1906	Mato Grosso	Não	Sim	Situacionismo e Oposição (Generoso Ponce).	Sim	Não
1913-1914	Ceará	Não	Sim	Situacionismo e Oposição (Acioli).	Sim	Sim
1917	Pará	Sim	Sim	Situacionismo e Oposição (Lauro Sodré).	Sim	Sim
1920	Bahia	Não	Sim	Situacionismo e Oposição (Rui Barbosa).	Não	Não
1922	Rio de Janeiro, Matogrosso e Niterói	Sim	Não	Tenentismo.	Não	Sim
1923	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Situacionismo e Oposição (Assis Brasil).	-	Não
1924	São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul	Sim	Não	Tenentismo.	Não	Sim
1924-1927	Todo o Brasil	Sim	Sim	Tenentismo/Coluna Prestes.	Não	Sim
1930	Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Pará (com Conflito), Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão Alagoas, Sergipe, Espírito Santo (sem conflito); Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia (Conflito/Resistência)	Sim	Sim	Sucessão Presidencial.	Sim	Não

Pela composição da tabela podemos verificar que poucos foram os anos, entre 1889 e 1930, nos quais o Brasil passou sem que houvesse algum tipo de contestação ao poder, denominadas por Carone como revolução. Toda a análise que fizemos de sua obra, até aqui, aponta para a complexidade do período em várias dimensões: econômica, social, militar e política. A mudança do regime, em si, já representa um anseio de mudança na gestão do Estado e suas instituições, no realinhamento político das elites, na forma de controle do poder e tomada de decisões políticas, ainda que continuassem restritas a uma ínfima parcela da população. Os protagonistas da proclamação da república a denominaram como revolução, mas ela não está incluída no quadro que apresentamos. Desse modo, começaremos a analisá-la pelo conteúdo que está ausente.

A proclamação da república é o único evento apresentado nos documentos como movimento revolucionário para o qual Carone não adota a mesma nomenclatura. Questionamo-nos: por que? Sobre isso, diz:

A proclamação da república, no dia 15 de novembro de 1889, é o clímax de um longo processo anterior, cujas tensões e complexidades vão explodir no período ministerial de Ouro Preto. (...) A união de militares e civis republicanos, à véspera da República, é um incidente imprevisível dentro desta crise permanente e a indecisão a respeito do momento e forma que deveria assumir a proclamação da República, é outro sintoma da complexidade da situação. Mas o que vai caracterizar o advento republicano é **seu repentino desencadeamento e o pequeno número de participantes**

338

Nesse trecho percebemos que Carone analisa a tomada do poder e a adoção do regime republicano como uma construção a partir de um processo lento e distante, em que se gestavam, entre as elites, elementos de crise e instabilidade do Império. Os “republicanos históricos” se organizavam e manifestavam seu descontentamento há algumas décadas sem, no entanto, se organizar de maneira ousada para por fim ao regime. Segundo ele, nem ao menos possuíam uma longa relação com os militares que dividiram o protagonismo do fato: não compartilhavam princípios políticos que justificassem uma conspiração contra o regime. A ação conjunta se dá de véspera e terá as devidas consequências.

Além disso, destacamos a última frase em que o autor concebe a tomada de decisão como uma atitude restrita e repentina. Consideramos que nela está contida uma primeira pista importante para caracterizar como Edgard Carone adota a ideia de revolução em sua análise, que se completa pela seguinte citação:

Falta de participação do povo e a inércia das camadas dirigentes monarquistas explicam o resultado feliz da quartelada no Rio de Janeiro. (...) Por outro lado, o que se constata é a segurança com que

³³⁸ Edgard Carone, *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

uma elite de civis e militares toma imediatamente as rédeas do poder e se organiza para governar, mostrando determinação em tornar realidade o seu pensamento ³³⁹.

Nas palavras de Edgard Carone, identificamos o que está em questão nesse processo: o grau de envolvimento de uma classe, grupo social e seus representantes, a participação do povo e a resistência daqueles que estão sendo contestados em sua posição.

Na proclamação da república, além da inexistente participação popular, o único setor civil organizado, segundo ele, é o Partido Republicano Paulista (PRP), e “Os monarquistas, nos estados, fecham os partidos Conservador e Liberal e, embora com exceções, começam a aderir ao novo regime” ³⁴⁰.

Desse modo, o processo através do qual se chega à proclamação da república não representa para o autor um movimento revolucionário, apesar de derrubar o regime anterior – um feito que querendo ou não gera grandes impactos. Ele chega a falar sobre o medo persistente, entre os republicanos, de uma “contrarrevolução monárquica”, mas o faz pontualmente se referindo mais ao termo de época sem adotá-lo no desenvolvimento de seu raciocínio. Além disso, Carone descreve com certo nível de detalhes a transição da monarquia à república nos estados. Apresenta que os casos mais complexos e conflituosos foram o Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. No restante há uma transição relativamente tranquila, em alguns casos até surpreendente.

Se o fato político não se dá como feito revolucionário, o seu desenrolar será repleto de complexidade e de conflitos. A partir da proclamação é que o autor identifica a existência de disputas violentas pela hegemonia do poder em nível estadual e federal.

Com menos de um século de sua independência o país dava, de certo modo, um passo a frente para romper com os antigos laços colônias e o mando da corte portuguesa. A nação vive desde 1822 os impasses de sua extensão territorial e da regionalização econômica, que evidenciam a pluralidade de interesses dos grupos no poder, os sentimentos federalistas e, por vezes, separatistas. Segundo Carone, a república vai, ao mesmo tempo, reforçar os anseios descentralizadores das elites e abrir as possibilidades para que rivalizem entre si pelo controle do poder:

A tendência federalista existe desde a colônia. O Império, abafando as revoltas regionais da regência, acaba impondo, através do Parlamento e do “lápiz fatídico” de D. Pedro II, o corte dos elementos mais exaltados; a escolha e as atribuições do Presidente de Província, criando durante certo tempo a ideia de estabilidade, reforçam o centralismo do governo. (...) As reclamações

³³⁹ *idem, ibidem.*

³⁴⁰ *ibidem.*

provinciais são constantes e gerais. (...) A proclamação da república reforça todas essas tendências³⁴¹.

Sem o centralismo do Império, a república permitirá a ação direta das classes dominantes no poder. Classes estas que não estavam estreitamente ligadas à monarquia. Ao mesmo tempo, regionalmente, teremos um campo minado de oligarquias, o que contribuirá para a deflagração de revoltas armadas, em alguns casos, guerra civil, como meio de resolução dos impasses políticos e institucionais.

Só compreenderemos a ideia de revolução para Edgard Carone quando desenvolvermos sua análise sobre as formas políticas e institucionais que mediavam, ou incentivavam, esse tipo de conflito. Antes disso, voltamos ao Quadro 11 para verificar quais são as revoluções apresentadas por ele e as primeiras conclusões a que podemos chegar.

Os processos ocorrem em todas as regiões do país e podemos observar que a maioria deles é localizada em um único estado, revelando que a articulação para um processo geral de questionamento do sistema político e/ou social não era uma condição dos movimentos revolucionários. Logo, Edgard Carone também não adota esse critério para definir suas revoluções.

É possível constatar a participação civil em boa parte dos casos em que coincide a caracterização de revoluções do “situacionismo x oposição”. Nesses processos, o autor identifica uma ação revolucionária das oligarquias, veremos adiante o que ela significa.

Outro elemento a ser analisado é a questão do estado de sítio. Este recurso permitia ao governo federal colocar parte, ou todo o país em estado de exceção, dando a si mesmo amplos poderes para a utilização de métodos repressivos e intervenção nos estados. O recurso do Estado de Sítio dá amplos poderes para as medidas coercitivas, prisões e todo tipo de represália para aqueles que atentavam a ordem. No caso de levantes militares, fazia-se ainda mais necessário para conter um levante armado generalizado.

A participação militar nessas revoluções também chama atenção e, evidentemente, será explorada pelo autor. Será essencial compreender a identidade com a ação política e, ao mesmo tempo, a origem de classe da maioria do Exército que será protagonista dessas revoluções.

³⁴¹ *ibidem*.

A apresentação desse quadro não é suficiente para desenvolvermos aqui a ideia de revolução para Edgard Carone, mas a partir dele gostaríamos de dividir as revoluções apresentadas em três tipos distintos. Essa distinção não é feita pelo autor, mas acreditamos que sua leitura mais geral aponta para uma mudança qualitativa dos movimentos ao longo da primeira república e, com isso, apresentam-se múltiplas facetas da ideia de revolução para ele.

O primeiro grupo são as revoluções de disputa entre civis e militares na implantação do regime entre os anos de 1891 e 1892 (derrubada de Marechal Deodoro, as deposições estaduais e revoltas deodoristas); o segundo grupo são as revoluções de disputa entre situacionismos e oposições nos estados; o terceiro grupo são as revoluções essencialmente militares do baixo escalão das forças armadas e o tenentismo. A revolução de 30 será analisada em separado.

As disputas começam dentro do próprio governo provisório em que claramente existem dois grupos organizados, o Exército e o PRP. Sobre isso, Edgard Carone destaca o fato de o Exército ser a organização que estava presente em todos os estados, embora não seja uma organização política por definição, nesse momento age enquanto tal. A união oportunista entre civis e militares no momento da derrubada da monarquia, posteriormente, colocará em evidência as divergências sobre os propósitos do novo regime e sua forma de funcionamento.

A heterogeneidade dos membros do Governo Provisório reflete, em parte, a complexidade dos compromissos das forças antagônicas que fazem a República: derrubam suavemente o Império, mas serão a causa de futuras querelas ³⁴².

Nem mesmo o chamado de uma constituinte era consensual. Entre militares, os positivistas chegam a propor ao chefe do governo provisório a manutenção da ditadura, abolição do regime parlamentar e substituição das juntas governativas estaduais por governadores nomeados. Esses rumores formam um clima de desconfiança internamente, mas também em nível internacional. Nesse sentido, as pressões constitucionalistas tomam força impulsionadas pelas correntes civis, não apenas o PRP, mas grupos de Minas Gerais e outros estados.

Apesar de não se confrontar com uma resistência monárquica organizada, e de haver desde o início a ampliação do apoio ao novo regime, os conflitos entre civis e militares provocam incidentes graves que mostram a fragilidade para sua consolidação.

³⁴² *ibidem*.

Antes mesmo da legalidade constitucional, começam a se expressar as divergências, entre as elites civis, nos estados, e também dentro do Exército. Nas palavras de Carone:

A luta dos grupos pela hegemonia é complexa porque as lideranças – ex-monarquistas, republicanos, militares – agem, em geral, desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos, e não a fórmulas ideológicas ou partidárias ³⁴³.

Desde o início, portanto, a república abre espaço para as disputas de poder que já estavam colocadas anteriormente, mas eram controladas pelo monarca. Essa citação apresenta uma característica fundamental dos conflitos durante todo o período denominado como primeira república: falta de identidade ideológica, inconsistência de pautas e reivindicações que pouco se enfrentam com o sistema constituído. A último vale, principalmente, para os dois primeiros grupos de revolução que definimos. Nelas está em jogo a disputa momentânea pelo poder, devido à fragmentação das classes dominantes civis, do alto-escalão do Exército, e da divergência entre ambos os grupos. É esse o contexto das primeiras revoluções, marcadas pela rivalidade entre florianistas e deodoristas, no Exército, e destes com os republicanos civis.

Mesmo diante da instabilidade dos fatos a constituinte é instaurada em 15 de novembro de 1890:

Assim, o incidente constitucional, que se desenrola de novembro de 1890 a 24 de fevereiro de 1891, catalisa as contradições entre as diversas alas das forças armadas (Exército versus marinha e jacobinismo militarista versus forças civis) – e civis – predomínio dos paulistas, oposições estaduais e outras ³⁴⁴.

As querelas da assembleia culminarão na escolha do primeiro presidente constitucional: a dicotomia entre civis e militares irá se expressar nos nomes de Deodoro da Fonseca e Prudente de Moraes. O primeiro é escolhido em meio a muitas dúvidas e polêmicas. Seu vice, Floriano Peixoto, é uma figura dúbia que desde as eleições se posiciona de modo “subterrâneo”, a fim de desestabilizar a figura do presidente e alimentar um sentimento divisionista no Exército.

As constituintes estaduais escolhem os governadores entre março em maio de 1891. Enquanto isso haverá intervenção federal nos estados, fato que não irá agradar muito aos grupos locais. A composição ministerial e a constante oposição do congresso vão levando a diversos desgastes, passando por um período de doença do presidente. Todos esses elementos demonstram a fragilidade do governo que, a partir de uma derrota na tentativa de impor suas reformas econômicas, decide fechar o congresso no chamado Golpe de 03

³⁴³ *ibidem*.

³⁴⁴ *ibidem*.

de novembro de 1891. Este será o resultado radical de um processo de deterioração política e econômica.

Diante da atitude autoritária de Deodoro, inicia-se um processo de resistência nos estados: “Logo após o golpe de 3 de novembro formam-se imediatamente vários núcleos estaduais de resistência que agem, na maioria dos casos, em concerto entre si.”³⁴⁵.

Os congressistas voltam aos seus estados e caberá ao Exército a resistência armada. O clima de tensão leva cada vez mais a necessidade de ir às vias de fato, numa guerra civil. O governo tenta conter a organização dos rebeldes prendendo alguns líderes, diante dessa ameaça, decide-se desencadear a revolução no dia seguinte (21 de novembro). Deodoro opta pela renúncia em 23 de novembro, passando seu cargo ao vice-presidente que, até o momento, agia como se nada estivesse acontecendo.

Floriano nomeia um novo ministério com uma tática inesperada: a exceção dos ministros de pastas militares, os outros escolhidos não pertencem aos grupos que o apoiavam – “republicanos históricos e antideodoristas”. Para o ministério da fazenda, no entanto, o indicado é Rodrigues Alves, ex-monarquista, ligado ao PRP. Após constituir seu ministério, Floriano Peixoto reabre o congresso e reativa a institucionalidade. Ao mesmo tempo, inicia uma política de intervenção nos estados onde os governadores, em sua maioria, tinham sido nomeados por Deodoro da Fonseca.

A queda dos governos estaduais se dá entre novembro de 1891 a março do ano seguinte. Alguns processos serão pacíficos, outros se realizarão por conflito armado. O presidente não irá depor os governadores por decreto, mas irá incentivar que os grupos florianistas se mobilizem para fazê-lo, em aliança com as oligarquias civis.

Carone avalia que após a queda de Deodoro da Fonseca é possível verificar uma maior participação política do povo. No dia seguinte de sua renúncia houve uma onda de manifestações deodoristas. Por outro lado, esses grupos florianistas se constituem em torno do novo governo. Com as intervenções nos estados haverá uma grande polarização nesse sentido. Em meio a ela Floriano consegue o apoio dos setores civis que sobem ao poder nos estados e passam a temer uma revanche deodorista.

O PRP, partido majoritário no governo, se aproveita da situação para articular o seu retorno ao controle político federal, em detrimento dos setores militares – que estavam completamente divididos. O movimento deodorista se organiza novamente em 1892 a

³⁴⁵ *ibidem*.

partir dos setores do Exército contrários a Floriano. Apesar da simpatia de alguns em derrubar o governo, o PRP se posiciona a favor do presidente, premeditando lançarem um candidato seu na próxima eleição. O desencadeamento da revolução, no dia 10 de abril de 1892, fracassa. Sob decreto de estado de sítio, por 72 horas, as tropas oficiais cercam o local de reunião dos conspiradores e prendem seus principais líderes.

Desse modo, as três primeiras revoluções consideradas por Edgard Carone, que agrupamos em um primeiro tipo, têm como característica essencial a disputa entre militares – divididos – e civis pela hegemonia do novo regime. Foram ações conspiratórias que chegaram a suscitar levantes armados nos estados, colocando oligarquias e Exército em certo grau de articulação nacional, apesar das ações terem sido pulverizadas. A revolução armada por deodoristas em 1892 fora dirigida por militares apenas e não chega a ser deflagrada, no entanto, mesmo em fase conspirativa apresentava as mesmas tendências. O objetivo era comum: tomar conta da máquina política federal.

A instabilidade dos primeiros governos demonstra a ausência de identidade ideológica e de um acordo mínimo e unitário para sustentar o regime, como Carone já apontou. Nesse sentido, a república já nasce calcada em alicerces muito frágeis. Essas primeiras revoluções apontam para um elemento comum em todas as outras: as disputas de governo – estadual ou federal – ao longo do período, ainda que não questionem a república e suas instituições diretamente, contribuem para fragilizar ainda mais suas bases de sustentação, acirrando as contradições “entre formas representativas modernas e estruturas econômicas e sociais de tendências particularistas.”³⁴⁶.

Entendemos que, para Edgard Carone, há duas chaves fundamentais para entendermos como a república, apesar de todas as particularidades encontradas, vai se consolidando: 1) organização do regime em seus aspectos institucionais – a constituição e o sistema eleitoral; 2) sua acomodação na realidade, a partir de fenômenos políticos – coronelismo e oligarquias. Esses dois elementos são se relacionam de modo recíproco. Para o autor, coronelismo e oligarquias são relações sociais antigas, mas, neste período, elas irão determinar as formas jurídicas necessárias ao regime e, ao mesmo tempo, serão reforçadas por elas e ganharão novo sentido. A segunda categoria de revoluções que identificamos se fundamentam, essencialmente, na relação desses dois aspectos políticos e institucionais. Contudo, diferente do primeiro grupo, não serão revoluções que se

³⁴⁶ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

enfrentarão diretamente com o governo federal. Estas ocorrerão nos estados, na disputa entre situacionismo e oposição oligárquica.

A constituição de 1891 adota o federalismo como sendo um dos pilares da república recém-fundada. A inspiração da assembleia constituinte, e das classes dominantes em geral, são Estados Unidos. A intervenção federal se resumirá a questões territoriais, ameaça ao regime, execução das leis federais e garantia da "ordem" ³⁴⁷.

Desse modo, a autonomia quase total dada aos estados respondia a realidade político-econômica vigente no território desde o Império que, por sua vez, remontavam à herança da colônia. A vastidão dos territórios, combinada ao baixo nível de interligação por meio de transportes e meios de comunicação, a concentração da riqueza e da propriedade – baseada no latifúndio – nas mãos de poucos chefes locais, entre outros motivos, justificavam essa relação de poder descentralizado, visando a amortizar os conflitos em eventuais imposições da União. Veremos que no desenrolar da história esse elemento não será suficiente, pois o poder federal irá, de um modo ou de outro, influenciar em decisões que impactam a todos.

Apesar das críticas constantes à constituição, os grupos situacionistas se viam contemplados por ela, pois a estrutura jurídica, de alguma maneira, correspondia à realidade política, garantindo os mecanismos de controle para a sua manutenção no poder, sobretudo, através das leis eleitorais. Como escreve Carone:

As leis eleitorais do Império são um arrastar contínuo e lento da tendência aristocrática, que permite a manutenção de grupos dominantes no poder, tanto no plano nacional, como no local. (...) Os republicanos, que tinham criticado duramente as escusas formas de voto no Império, usam agora os mesmo métodos (...) ³⁴⁸.

Com relação aos métodos e regras eleitorais, o autor destaca a questão da mesa eleitoral e o voto aberto. A primeira remontava ao modelo de eleições parlamentares do Império: consistia na formação de uma “comissão” de cinco pessoas em cada distrito eleitoral, presidida pelo presidente da câmara e outros quatro membros indicados por ele. O controle do processo ficava totalmente na mão desse grupo de pessoas que, ao longo do processo só podia ser questionado por eleitores mediante sua própria autorização. A mesa controlava a lista de votantes, apurava os votos, lavrava a ata.

Concretamente, esse sistema permitia o controle do processo pelas oligarquias locais, situação que influenciava diretamente a conduta do processo, através da troca de

³⁴⁷ *idem, ibidem.*

³⁴⁸ *ibidem.*

favores e todo tipo de chantagem. Dentro disso, também cabiam várias manobras e a realização de fraudes, visto que não estava garantido nenhum meio de verificação ou regulação fora das instituições controladas pelos poderosos locais.

O voto aberto agrava essa realidade, deixando os eleitores vulneráveis aos mandos e desmandos desses grupos políticos:

A eleição para as constituintes federal e estaduais comprova a segura vitória do situacionismo e a impossibilidade, com raras exceções de um resultado positivo para as oposições ³⁴⁹.

Desde o início aqueles que se configuram como oposição nos estados ficam, na prática, excluídos da disputa institucional. Apesar disso, as oligarquias oposicionistas não irão combater essas formas jurídicas e institucionais em suas revoltas e revoluções. Essa é uma contradição importante do período que coloca em confronto: participação política e reivindicações de classe. Isso, em nosso ponto de vista, ajuda a entender como Edgard Carone desenvolve sua ideia de revolução (s) na primeira república. Segundo o autor, situação e oposição mantêm uma postura pragmática diante do poder:

Existe uma ligação orgânica entre as formas jurídicas e a realidade política; é verdade que as Constituições e leis eleitorais dão uma série de garantias a todos, e que se corrigem, com as diversas revisões, algumas falhas existentes. Mas as falhas, dubiedades e possibilidade de fraude ainda predominam, ajudando a ascensão e consolidação dos grupos oligárquicos. As oposições todavia, reclamam constantemente apenas contra este predomínio oligárquico, e nunca contra as formas jurídicas, pois também quando elas ocupam o poder, violências e fraudes se repetem, baseando-se nos mesmos direitos da lei ³⁵⁰.

Segundo esse trecho, Carone afirma que haverá um acordo pragmático e jurídico entre as partes e, formalmente, ele será sempre respeitado. No entanto, será superficial e insuficiente para responder às reais disputas entre situacionistas e oposição. A realidade levará a conflitos extraoficiais, nos quais grupos oposicionistas se articulam e agem a partir de mecanismos próprios que contam com seu grau de influência política e força armada. Nesses combates, a oposição só reclamará por novos métodos, por reformas políticas e eleitorais, em casos excepcionais. Seu objetivo primordial será tomar o poder e, assim, controlar toda essa superestrutura viciada e autoritária.

Acreditamos que a partir disso, podemos extrair a definição mais genérica de revolução para Edgard Carone: medida extrema utilizada pelas oposições para fazer valer a sua aspiração ao poder, quando veem que sua legitimidade jamais será reconhecida através dos métodos oficiais. Essa ideia é recorrente quando o autor explica as inúmeras

³⁴⁹ *ibidem*.

³⁵⁰ *ibidem*.

revoluções de disputa entre situação e oposição nos estados. Concretizamos essa ideia com um trecho sobre a Revolução Federalista (1892-1895):

A revolução é medida extrema, ditada pela persistente perseguição dos governos dominados por Júlio de Castilhos aos opositores e, pela certeza de que já não podiam estes voltar ao poder por meios normais ³⁵¹.

Desse modo, Carone constrói sua ideia de revolução a partir de processos complexos. No caso das disputas estaduais, essas revoluções são, ao mesmo tempo, conservadoras e radicais. São conservadoras, porque são conduzidas pelas oligarquias e não questionam o sistema como um todo, também não querem alterar o *status quo*, apenas reivindicam o domínio do estado por determinado grupo. Ao mesmo tempo, são radicais, pois surgem de ações conspiratórias, por fora do regime, levam ao conflito armado e mobilizam a população em geral, devido às relações de influência e domínio oligárquico.

Esse caráter contraditório descrito pelo autor aponta, a todo o momento, para uma ineficiência do modelo republicano construído naquele momento, questionando-o indiretamente. O descompasso entre as regras e o costume cria um terreno fértil para a instabilidade, levantes e revoltas que se iniciam na disputa de elite, mas que com o tempo chegam a outras camadas sociais. Também se tornam mais sensíveis às questões federais, como veremos adiante.

Em face à diversidade de opiniões e interesses políticos, não podemos ignorar que existirão revisões constitucionais, criação de novas leis, etc.. Mas essas medidas serão sempre insuficientes, ou contribuirão para acirrar ainda mais as disputas. Em um desses momentos, especificamente no governo Campos Salles, criou-se aquela que ficou conhecida como Política dos Governadores.

O então presidente realiza uma alteração na comissão Verificadora de Poderes – a qual estava incumbida de chancelar as eleições do legislativo. Desse modo, a representação dos estados em nível federal ficava submetida a um órgão (in)diretamente ligado ao governo – que controla o aparelho estatal. Desse modo, cria-se a necessidade de uma relação mais estreita entre a situação federal e os situacionismos estaduais para garantirem o atendimento de suas demandas e se manterem no poder. Isso significará oferecer uma moeda de troca para a representação federal dos estados e apoio destes nas medidas propostas pelo governo e nas questões sucessórias para a presidência. Sobre a Política de Governadores Carone, diz:

³⁵¹ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

Dentro desta estrutura jurídico-pragmática á que Campos Salles consolida um sistema pragmático-jurídico: tendo assistido às contínuas lutas oligárquicas no plano estadual e às revoluções delas resultantes, ele concebe uma fórmula de consolidação e permanência dos grupos que estivessem no poder, sem permitir qualquer abertura às oposições ³⁵².

A política não é a responsável pela formação destas oligarquias, mas é ela que estimula esses grupos ao domínio permanente. Vejamos que isso impacta a situação geral, pois na mesma medida em que a situação vê cada vez mais necessária e favorável sua manutenção no poder, a oposição deve combatê-la e se radicalizar. O autor faz uma síntese muito precisa entre essas formas jurídicas e políticas e a realidade que se desenvolve a partir delas: “a legalidade camufla a violência” ³⁵³.

A política de governadores restringe todas as possibilidades do jogo eleitoral e dos métodos de luta pelo poder. As revoluções acabam, de certo modo, sendo a consequência dessa falta de mediação política por dentro do sistema. É uma conclusão contraditória, à primeira vista, pois os grupos em disputa não se enfrentam com o sistema, mas sim para apoderar-se dele e exercer a mesma legalidade. Ainda assim, Carone os considera como processos revolucionários.

Vemos que a proposta de organização do Estado se relaciona com uma realidade pré-existente. Sendo assim, podemos dizer que as regras e leis nascem viciadas pelo costume, ou melhor, tenta-se traduzir o costume em lei, mas essas duas dimensões da realidade não serão compatíveis. As revoluções acabam sendo o fruto dessa incompatibilidade.

Nessa perspectiva, Edgard Carone irá caracterizar os fenômenos sociais denominados coronelismo e oligarquias. Estes são importantes para entendermos como se dá o controle do poder, não apenas no Estado, mas também na sociedade. Essas tendências particularistas se referem às relações cotidianas do poder local, gestadas desde a colônia. Elas se definem a partir de características do sistema produtivo e administrativo das instâncias locais, as quais criam autonomia, de tal maneira, que tomam conta da política em geral.

Uma das consequências fundamentais do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo é o fenômeno do coronelismo, isto é, o desenvolvimento e a autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados. (...) O termo coronel origina-se da patente da Guarda Nacional concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais locais, espalhando-se a instituição praticamente por todos os municípios ³⁵⁴.

³⁵² Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

³⁵³ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

³⁵⁴ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

O coronel constitui-se como uma autoridade local de caráter policialesco, ou seja, o título lhe confere o poder da força. Antes de receber essa patente, ele deve ter atributos pessoais que o tornem uma pessoa temida e respeitável. O principal critério é o econômico: é necessário ser fazendeiro, comerciante ou industrial. Dessa base de poder econômico se ramificam redes de influência, troca de favores, ou seja, dependência de todos aqueles que vivem no seu entorno. O coronel é então senhor de propriedade e chefe de família o que o torna o líder de um clã, que conta com os familiares diretos e inúmeros agregados ³⁵⁵. Concentra-se nos coronéis um grande número de responsabilidades e, conseqüentemente, muito poder.

Quando Carone nos apresenta essas características, mostra como o regime republicano se constitui a partir de traços sociais muito particulares da realidade brasileira. Estas se definem pelo interesse privado, embora se apresente como interesse público. A Constituição e as leis são expressão dessa base social, no entanto, não conseguem responder a pluralidade de manifestações desse fenômeno, especialmente num momento de grande dinâmica econômica em que não faltarão coronéis para exercer seu mando em determinada localidade.

Assim o controle do coronel é total no seu município ou zona. (...) O termômetro de sua afirmação é o voto (...) No regime representativo, a sua força é o número de votos que pode fornecer ao candidato (...). Maior quantidade de votos significa maior poder, mais favores e maiores imposições ³⁵⁶.

Assim podemos apreender o significado do situacionismo. Nesta sociedade, o domínio do aparato estatal significa mais possibilidades e privilégios – empregos, recursos, etc. – para quem está no governo. A possibilidade de controle e fraude eleitoral favorecem aqueles que já estão inseridos nessa engrenagem. Às oposições resta muito pouco a fazer. No entanto, oposicionistas também são coronéis e possuem os mesmos atributos e prerrogativas. Ainda que tenham menor influência eleitoral possuem a legitimidade da força e passam a exercê-la quando é o único meio de disputar o acesso ao poder do Estado.

Quando analisamos conjuntamente esses fatores, vemos como alimentam um sentimento de rivalidade e disputa patrimonialistas. As regras do Estado conseguem dar forma a elas, mas são extremamente limitadas. Sendo assim, quando Edgard Carone caracteriza as lutas oposicionistas como revoluções, ele considera a capacidade de mobilização social dos coronéis. Sob suas asas, estão diversos setores sociais que defendem seus interesses particulares como interesses comuns, de caráter público. Com a

³⁵⁵ *idem, ibidem.*

³⁵⁶ *ibidem.*

prerrogativa da força, os coronéis comandam verdadeiros Exércitos de civis em prol de seu domínio. Sobre isso:

A criação de forças armadas e as consequentes lutas entre si ou contra os governos constituídos são fenômenos constantes e representativos do coronelismo. De norte a sul do país, do início ao fim do período, os coronéis mantêm tropas para combates e afirmação de seu poderio. (...) A oficialidade escalonada é de civis fiéis ao velho coronel e nomeados por ele (...) ³⁵⁷.

O autor acrescenta,

As lutas contra os governos constituídos são frequentes. (...) As ações armadas se fazem com a simpatia ou oposição do governo federal, mas, o que as caracteriza é a afirmação do direito de rebeldia e o reconhecimento dos rebeldes como entidade jurídica autônoma. Quando vitoriosos, os movimentos são logo reconhecidos como fatos concretos e o governo federal reconhece e sanciona os novos grupos no poder (...) ³⁵⁸.

Contraditoriamente, o patrimonialismo e as tendências particularistas do exercício do poder se expressam na superestrutura jurídica, que é restrita e manipulável, mas ao invés de garantir estabilidade, estimulam o uso da autoridade e da força para o seu controle. Desse modo, as chamadas revoluções ou movimentos revolucionários nos estados se tornam constantes.

Edgard Carone não lhes atribui nenhum caráter profundamente transformador ou de classe, como já afirmamos. Contudo, vê-se que o autor adota o termo revolução para sua análise, pois é inevitável que as disputas pelo aparato estatal, naquele momento, se façam por meio da força e do conflito social. De algum modo, o regime estabelecido apresenta suas limitações, sendo indiretamente questionado por sua instabilidade quase inerente.

O fenômeno das oligarquias é quase uma extensão do coronelismo:

A origem de ambos é comum, diferenciando-se o oligarca do coronel pela escala política: a ação de um é de âmbito geral, estadual; a do outro, particular. Porém o oligarca é um coronel como qualquer outro – ou um representante dele – que se mantém pela liderança, pelo autoritarismo e pelos favores que concede aos seus aliados ³⁵⁹.

Anteriormente, apresentamos as oligarquias enquanto classe social. O autor apresenta essa definição, nesse momento o que ele chama de “fenômeno oligárquico” se refere mais aos grupos no poder. A diferença é muito sutil, no que pudemos perceber aqui Carone trata de uma estrutura policlassista para além dos setores agrários.

A constituição das oligarquias, portanto, é um fenômeno estadual. Já se falou algumas vezes sobre o federalismo e como ele reforçou a autonomia e a fragmentação política da nação. Isso se reflete em sua organização política, os partidos. Essa é uma observação que Edgard Carone faz já no livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*.

³⁵⁷ *ibidem*.

³⁵⁸ *ibidem*.

³⁵⁹ *ibidem*.

Diante de interesses fragmentados e particulares não se formam partidos nacionais das classes dominantes na primeira república. Existem tentativas, mas elas não vingam. Na verdade, as primeiras organizações nacionais serão o Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, a Ação Integralista. Desse modo,

Governo e partido se confundem, mas na verdade o primeiro está condicionado ao segundo. Como as oligarquias se apossam dos partidos estaduais, o seu predomínio significa controle partidário e controle governamental. (...) Como a escolha dos altos membros do governo é feita entre as pessoas proeminentes do partido oficial, na verdade – com raras exceções – a lealdade é exigida em relação ao partido e não à Nação. (...) o processo significa uma simbiose entre interesses pessoais e partidários ³⁶⁰.

Sendo assim, a força do partido, e sua capacidade em congregar uma pluralidade de interesses e grupos, define também a existência de conflitos mais ou menos acirrados em nível estadual. Para Edgard Carone o papel exercido pelos partidos varia em cada região do país de acordo com critérios de seu desenvolvimento econômico e social. Em todos eles há crises e divergências, até mesmo no mais sólido, o PR Paulista. Normalmente, as dissidências quando se desviam da política oligárquica caem no ostracismo, ou são definitivamente caladas com a morte.

As formas de produção menos complexas e as relações sociais mais simples condicionam relações políticas mais agudas, o que explica o caráter violento dos conflitos e dissensões nos Estados mais atrasados. (...) Nos Estados mais adiantados existe maior equilíbrio entre os grupos, daí haver acordos e combinações, apesar das dissidências ³⁶¹.

Esse trecho nos ajudará a compreender, mais adiante, a mudança qualitativa que Edgard Carone identifica nas revoluções a partir de 1914/1915. Nesse momento, o importante é apreendermos como a disputa pelo poder encontra-se mediada em organizações partidárias. Não há uma realidade homogênea para isso em todo o território, e essas variações implicam na existência de processos mais ou menos radicais por parte das próprias elites. Onde o partido é mais frágil predomina o controle direto das famílias.

É possível verificar essa afirmação através das localidades em que se desenvolveram esses processos de disputa. Segundo o quadro apresentado, as revoluções de disputa oligárquica ocorreram:

- 1892 -1895: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Revolução Federalista)
- 1899-1901: Mato Grosso
- 1906: Mato Grosso

³⁶⁰ *ibidem*.

³⁶¹ *ibidem*.

- 1913-1914: Ceará
- 1917: Pará
- 1920: Bahia
- 1923: Rio Grande do Sul

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais não foram afetadas por processos desse tipo. De fato, são os estados onde os partidos têm maior incidência na vida política. Havia discordâncias e crises, algumas vezes, rachas oficiais, mas não se chegava a conflitos armados. Nesses estados as revoluções serão aquelas do terceiro tipo que listamos: revoluções militares do baixo escalão das forças armadas. Veremos que se diferenciam em muito das outras pela composição social, por serem urbanas, etc..

Antes de avançarmos na análise, cabe uma consideração para duas das revoluções que incluímos na categoria das revoluções oligárquicas: a Revolução Federalista e a Revolução Rio Grandense de 1923. Ambas possuem a característica fundamental de ser fruto do conflito de grupos oligárquicos dissidentes contra o domínio de Júlio de Castilhos. No entanto, nos dois há o envolvimento direto de militares. No primeiro caso, teremos os florianistas ao lado de Júlio Castilhos, no segundo caso teremos tenentes, impactados pelos eventos de 1922, apoiando a oposição.

Sobre a Revolução Federalista:

Ideologicamente, a luta é de caráter anticastilhista, apenas. Apesar de Floriano e outros denunciarem o monarquismo dos oposicionistas, na verdade a Revolução Federalista, procura impor princípios expostos no programa federalista. (...) do ponto de vista militar, as forças federalistas são compostas exclusivamente de tropas coronelísticas civis (...). Do lado governamental, os grandes chefes coronelísticos locais têm o auxílio de forças e armamentos do Exército, o recrutamento forçado ou bem pago pelo dinheiro governamental ³⁶².

Essa revolução acaba tomando maiores proporções se comparada às outras de caráter oligárquico. A oposição chega a ser vitoriosa por algum tempo, criando um poder paralelo na capital de Santa Catarina, já no avanço militar para outros estados. Sem contar com a coincidência em relação à Revolta da Armada no Rio de Janeiro que faz os movimentos tomar força e exigem maior intervenção do governo federal e seus aliados, sobretudo, o estado de São Paulo. Nas palavras de Carone:

A política de Floriano Peixoto é de completo apoio a Júlio de Castilhos e, para isso, ele tenta esmagar de todas as formas, a revolução federalista. (...) Para isto ele conta com a solidariedade de oficiais do Exército (...). Mas o apoio fundamental é aquele oferecido pelo estado de São Paulo ³⁶³.

³⁶² Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

³⁶³ *idem*, *ibidem*.

A intervenção federal nas disputas regionais acontece diversas vezes, pois o desafio de manter o situacionismo nos estados significa manter a base aliada para os projetos federais e, conseqüentemente, a manutenção da situação neste governo.

A revolução de 1923 se dará mais uma vez contra o castilhismo, nesse caso na posse de Borges Medeiros – membro da situação. A revolta será reprimida, e é decretado estado de sítio.

Ao fazermos uma classificação dos três tipos de revoluções que o autor identifica ao longo da República Velha, podemos observar que existem diferenças qualitativas entre elas, apesar de elementos em comum, ou de uma definição geral, como já apontamos. Não entendemos que ele coloque uma linha evolutiva para os processos de contestação revolucionária, por isso mesmo não dividimos os grupos de revoluções por critério cronológico. Enxergamos que a partir de determinado momento, entram em cena novos sujeitos políticos que permitem a construção de outro sentido para essas revoluções.

De alguma maneira, a revolução de 30 é o ápice de um período transitório e revolucionário. Mas o autor não a vê como continuidade linear e necessária de processos anteriores. Acreditamos que, para ele, 1930 é um resultado novo da combinação entre o acirramento das contradições socioeconômicas no período, e das fragilidades do regime - jurídicas, eleitorais e de participação no poder. Tudo isso já se expressava anteriormente, mas novas condições da realidade permitirão a esse movimento uma contestação abrupta das instituições do regime e dos grupos no poder.

O último tipo de revolução que identificamos na obra de Edgard Carone conflui para aquelas em que há protagonismo dos setores de baixa patente das forças armadas (marinheiros, soldados, tenentes). Elas abrem um espaço para a participação popular, pois ocorrem em ambiente urbano a partir de reivindicações, por vezes corporativistas, mas que acabam tocando em ponto sensíveis das condições gerais de vida das classes médias e baixas nas grandes cidades. O autor fará uma análise profunda, enxergando como esses setores passam a perceber a necessidade de sua ação política ao longo do período. É uma atitude empírica, no sentido em que ocorrem revoltas, motins espontâneos diante de situações que comprometem seu modo de vida. Desse modo, podemos dizer que os processos urbanos são aqueles em que a participação popular vai se tornando mais visível e relevante, dando novo caráter às revoluções da primeira república.

É o caso da “Revolução de 1904”, no Rio de Janeiro, que segue as sucessivas ações de revoltas das massas da capital federal contra as medidas sanitárias e de reforma da capital federal e a vacinação obrigatória.

(...) a remodelação e saneamento da cidade do Rio de Janeiro e sua transformação em grande centro é obra que tem precedência sobre todas as tarefas do governo. (...) Estas obras só serão realizadas pelo prefeito Pereira Passos, durante o governo Rodrigues Alves. (...) As medidas atingem grandemente os hábitos e costumes da população pobre e da baixa classe média. (...) a população se amontoa nos becos, casas, pardieiros protesta contra a demolição que eleva constantemente o preço dos aluguéis e joga as classes menos favorecidas para lugares distantes de seus locais de trabalho e vivência ³⁶⁴.

A essa crise generalizada, soma-se o problema da vacinação obrigatória que será debatido no congresso entre 1903 e 1904. As doenças endêmicas assolavam o Rio de Janeiro e outros lugares do Brasil desde a época colonial. As medidas de profilaxia e tratamento eram motivos de polêmica na medicina e a estrutura sanitária e de órgãos de saúde era muito precária. Em fins do século XIX e início dos anos XX o número de casos e mortes por esse tipo de doença aumenta, especialmente, a febre amarela. Inicia-se então um debate sobre projetos de combate à doença que incluíam todo tipo de ação sanitária e a vacinação obrigatória.

Toda a sociedade se polariza em torno dessa celeuma. Médicos contrários se manifestam, parlamentares, grupos civis e militares positivistas, e toda a população afetada.

Camadas operárias participam do debate, de forma independente ou dirigidas por políticos oposicionistas. O Tenente-Coronel Lauro Sodré, jacobinista ferrenho, funda a Liga Contra a Vacinação Obrigatória. (...) Essa frente comum se faz quando a agitação se transforma em lutas de rua. Camadas populares indistintas formam a grande massa dos comícios e, mais tarde, das arruaças. O bota abaixo desloca milhares de pessoas de suas casas e causa mal-estar generalizado; (...) ³⁶⁵.

Nesse trecho, Carone descreve a revolta e retrata sua dimensão popular e de massas. A indignação toma conta de diversos setores da sociedade, levando a diversos tipos de manifestação de rua. No entanto, é necessário observar que o descontentamento se dá em torno de questões tipicamente urbanas, fruto da intensa dinâmica vivida no período, na qual as cidades crescem sem planejamento e infraestrutura. Além disso, o crescimento da população e o êxodo rural são causas de uma grande instabilidade social e econômica. Sobre o caráter urbano desta revolta:

Outro fato se acrescenta à situação: é a crise comercial de maio de 1904, que leva muitos comerciantes à falência, e que é agravada pela constante alta do custo de vida, devido ao câmbio em alta. Dessa maneira aumentam o desemprego e a revolta, exarcebando-se as críticas ao governo ³⁶⁶.

³⁶⁴ *ibidem*.

³⁶⁵ *ibidem*.

³⁶⁶ *ibidem*.

A ação dos militares se aproveita da amplitude do movimento e das atitudes espontâneas nas ruas. Edgard Carone diferencia a definição da atitude popular e do Exército: para a primeira fala em “revolta popular”, para a segunda, além de usar o termo revolta, adota a ideia de “revolução”. Ele diz:

A revolta popular antecede à militar, como veremos; porém, esta última tem caráter totalmente distinto, presa como é à tradição do jacobinismo e do poder da farda; utiliza-se de alianças com monarquistas descontentes, políticos oposicionistas, etc. (...) Ação positivista e revolta popular se apresentam como reações espontâneas a uma situação de fato. Porém, o movimento monarquista e a revolta militar aparecem como atitudes conscientes, destinadas a desencadear uma revolução contra os poderes constituídos³⁶⁷.

Edgard Carone afirma igualmente que a ação militar não ficará presa à origem popular do descontentamento. Será uma ação consciente e política que questionará a legitimidade do governo. Mais uma vez a ideia de revolução se apresenta por sua característica conspiratória de grupos políticos contra o poder vigente. A mobilização das massas também lhe é característica, pois é disso que se aproveitam os militares e outros que os apoiam, como os monarquistas.

Desse modo, a revolução militar de 1904 apresenta as primeiras características que nos fazem delimitar esse grupo de revoluções. Nesse caso, temos que pontuar algumas questões que a diferencia das outras, que se localizam todas nos anos 20 e entram no bojo do que é chamado tenentismo. A articulação dos militares se dá a partir de generais, com adesão dos jovens alunos das Escolas Militares. Estes se envolvem diretamente no conflito e resistem até o fim. E, apesar de embarcar no momento de convulsão e revolta social, essa revolução e seus objetivos de depor o governo se restringem ainda a uma camada política oposicionista, nos marcos das disputas oligárquicas anteriores.

A revolução será derrotada. Apesar disso, a revolta popular se estende e é decretado estado de sítio na capital federal.

Sendo assim, a Revolução de 1904 é um caso intermediário entre as disputas das oligarquias, a Revolta da Armada e as movimentações tenentistas. O que ela nos apresenta de novo é o conflito social colocado pela realidade urbana e, diante dela, o reavivamento da ação militar enquanto opositores do governo. A nossa análise sobre a obra de Edgard Carone, entendemos que ele avalia esses elementos como centrais para um avanço qualitativo nas revoluções a partir dos anos 20. E aí chegaremos a mais um espectro de como se constrói sua ideia de revolução. Antes disso, os principais levantes populares urbanos terão a ver com a deflagração das greves que se intensificam a partir dos anos

³⁶⁷ *ibidem*.

1910, das quais trataremos mais adiante. No entanto, nenhum deles é tratado como movimento revolucionário seja por Edgard Carone ou pela documentação apresentada.

O protagonismo das bases militares e do movimento conhecido como tenentismo terá sua origem nas revoltas do Rio de Janeiro, nos anos 1914/1915, conhecidas como Revoltas dos Sargentos. Carone não as denomina como revoluções em nenhum momento, contudo, deixa claro que estas darão os primeiros passos no sentido de um questionamento do regime em nível nacional, a partir de demandas das classes médias e populares. Sobre isso, citamos:

O período Wenceslau Braz, apresenta-se como o primeiro momento em que a baixa oficialidade, sargentos e soldados, se manifestam politicamente. Até então, todas as atitudes e privilégios de participação na política – Império e República – cabem à alta oficialidade. (...) O que se dá é exatamente a repulsa da alta oficialidade pelas novas manifestações, que se repetirá em 1922. (...) A separação que prosseguirá até 1930, mostra-nos a coerência de cada um dos movimentos, podendo-se dizer que o que foi chamado de tenentismo – em 1922 – surgira exatamente das revoltas de 1915

³⁶⁸

Como vimos, o Exército entende-se como agente político e intervém na disputa de poder desde o império, no entanto, as rebeliões de base no seio dessa instituição adquirem uma nova dimensão, diferente daquelas que ocorreram anteriormente. Esse fato contribui para um clima divisionista, em que o baixo oficialato se vê como um corpo diferente de seus superiores, não apenas pela hierarquia colocada, mas pelas condições de trabalho e exercício de direitos políticos. Veremos que Edgard Carone explica esse processo, a partir da estrutura organizativa e, especialmente, da composição social desses diferentes extratos das forças armadas.

A Revolta dos Sargentos ocorre em um momento em que “a inflação, a guerra, as crises econômicas e o mal estar social, são gerais”³⁶⁹. Segundo Carone, a partir de 1910 se reverte a situação de estabilidade, e se inicia um período de conflitos políticos gerados pela degradação econômica e seus efeitos, reforçados pela I Guerra mundial a partir de 1914. Esse é o contexto da Revolta, no qual também, o Exército passa por um processo de reforma, chefiado pelo Gal. Caetano de Faria, ministro da guerra, com o objetivo direto de conter a atividade política em suas fileiras.

Após um “ato de indisciplina” localizado na cidade de Rio Grande,

³⁶⁸ *ibidem.*

³⁶⁹ *ibidem.*

(...) um novo movimento mais extenso e profundo nasce nos fins de 1914, se desenvolve nos meses seguintes e persiste até o início de 1916. A revolta dos sargentos, como é chamada, surge como um protesto e se transforma num movimento de rebeldia social³⁷⁰.

Os sargentos reivindicam, inicialmente, a abolição das subdivisões de sua categoria, com o objetivo de equiparar a remuneração e exigir estabilidade nos postos. Fazem o pedido através de um abaixo-assinado encaminhado ao deputado Maurício de Lacerda. O pedido é negado pelo ministro da guerra e demais autoridades. Iniciam-se, então, as primeiras movimentações na Escola Militar, de onde saem boatos de “desordens”.

Diversas reuniões passam a ocorrer enquanto Maurício de Lacerda tramita seu projeto na câmara. Envolvem-se com ele diversos representantes de políticos e líderes da classe mês, alguns ligados ao movimento operário. Isso torna o movimento cada vez mais político, entrando em questão o regime presidencialista e a necessidade de reformas constitucionais. O governo toma atitudes de represália e prende mais de 250 sargentos. Carone menciona outras duas ondas de articulação de sargentos, estas não ocorrem apenas no Rio, mas também em outros estados. A pauta política de questionamento ao regime se mantém como unívoca em todos os casos, mas o movimento não tom força de contestação em seu conjunto e se desorganiza.

Apresentamos esse movimento e o fato de Edgard Carone não o caracterizar como uma revolução. É importante observar que, de um lado, é um movimento que não leva a um conflito armado e não consegue ir até as últimas consequências para organizar a sociedade em torno dessas reivindicações. De outro lado, vê-se a importância da expressão política de um setor do Exército atingido pelas consequências da crise econômica e da degradação das condições de vida. A partir de uma pauta reivindicatória simples, gera-se um clima de instabilidade e contestação do regime. Esses oficiais de baixa patente acabam por arrastar consigo outras classes sociais para constituir um movimento mais amplo, inclusive, em nível nacional e não apenas local, como nos casos de outros processos que descrevemos.

Como Edgard Carone analisa esse processo? Por que o baixo oficialato consegue criar um amálgama de reivindicações com outras classes? Vamos à terceira categoria de revoluções, o tenentismo.

Para o autor, existem três revoluções que fazem parte do que ficou conhecido como tenentismo: 1922, 1924 e a Coluna Prestes, que se estende de 1924 a 1927. Na verdade, o

³⁷⁰ *ibidem*.

que ocorre para ele é um movimento de autonomia política dos extratos mais baixos da oficialidade. Os primeiros passos nesse sentido se apresentam em 1915, mas a partir de 1922 toma corpo um movimento independente e com objetivos mais claros. São revoluções que explodem nas capitais sob mando dos tenentes, e se espalham pelo país com um nível de articulação mais orgânica entre os estados.

Para além da proclamação da república, viu-se que a ascensão de Floriano Peixoto ao poder e a posterior hegemonia civil na presidência vão criando diferentes grupos e interesses entre os militares. Primeiramente, essas diferenças se dão entre a alta oficialidade, que tem acesso às disputas e alianças oligárquicas. Todavia, as diversas reformas da instituição e o próprio desenvolvimento do regime começam a dar forma a um movimento de base.

Apesar das divergências, Carone identifica um sentimento geral dos membros do Exército para com a política na Primeira República:

A constituição de 1891 estabelece rigorosa disciplina no Exército: obediência total, inapelável, sem permissão para deliberar nem fazer política. contra isto, registram-se também, descontentamentos. As limitadas condições profissionais e de vida criam distanciamento entre civis e militares, levando os últimos a criticar constantemente a “inépcia” e “incapacidade” dos primeiros, e a tentar a formação de uma consciência militar política, ou de governos militares ³⁷¹.

Ou seja, ao longo do período, o Exército irá conformar uma crítica à hegemonia civil, que repercutirá em uma crítica ao sistema como um todo.

Já se falou anteriormente que, para o autor, a base do Exército possui origem pequeno-burguesa e urbana. A instituição representa, para as camadas médias e populares, uma das únicas oportunidades de acesso ao ensino formal e a uma carreira do serviço público o que Carone caracteriza como um problema que gera um “antiprofissionalismo”, formando “doutores” ao invés de “oficiais”. Apesar de ser o melhor caminho possível para esse setor, a realidade é dura:

A questão do soldo é problema geral. O que se ganha é o mínimo suficiente para manter o estrito sustento familiar e um nível modesto de vida (...). Os relatos e testemunhos mostram como a maioria da oficialidade vive em penúria e dificuldades (...) ³⁷².

Combinam-se, portanto, diversas características que podemos resumir em: consciência política, instrução teórica, por um lado, e condições precárias de trabalho e rígido controle político e hierarquia, por outro. Esse quadro faz crescer um sentimento de insatisfação generalizada entre os militares de baixa patente. Sem acesso ao poder, a

³⁷¹ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit..

³⁷² *idem*, *ibidem*.

disputa de cargos, etc., estes indivíduos se veem diante de uma condição social degradada, ao mesmo tempo em que se sentem capazes, e na obrigação, de exercer uma postura crítica e serem sujeitos de mudança no sistema. Diferente dos seus superiores, os tenentes passam a ter uma consciência cada vez mais política e social.

A instabilidade econômica é motivo de diversas disputas regionais e em nível nacional desde 1889, como vimos. A questão do câmbio permeia o debate financeiro em prol do comércio exportador, que acaba beneficiando industriais e banqueiros. As condições de vida do povo, inflação, saúde, transporte, questões trabalhistas ficam todas de lado. Apesar de algumas revoltas e greves, não há espaço na grande política para a maioria da população.

A Revolta da Vacina e a Revolta dos Sargentos de 1915 mostraram que, apesar da exclusão institucional, as massas populares estavam dispostas a reivindicar seus direitos e mostrar seu descontentamento com a situação política geral. A I Guerra certamente aprofundou os problemas sociais e econômicos, dando espaço para que em 1917-1918 ocorressem as maiores greves operárias do país.

O governo Epitácio Pessoa assume, em 1919, numa situação econômica e social bastante grave. Para Carone, o que se passa é um momento de radicalização da política e enfraquecimento das classes dirigentes, fato que permitirá manifestações das classes médias. Entre os militares também existem descontentamentos que caminharão no sentido de fortalecer um movimento vindo das hierarquias inferiores. A nomeação de um civil para o Ministério da Guerra

(...) é motivo para a insubordinação mais profunda: agora a baixa oficialidade vai rebelar-se, não como apêndice do tradicional grupo da alta oficialidade, mas como um movimento paralelo àquele. Num certo momento – antes da revolução de 1922 – ambas as facções tentam unir-se; mas, enquanto os futuros tenentes procuram uma solução mais ampla – político e social –, a velha guarda militarista pensa em termos pessoais, isto é, ocupação de cargos políticos. É por isso que, a partir de 1922, os dois movimentos se separam, e o segundo deles entra em declínio ³⁷³.

Além da divisão no Exército, Carone identifica um processo inicial de divisão das classes dirigentes. Esse fator será motivo de tensão durante todo o governo e se evidencia quando começam os debates de sucessão presidencial. Mas a novidade nesse cenário será a indignação dos setores médios e militares.

A sucessão de Epitácio Pessoa traz a mais grave de todas as crises políticas surgidas até então, num momento em que a deterioração econômica e social é gravíssima. (...) O problema sucessório vem

³⁷³ *ibidem*.

aprofundar a divisão, quando o Rio Grande do Sul, que sempre seguira a linha de São Paulo e Minas Gerais, resolve discordar³⁷⁴.

As disputas eleitorais, nos governos de estado e federal, são igualmente delicadas e foram motivos das principais querelas desde o início da república. No primeiro caso, são responsáveis por verdadeiras revoltas e por revoluções de caráter oligárquico, que levam ao conflito armado e, por vezes, estado de sítio. Vimos que o controle da máquina estatal representa o controle de uma rede de privilégios e poder que corroboram com a lógica patrimonialista das oligarquias. O mesmo vale para a federação, no entanto, após a conquista da hegemonia civil, as revoluções apresentadas, não tocam essa realidade. O que se faz é criar mecanismos institucionais que deem conta de amarrar as situações nos estados, à situação presidencial, acomodando as divergências em acordos muito frágeis.

Agora, a divisão da cúpula governativa é mais grave. É verdade que todos se unirão diante de movimentos radicais das classes médias e operárias. A essa divisão, entretanto, se acrescenta o problema militar que, aparentemente, é igual ao do passado. (...) uma geração militar nova retoma, com maior profundidade, as críticas ao sistema político vigente (...) ³⁷⁵.

Campanha eleitoral se desenvolve nesse clima de tensão. Surgem dois candidatos, Arthur Bernardes (situação) e Nilo Peçanha (oposição/ Reação Republicana). O Caso das Cartas Falsas cria um delicado incidente com militares. A ala tradicional se limita às críticas que colocam os civis como incapazes e corruptos, enquanto a nova corrente, mais profunda e objetiva, critica o sistema político e pretende combater as injustiças sociais.

Diversos movimentos se desencadeiam contra a situação nos estados: Pernambuco, Ceará, Amazonas. Em meio a manifestações e descontentamentos, mais uma vez, a situação tem vantagem e vence Arthur Bernardes.

Os protestos seguem. Hermes da Fonseca é preso, fecha-se o Clube Militar. A alta cúpula do Exército e marinha tenta organizar um processo revolucionário, incentiva a desobediência, etc. No entanto, segundo Carone,

São os tenentes que de fato desencadeiam o movimento revolucionário. Desde a madrugada de 03 de julho o Forte de Copacabana se prepara e, na madrugada do dia 05, dali saem os primeiros tiros. (...) O primeiro colapso é o da Vila Militar. (...) Na escola do Realengo a revolta foi de mais sérias proporções ³⁷⁶.

O forte de Copacabana resiste e é onde ocorre o maior conflito entre as tropas insubordinadas e as tropas federais. Depois de Epitácio Pessoa mandar tropas por terra, mar e ar os revoltosos se entregam - caso que ficou conhecido como os 18 do Forte de Copacabana. É decretado estado de sítio. A revolução não é desejada pelas oligarquias

³⁷⁴ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

³⁷⁵ *ibidem*.

³⁷⁶ *ibidem*.

dissidentes, pois agora ela se faz independentemente dos grupos dirigentes de civis e militares.

Mas o movimento vencido, que aparentemente tem características somente de levante militar, também vira afastar-se de si, antes de 05 de julho, o apoio de setores da pequena burguesia civil e dos operários – Como Maurício de Lacerda e Caio Monteiro de Barros. Isolado, o tenentismo vai sofrer as consequências de uma repressão generalizada ³⁷⁷.

A Revolução de 1922, apesar da derrota, faz o presidente eleito, Arthur Bernardes, assumir o governo em estado de sítio. O clima de instabilidade era total, especialmente pela autonomia adquirida no seio do Exército; por isso, nesse momento, a Revolução não consegue arrastar consigo outras classes sociais, como vimos em 1915. A alta cúpula militar os via como infratores; a pequena-burguesia civil, a burguesia industrial e a dissidência oligárquica, cada um por seus motivos, desconfiam do movimento e das consequências a que se poderia chegar através dele. Apesar de estarem ao lado da indignação social generalizada, não conseguiam se apresentar para o povo, como algo distinto do que fora até então o movimento militar na república.

Os próprios tenentes não tinham unidade ideológica sobre seus objetivos e Edgard Carone será incisivo sobre essa questão. O tenentismo se define a partir de 1922, mas toma corpo nos movimentos seguintes, conseguindo construir-se como movimentos social. Somente com o fim da Coluna Prestes é que seus indivíduos adotarão uma ideologia política clara. Sobre isso, Carone diz:

As revoluções de 1922, 1923 e 1924 representam “indisciplina generalizada e bruta” (45). (...) As revoluções pequeno-burguesas de 1922 e 1924 tentam abalar essa situação, mas cometem erros graves e são ideologicamente frágeis ³⁷⁸.

Mesmo sem uma ideologia homogênea ou consciência de classe definida, para o autor os tenentes se apresentam como representantes da pequena-burguesia, por sua origem social – como já foi apresentado. Isso será determinante para que Carone identifique suas revoluções como um processo novo de onde podem surgir os questionamentos mais efetivos sobre o sistema. Diante da ação tenentista a política da primeira república sai da disputa oligárquica para tomar as ruas em armas, pela primeira vez, sem o controle dessas mesmas oligarquias. Além disso, o que se vê pela narrativa de Carone é que as reivindicações tenentistas permitem um questionamento global do sistema político e dos rumos da nação. São revoluções de “indisciplina bruta”, mas que põe medo nas classes dominantes, fazendo, inclusive, com que todas se unam contra elas. Diante da gravidade da

³⁷⁷ *ibidem*.

³⁷⁸ Edgard Carone, *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit. Nota (45) Júlio de Mesquita filho, *A crise Nacional. Reflexões em torno de uma data*.

situação, o movimento dissidente da Reação Republicana se coloca como um situacionismo temporário, pois:

Apesar de seu caráter tradicionalista, o movimento da Reação Republicana se faz numa época em que as massas urbanas estão em pleno processo de fermentação. (...) Querendo aproveitar-se desta abertura o situacionismo oposicionista pretende utilizar o descontentamento, mas no sentido da pressão, o que existe exatamente é o divórcio entre grande parte das massas e classes dirigentes ³⁷⁹.

A conjuntura política dos anos 20 acirra as contradições sociais. Veja que Edgard Carone fala de um divórcio entre as massas e as classes dirigentes, remetendo ao eterno temor e conservadorismo oligárquico, característico do período. Nenhum setor das oligarquias, incluindo a burguesia industrial, se via na responsabilidade de tomar para si a transformação do regime republicano, nem nos marcos mais simples de reformas constitucionais, eleitorais, etc.. Mais uma vez apoiou-se no descontentamento popular apenas para pressionar a disputa pelo poder. No entanto, é a rebelião de base do Exército que trará uma ação exemplar ainda que num primeiro momento a Revolução de 1922 tenha se isolado:

A revolta de 1922 configura-se como o momento em que segmentos do Exército, baixa e sub-oficialidade, rompem violentamente com o *status quo* num repúdio à política tradicional. Durante os anos 20, tenentismo é sinônimo de radicalismo e quartelada ³⁸⁰.

O estado de sítio dá a Arthur Bernardes as condições para agir violentamente contra qualquer tipo de oposição ou manifestação política. Carone descreve como a falta de consistência ideológica também dos setores da elite acaba por transformar as disputas políticas em conflitos pessoais. É assim que Bernardes leva a frente sua política de repressão e intervenção nos estados.

A primeira delas ocorre na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul. Como já apresentado no Quadro 11, essa revolução apresenta o conteúdo das revoluções oligárquicas, ou seja, aquelas em que disputam diretamente grupos civis chefiados por seus coronéis, situação e oposição. Nesse caso, a hegemonia de Borges Medeiros será contestada pela oposição, que não apresentava candidatura desde 1908. O espaço para contestar o situacionismo rio-grandense se fortaleceu, certamente, diante do contexto de revolta, expresso em 1922.

É uma disputa clássica do segundo tipo de revoluções que descrevemos: ocorre o pleito eleitoral com duas candidaturas – Borges de Medeiros e Assis Brasil. No final, cada um dos lados apresenta um resultado diferente, favorável a si. A situação, Borges

³⁷⁹ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

³⁸⁰ *idem*, *ibidem*.

Medeiros, impõe a sua versão da história e no dia da posse, os oposicionistas desencadeiam a revolução com suas tropas civis. Mas o contexto não é mais o mesmo. O governo federal intervém de maneira sutil a favor da oposição, ao final, sem forças para esmagar a revolta, Borges Medeiros aceita o acordo que põe fim à possibilidade de reeleição no estado e dá outros benefícios a oposição.

Para Edgard Carone a Revolução de 1923 reacende o clima de revolta e instabilidade: “O clima de intranquilidade persiste, apesar do aparente controle total que o governo mantém, através de maiores poderes constitucionais.”³⁸¹. À situação do Rio Grande do Sul, seguem-se os conflitos na Bahia e distrito federal.

É interessante constatar que persiste nesta obra de Carone aquela ideia que verificamos para *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. O termo revoluções, no plural, caracteriza os aspectos mais abrangentes dos conflitos sociais no Brasil republicano. Para esta análise, consideramos que havia uma precisão, ou um avanço na ideia de revolução para Edgard Carone. Identificamos três tipos de revolução, diferentes entre si, mas que dialogam, na medida em que a dinâmica política se acentua. Nesse sentido, a Revolução de 1923, e as disputas estaduais subsequentes, tipicamente oligárquicas, alimenta o sentido revolucionário mais profundo presente na sociedade.

A Revolução de 1924, classificada por nós entre as revoluções tenentistas, será fruto de um constante clima de instabilidade, calcado nas disputas oligárquicas, que tomam novas proporções. Nesse caso, ocasionará diálogo entre tenentes e civis para a organização de um novo movimento:

O que se dá é a maior amplitude dos quadros revolucionários, que abrangem vários estados, numa tentativa de não cometer os mesmo erros do movimento anterior, quando a ação ficara circunscrita a algumas unidades federativas. Agora o movimento em articulação apresenta aspectos diferentes; em 1922, os revolucionários tinham admiração aos políticos da oligarquia, ligando-se a eles para conseguir seu apoio. No novo movimento, os militares só participaram como dirigentes, quando a chefia civil desaparece. (...) Mesmo assim, toda a articulação inicial é feita dentro de um critério ideal das chefias civis (...); na verdade, não se quer dar ao movimento um caráter de Golpe Militar

³⁸².

O reconhecimento de uma articulação a nível nacional é uma característica extremamente importante para o autor. Ao falar desse aspecto, Carone desenvolve como o tenentismo consegue avançar no enfrentamento ao sistema político como um todo. Aproveitando-se das convulsões estaduais, mas também do desgaste das alianças federais, os tenentes começam a dar os primeiros passos para subverter a ordem, ao menos nos

³⁸¹ *ibidem*.

³⁸² *ibidem*.

marcos que vinham se estabelecendo até então. O Exército, de alguma maneira, é uma instituição que permitiria essa articulação, pois existe e está organizada em todo território – superando uma debilidade dos partidos oligárquicos, por exemplo.

Como vimos, desde o início da república a manutenção do estado nacional em sua unidade territorial e política foi um desafio. O federalismo é o caminho escolhido para atenuar os diferentes interesses regionais, no entanto, estabelece laços frouxos com o poder central. Para não deixar que estes se rompam, criam-se mecanismos de controle baseado em um sistema eleitoral manipulável, em “trocas de favores”, etc.. Se estes mecanismos servem à estabilidade da nação, pelo menos por um tempo, não controlam em nenhum grau as disputas locais, levando-as às últimas consequências, dentro e fora do regime. Daí surgem as diversas revoluções apresentadas por Edgard Carone, e outros movimentos similares, que indiretamente alimentam a instabilidade nacional e não o contrário.

A diferenciação qualitativa do tenentismo residirá no seu caráter de classe, que cria autonomia em relação aos setores oligárquicos, e em sua perspectiva nacional de crítica ao sistema político. Ou seja, com o tenentismo as revoluções apontam o sentido de uma revolução – no singular – mais profunda. De modo algum, entendemos que Edgard Carone condiciona as “revoluções”, à “revolução” – e vice-versa. Na verdade, acreditamos que ele pretende demonstrar como o processo histórico em sua complexidade, característica de um período de transição, proporciona as possibilidades para o amadurecimento das classes sociais e grupos políticos. A relação “nacional x regional” é determinante para esse processo, culminando na Revolução de 1930. Esta, por sua vez, não será uma consequência necessária ou uma continuidade linear dos movimentos anteriores, senão que se apresentará como uma saída de grupos da elite diante desse novo sentido revolucionário.

Os tenentes, portanto, fortalecem sua perspectiva de organização no ano de 1924. Na avaliação de Carone, percebem a necessidade de se aproximar dos setores civis, mas não o fazem de modo ingênuo, tanto que os próprios dissidentes com quem entram em contato não aderem à causa:

A falta de chefia civil leva os militares a se rearticularem novamente. É verdade que Isidoro Dias Lopes tenta entrar em contato com Júlio de Mesquita e outros elementos da Dissidência Paulista, mas os resultados são nulos; é que os dissidentes civis fazem oposição aos situacionismos federal e estadual, mas não pretendem nenhum movimento revolucionário e não apoiam movimentos subversivos dirigidos por elementos estranho a sua classe ³⁸³.

³⁸³ *ibidem*.

Mesmo assim, os tenentes se fortalecem em sua causa e novos elementos revolucionários entram em contato com aqueles que pertenceram à experiência de 1922: “O plano final é iniciar o movimento em São Paulo, que seria seguido pela revolução em outras unidades da federação”³⁸⁴.

Entre julho e outubro de 1924 eclodem focos da revolução por todos os estados. Em São Paulo ocorre o primeiro levante, e ali residirá o centro dos combates contra o Exército legalista de Arthur Bernardes. Em alguns estados os governadores fogem ou são depostos por juntas governativas, como é o caso de Sergipe e do Amazonas. O estado de sítio, que fora revogado há pouco, volta a vigorar e dá poderes amplos ao poder federal, executam-se perseguição, prisões e execuções.

O cerco se fecha para os revolucionários na capital paulista. Não são derrotados, no entanto recuam em direção ao interior do estado onde se desenvolvem lutas em diversos pontos. Em síntese, o movimento consegue romper com a barreira do isolacionismo, conseguindo apoio, no Congresso, de deputados pequeno-burgueses e nas ruas de amplos setores da população:

(...) no momento da luta em São Paulo, a adesão de elementos da pequeno-burguesia mostra o entusiasmo dos segmentos civis, que acabam lutando com armas na mão contra as tropas situacionistas. Se o operariado encara com desconfiança o General Isidoro Dias Lopes, este tem sentimento recíproco com relação a esta classe. Porém, centenas de testemunhos mostram que as tropas que lutam na capital recebem auxílio de toda espécie, nos bairros de classe média de São Paulo; e, a derrubada das autoridades no interior do Estado é obra de lideranças civis urbanas locais³⁸⁵.

A revolução no Rio Grande do Sul se dá em outubro de 1924 e é a mais bem articulada com o movimento de São Paulo. Sua ação se dá em duas frentes até o momento de sua união em abril de 1925.

A ampliação do movimento revolucionário dos anos de 1924 a 1927 é resultado do descontentamento crescente da pequeno-burguesia urbana. Militares e civis, naturalmente, se identificam em suas exigências, o que leva o termo tenentismo a ser aplicado indistintamente a elementos do Exército, e a todos aqueles que aceitam ou lutam pelos mesmos ideais³⁸⁶.

Acrescenta:

A identificação significa participação e luta, que tem seu ponto alto na coluna Prestes-Miguel Costa. É a união das duas forças que permite a radicalização dos objetivos. (...) O objetivo da nova coluna Prestes-Miguel Costa é marchar pelo interior, para despertar ou esperar a eclosão de novos movimentos revolucionários³⁸⁷.

³⁸⁴ *ibidem*.

³⁸⁵ *ibidem*.

³⁸⁶ *ibidem*.

³⁸⁷ *ibidem*.

Entre 1925 e 1927, a coluna irá marchar 24 mil quilômetros no interior do Brasil sem ter perdido um só combate. Segundo Edgard Carone, o apoio da população por onde passava e a adesão de voluntário é essencial para se entender a extensão e a capacidade do movimento. Outras pequenas revoluções urbanas surgem espontaneamente, mas com o mesmo espírito. No Rio de Janeiro, conspira-se a tomada do poder, mas os rebeldes não conseguem levar o plano à frente.

Sob estado de sítio e controle total do governo sobre qualquer tipo de contestação, iniciam-se os debates sobre a sucessão presidencial:

Os pequenos levantes que se repetem mostram a pertinácia dos revolucionários, o que não significa, porém, o abalo do sistema oligárquico. (...) A sucessão presidencial é a expressão da continuidade do domínio oligárquico. (...) Nunca uma eleição levantou tanta aprovação e simpatia como a de Washington Luís³⁸⁸.

O sistema oligárquico tenta manter-se de pé diante da convulsão social gerada pela Revolução de 1924 e a posterior organização da Coluna Prestes. Diferente de todas as outras revoluções do período, além da dimensão nacional que os tenentes tentam dar ao movimento, este irá se deflagrar no centro político-econômico do país: São Paulo. Essa característica também revela uma maior profundidade na crítica ao sistema político, que é dominado pelas oligarquias ali estabelecidas.

Sendo assim, as classes dominantes passam por cima de suas divergências, que se aprofundavam no início dos anos 20, e tentam reorganizar o país em torno da candidatura de Washington Luís. Essa saída momentânea não significará a resolução dos problemas. Com medo de uma revolução “estranha à sua classe” as oligarquias dissidentes adiam a disputa pelo poder, mas com as novas características dos movimentos de contestação terão que se defrontar com desafios maiores do que a simples disputa pelo poder.

Assim iniciamos a análise da ideia de revolução para Edgard Carone, no último processo da República Velha:

Porém, esta realidade é mais profunda do que qualquer outra do passado: mesmo os momentos cruciais do florianismo – que se expressaram em contendas cruéis – não atingiram a intensidade dos acontecimentos do momento, pois o que existia basicamente, era a luta pelo poder, luta entre segmentos vários de uma mesma classe (...). O mesmo não acontecia com os movimentos dos anos 1920: o fenômeno de rebeldia tornava-se nacional porque **o crescimento urbano levava ao aparecimento de segmentos não conformistas** – da classe média, operária e até oligárquicos – que lutavam de várias formas contra o domínio absoluto das oligarquias agrárias³⁸⁹.

³⁸⁸ *ibidem*.

³⁸⁹ *ibidem*.

Aqueles setores das elites que quisessem se rebelar tinham que estar cientes de que poderiam alimentar um sentimento maior de contestação social. O primeiro momento foi de recuo, mas não irá passar do próximo embate sucessório nacional.

Nesse trecho, Edgard Carone atribuiu uma dimensão mais ampla à instabilidade do momento. O movimento tenentista foi caracterizado como revolucionário. Diversas greves, manifestações e levantes populares alimentavam o sentimento de indignação. A ideia de que esses movimentos se ligam ao crescimento urbano e o surgimento de novas classes sociais cria um ponto de convergência entre a análise das revoluções e a ideia de transição – apresentada anteriormente. A dinâmica social intensa e contraditória produz efeitos políticos. É como se houvesse certo descompasso entre as esferas social e política, abrindo novas perspectivas de questionamento e transformação.

O governo Washington Luís é iniciado nesse clima aparente de acordos e apaziguamento entre os setores oligárquicos, que deveria se impor para toda sociedade. A Coluna Prestes se refugia na Bolívia em 1927 e a expectativa de todos é que se preze pela unidade nacional e o reestabelecimento da ordem. Contudo, haverá um sentimento maior de necessidade participativa e de liberdades políticas com o fim do estado de sítio. Haverá um amplo movimento acerca da anistia aos revolucionários de 1922 a 1927, mas o presidente não acata e insiste em medidas autoritárias e repressivas.

Nesse momento, em nível internacional, cresce a necessidade de combate ao comunismo. O governo age nesse sentido, mas acaba atingindo “todas as formas de pensamento”³⁹⁰. Carone enxerga que há uma mudança qualitativa nos movimentos de oposição ao governo, não apenas nos movimentos revolucionários, mas também a partir de organizações fomentadas por setores das oligarquias:

(...) começam a surgir tênues sinais de enfraquecimento nas estruturas das classes dominantes. (...) As anteriores cisões do partido dominante – P.R.P – se fazem na base de discordâncias momentâneas em relação à luta pelo predomínio dentro da própria organização. (...) Porém nos anos 1910 surgem movimentos cívicos um pouco mais independentes das atividades do partido dominante. (...) Já, na década de 1920, as recém-fundadas formações auxiliares têm caráter mais discordante: a Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade, compostos dos mesmos elementos da classe dominante, pretendem maiores aberturas, mas com um instrumento legal, o voto secreto³⁹¹.

A formação do Partido Democrático (PD), em 1926, será expressão desse processo em que a decomposição das oligarquias se expressa em organizações mais autônomas. Este será criado por membros da dissidência do PRP, aglutinando também essas organizações, com a Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade. Mesmo assim, a oposição é tímida,

³⁹⁰ *ibidem*.

³⁹¹ *ibidem*.

sua atuação é restrita e não tem interesse em perder o controle da situação. Nas eleições legislativas de 1927 a oposição consegue maioria, mesmo assim não se coloca terminantemente contra as medidas adotadas pelo presidente. A prioridade seria manter o equilíbrio diante dos acontecimentos recentes.

O clima de estabilidade inicial é favorecido pelas medidas financeiras de Washington Luís. A criação da Caixa de Estabilização tinha como objetivo acabar com a oscilação do câmbio, mantendo-o em níveis baixos. Como já se apresentou o câmbio baixo agradava a agricultores e industriais, em detrimento da maioria da população:

O resultado imediato do câmbio estabilizado a 6, que na época é chamado “câmbio vil”, é o encarecimento do custo de vida e o montante das dívidas externas (143). Mas a indústria e lavoura aplaudem a iniciativa, pois pela primeira vez um plano financeiro destina-se diretamente à proteção industrial ³⁹².

O plano, por sua vez, exigirá a realização de empréstimos externos para garantir a emissão e a estabilidade cambial. Sua fase inicial é bem sucedida, mas a partir de maio de 1929 se vê abalada pelas primeiras medidas do governo norte-americano que anunciavam a fatídica quebra da bolsa, em outubro do mesmo ano. Paga-se o preço da dependência financeira e o plano não consegue cumprir seus principais objetivos.

O Estado não irá à falência, mas multiplicam-se os motivos de impopularidade da presidência, justamente no momento em que se inaugura o debate sobre a sucessão presidencial. Dentro da velha lógica oligárquica, o governo aplicará sanções econômicas aos primeiros indícios de rupturas estaduais para com o seu candidato. Diante da nova realidade política, as chantagens não terão o efeito desejado.

A oposição se organizará no que ficou conhecida como Aliança Liberal. O governo de Minas Gerais, liderado por um setor liberal do Partido Republicano, esperava sua vez de lançar um candidato à presidência, em comum acordo com os paulistas – situação. No entanto, Washington Luís se nega a iniciar o processo de escolha junto com os mineiros que tinham como proposta a escolha de um candidato gaúcho e os nomes cotados eram Getúlio Vargas, Borges de Medeiros e até Luís Carlos Prestes.

Tudo indica que o presidente quer lançar o nome de Júlio Prestes, ignorando a opinião de Minas Gerais. O então governador mineiro inicia um movimento consciente de diálogo com os gaúchos a fim de forçarem a retirada do nome de Júlio Prestes do processo. Acordam a proposta de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, escolhido a

³⁹² Edgard Carone, *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

partir da indicação do próprio Washington Luís num momento de conflito entre as oligarquias rio-grandenses.

Durante o processo de formação da Aliança, Getúlio Vargas mantém um diálogo secreto com o presidente, com quem mantém boas relações, na última delas pede seu aval para aceitar a proposta do PR mineiro. Washington Luís pede para que desista. Sem entendimento das forças os mineiros lançam, em julho de 1929, Getúlio Vargas como seu candidato.

O lançamento de uma chapa de oposição aglutina as dissidências estaduais, com forte apoio das seções do Partido Democrático. Após alguma dificuldade conseguem o apoio da Paraíba para lançar João Pessoa ao cargo de vice:

Resolvido o problema da vice-presidência, reúne-se a Convenção aliancista. (...) a Convenção ratifica todas as medidas anteriores, fazendo-se então a leitura oficial do programa: voto secreto, anistia, reforma eleitoral, indagações sobre o problema social, etc. (208)³⁹³.

Pressionados pelos paulistas, na figura do vice-presidente Melo Viana, o PR mineiro se divide. Outras dificuldades se colocam no caminho dos aliancistas que começam sua campanha em janeiro de 1930.

São estes itens – principalmente voto secreto e anistia – que fazem a popularidade do movimento, que excursionará a partir de janeiro de 1930 pelo Norte do país. A grande concentração das massas e o entusiasmo levantado pelas diversas manifestações são acompanhadas de conflitos (...). A Aliança Liberal engloba parte de um eleitorado urbano – que representa porcentagem pequena no computo geral – pequenas oposições estaduais e o situacionismo nos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais³⁹⁴.

A Aliança Liberal se propõe a levar o seu status de oposição até as últimas consequências, mas nos marcos legais da disputa pelo poder. Ou seja, Carone destaca que, entre os aliancistas, não havia o acordo prévio ou o mínimo entendimento sobre a necessidade de se desencadear qualquer processo que fosse para além da disputa eleitoral. Existiam pequenos grupos de radicais, entre eles, membros do PD paulista que entram em contato com os tenentes exilados entre 1927 e 1929. Neste momento, os tenentes percebem as “pretensões eleitorais pseudo-revolucionárias” da Aliança. Para Edgard Carone:

O que sobressai é a identidade de alguns pontos de vista entre os elementos oligárquicos e tenentistas: voto secreto, probidade administrativa, moralidade política, etc.. (...) essa ténue identidade ideológica não significa, entretanto, identidade momentânea de objetivos (...). É que os interesses de classe os afasta mais do que os interesses momentâneos comuns³⁹⁵.

Neste trecho voltamos a um elemento importante: o caráter de classe das revoluções. Os processos tenentistas foram definidos pelo autor como pequeno-burgueses,

³⁹³ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*. São Paulo, DIFEL, 1971

³⁹⁴ *idem, ibidem.*

³⁹⁵ *ibidem.*

os anteriores foram revoluções oligárquicas. Em 1930, o que ocorre para ele é a articulação poli classista de grupos políticos que consistem basicamente em dissidentes ou oligarcas liberais – diz “classes agrário-burguesas” em determinado momento – e pequeno-burguesia civil e militar. A disputa eleitoral é um primeiro passo no estabelecimento de princípios comuns e nos métodos de ação. Os “aliancistas legalistas” hegemonomizam o processo, até que o resultado eleitoral é promulgado, dando a vitória a Júlio Prestes.

Para Edgard Carone, a essência da atitude aliancista é conservadora e oligárquica, pois é o momento histórico que converge para uma ação conjunta com setores mais radicalizados – os tenentes. Num momento anterior, a ala representada por Luís Carlos Prestes é a primeira a fazer declarações contundentes de que não pertencia ao movimento aliancista. Já aqueles representados por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, antes do pleito eleitoral, mostram disposição em ajudar quando são procurados por Getúlio, Assis Brasil, entre outros.

A eleição de março de 1930 é o marco divisório entre a tentativa legalista e a extra-legal. A verdade é que as classes agrárias dissidentes só pensam na solução de força quando pressionadas por correntes mais radicais. (...) Sem o fracionamento momentâneo das oligarquias dominantes – grupos dissidentes dos estados e formação da Aliança Liberal – o maior descontentamento das classes urbanas e a formação de uma elite revolucionária – os tenentes – a revolução seria impossível (211)

³⁹⁶

Edgard Carone desenvolve sua ideia sobre a revolução de 1930 a partir da caracterização do momento histórico, destacando a complexidade social do movimento que leva a frente a derrubada do governo Washington Luís. Há uma combinação entre a disposição subjetiva das dissidências e as condições objetivas da realidade – em que o descontentamento com o sistema era generalizado. A experiência tenentista serve como exemplo de rebelião em armas e consolida um grupo de dirigentes militares. Os antecedentes do processo mostram a inexistência de um projeto comum para a tomada do poder, o que revela os limites desta revolução.

Com a vitória de Júlio Prestes se reiniciam as articulações da ala radical por uma aliança com os tenentes. A decisão de se levar a cabo uma ação radical contra o governo dividiu as lideranças, num primeiro momento. Os mineiros reúnem sua comissão executiva e decidem apoiar a revolução sob a condicionante de unanimidade sobre ela entre os líderes gaúchos – Getúlio e Borges Medeiros. Alguns eventos influenciam as tratativas: o corte de deputados federais eleitos e a morte de João Pessoa.

³⁹⁶ *ibidem*. Nota (211): “O operariado vem se organizando e lutando pelos seus ideais, mas seu movimento não se identifica com o de outras classes sociais”.

Getúlio lança em 1 de junho um manifesto de ataque ao pleito eleitoral e ao seu adversário, naquela altura, já nomeado como vencedor. Em agosto, Borges de Medeiros adere ao movimento. Assim, as articulações avançam e a revolução é marcada para 3 de outubro:

No entanto a revolução não é mais segredo. Governo e povo estavam informados e de tal modo saturados de um boato que não se realizava, que não se acreditava mais que viesse acontecer. Mas o que vinha se protelando há mais de um ano, malogrando sempre, estoura às 17h30 de 03 de outubro. A hora fora marcada para o término do expediente militar e saída do General Gil de Almeida, comandante da região sediada em Porto Alegre ³⁹⁷.

Entre os dias 4 e 5 o estado do Rio Grande do Sul inteiro estava sob controle dos revolucionários. A revolução se espalha por outros estados, uma coluna se dirige deste estado para Santa Catarina e Paraná; em Pernambuco ocorre adesão espontânea da população; em outros estados do nordeste os governadores fogem. Em Minas a revolução se desencadeia no mesmo dia e horário que no Rio Grande do Sul, com alguma resistência em Belo Horizonte; de minas tropas saem para o Espírito Santo e outras para o Rio de Janeiro: “Praticamente só resistiam São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará.” ³⁹⁸.

Na capital federal, prepara-se a derrubada do presidente. Enquanto isso se faz necessário agir cobra a cúpula do Exército. Na verdade, as tropas revolucionárias se conformaram basicamente a partir de “forças públicas estaduais e tropas coronelísticas” ³⁹⁹. Os tenentes irão constituir a sua oficialidade, mas a maior parte do Exército se mantém legalista.

Em 24 de outubro:

“(…) o Palácio do Catete é cercado por tropas e o presidente é considerado prisioneiro. (...) A nova Junta Governativa pretende permanecer no poder. A velha corrente militarista olha com desconfiança as duas partes em luta” ⁴⁰⁰.

Um primeiro desentendimento entre a Junta Governativa do Rio de Janeiro e o Comando Militar de Ponta Grossa – onde está Getúlio Vargas – faz com que parte das tropas revolucionárias avancem para o Rio de Janeiro, em meio a alguns novos conflitos a Junta aceita passa o poder provisoriamente a Getúlio Vargas.

O povo sai às ruas na maioria dos estados, em apoio à revolução, tomam edifícios públicos, saqueiam as sedes dos principais jornais, etc. O novo governo responde com

³⁹⁷ *ibidem*.

³⁹⁸ *ibidem*.

³⁹⁹ *ibidem*.

⁴⁰⁰ *ibidem*.

prisões e repressão a estas que, para Edgard Carone, foram apenas manifestações momentâneas de desabafo político.

Assim se encerra o período denominado “Primeira República” ou “República Velha”. A Revolução de 1930 se desenvolve a partir da necessidade de mudança nas instituições políticas, na maior possibilidade de disputa entre os grupos oligárquicos e, sobretudo, por ação dos setores médios urbanos, especialmente militares.

Para Edgard Carone, desde a proclamação, criou-se um sistema político que transpunha a realidade social do país, na qual uma elite restrita, com amplos poderes concentrados em suas mãos, alimentava um circuito de troca de favores e controle econômico em benefício exclusivo de seus interesses privados. Esses interesses muitas vezes divergiam e, apesar de se apresentarem como divergências políticas, representavam esses mesmos anseios particulares e patrimonialistas. No entanto, a rede de dependência é tão relevante para a manutenção dessa sociedade que toda disputa pelo poder era capaz de mobilizar, por fora das vias institucionais, um conflito social com características de rebeldia, conspiração e indiscriminado uso da força.

Essas características irão determinar, para Edgard Carone, o princípio fundamental para definir a existência de revoluções no período. Em nossa análise, entendemos que, para o autor, a partir dessa consideração comum, esses processos se desdobram em três categorias distintas. Essa constatação corrobora reafirmarmos a mesma conclusão geral apresentada no capítulo 2, sobre o livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*: Carone trabalha com duas perspectivas da ideia de revolução no Brasil, revoluções no plural, e revolução, no singular.

No caso de *A República Velha*, os dois primeiros tipos são os mais conservadores e tipicamente oligárquicos, ou seja, as revoluções “florianistas” e “deodoristas” do início da república representavam uma pequena esfera de disputa entre os grupos que tomaram o poder – resumidamente, alta cúpula militar e republicanos históricos. Por sua vez, as revoluções das oligarquias estaduais também representavam a esfera mais patrimonialista da disputa pelo poder e, ainda que estivessem restritas aos estados, demonstravam a existência de diversos pontos frágeis no regime que questionavam a todo o momento sua estabilidade, e mesmo sua viabilidade.

O terceiro tipo, o tenentismo, representa uma grande virada na perspectiva revolucionária dessa sociedade. A disputa pelo poder, aos poucos, deixa de ser assunto

apenas dessas oligarquias e toma conta da indignação de outras classes sociais. São novos grupos, em uma realidade socioeconômica em constante transformação, especialmente impactada pela urbanização. De modo curioso, os setores da base do Exército conseguirão catalisar o descontentamento e a demanda de parte dessas novas classes, que Carone define como pequeno-burguesa. Outra grande questão que tentamos demonstrar ao longo do texto, é a virada para a possibilidade de disputas nacionais. Os militares, enquanto pertencentes de uma das únicas instituições nacionalizadas do Estado brasileiro, contribuem muito nesse aspecto. Também é preciso considerar que as novas demandas econômicas e sociais tendem para o questionamento do poder a nível federal, pois a vida desses setores médios da sociedade está submetida, cada vez mais, às oscilações da política econômica e financeira do Estado brasileiro.

Esse cenário se combina com a tensão pré-existente entre os grupos oligárquicos, e impele as suas diversas frações a uma ação mais radical do que elas mesmas gostariam. Aí chegamos a um quarto tipo de revolução, a Revolução de 1930.

Em uma compreensão dialética da realidade, para Edgard Carone, as revoluções alimentam a revolução. Podemos dizer: alimentam a revolução brasileira – esta que diz respeito às questões nacionais superando em parte o regionalismo coronelista, com origens nas formas políticas e econômicas da colônia. No entanto, gostaríamos de apresentar que, para ele, nesse momento, nas revoluções oligárquicas e tenentistas é possível se identificar um de classe mais bem definido. Ainda que essa identidade não seja fruto de uma consciência de classe.

As oligarquias são tidas por Edgard Carone como parte de uma classe social. Ela não é homogênea, embora seja majoritariamente composta de latifundiários agrícolas. Em suas revoluções não está colocado o embate com outras classes, mas sim o conflito interno pela condução do poder e acesso a rede de privilégios proporcionados pelo controle do aparato estatal. O novo regime, como afirmou Carone, abre as possibilidades diretas desse tipo de disputa, as quais se encontravam mediadas pela centralização política do monarca até aquele momento.

As revoluções tenentistas são definidas pelo autor, literalmente, como revoluções pequeno-burguesas. Nesse momento, uma classe social se coloca contra outra - o domínio oligárquico e controle político das classes dirigentes. O início desse movimento se dá pelo

Exército, mas no decorrer dos processos – de 1922 a 1924 – os tenentes conseguem expressar a indignação coletiva de setores civis, conquistando sua simpatia e adesão.

A Revolução de 1930 pode ser vista como um processo que canaliza as contradições vividas naquele período:

A década de 1920 abre perspectivas novas, que se traduzem por soluções revolucionárias e evolucionistas. A transformação do pensamento anarquista em marxista leva as lideranças operárias a novas formas organizatórias e políticas. A pequena burguesia urbana, na tentativa de luta pelos seus direitos, organiza-se em forma de pressão, reivindicando melhorias de salário, melhores condições de moradia e maiores direitos políticos – até que seus segmentos políticos e militares optam pela luta armada. E as oligarquias dissidentes, por sua vez, são preponderantemente evolucionistas, pretendendo obter direitos através do voto e das formas legais ⁴⁰¹.

O processo alia essas duas vertentes. Por um lado, as oligarquias que não veem mais nenhuma possibilidade de vitória institucional, por outro, grande parte do tenentismo que, no exílio, ainda buscava reorganizar as articulações para tomada do poder. A unidade não é ideológica, ela se dá em torno da necessidade de maior participação política, numa abordagem muito pontual sobre o sistema.

Nesse contexto, não é uma medida sem importância, mas não toca nas questões mais profundas de transformação social: o latifúndio, a monocultura, o predomínio agrário, a dependência externa, etc.. Carone resume bem isso ao falar do desenvolvimento dos setores de oposição oligárquico: “a autonomia é, na verdade, uma necessidade de maior libertação política e não representa a existência de conflitos de classe.” ⁴⁰². Nesse trecho, verificamos a ideia mais direta sobre a caracterização das divergências dentro das elites dominantes: não há, mesmo no momento da revolução de 1930, uma oposição de classe entre burguesia industrial e oligarquias agrárias. Essas classes se confundem, muitas vezes, a burguesia industrial clássica era extremamente minoritária e, como já vimos, não tinha seus interesses diretamente afetados pelos setores agrários – que em vários momentos Carone denomina como “agrário-burgueses”.

Os tenentes dão o tom revolucionário a essa dissidência conservadora e desencorajada, mas não consegue mudar essencialmente o conteúdo de classe do desenvolvimento dessa revolução. Carone identifica dois momentos distintos:

E é só quando a pequeno-burguesia tenentista não sabe ou não pode se manter sozinha no poder (entre 1930 e 1934) – e se dilui politicamente (depois de 1934) – que acaba sendo absorvida pela ação e ideologia das classes agrário-burguesas dominantes ⁴⁰³.

⁴⁰¹ *ibidem*.

⁴⁰² *ibidem*.

⁴⁰³ *ibidem*.

Isso não significa dizer que a Revolução de 1930 não trará mudanças. No entanto, cabe ressaltar que para Edgard Carone esse processo não se faz em nome de uma classe que pretendesse radicalizar as relações sociais e produtivas.

O principal aspecto de mudança, a nosso ver, será a alteração das relações de poder e suas formas institucionais. O setor da oligarquia que participa da revolução, em parte, ainda está ligado às atividades cafeeiras – é o caso dos membros do PR mineiro e do PD paulista –, mas como Carone apresenta esses indivíduos fazem parte de outra geração política que se enfrenta com os republicanos históricos. Aliado a isso, o contexto é de crise mundial:

É, em 1929, a crise mundial, violenta, superior a todas as outras, que vai provocar a queda deste organismo e de todo o sistema agrário-político da Primeira República. (...) O vencimento das dívidas e o avolumar-se da crise levam à débâcle e às falências. A Revolução de 1930 interrompe brutalmente essa situação e subverte a estrutura agrária dominante e a supremacia política dessa classe. Era o fim de uma época e da hegemonia dos fazendeiros do café ⁴⁰⁴.

Esse é um dos poucos trechos em que Edgard Carone comenta as consequências da Revolução de 1930. Aqui ele parece mais otimista em relação ao seu papel e as rupturas realizadas, falando inclusive no fim da hegemonia de uma classe. Diante do conteúdo geral da obra, acreditamos que se trata mais da substituição de um setor da oligarquia por outro, de uma ruptura política interna. Esta subverte a estrutura agrária dominante, mas Carone não diz que a substitui por algo substancialmente novo. Nos marcos da profundidade da crise mundial, e da existência de atividades urbanas que já se encontravam no espectro da diversificação de investimentos desse extrato agrário-burguês, acreditamos que a nova ordem política dá voz e espaço para esses setores. O próprio desenvolvimento do capitalismo no país exigia uma remodelação da estrutura vigente e elementos que nunca foram combatidos diretamente pelo setor agrário acabam ganhando espaço.

O autor encerra o volume dedicado à evolução política com as seguintes palavras:

A partir de então, o jogo político assumirá novas feições, no sentido de uma maior complexidade de fatores, com a participação de diferentes correntes políticas e sociais, tornando-se mais rico e, naturalmente, mais maleável ⁴⁰⁵.

Desse modo, compreendemos que para ele a principal característica da Revolução de 1930, ao romper com a hegemonia da oligarquia cafeeira na política, não substituirá a classe social dominante no poder, mas sim abrirá espaço para disputas mais complexas e com a possibilidade maior de participação de outras classes sociais que antes ficavam totalmente excluídos do processo.

⁴⁰⁴ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit..

⁴⁰⁵ Edgard Carone. *A República Velha II – Evolução Política*, op. cit.

Por fim, ainda nos resta a pergunta: como se localiza a classe operária na ideia de revolução na Primeira República? Como um marxista, Edgard Carone irá descrever a formação e ação da classe operária nesse momento. Embora as revoluções do período não passem por esse sujeito social, a ideia de revolução brasileira não poderia prescindir, para o autor, da análise do operariado.

c. Dinâmica urbana e operariado: as greves da Primeira República e a ideia de revolução

Desenvolvemos até aqui dois aspectos da obra de Edgard Carone que consideramos essenciais para compreender a sua ideia de revolução para o período da República Velha. Num primeiro momento, abordou-se a temática da *transição social* que, para o autor, caracteriza esse momento histórico, em seguida falamos do caráter das revoluções que ele apresenta ao longo de sua análise. Entre esses dois pontos, não podemos deixar de analisar a questão do operariado: classe social formada a partir da industrialização e urbanização da sociedade, ou seja, diretamente ligada às características transitórias que apresentamos anteriormente. E, ainda, na perspectiva marxista, matriz teórica adotada por Carone, a classe operária constitui o sujeito fundamental para a construção da revolução socialista e a transformação real da realidade brasileira.

O reconhecimento da formação e organização desse setor social contribui para a premissa de que, para Edgard Carone, existem duas dimensões da ideia de revolução, a qual temos reafirmado ao longo do trabalho: revoluções, no plural, e revolução no singular. Considerando que *a revolução* aponta para essa perspectiva mais profunda do desenvolvimento e a necessária ruptura com o sistema capitalista no Brasil, a visão do autor sobre a classe operária e seus métodos de ação se faz essencial para concluirmos este trabalho.

A Revolução de 1930, como vimos, não tem a participação ativa e consciente da classe operária, nem leva adiante qualquer uma de suas bandeiras. Na verdade, nenhuma das revoluções do período conta com a mobilização do proletariado na base de sua sustentação. No entanto, ao longo da Primeira República é inegável o seu desenvolvimento organizativo e, ao mesmo tempo, é crescente o número de manifestações, greves, rebeliões que partem desta classe. Sem sombra de dúvidas, todas elas representam uma ameaça à estabilidade do regime, sendo duramente reprimidas. Diversos são os mecanismos para se conter ou cooptar a organização sindical, especialmente, após a Revolução Russa de 1917,

quando o comunismo deixa de ser apenas uma ideologia, para ameaçar o capitalismo concretamente na construção do Estado Operário e da Internacional Comunista. Muito da repressão violenta sobre os movimentos tenentistas, por exemplo, tem a ver com o medo do comunismo e os combates que se fazem a nível internacional.

O crescimento do operariado reflete o crescimento da indústria, durante a Primeira República. Sua composição é majoritariamente de imigrantes estrangeiros, ao menos até o fim da primeira década do século XX. Com eles, chegam as primeiras ideias socialistas, especialmente, o anarquismo e o anarcossindicalismo, e mesmo com uma indústria incipiente os operários se organizam desde fins do século XIX:

Desde cedo o operariado se une para reivindicar seus direitos: já em 1860, assinala-se a existência de jornais de tendência proletária; desde então, apesar de efêmeros, surgem incessantemente. As Ligas, a princípio raras, começam a aparecer a partir de 1870, para também posteriormente adquirirem maior importância. Mas é a partir da Primeira República que as organizações tomam formas mais duradouras ⁴⁰⁶.

O enraizamento da organização operária, necessariamente tem que se dar a partir do aumento do número de indústrias e da própria existência de trabalhadores industriais. Mas, para Edgard Carone, o que se passa nesse período, não é apenas uma evolução quantitativa, mas sim um desenvolvimento substancial da classe operária e de sua consciência de classe. Em algum sentido, a classe operária está a frente das outras classes sociais no sentido de ter clareza e unidade ideológica em suas reivindicações.

Já apresentamos a importância que o autor atribui às características regionalistas e à tendência federalista da sociedade brasileira. Para ele, estas questões impactam diretamente na falta de unidade política e ideológica das classes sociais e grupos políticos. Carone chega a mencionar a existência de uma “federação brasileira” e não de uma “nação brasileira”. O operariado está suscetível às mesmas condições, mas algumas particularidades de sua localização no sistema produtivo, social e até geográfico possibilitam a existência de uma consciência unitária precoce em relação a outros extratos da sociedade:

O mesmo fenômeno de formações parciais acontece em relação ao proletariado. Com maiorias étnicas diferentes no Sul e Norte do país, e com desigual densidade populacional, o operariado tem a seu favor, entretanto, motivações e condições mais gerais; em primeiro lugar, o fato de vender sua força de trabalho iguala sua condição nas diferentes zonas geográficas; bem assim, o fato de ter a mesma ideologia, pois anarquismo e socialismo representam manifestações do mesmo fenômeno. Afinal, a existência de condições semelhantes de trabalho e de vida, e a unidade de interesses (...)

⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

⁴⁰⁷ *idem*, *ibidem*.

Nos primórdios da industrialização no Brasil, a realidade dos trabalhadores é de extrema exploração e total ausência de direitos. Somam-se a isso as condições gerais de vida da população urbana, submetida à inflação, ao crescente aumento do custo de vida, à estrutura urbana precária, entre outros fatores. O tratamento dispensado ao operário não se diferencia muito daquele dado aos colonos de uma grande fazenda, a abundante oferta de mão de obra reforça a tendência de um sistema de tratamento desumano, incluindo o trabalho infantil (partir de 5 anos) e de mulheres (como um setor mais precarizado e barato).

A regulamentação da existência de sindicatos se dá em 1907. Eles são divididos em três tipos e recebem autorização para se organizarem estadual e federalmente. Antes disso, as organizações operárias se caracterizam mais pelo auxílio mútuo e associativismo. A partir do avanço para a organização sindical, estas passam a ser criticadas e até combatidas, por não estarem dispostas a se enfrentar diretamente com os patrões e suas medidas.

A disposição organizativa da classe operária, para Edgard Carone, e suas reivindicações concorrem para alimentar os diversos momentos de insatisfação e revolta popular e constroem a ideia de revolução no país, a partir da existência de diversas correntes de orientação ideológica: católicos, socialistas, anarquistas, comunistas, todos esses segmentos colocam em questão a ordem do sistema vigente e, sem espaço formal de participação política, incentivam outros métodos de luta. A característica revolucionária desta classe vai se construindo aos poucos, a partir não só do amadurecimento ideológico em abstrato, mas também das condições de produção:

As ideias anarquistas predominam num momento em que o proletariado tem tradição mais artesanal e individualista, e organizatoriamente mais deficiente. A concentração industrial e a necessidade de lutas mais complexas levam à aceitação de novas fórmulas partidárias, que acabam tornando o socialismo e, particularmente, o comunismo, doutrina e táticas vitoriosas ⁴⁰⁸.

É interessante a abordagem feita por Carone. Ao colocar em relação o sistema produtivo e o desenvolvimento da classe operária (?), demonstra as condições materiais que favorecem, em diferentes momentos, a ideologia predominante no movimento. Nesse sentido, a organização de nosso sistema produtivo e a evolução dos elementos urbanos, para ele, acaba criando um terreno mais fértil para a construção revolucionária ainda que ela não se concretize no período da primeira república – falamos aqui da revolução no singular: brasileira, comunista e operária.

⁴⁰⁸ *ibidem*.

A Revolução de 1917 faz com que novas ideias se propaguem rapidamente entre o proletariado, abrindo as portas para novas formas de organização. Procura-se compreender o caráter da revolução e ideologia russa até se definirem melhor os grupos anarquistas e comunistas. Em 1922, funda-se o Partido Comunista Brasileiro: único que apresenta com caráter verdadeiramente nacional na primeira república.

Esse processo coincide com um momento de reorganização da distribuição geográfica do operariado no Brasil. A partir dos anos 1920, sua concentração se intensifica em Rio de Janeiro e São Paulo, e as levadas de migrantes não vêm mais do exterior e sim do norte e nordeste do país. Essa situação também favorece a organização e identidade de classe, devido a maior força do proletariado reunido em empresas maiores, mais importantes e à superação de diversos limites próprios das diferenças culturais, língua, etc..

Diante de todas essas questões, como se manifesta a organização da classe operária no período da Primeira República?

Edgard Carone menciona a disposição dos anarquistas em colaborar com os movimentos tenentistas dos anos 1920:

Ao contrário dos comunistas, eles querem colaborar com os movimentos revolucionários da pequena burguesia nos anos de 1920. Aqueles nada esperam de uma revolução dessa classe (1924) ou de sua união com as oligarquias dissidentes (1930); os anarquistas, entretanto, aproximam-se dos revolucionários. Notícias vagas dizem que operários estão entre aqueles que recebem bombas para agir quando explodisse a revolta contra Epitácio Pessoa. Em 1923, Isidoro Dias Lopes pede a Maurício de Lacerda que “os operários, no Rio colaborassem com o movimento (...)”. Quando da Revolução de São Paulo (1924), os anarquistas fazem reivindicações e pedem armas, sendo recusadas pelos tenentes ⁴⁰⁹.

Mas esses processos não verão a classe operária atuar de forma organizada. A frágil identidade ideológica desses movimentos e o curso das alianças tenentistas não permitem a ação consciente do operariado, mesmo quando desejam fazê-lo suas reivindicações trazem desconfiança aos tenentes.

Maurício de Lacerda é citado diversas vezes como o representante da classe operária na câmara dos deputados, mesmo antes da existência do PC. O partido, por sua vez, adotará a ação parlamentar como parte de suas táticas, apresentando-se no Bloco Operário e Camponês (B.O.C) e nas eleições de 1927/1928, nas quais obtiveram resultado surpreendente.

De todo modo, as ações mais expressivas da luta da classe operária no período foram as greves:

⁴⁰⁹ *ibidem*.

A greve é a arma de protesto do operariado contra todas as formas de exploração econômica impostas pela burguesia. No decorrer de toda a primeira República, as greves se fazem sempre pelas mesmas reivindicações, mostrando que, apesar de um sem-número de vitórias e de conquistas legislativas, os problemas continuam os mesmos ⁴¹⁰.

Para Carone, por tanto, esse método de ação é essencial para se compreender o desenvolvimento organizativo, os problemas e demandas colocadas pela classe. Ele faz um levantamento minucioso de todos os movimentos grevistas do período noticiados pelos principais jornais de época. Na documentação, ele encontra as primeiras ainda no século XIX, no ano de 1890, e chega até 1930.

Fizemos uma sistematização de todas as greves do período no Quadro 12.

⁴¹⁰ *ibidem*.

Quadro 12 – As Greves da Primeira República (1890-1930)

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1890	São Paulo - SP	-	-	-	Não descreve as greves dos primeiros anos com qualidade. Diz que foram duas na capital paulista.
1891	São Paulo - SP	-	-	-	Idem. Neste ano foram duas.
1891	Fortaleza - CE	-	-	-	idem. Neste ano, uma greve.
1892	Fortaleza - CE	-	Ferrovíários	-	idem. Neste ano, uma greve. Condições de Trabalho.
1893	São Paulo - SP	-	-	-	Idem. Neste ano foram três.
1894	São Paulo - SP	-	-	-	idem. Neste ano, uma greve.
1895	São Paulo - SP	-	-	-	idem. Neste ano, uma greve.
1896	São Paulo - SP	-	Funcionário do Saneamento	-	idem. Neste ano, uma greve. Salário
1896	Bahia - Minas Gerais	-	Ferrovíários	-	idem. Neste ano, uma greve. Condições de Trabalho.
1897	São Paulo - SP	-	Chapeleiros	-	-
1897	Bahia	-	Doqueiros	-	-
1897	Santos - SP	15 dias	Várias	-	-
1898	São Félix - BA	-	Ferrovíários	-	Condições de Trabalho.
1899	São Paulo - SP	-	Fábrica de Fósforos	-	Atraso no salário.
1899	São Paulo - SP	-	Têxtil	-	Salário.
1900	Rio de Janeiro - RJ	-	Cocheiros	-	Condições de Trabalho
1900	Cachoeira - BA	-	Ferrovíários	-	Salário, Redução da Jornada, Tarifa.
1900	Santos - SP	-	Carroceiros	-	
1901	São Paulo - SP	-	Ferrovíários	-	Atraso no salário.
1901	Rio Claro - SP	-	Ferrovíários	-	Salário.
1901	Rio de Janeiro - RJ	4 dias + 08 dias	Tecelões	-	Maus Tratos e condições de trabalho.
1901	São Paulo - SP	-	Tecelões	-	Redução da Jornada e Condições de Trabalho. Primeira agitação generalizada.
1902	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões	Companhia Industrial	-

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1903	Rio de Janeiro - RJ	8 dias	Portuários	Lloyde Brasileiro	-
1903	Recife - PE	-	Ferrovíários	-	-
1903	Rio de Janeiro - RJ	8 dias (ago.)	Várias.		Redução da Jornada e Condições de Trabalho. Primeira agitação generalizada.
1903	Rio de Janeiro - RJ	9 dias (set.)	Trabalhadores da Companhias de Gás	Light	Condições de Trabalho.
1903	Rio de Janeiro - RJ	-	Refinadores de açúcar	-	-
1904	Rio de Janeiro - RJ	-	-	-	-
1905	-	-	Metalúrgicos	Fábrica de Ferro Berta	-
1905	Santos - SP e Rio de Janeiro - RJ	5 dias	Portuários	Lloyde Brasileiro	Greve conjunta. Redução da jornada e aumento de salários.
1905	Rio de Janeiro - RJ	-	Várias	-	Greve de Apoio.
1905	Santos - SP	-	Carroceiros	-	-
1905	Recife - PE	-	Cigarreiros	-	Contra a redução de salários. Fazem uma revolta urbana.
1906	São Bernardo - SP	-	Tecelões	Fábrica de tecidos Ipiranga	-
1906	Campinas, Jundiaí e Rio Claro - SP	20 dias	Ferrovíários	Companhia Paulista	Condições de trabalho.
1906	-	-	Ferrovíários	Mogiana	Greve de Apoio. Depois das manifestações de apoio fazem uma revolta urbana.
1906	São Paulo - SP	-	Gráficos	-	Greve de Apoio.
1906	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões e Portuários	Lloyde Brasileiro	Greve de Apoio.
1906	Niterói - RJ	-	Portuários		Greve de Apoio.
1906	Rio de Janeiro - RJ	4 dias	Sapateiros	-	Regulamentação do trabalho, condições de trabalho.
1906	Rio Grande do Sul	8 horas	Pedreiros, sapateiros, tecelões	-	Redução da jornada.
1906	Recife - PE	14 dias	Portuários	-	Melhorias nas condições de trabalho; salários.
1906	Recife - PE		Várias.	-	Greve de Apoio.

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1906	Rio de Janeiro - RJ	15 dias	Cocheiros e Carroceiros	-	Regulamentação da jornada.
1907	São Paulo - SP	-	Tecelões	Fábrica de Cobertores Santana	Aumento salarial.
1907	São Paulo - SP	18 dias	Várias.	-	Redução da jornada.
1907	Porto Alegre - RS	-	Estivadores	-	-
1907	Bahia	5 dias	Tecelões	Fábrica Empório Industrial. Companhia Progresso Industrial	-
1908	Rio de Janeiro - RJ	5 dias	Iluminação	Light	Condições de trabalho.
1908	Santos - SP		Portuários		Redução da jornada.
1908	Rio de Janeiro - RJ		Tecelões	Fábrica de tecidos Cruzeiro	Contra demissões
1909	Recife - PE	12 dias	Ferrovários	Great western	Aumento salarial.
1909	Paraíba, Natal e Maceió		Ferrovários	Great western	Adesão. Aumento Salarial.
1909	Rio de Janeiro - RJ	7 dias	Tecelões	Companhia Industrial confiança	Condições de trabalho. Contra o chefe de produção.
1909	Rio de Janeiro - RJ		Pedreiros	-	-
1909	Rio de Janeiro - RJ	9 dias	Iluminação	Light	Redução da jornada e Aumento salarial.
1909	Rio de Janeiro - RJ	-	Portuários	Lloyde Brasileiro	Contra a redução de salários
1909	Recife - PE	-	Foguistas	Companhia Pernambucana	-
1909	Bahia. Alagoinhas e Juazeiro	-	Ferrovários	E.C Central da Bahia	-
1910	Rio de Janeiro - RJ	-	Portuários	-	Contra demissões
1910	Santos - SP	-	-	-	Data fixa de pagamento
1910	Rio de Janeiro - RJ	-	Iluminação	Light	Contra afastamentos.
1911	Rio de Janeiro - RJ	-	Motoristas de taxi		Contra o regulamento da polícia.
1911	Rio de Janeiro - RJ	-	Graxeiros e Foguistas	E.F Central do Rio	Contra a redução de salários. Fazem uma revolta urbana.
1911	Rio de Janeiro - RJ	-	Iluminação	Light	-

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1911	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões	Fábrica Sapopemba	Contra demissões
1911	Rio de Janeiro - RJ	-	Vários		Contra projeto de lei na câmara.
1911	Recife - PE	-	Ferrovíários	Great western	Homenagem a Dantas Barreto.
1912	Rio de Janeiro - RJ	-	Cozinheiros	Centro Cosmopolita do Rio	Redução da Jornada.
1912	Rio de Janeiro - RJ	-	Padeiros		-
1912	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões	Fábrica de tecidos Cruzeiro	Redução da Jornada.
1912	Belo Horizonte - MG	-	-	-	Revolta armada contra a prisão de um operários.
1912	São Paulo - SP	01 mês	Várias	Fábrica de Calçados Clark e Rocha; Fábrica de Alpargatas, Duchen, Companhia Nacional de Juta	Contra o aumento do custo de vida. Redução da jornada.
1912	Rio de Janeiro - RJ	-	Estivadores		Aumento salarial.
1912	Rio de Janeiro - RJ	-	Ferrovíários	E.F Leopoldina	-
1913	Goiás	-	Ferrovíários	-	-
1913	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões	Fábrica de Tecidos Sapopemba	Aumento salarial.
1914	Rio de Janeiro - RJ	-	Estivadores	-	Contra demissões
1915	Rio de Janeiro - RJ	-	Estivadores	-	Condições de Trabalho, Aumento Salarial.
1915	Rio de Janeiro - RJ	03 dias	Cocheiros, Carroceiros, Motoneiros, Choferes	-	-
1916	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões	Fábrica de Tecidos Deodoro	Contra multas. Aumento salarial.
1916	Rio de Janeiro - RJ	-	Estivadores	E.F Leopoldina	Aumento salarial.
1916	Porto Alegre - RS	-	Várias	-	Contra demissões, aumento salarial e condições de trabalho. 11 greves em Porto Alegre.
1916	Rio Grande do Sul	-	Várias	-	Contra demissões, aumento salarial e condições de trabalho.

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1916	São Jerônimo - RS	-	Várias	-	Contra demissões, aumento salarial e condições de trabalho.
1917	Rio de Janeiro - RJ	-	Tecelões	Fábrica de tecidos Corcovado, São Félix e Carioca	
1917	São Paulo - SP	01 mês	Algodoeiros	Cotonício Rodolpho Crespi	Aumento salarial.
1917	São Paulo - SP	45 dias (jun-jul)	Tecelões	-	Aumento salarial. Proporções maiores.
1917	São Paulo - SP	45 dias (jun-jul)	Várias	-	Adesão à greve dos operários. Tumultos de rua. A cidade fica sob controle do Comitê de Defesa Proletária
1917	Interior de SP. 13 Cidades	45 dias (jun-jul)	Várias	-	Apoio à greve na capital.
1917	São Paulo - SP	jul-ago	Várias	-	Controvérsia nos acordos de greve.
1917	Rio de Janeiro - RJ	jul-ago	Várias	-	Toma proporções de massa. Início, apoio à São Paulo. Greve Geral. + de 70 mil grevistas.
1917	Curitiba -PR	jul-ago	Várias	-	Greve Geral. Passeata operária. Conflito, tiros.
1917	Passa Quatro - MG	jul-ago	Ferroviários	-	Paralisam em solidariedade.
1917	Ponta Grossa - PR	jul-ago	Ferroviários	-	Paralisam em solidariedade.
1917	Joinville - SC	jul-ago	-	-	600 operários param. Aumento salarial.
1917	Porto Alegre - RS	ago.	Várias	-	Fundação da Liga de Defesa Popular. Condições de trabalho, jornada, etc.. Cidade fica sob controle do comitê operário.
1917	Petrópolis - RJ	02 dias	Várias	-	15 mil trabalhadores em greve. Condições de trabalho e aumento salarial.
1917	Salvador	ago.	Várias	-	Tomada do palácio de governo da cidade. Prefeito pede demissão.
1917	Santa Maria - RS	out.	Ferroviários	Viação Férrea	Apoio à onda de greves.
1917	São Paulo - SP	01 dia (out.)	Tecelões	Fábricas Matarazzo	Condições de Trabalho, Aumento Salarial.
1917	Rio de Janeiro - RJ	01 dia (dez.)	Tecelões	Fábrica Aliança	-
1918	São Paulo - SP	mar.	Trabalhadores de Hotel	-	Aumento Salarial. "greve branca" quebrar os pratos e materiais diariamente.
1918	Rio de Janeiro - RJ	4 dias (abr.)	Comerciários	-	Redução da Jornada de Trabalho.

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1918	Rio de Janeiro - RJ	abr.	Sapateiros	-	Redução da Jornada de Trabalho.
1918	Rio de Janeiro - RJ	29 dias (jul-ago.)	Várias	-	Aumento Salarial.
1918	Rio de Janeiro - RJ	05 dias (nov.)	Várias	-	Ação conspirativa para a tomada do poder. Golpe seria desencadeado através da greve geral, com a formação de soviets.
1919	Curitiba -PR	jan.	Várias	-	
1919	São Paulo - SP	jan.	Padeiros	-	Descanso semanal.
1919	São Paulo - SP	5 dias (mai.)	Várias	-	1º de maio. PCB (anarquista) reúne 10 mil pessoas. Formam-se corporações (soviets). Governo reprime, mas concede mudanças sociais.
1919	Santos, Jundiaí, Sorocaba e Atibaia	6 de mai.	Várias	-	Paralisam o trabalho.
1919	Rio de Janeiro - RJ	6 de mai.	Marinheiros	Lloyde Brasileiro	Greve.
1919	Rio de Janeiro - RJ	8 de mai.	Tintureiros e Choferes	-	Redução da jornada e Aumento salarial.
1919	Salvador - BA	jun.	Várias	-	Greve Geral. Condições de Trabalho, Aumento Salarial.
1919	Rio Grande do Sul	set.	Motoristas de bonde	-	Contratação de operários não sindicalizados.
1919	Pernambuco	set.	-	-	-
1919	São Paulo - SP	04 dias (out.)	Várias	Light	Contra o fechamento do jornal A Plebe. Estudantes furam a greve e dirigem os bondes.
1920	Rio de Janeiro - RJ		Choferes e operários da construção civil.	-	-
1920	Paraná	jan.	Várias	Companhia dos Bondes	Inicia-se com a greve dos ferroviários e outras categorias aderem em solidariedade.
1920	Estado do Rio, Distrito Federal, Minas Gerais e Espírito Santo	12 dias (abr.)	Ferrovários	E.F Leopoldina	Aumento Salarial. Causa comoção de várias categorias.
1920	Rio de Janeiro - RJ	abr.	Várias	E. F Mogiana; Lloyde Brasileiro	Aderem em apoio aos ferroviários da Leopoldina. Cidade fica paralisada, comitês de greve por toda cidade. Prisões e muita repressão.
1920	São Paulo - SP	mar./abr.	Tecelões	-	Transforma-se em greve geral.

Ano	Cidade/Estado	Período/Duração	Categoria	Companhia	Conteúdo
1920	Maceió - AL	jun.	Doqueiros	-	Reivindicam o direito de organizarem uma associação.
1920	Rio de Janeiro - RJ	jul.	Doqueiros	-	Contra Demissões.
1920	Rio de Janeiro - RJ	set.	Marítimos	-	
1920	Rio de Janeiro - RJ	nov.	Doqueiros	-	Pedem a demissão de capatazes.
1920	Santos - SP	-	Doqueiros	-	-
1920	Estado de São Paulo	-	Ferrovários	São Paulo Railway.	-
1921	-	fev.	Padeiros		-
1921	Rio de Janeiro - RJ	fev.-mar.	Tarifeiros e Foguistas	Lloyde Brasileiro	-
1922	Pernambuco	-	-	-	Prisão de Joaquim Pimenta.
1923	Rio de Janeiro - RJ	abr.	Portuários	-	Aumento Salarial;
1925	Rio de Janeiro - RJ	mar.	Sociedade de Resistência do Rio	-	Greve pacífica. Aumento Salarial.
1926	Rio de Janeiro - RJ	mar.	Tecelões	Fábrica de Tecidos Sapopemba	-
1927	São Paulo - SP	jan.	Choferes	-	-
1927	São Paulo - SP	set.	Vários	-	Solidariedade aos anarquistas ítalo-americanos Sacco e Vanzetti.
1928	Rio de Janeiro - RJ	out.	Tecelões		Contra salários atrasados.
1928	Rio de Janeiro - RJ	dez.	Bebida	Brahma	Aumento Salarial.
1929	-	abr.	Padeiros	-	-
1929	-	abr.	Construção Civil	-	-
1929	Rio de Janeiro - RJ	out.	-	Companhia Manufatureira Fluminense	Reivindicam salários e direitos diante do fechamento da fábrica.
1930	Petrópolis - RJ	jan.	-	-	Caráter acentuadamente comunista.

Fonte: O quadro foi elaborado a partir da descrição realizada por Edgard Carone no volume *Instituições e Classes Sociais*. Em nota, o autor diz “As informações sobre greves a partir de 1896, baseiam-se exclusivamente em três fontes: *Jornal do Comércio* (1896-1909), *O Estado de São Paulo* (1909-1930) e *Correio da Manhã* (1901-1930)”.

O autor descreve essas greves, com maior ou menor minúcia, a depender das informações disponíveis. Suas principais conclusões são:

- Nos primeiros anos da República as greves são esporádicas. A partir do início do século elas se tornam mais frequentes chegando a atingir âmbitos estadual e federal.
- É possível ver uma ascensão das movimentações operárias, com pico nos anos de 1905/1906, mantendo-se importantes, até certo refluxo entre 1914 e 1916 – por conta da I Guerra.
- Há uma fase revolucionária de greves entre 1917-1919.

A última conclusão nos interessa particularmente. Mas vamos fazer uma breve análise do quadro antes de chegarmos a ela.

São mais de 140 greves listadas, em 40 anos – uma média superior a 3 greves por ano. Considerando o nível de industrialização do período e todas as questões sobre os limites da unidade política e organizativa das classes sociais no Brasil, podemos dizer que os trabalhadores não deixaram nada a desejar em seu potencial de resistência durante a República Velha. Vejamos que o levantamento de Edgard Carone não se detém a greves de operários industriais. O autor considera cada paralização de trabalhadores, desde operariado industrial aos comerciários.

O maior número de greves por categoria se concentra em tecelões e ferroviários, ambas com mais de 20 de greves no período, sem contar aquelas em que categorizamos “várias” por não haver descrição mais apurada. Depois destas, a categoria a sustentar, sozinha, um maior número de greves são os portuários – 10 greves. Essa constatação pode ser explicada a partir da própria natureza dessas atividades. As indústrias têxteis estiveram na linha de frente do processo de industrialização no Brasil, existindo desde cedo, ainda nas fazendas de café, para confecção de sacos de juta e roupas simples para os colonos. Por isso, esse setor possuir um operariado mais denso e consolidado. Depois o setor ferroviário e portuário, ligado aos serviços de infraestrutura, normalmente, concessões públicas a empresas estrangeiras privadas instaladas no Brasil desde o Império e até antes, no caso dos serviços dos portos.

O restante das manifestações fica com outras categorias mais dispersas, com destaque àquelas ligadas aos setores de infraestrutura urbana como operários das companhias de gás e iluminação e motoristas de bondes. Esses setores foram parte

importante de mobilizações de apoio entre categorias e, especialmente, nas greves gerais. Carone descreve brevemente as verdadeiras rebeliões urbanas que ocorriam a partir de fortes greves, como em 1905, 1906 e no período de 1917-1919. Bondes incendiados e as capitais do país no escuro esse era o cenário de contestação dos trabalhadores.

Se analisarmos o conteúdo dessas greves, veremos se repetir inúmeras vezes as questões salariais, condições de trabalho, regulamentação da carga horária, redução da jornada, algumas vezes se dão contra demissões etc. Entretanto, é interessante observar o grande número de greves de solidariedade entre categorias. Nos picos identificados por Edgard Carone, o que ocorre é uma verdadeira reação em cadeia, algumas vezes, em nível nacional. Ainda assim, contraditoriamente, o proletariado passa à margem dos processos considerados revolucionários no período.

Certamente, não seriam mobilizados enquanto classe por nenhum dos grupos políticos que disputavam o poder naquela época. Muitas vezes, o que ocorria era a participação das massas urbanas em algumas das revoluções desenroladas pelas oligarquias, localmente, ou mesmo nos movimentos tenentistas. Mas a classe operária organizada e consciente de seu papel político, esta jamais esteve presente.

Ainda assim, Edgard Carone conclui que há uma fase revolucionária das greves no Brasil republicano:

1917 inaugura a fase revolucionária das greves: até 1919 elas atingem intensidade e grau tático nunca alcançados. O operariado toma consciência de que pode açambarcar o poder; o que lhe falta é organização partidária. As famosas paredes destes anos mostram a força e a possibilidade de vitórias gerais do proletariado ⁴¹¹.

Não existiram, portanto, revoluções, ou uma revolução operária, mas greves de caráter revolucionário. A partir disso, concluímos que o autor enxerga no jovem e incipiente operariado da república velha a capacidade de ser o sujeito social de processos revolucionários, indo contra, mais uma vez, a leituras mais mecânicas do marxismo que ainda esperavam necessariamente a chegada de uma revolução burguesa, para que então o proletariado pudesse tomar ciência de suas tarefas sociais e políticas da revolução. Contudo, na citação anterior, Carone demonstra que em sua concepção, o determinante para que as greves revolucionárias não concretizassem a tomada do poder, era a ausência do sujeito político ⁴¹² da revolução – o partido revolucionário. Ele acrescenta:

⁴¹¹ *ibidem*.

⁴¹² Sobre a diferenciação entre sujeito político e sujeito social na tradição marxista ver: Vladimir I. Lênin, *O que Fazer? A Organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Objetivamente, as demonstrações destes anos representam a falência das ideias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria política-organizatória. A conscientização política, e não só aquela do meio sindical, surge com os comunistas logo nos anos seguintes ⁴¹³.

A fase revolucionária das greves coincide, não por acaso, com a data da Revolução Russa. Os anarquistas que dirigiam o movimento operário, à época, se inteiraram dela e fundam um primeiro partido, mas ainda sem ter clareza do leninismo e dos princípios da revolução bolchevique. Quando se apropriam dele, haverá um recha que colocará de um lado aqueles que se mantêm fiéis ao anarquismo, e de outro, os signatários da nova ideologia. Para Carone, o bolchevismo seria essencial para a organização operária, mas ele ainda reconhece as possibilidades que tiveram e o nível a que se chegou no enfrentamento com os sistemas.

Em três momentos, Edgar Carone registra a formação de instâncias de poder paralelas ao Estado formadas por operários. Em 1917, na cidade de São Paulo: após a greve se espalhar por toda a cidade e de haver diversos conflitos entre a polícia e operários, a cidade “passa dois dias sob controle do comitê de Defesa Proletária” ⁴¹⁴; em 1918, desenvolvem-se novos levantes grevistas e o plano é se desencadear uma greve geral no Rio de Janeiro, esta seria sucedida pela tomada do poder, baseada num golpe dos conspiradores e na formação de *soviets* na cidade. A conspiração foi denunciada, e o plano não obteve sucesso. Por fim, em 1919, a greve de São Paulo toma proporções de massas; nas fábricas formam-se corporações de fábrica e de bairro que tinham o papel de discutir as questões locais e compor um conselho geral dos trabalhadores.

As experiências grevistas de 1917 a 1919, para Edgard Carone, expressam maior complexidade organizativa e consciência dos atos de rebeldia que podiam desestabilizar o poder, deixando de ser exclusivamente corporativas, para reivindicar questões mais políticas. No entanto, estas serão qualitativamente superiores quando for fundado o Partido Comunista, em 1922. Mas o autor não coloca a fundação do PC como elemento que potencializa apenas o caráter revolucionário das ações da classe operária e, sim, das reivindicações sociais com um todo. Para ele, os anos 1920 inauguram um período de contestação social profunda, ainda que sejam protagonizadas pela pequeno-burguesia tenentista.

⁴¹³ *ibidem*.

⁴¹⁴ *ibidem*.

d. Produção e repercussão dos livros – A República Velha I e II

Sabemos que os livros sobre a Primeira República são fruto de um processo anterior que dará a Edgard Carone o título de doutor pela Universidade de São Paulo. Porém, seu retorno à Universidade demandava a conclusão do bacharelado em História. Naquela altura ele já estava há mais de vinte anos fora da USP e já era reconhecido nos meios acadêmicos por ter publicado *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Mas nada disso o dispensava automaticamente do percurso e dos títulos exigidos pela instituição.

Em nenhuma entrevista ou carta conseguimos informações mais precisas sobre a obtenção do título em nível de graduação. Sempre se fala na obtenção do doutoramento direto. Naquela época não havia um curso de mestrado. A estrutura moderna de pós-graduação entra em vigor a partir dos anos 70.

As principais fontes sobre o curso de sua pesquisa sobre a República Velha são as cartas que lhe foram enviadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo – FAPESP. De modo geral, estas se referem a concessões de auxílio à pesquisa e viagens, concessão de bolsa e pareceres de relatórios (ANEXO 4).

A primeira carta deste tipo data de 27 de junho de 1966, antes do retorno oficial à universidade. Nela a FAPESP autoriza o valor de “um milhão e quinhentos mil cruzeiros” para a realização de visitas técnicas ao Rio e Janeiro e à compra dos respectivos microfilmes necessários. O título do projeto no termo de outorga é “Estrutura Política e Social da Primeira República” – neste caso não há referência de orientação. Em seguida, no ano de 1968, é concedida uma bolsa de pesquisa no valor de “mil cruzeiros novos mensais, por 12 meses”. O título do projeto é “Instituições da Primeira República” e, desta vez, Antonio Candido é apresentado como seu orientador. Na descrição do termo de outorga deveria ser apresentado um livro sobre a Primeira República como parte do relatório final.

Por meio de dois pareceres aos relatórios de pesquisa podemos identificar as etapas do trabalho de Edgard Carone para a produção de seus livros. No primeiro, em 2 de junho de 1969, vemos que o primeiro financiamento se refere essencialmente à produção do volume de documentos sobre o período, publicado no mesmo ano pela editora Difel.

O Trabalho “A primeira República”, do Dr. Edgard Carone, é um estudo de fontes primárias, com seleção de documentos, à moda de antologia. Tarefa “franciscana” de grande utilidade e

oportunidade, para o desenvolvimento dos estudos históricos no país. A Fapesp se sente compensada pela bolsa que concedeu ao autor.⁴¹⁵

No segundo parecer, uma nova carta da Fapesp de 11 de setembro de 1969, menciona-se a avaliação de um novo relatório para prorrogação de bolsa e, ainda, curiosamente, a partir do trabalho desenvolvido pelo “Prof. Carone”, a instituição indica a conclusão da licenciatura e o seu avanço para o doutorado direto.

Atendendo ao seu pedido estamos prorrogando por mais um ano a sua bolsa de pesquisa junto a esta Fundação a partir de 1º de outubro de 1969.

Transcrevemos a seguir parte do parecer de nossa acessória e sobre o qual aguardamos resposta:

“Somos de opinião que o Prof. Carone deva terminar sua licenciatura em história e trabalhar diretamente para a conquista de um Doutorado. No momento existem todas as condições para tal completação e reaproveitamento das tarefas da bolsa da Fapesp com vistas diretas ao Doutorado”⁴¹⁶.

É curioso, pois é um tipo de interferência direta do agente externo à universidade que não vemos nos dias de hoje. Assemelha-se ao papel cumprido pelo que atualmente corresponderia a uma banca de exame – em trabalho de conclusão de curso ou qualificação ao mestrado. É muito provável que junto à universidade também se tenha solicitado o procedimento burocrático para tal finalidade. Mas sobre este não conseguimos documentação que pudesse comprovar.

Finalmente, no parecer emitido em 29 de outubro de 1971, a Fapesp menciona a apresentação da tese de doutoramento, tecendo diversos elogios sobre seu rigor científico e contribuição para a historiografia moderna.

Podemos definir esta breve análise como parte da trajetória institucional da pesquisa e da vida profissional de Edgard Carone. Ou seja, com ela complementamos a análise de outrora sobre sua localização entre duas gerações distintas da universidade. A elaboração de um projeto, a existência de incentivo e fomento público à pesquisa universitária revelam um ambiente mais estruturado e organizado para a carreira acadêmica.

Na apresentação do volume I, *Instituições e Classes Sociais*, o autor menciona a sua relação com a Fapesp:

A pesquisa para a realização desta obra foi iniciada em 1966. Seu prosseguimento e ampliação tornaram-se possíveis graças a uma bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado

⁴¹⁵ Carta disponível no acervo do Museu Republicano “Convenção de Itu” – USP. A pesquisadora realizou visitas, fotografou e realizou um levantamento do conteúdo dos anos de 1945 a 1985. Infelizmente este levantamento não pôde ser publicado com os comentários bibliográficos do autor. E o material não foi identificado até o momento.

⁴¹⁶ *ibidem*.

de São Paulo, no ano seguinte. Em 1968 e 1969, nova bolsa foi concedida para a redação deste livro
417.

A análise que apresentamos das cartas trocadas entre a Fundação e Edgard Carone mostram que o último relatório fora entregue em 1971. Logo, o financiamento deve ter continuado até a conclusão do volume de *Evolução Política*, que deu origem à tese. Vemos assim a continuidade entre a produção dos dois livros de conteúdo e também da antologia.

É interessante como essa documentação sugere, mais uma vez, o que temos afirmado ao longo do trabalho: a pretensão de Edgard Carone em desenvolver um projeto político e intelectual coeso para o período republicano. Mesmo sem ter reestabelecido o vínculo com a Universidade de São Paulo, já em 1966 – a apenas um ano da publicação de *Revoluções do Brasil Contemporâneo* – Carone se antecipa e busca os meios de viabilizar a investigação histórica que lhe possibilitou a redação do primeiro livro, junto com o próprio curso da história e o Golpe de 1964. Dentro disso, percebemos também a intenção de colocar em curso uma nova carreira. Como sabemos, ele volta da fazenda e não há indícios de que se dedique a outra atividade que não a intelectual. Não podemos afirmar sua dedicação exclusiva a esta atividade, pois não está sequer prevista nos termos de contrato. Todavia, é possível afirmar, através de sua relação institucional com a agência de fomento, um maior profissionalismo para o desenvolvimento de sua pesquisa e publicações.

Essa que denominamos “trajetória institucional” também mostra a complexidade e alguns elementos de sua relação resistente e conflituosa com a academia. Quer dizer, antes de voltar oficialmente à USP, em 66, Carone se candidata a uma solicitação de financiamento como pesquisador independente, se assim podemos chamar. Sua intenção, nesse momento, já poderia ser a de voltar à Faculdade, mas ele se prepara sozinho, não prende sua pesquisa ao tempo e demanda das amarras institucionais.

É importante lembrar que o período da Primeira República é analisado em três volumes, dos quais a tese de doutorado é o terceiro. Originalmente, a tese foi defendida sob o título de *União e Estado na Vida Política da Primeira República*⁴¹⁸. Antonio Candido será, junto à Fapesp, o orientador da pesquisa. Nos memoriais, a orientação registrada é de Nícia Vilela Luz e, posteriormente, será assumida por Miriam Ellis devido ao falecimento da primeira orientadora.

⁴¹⁷ Edgard Carone. *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais*, op. cit.

⁴¹⁸ Edgard Carone, *União e Estado na Vida Política da Primeira República*, op.cit.

O fato da defesa do doutorado ser posterior à publicação do volume sobre instituições e classes sociais, o segundo da série, pode nos levantar algumas questões. Não é possível identificar nos documentos disponíveis quais foram os critérios para que Carone dividisse o conteúdo dos dois volumes e escolhesse o segundo para ser defendido no doutoramento. Por que não realizou a defesa no ano anterior com o volume I? Essa é uma pergunta que não conseguimos responder. O mais sugestivo é que, diante de sua personalidade sistemática, tenha preferido encerrar o ciclo de estudos, para então titular-se.

Dito isso, gostaríamos de apresentar a repercussão dos livros no meio universitário da época. O arquivo pessoal de Edgard Carone, mais uma vez, nos possibilitou a reconstituição de algumas das faces do percurso editorial de sua obra. Além do elemento institucional já apresentado, temos diversas evidências das relações ativas do historiador com seus pares, nacional e internacionalmente. Em parte, há uma continuidade nas trocas pessoais e profissionais de Edgard Carone com colegas e conhecidos de outras universidades que vinha desde a publicação de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Na maioria dos casos, cabe ressaltar, verificamos novamente que naquele momento os estudos de Carone se apresentavam como referência da história contemporânea do Brasil, que despontava como objeto da historiografia.

São cerca de 15 cartas mencionando a publicação destes livros, entre 1969 e 1972. Na maioria delas há elogios e comentários, em parte há também a solicitação para o uso de documentos publicados, solicitação de encontros para a troca de ideias, alguns colegas também pedem a Edgard Carone que leia e comente seus trabalhos. É o caso de Helgio Trintade que solicita a leitura de sua tese sobre o integralismo para uma possível publicação na coleção *Corpo e Alma do Brasil* ⁴¹⁹. Além deste, temos outros interlocutores brasileiros: Hélio Silva, Edgard Rodrigues, José Roberto Amaral Lapa, Adalberto Paranhos, Francisco Luís de Almeida Salles, Edna Beltramini, entre outros. Nenhuma correspondência apresenta um conteúdo digno de análise mais profunda. São comentários breves e genéricos sobre os livros em questão, mas que nos servem para apontar que Edgard Carone não estava isolado em sua atividade ou em suas posições sobre a história do Brasil, pelo contrário, possuía amplo espectro de diálogo com jovens e velhos historiadores.

⁴¹⁹ Edgard Carone faz uma resenha do livro, que é publicada no periódico *Opinião* (ver Quadro 4). O livro de Trintade sai pela *Corpo e Alma do Brasil* (ver Quadro 6).

O diálogo mais interessante nas cartas, que já aparecera na repercussão de *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, é com historiadores americanos que, no contexto das ditaduras latino-americanas e na relação dos Estados Unidos sobre o continente, estavam particularmente interessados na história contemporânea do Brasil e de outros países. Os novos livros de Edgard Carone repercutiram mais uma vez junto aos *brazilianists*. Dessa vez, há troca de cartas com Thomas Skidmore e Joseph Love.

A correspondência com Skidmore é de 1 de abril de 1972. O americano comenta sobre o recebimento do livro *História da República – Evolução Política* e agradece a hospitalidade de Edgard Carone quando esteve em São Paulo, indicando que não mantinha apenas um contato a distância, mas que haviam se encontrado pessoalmente. No capítulo sobre o livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, mencionamos uma carta em que João Cruz Costa, no ano de 1967, faz a ponte de contato entre Carone e Skidmore, dizendo que este queria encontrá-lo quando estivesse no Brasil. Dito isso, vemos que encontro se consumou e dele manteve-se uma relação mínima de trocas profissionais entre ambos.

Joseph Love escreve em 17 de outubro de 1973. Menciona um encontro entre eles no ano anterior e o envio ao Brasil de documentos microfilmados sobre a década de 1930, revelando uma relação profissional com alguma continuidade. O mais interessante é que o brasilianista envia uma resenha sua (ANEXO 5) sobre os livros *A República Velha I – Instituições e Classes Sociais* e *A República Velha II – Evolução Política* ⁴²⁰.

A análise é bastante elogiosa e também faz algumas críticas à maneira com a qual Edgard Carone tratará o período. Na visão de J. Love existe certa tradição entre os historiadores em se caracterizar a Primeira República como um momento fracassado na história do país. Carone não escapou dela:

A República Velha é geralmente descrita como um fracasso, e a interpretação de Carone parece se inserir nessa mesma escola interpretativa. Ele mostra como as tentativas de tributar a propriedade rural falharam; como empréstimos estrangeiros repetidamente forçaram estadistas brasileiros a fazer dos pagamentos de empréstimos, o centro de atração da política federal; como a economia de exportação foi desenvolvida e protegida em detrimento do mercado nacional; como as empresas estrangeiras assumiram o comércio de exportação de café; e como grupos reformistas e até mesmo revolucionários falharam em compreender as fraquezas estruturais da sociedade brasileira em seus esforços de modernização e democratização do país ⁴²¹.

⁴²⁰ A resenha fora publicada na *Hispanic American Historical Review- HAHR*.

⁴²¹ Joseph Love, *A República Velha*. Vol I *Instituições e classes Sociais*; Vol II *Evolução Política*. By Edgard Carone. São Paulo, 1970, 1971. In: *Hispanic American Historical Review- HAHR*. Tables. Pp – 393, xvii, 483. Paper.

Esse comentário converge com diversos pontos de nossa análise, especialmente sobre a fraqueza e inconsistência ideológica das classes sociais e as tarefas colocadas para modernizar e revolucionar a sociedade brasileira. Entre as principais críticas, J. Love coloca a ausência de uma descrição mais atenta aos movimentos sociais do campo e sua população pobre. E, ainda, demonstra certa rusga com a falta de consideração do brasileiro para com os historiadores americanos:

Além disso, embora o trabalho seja maciçamente documentado, os documentos do autor não listam nenhuma das poucas, mas relevantes, monografias em Inglês. Pelo menos algumas delas estavam disponíveis no momento da escrita ⁴²².

Já mostramos em outra oportunidade que Carone, apesar do contato com os *brazilianists*, tem uma postura crítica sobre a história do Brasil realizada em território *yankee*.

Mesmo assim, o autor americano reconhece:

Apesar destas omissões, este é um trabalho elaborado e sério, indispensável para o estudo do Brasil moderno. (...) Esta é claramente a melhor síntese até a data sobre a República Velha ⁴²³.

Mais uma vez, a trajetória intelectual e editorial da obra de Edgard Carone nos revela que sua produção se deu em um contexto muito favorável aos estudos sobre o período republicano. A importância desta temática repercutia em nível nacional e internacional, pois os processos políticos vividos pelo país, naquele momento, suscitavam o interesse dos diversos grupos da intelectualidade em contar a sua versão da história. O “fazer história”, e o “fazer política” nunca estiveram tão nitidamente ligados como nas décadas vividas sob a Ditadura Militar.

e. Documentação, referencial teórico e bibliografia: um projeto inacabado

O ciclo de estudos sobre a Primeira República deveria ser encerrado por um volume, no qual Edgard Carone organizaria uma bibliografia comentada sobre o período. Esse projeto não se concretizou, embora o autor fale sobre ele na apresentação dos volumes anteriores. Percebemos pelas entrevistas e declarações que essa não seria uma parte menor de sua obra, pelo contrário. Diante das dificuldades que encontrou para desenvolver sua própria pesquisa e enxergando nela uma nova perspectiva para a historiografia, Carone fazia questão de organizar o seu material de pesquisa e de divulgá-lo, a exemplo do que fez com as fontes primárias – publicadas na antologia que deu origem

⁴²² *idem, ibidem.*

⁴²³ *ibidem.*

ao primeiro volume da série. Não temos informações sobre o porquê da não realização do volume.

Entre as cartas de seu arquivo pessoal, encontramos uma que mencionava a intenção de publicar e na qual estavam anexados alguns exemplos de suas fichas bibliográficas (ANEXO 6). O restante dessas fichas foi encontrado tardiamente no arquivo de Itu e, infelizmente, não tivemos tempo hábil para desenvolver uma análise aprofundada de todas elas. Como já previsto no projeto inicial desta pesquisa, o que fizemos foi uma investigação do referencial bibliográfico que Edgard Carone apresentou no volume sobre *Evolução Política*. Percebemos, desde o início, que havia um verdadeiro apêndice bibliográfico neste livro, com cerca de 800 títulos, os quais deveriam contemplar a almejada publicação – ainda que não estivessem comentados.

Organizamos um quadro (Quadro 13) com o intuito de sintetizar as principais características dos livros mencionados.

Quadro 13 – Classificação do Referencial Bibliográfico de Edgard Carone

Outros	Publicações em língua estrangeira	Publicações por editora estrangeira	História Regional	Bibliografia	Biografia	História Militar/Exército	História Política	História Econômica	Autobiografia/ Relatos	Documentos Particulares	Documentos de Estado
70	15	14	115	05	164	49	472	98	60	57	47

Fonte: Edgard Carone, *A República Velha II – Evolução Política*. São Paulo: DIFEL, 1971.

Obs. A elaboração da tabela considerou a entrada de um mesmo livro em uma ou mais categorias diferentes. Existem exatamente 834 livros listados.

É interessante observar que boa parte da bibliografia utilizada por Edgard Carone pode ser enquadrada como fonte primária. O seu repertório conta com um bom número de biografias, autobiografias, relatos pessoais e antologias – particulares e do Estado. Este dado corrobora com nossa hipótese sobre o ineditismo da obra.

Além disso, a bibliografia também possui uma grande maioria de livros classificados como de história política. Eles se referem, sobretudo, a obras que tratam de períodos presidenciais, mandatos de deputados, senadores, biografias, autobiografias e relatos da vida de políticos. Os livros de história econômica tratam, normalmente, de temas relacionados a produtos primários e à cultura agrícola, industrialização e modernização, finanças, programas econômicos e assuntos administrativos do Estado.

A última questão importante apontada pela tabela é a presença da história regional. São mais de 100 livros enquadrados nessa categoria. Eles se referem, muitas vezes, aos conflitos políticos locais. Alguns tratam das questões de desenvolvimento econômico e cultural dos estados. Fizemos um levantamento de quais unidades da federação foram tratadas:

Quadro 14 – Bibliografia de História Regional

História Regional							
São Paulo	22	Rio de Janeiro	5	Piauí	2	Acre	1
Rio Grande do Sul	17	Minas Gerais	5	Alagoas	2	-	-
Pernambuco	16	Paraíba	4	Amazonas	2	-	-
Bahia	7	Pará	4	Nordeste	2	-	-
Mato Grosso	6	Santa Catarina	3	Sergipe	1	-	-
Paraná	6	Rio Grande do Norte	2	Goiás	1	-	-

Essa descrição nos revela como Edgard Carone construiu sua análise. Uma crítica que normalmente se faz aos estudos da república é a ênfase no Sudeste, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro (?). As características econômicas e sociais do período, de fato, tendem a lançar luz sobre os acontecimentos daquele que se tornara o centro dinâmico do país e a capital política? . No entanto, o que se vê é que as transformações de uma região acabam impactando todo o país. A frágil relação entre os estados, que permite a Edgard Carone confrontar a “nação brasileira” com a “federação brasileira”, não isenta os historiadores de terem uma avaliação da totalidade do país.

Sobre esse aspecto, Carone não deixou a desejar. Muito minucioso e detalhista, são recorrentes as referências à sua obsessão em coletar dados, fatos, informações que lhe permitisse reconstruir a história a partir de sua visão de mundo e da metodologia marxista. A partir dos quadros anteriores, constatamos que sua imagem do Brasil republicano se concretizou a partir de informações de todas as regiões do país. A pluralidade temática com a qual se propôs a trabalhar proporcionou a descrição cuidadosa sobre a situação política da nação brasileira. Nesse sentido, é difícil falarmos que sua análise seja grosseira, mecanicista ou superficial. A combinação da totalidade com as partes é um princípio que se percebe ao longo de toda a obra.

A relação entre bibliografia e fontes para Edgard Carone acaba sendo uma questão essencial, por isso em seu projeto sempre reservou um volume para a compilação documental – e tentou fazer o mesmo para a bibliografia, embora não tenha levado a diante. Muitas vezes ele foi alvo de crítica pelo modelo de estudo adotado. Em muitos aspectos, seus livros foram taxados como conservadores, factuais. Sobre isso Carone demarca seu posicionamento com algumas palavras que, para nós, sintetizam o seu trabalho:

Do ponto de vista metodológico é fundamental a pesquisa em fontes. Não a fonte em si, porque posso duvidar dela, criticá-la. Mas tenho que confrontar as diversas fontes, e na medida do confronto, busco o que existe de analítico sobre o tema, para tentar mostrar os fatos como realmente são.

E acrescenta:

(...) É que para um acadêmico os fatos, o acúmulo de dados, tem importância em si. O historiador academicista tem uma visão dos fatos, independentes do processo histórico geral, e vai tirar determinados elementos das leituras que faz, enquanto que, para um tipo de análise, digamos marxista, esses fatos que o acadêmico levanta tem caráter secundário. (...) essa perspectiva do dia-a-dia dos acontecimentos, vista por uma história academicista em geral é secundária porque não fazem parte do que poderíamos chamar de processo da sociedade. Processo fundamental. Isso é o que o marxista chama de forças produtivas, de relação de produção e de formas ideológicas. O marxismo já tem uma visão mais crítica da história, ele

retira da história elementos que permitem a ele essa relação que se forma entre a infraestrutura e a superestrutura, entre fatos ideológicos e o comportamento de classe.

Com essa citação encerramos este item e partimos a uma reflexão mais conclusiva sobre o significado de sua obra.

5. Considerações finais: Revolução Brasileira e a intelectualidade de esquerda diante do Golpe Militar

Desde o início deste trabalho, procuramos desenvolver uma análise sobre a trajetória intelectual de Edgard Carone e sua produção historiográfica, ligando-a com uma perspectiva mais geral da intelectualidade brasileira. Essa relação apresenta dois elos essenciais: de um lado, a história do ensino superior no Brasil e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; de outro, a própria história do país, marcada pelo Golpe Militar de 1964 e o período ditatorial vivido por mais de duas décadas.

Acreditamos ter confirmado algumas de nossas hipóteses centrais: a interlocução de Edgard Carone com duas gerações distintas da universidade e sua localização particular no meio intelectual; o ineditismo de suas primeiras publicações como parte de um momento em que, especialmente, a historiografia sobre o Brasil abria os olhos para novos períodos e temáticas; a repercussão nacional e internacional da referida obra; a concepção de seu ofício como uma atividade política, fruto de sua formação geracional nos anos 40, mas também de sua conexão com a realidade político-intelectual da década de 1960; e a utilização da metodologia marxista, aliada a concepções de história introduzidas pela escola francesa na FFCL-USP.

Infelizmente não haveria tempo hábil para entrar, por exemplo, na constituição de sua biblioteca, e o acervo que esta possui, contando com inúmeras fontes e bibliografia raras sobre o marxismo, movimento operário, história do Brasil e outros temas. Apesar de todas as críticas cabíveis ao conjunto de sua obra, como a de qualquer outro intelectual, é preciso reconhecer que a contribuição deste metódico historiador é muito rica e diversa, indo da elaboração de análises de conteúdo historiográfico, passando pela coleção e organização de documentos, chegando até seu acervo particular, hoje sob responsabilidade da Universidade de São Paulo, com mais de 30 mil volumes. A satisfação em reconstituir uma parte desta história, desde suas origens, é imensa, especialmente porque colocamos mais uma peça na reflexão crítica sobre o desenvolvimento de nossa historiografia.

Diante de tudo isso, gostaríamos de, nas considerações finais, pedir licença para realizar uma reflexão generalista, e portanto mais livre de citações e notas de rodapé, acerca de nosso objeto.

O tema que perpassou nosso estudo foi a ideia de revolução. Vimos também que este debate não foi criado por Edgard Carone. Na verdade, ele se inseria num longo acúmulo de discussões sobre qual seria o caminho de transformação da realidade brasileira. Mesmo entre marxistas, revolucionários e intelectuais, a polêmica era grande. No entanto, é preciso mencionar que, naquele momento, nos anos 60, a perspectiva marxista de análise sobre o Brasil e também sobre a América Latina se defrontava com novos elementos políticos e estruturais.

A ditadura que se iniciava aqui, já era realidade em alguns países vizinhos, e chegaria a todos até o fim da década. Como não ser tocado pela realidade diante de processos reacionários, em alguns casos diretamente contrarrevolucionários, quando se acreditava ser realmente possível desencadear um movimento social como o soviético, o chinês ou o cubano.

A intelectualidade recorre, então, ao bom e velho método: buscar respostas no passado ou, ao menos, buscar as raízes dos problemas do presente. Nossa localização na divisão internacional do trabalho enquanto ex-colônias, ou neocolônias, era uma perspectiva consensual de se observar a realidade, ainda que houvesse nuances nessa caracterização. Mas as explicações sobre a constituição política contemporânea, as saídas institucionais e a intervenção imperialista ainda estavam em aberto. Ao menos, essa é a impressão que se tem quando Carone menciona os objetivos de sua pesquisa e as condições em que fora realizada. Hoje, quando tratamos sobre o assunto e observamos as principais elaborações a partir dos anos 60, identificamos uma que, naquele momento, se apresentou como uma resposta a um fenômeno político comum a todo o continente latino americano, o denominado populismo⁴²⁴.

Acreditamos que a formulação deste conceito dialoga com a obra de Edgard Carone, ou ao menos ajuda a incrementar o contexto intelectual em que fora produzida. Ainda que o historiador não tenha participado deste grupo de intelectuais e não adote esse termo para sua análise na Primeira República, entendemos que a formulação deste conceito tem origens nas mesmas inquietações que levaram ao projeto político-intelectual do autor. A relação entre a formação do regime republicano e a emergência

⁴²⁴ Sobre o populismo ver: Francisco Weffort, *Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo*. São Paulo: USP, 1968; Otávio Ianni, *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Sabemos que esse conceito já foi criticado pela historiografia e pela sociologia. Sobre esse debate ver: Maria Helena R. Capelato, *Totalitarismo na América Latina: uma análise historiográfica - o caso peronista*. São Paulo: Agência Estado, 1992.

de figuras como Getúlio Vargas, no Brasil, que concentram o poder em condições muito controversas no que diz respeito à ordem democrática, nos respectivos países, e em sua relação com a classe operária, burguesia e imperialismo, perpassam a análise daqueles que procuram compreender o caráter e o papel histórico das ditaduras latino-americanas.

Não vamos entrar no debate sobre populismo, isso daria uma tese. Apenas queremos localizar que, Edgard Carone, nesse mesmo período, e com objetivos muito similares, propõe-se a investigar historicamente a formação da república, embora não extraia dela nenhuma formulação sociológica deste tipo. A revolução brasileira está no pano de fundo desse debate, visto que todos partem de uma mesma matriz teórica, o marxismo.

Todas essas conexões foram desenvolvidas neste trabalho, a partir da pesquisa documental e bibliográfica, contudo, no exame de qualificação uma arguição bastante pertinente⁴²⁵, levantou-me a possibilidade de que Edgard Carone fizesse sua leitura sobre a história do Brasil e das revoluções brasileiras a partir de uma obra de Karl Marx: *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*⁴²⁶. Gostaria de fazer esta última reflexão, pois ela ajuda a compreender de modo mais conclusivo a ideia de revolução na obra de Edgard Carone, além de reiterar sua imersão no debate político de matriz marxista.

Quando analisamos o livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, concluímos que o autor trabalhava com a ideia de revolução em duas dimensões: revolução, no singular e as revoluções no plural. Em cada uma delas se manifestava uma concepção, sendo que “a revolução” tratava de fato de um processo mais profundo e complexo que englobava todas as outras convulsões sociais e processos políticos considerados como revolucionários. Tentamos confirmar como essa ideia também se desenvolve nos livros sobre a República Velha, e mostramos como as revoluções contribuíam para as possibilidades de uma movimentação dos grupos no poder, em primeira instância, e também das classes sociais, especialmente a classe trabalhadora.

Dentro disso, Edgard Carone estruturou “a revolução” brasileira, entre anos 1920 e 1930, a partir de três categorias: a “Revolução Ascendente”, a “Revolução Triunfante” e a “Revolução Descendente”⁴²⁷. A terminologia “ascendente” e

⁴²⁵ Aqui me refiro à participação do Prof. Lincoln Secco.

⁴²⁶ Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

⁴²⁷ Edgard Carone, Prefácio. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: DESA, 1965.

“descendente” é também utilizada por Marx para definir as diferenças entre a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução de 1848. Citamos:

Na primeira Revolução Francesa o domínio dos constitucionalistas é seguido do domínio dos girondinos e o domínio dos girondinos, pelo dos jacobinos. Cada um desses partidos se apoia no mais avançado. Assim impulsiona a revolução mais além (...). A revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional. Com a Revolução de 1848 dá-se o inverso. (...) Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para frente e apoia pela frente aquele que pretende empurrá-lo para trás. (...) A revolução move-se, assim em linha descendente ⁴²⁸.

Marx explica a dinâmica de cada revolução para compreender os seus respectivos desfechos, da primeira com Napoleão Bonaparte, e da segunda com seu sobrinho, Luís Bonaparte. A ideia que fundamenta essa comparação é a célebre frase do autor, em referência a Hegel, de que os acontecimentos e personagens importantes da história aparecem duas vezes “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”⁴²⁹. Elas caminharam por sentidos opostos, embora carreguem alguma aparência comum.

Podemos relacionar a leitura de Marx com a de Edgard Carone? Acreditamos que sim. A inegável a filiação deste autor ao marxismo, o que nos permite avançar nessa afirmação. Contudo, demonstraremos que não é possível transpor as ideias de um para o outro, havendo apenas uma analogia entre as análises.

Retomando, para Carone, o período da “Revolução Ascendente” vai da eleição de Eptácio Pessoa, passando pela revolução tenentista de 22, chegando à Coluna Prestes; o período triunfante irá do governo Washington Luís, passando pela revolução de 1930 até a revolução de 1932; o período descendente irá de 1932 à revolução comunista de 35, chegando até o golpe de 1937.

A leitura que fizemos da obra de Edgard Carone, aliada às definições de Marx, revelam uma interpretação interessante sobre a ideia de revolução na obra do historiador. Justamente, afirmamos que Carone denomina diversos processos revolucionários desde a proclamação da república, pois, uma vez que se instala o regime as oligarquias se veem diante de maiores oportunidades em disputar o poder. Nesse caso, consideramos que a análise apresentada demonstra como as rixas políticas locais vão se tornando cada vez mais importantes, na medida em que a estrutura política não consegue absorver as demandas de parte significativa das oligarquias dominantes, que está excluída das decisões. Ao mesmo tempo, se desenvolve o potencial revolucionário das classes médias, do proletariado e, sobretudo, da pequeno-burguesia militar. Essa se

⁴²⁸ Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*, op. cit.

⁴²⁹ *idem, ibidem*.

organiza de modo independente das outras classes, até o momento que um setor dissidente das velhas oligarquias decide se apoiar nela para tomar o poder.

Aqui resumimos bem a construção de Edgard Carone. Porém, se nos lembrarmos das análises anteriores, fica bem explícito como ele define o caráter radical da ação tenentista em detrimento do receio dos setores oligarcas em superar a disputa eleitoral e ir “às vias de fato”. E afirma diretamente que sem a formação desta “elite revolucionária”, do tenentismo, não haveria o processo desencadeado em 1930. Vejamos que essa curva ascendente vai da vitória dos civis – apoiados pelo florianismo, ou jacobinismo – contra os deodoristas, passando por todos os processos mais intensos de radicalização dos tenentes. O período triunfante é justamente aquele em que vence a aliança revolucionária dos setores republicanos dissidentes aliados à pequeno-burguesia urbana radical; e a partir dessa vitória tentam se enfrentar até certo limite com as antigas oligarquias dominantes (1932). A partir daí, “cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para frente e apoia pela frente aquele que pretende empurrá-lo para trás.”⁴³⁰.

As velhas oligarquias paulistas conseguem uma vitória política, mesmo sendo derrotados do ponto de vista militar, e passam a se apoiar em Getúlio que, por sua vez, se apresenta como figura dialogável e passível de confiança. Todos, setores oligárquicos e tenentes, unem-se contra o inimigo maior, que poderia empurrar a revolução mais adiante, e juntos retrocedem ainda mais, derrotando a Revolução Comunista de 1935. A curva descendente se confirma com o Golpe de Estado de 1937 e, por que não, com a subida de um Bonaparte, aclimatado às condições políticas brasileiras.

Essa discussão nos remete mais uma vez às possíveis definições do caráter de classe das revoluções no Brasil, ou da revolução brasileira, aquela no singular. No trecho citado, Karl Marx não faz distinção de classe entre os processos do século XVIII e aqueles do XIX, apenas acentua como elas se dão em momentos histórico distintos, face aos quais, no segundo caso não foi possível concretizar um curso progressivo das coisas.

E essa é uma discussão essencial, pois Karl Marx formula nessa obra a diferença de conteúdo entre elas. Para ele, aquelas são as revoluções burguesas clássicas que “avançam rapidamente de sucesso em sucesso (...), mas essas revoluções têm vida

⁴³⁰ *ibidem*.

curta”⁴³¹; as revoluções do XIX “as revoluções proletárias, (...) se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso”⁴³².

Para ele, portanto, no primeiro caso, em que a burguesia precisa destruir todos os resquícios da estrutura e superestrutura feudal, as alianças entre partidos de classes diferentes ou mesmo de setores distintos de uma mesma classe, a burguesia, só faz esse processo avançar, pois o fim do sistema anterior é feito em benefício de todos eles. No momento de maior radicalização, encontra-se o desfecho necessário para provar que seria possível uma convivência harmônica sob a nova ordem burguesa – onde república ou monarquia poderiam ser formas diferentes para o exercício do poder desta mesma classe.

No segundo caso, um setor da burguesia, excluído do poder na monarquia, disputa o poder, pedindo reformas em nome da república burguesa:

O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral pela qual seria alargado o círculo de elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubando o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Quando estalou o conflito de verdade, porém, quando o povo levantou barricadas (...), a república pareceu ser a consequência lógica. (...) Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma república social. Indicava-se assim, o conteúdo geral da revolução moderna (...) ⁴³³.

Nesse caso, não era possível uma aliança de classes ascendente, pois o proletariado só poderia chegar até as últimas consequências na defesa de seus interesses, acabando com a ordem burguesa. Isso não era de interesse nem da burguesia republicana, nem dos monarquistas, burgueses ou aristocratas. Nesse sentido, todos se unem contra uma classe, indo cada vez mais atrás nas alianças e na própria condução do regime, caindo nas mãos farsescas de Luís Bonaparte.

Sendo assim, podemos entender que, para Edgard Carone, no Brasil, enquanto o proletariado não esteve organizado a altura de se incorporar aos processos revolucionários da Primeira República, foi possível se constituir alianças policlassistas que avançassem na modernização do Estado nos marcos da ordem burguesa, mas no sentido de ampliar as possibilidades de sua superação. Quando essa classe protagoniza o processo revolucionário, todas as outras se unem contra ela e o retrocesso é inevitável. Pois apenas esse sujeito social poderia encabeçar a superação total das contradições dessa sociedade.

⁴³¹ *ibidem*.

⁴³² *ibidem*.

⁴³³ *ibidem*.

Outro aspecto da elaboração de Marx em *O 18 Brumário* que parece ter colaborado com a análise de Edgard Carone relaciona-se com a caracterização das oligarquias no Brasil como uma classe heterogênea dentro dos marcos do capitalismo e, portanto, burguesa, ou agrário-burguesa como o historiador preferia definir. Em vários trechos Marx tenta definir as disputas da classe dominante e suas diferentes posições em relação à monarquia e à república. Ao distinguir os dois grupos monárquicos, polarizados entre a casa Bourbon e Orléans, ele faz uma análise sobre seu caráter burguês:

Sob os Bourbons governava a grande propriedade territorial com seus padres e lacaios; sob os Orléans a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja o capital, com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. (...) O que separava essas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência. (...) Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. (...) Se cada lado desejava levar a cabo a restauração de sua própria casa real, contra a outra, isto significava apenas que cada um dos dois grandes interesses em que se divide a burguesia – o latifúndio e o capital – buscavam restaurar sua própria supremacia (...) ⁴³⁴.

Certamente, Edgard Carone não discutia a disputa entre duas casas reais, pois a realidade brasileira sempre seria muito diferente da europeia do século XIX. O que nos interessa nesse trecho é captar que para Marx as formas de regime, a permanência de estruturas aristocráticas e de origem feudal, não anulavam o caráter burguês desses setores da classe dominante. Com particularidades entre si, ambos pertenciam a uma mesma classe, dos possuidores, capitalistas. Essa complexidade do capitalismo e de sua constituição social, formulada por Marx, parece refletir na obra de Edgard Carone, na qual, já afirmamos, ele trabalha com as contradições da sociedade brasileira a partir do desenvolvimento do capitalismo e não de uma leitura mecânica que oporia feudalismo e capitalismo. Para ele a oposição se dá entre campo e cidade e duas formas de propriedade e suas relações sociais. Nesse sentido, Marx apresenta uma análise elucidativa ao estudioso do caso brasileiro:

(...) era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre capital e latifúndio. (...) Falamos em dois interesses da burguesia, porque a grande propriedade territorial, apesar de suas características feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna ⁴³⁵.

⁴³⁴ *ibidem*.

⁴³⁵ *ibidem*.

Edgard Carone parece construir sua interpretação sobre as classes sociais no Brasil e seu comportamento diante do poder a partir da concepção marxista apresentada nesta obra que acabamos de discutir.

Por fim, voltemos à relação entre a obra de Edgard Carone e as elaborações sobre o populismo. Começamos mencionando um elo indireto entre elas, dado o momento histórico e as questões colocadas à intelectualidade. Mas, ao relacionarmos a análise de Carone com o livro de Marx, encontramos mais um elemento enriquecedor desta investigação histórica sobre a república. Embora Edgard Carone tenha declaradamente feito a opção de um estudo histórico, mais factual e menos sociológico, ele não escapa ao curso das ideias de seu tempo.

Alguns estudiosos⁴³⁶ identificam na criação do conceito de populismo os estudos do marxista León Trotsky⁴³⁷ sobre a América Latina. Estes escritos são feitos por Trotsky em seu exílio no México, nos anos 1930. Ele descreve as principais características da realidade política e econômica do México e da América Latina, apontando justamente para elementos que mais tarde seriam desenvolvidos pelos teóricos do populismo.

O revolucionário russo faz uma caracterização fundamentada justamente na obra de Marx intitulada *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trotsky parte da elaboração de Marx para criar a categoria de *bonapartismo sui generis*. Ao tentar compreender a realidade de países de industrialização atrasada, ele identifica certa autonomização do estado frente à sociedade e as próprias classes sociais, possibilitando ao governante uma forte centralização do poder, com variações no caráter democrático dos regimes, e a mediação entre a burguesia nacional fraca, o proletariado relativamente forte e o capital internacional⁴³⁸. A elaboração de Trotsky fala em *bonapartismo sui generis*, por identificar as particularidades desses estados e a manifestação de tipos de governo. No entanto, esse trecho de Marx nos ajuda a ilustrar a origem de seu raciocínio:

Unicamente sob Luís Bonaparte, o Estado parece tornar-se completamente autônomo. (...) A tarefa contraditória do homem explica as contradições de seu governo (...). Bonaparte gostaria de

⁴³⁶ Ver: Felipe Abranches Demier, *León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Revista Outubro, n. 13, 2005.

⁴³⁷ León Trotsky, *La industria nacionalizada y la administración obrera*. In: Escritos latinoamericanos, 2 ed. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p.163.

⁴³⁸ *idem, ibidem*.

aparecer como o benfeitor de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar da outra
⁴³⁹.

Entendemos que a relação “capital x trabalho” e a gestão do Estado nos países de formação colonial é a grande questão para a intelectualidade a partir do Golpe Militar. Essa temática geral é perpassada pela dependência da burguesia nacional com o imperialismo, sua submissão e fragilidade. Certamente o que se buscava entender eram as origens do autoritarismo e, ao mesmo tempo, como se perdeu a possibilidade de mediação entre as classes dominantes – nacional e internacional – e a classe trabalhadora, que não fora bem sucedida em sua tarefa revolucionária. O estudo da república, por tanto, se atrela à ideia da revolução brasileira. Conectado com seus pares, na vanguarda da produção da época, Edgard Carone executa o seu projeto político-intelectual.

⁴³⁹ Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*, op. cit.

6. Fontes e Bibliografia

ANDERSON, P. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental. Nas trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARANTES, P. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana: uma experiência nos anos 60*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/02/1976

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/03/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/03/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/03/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/03/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/06/1905

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/07/1977

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/07/1977

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/07/1977

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/08/1976

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/08/1976

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/09/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/09/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 01/09/1981

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 03/11/1977

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 05/03/1981.

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 08/12/1981.

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 08/12/1981.

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 08/12/1981.

_____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 15/08/1982.

- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 16/07/1973.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 18/03/1963.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 19/01/1979.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 21/10/1981.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 30/05/1905.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 30/05/1905.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 30/05/1905.
- _____. Edgard Carone, Ficha DOPS. 23/09/1968.
- AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958
- BARATA, A. *Vida de um revolucionário*. Editora Melo, s.d.
- BARRROS, R. S. M de. *José Maria Bello: intérprete do Brasil e pensador político*. In: Estudos Brasileiros. Londrina: Editora UEL, 1997. pág. 161-194.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma História Sincera da República: 1930 a 1960*. São Paulo, Alfa ômega, 1991.
- BELLO, José Maria. *A História da República*. São Paulo: Nacional, 1983.
- BENJAMIN, B. *O Autor como Produtor*. In: Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura.
- _____. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Benjamin, W. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 03.ed., 1987.
- BIELSHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro 1930-1964: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BOBBIO, N. *Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOSI, A. *Um testemunho do Presente* (Prefácio). In: Carlos Guilherme Mota. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). Pontos de Partida para uma Revisão Histórica. São Paulo: Ática, 1977.
- BOURDIEU, P. *O Campo Científico*. In: R. Ortiz (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

- BRAUDEL, F. *Escritos Sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- BRANDÃO, O. *Agrarismo e Industrialismo : ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo, 1924.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- CASALECCHI, J. E. *A obra de Edgard Carone e o Ensino da História para Orientação dos Professores de História*. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do livro, s./d.
- CAMPOS, Ernesto de Souza (org.). *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2004.
- CANDIDO, A. *Entrevista*. Realizada pela pesquisadora, São Paulo, 10/2011.
- CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959.
- _____. *O Significado de Raízes do Brasil* (Prefácio à 26ª edição). In: Holanda, S. B de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito. Prefácio*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2010.
- CAPELATO, M. H. R. *Totalitarismo na América Latina: uma análise historiográfica – o caso peronista*. São Paulo: Agência Estado, 1992.
- CARDOSO, C.F. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- CARONE, E. *A História da República: Escritos Autobiográficos*. In: Mouro. *Revista Marxista. Núcleo de Estudos d'O Capital*, no.02, 2010. P.p 155-164.
- _____. *A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1969.
- _____. *A República em Capítulos*. São Paulo: Veja, n.368, 11/02/1976. P.p. 3-6.
- _____. *A República Liberal I*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985.
- _____. *A República Liberal II*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985.
- _____. *A República Velha I: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- _____. *A República Velha II: Evolução Política*. São Paulo: DIFEL, 1971.
- _____. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- _____. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

- _____. *A Terceira República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.
- _____. *A Quarta República*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- _____. *Coleção Azul: uma crítica pequeno-burguesa à crise brasileira de 1930*. Separata da Revista Brasileira de Estudos Políticos, n.25/26, Belo Horizonte, 1968/1969.
- _____. *Depoimento*. In: Arquivo, boletim histórico e informativo. São Paulo Arquivo Público do Estado de São Paulo, jul./set., 1983.
- _____. *Entrevista*. In: Moraes, J. V. de & Rego, J. M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2001.
- _____. *Memórias da Fazenda Bela Aliança*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.
- _____. *Memorial para o Concurso de Professor Titular*. São Paulo: USP, 1991.
- _____. *O Estado Novo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.
- _____. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944) vol.01, 02 e 03*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979
- _____. *O P.C.B (1922-1944) vol. 01, 02 e 03*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1982;
- _____. *O tenentismo: acontecimentos, personagens e programas*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975
- _____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1937)*. São Paulo: DESA, 1965.
- _____. *Sobre Brasileiras*. In: (org.) Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto. *Leituras Marxistas e Outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.
- _____. *União e Estado na Vida Política da Primeira República*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1971.
- CASTRO, S. *A República que a Revolução Destruiu*. Edição Particular, 1932.
- CAVALHEIRO, E. (org.). *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Globo, 1944
- DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEAECTO, M. M. *O homem e os livros: a obra de uma vida*. (in.)Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto. *Leituras Marxistas e Outros estudos*. São Paulo: Xamã,

2004.

_____. *Edição e Revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

DEL ROIO, M. *A Teoria da Revolução Brasileira*. In: João Quartim de Moraes & Marcos Del Roio. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. IV. Campinas, Unicamp, 2000.

DEMIER, F. *León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Revista Outubro, n. 13, 2005.

D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Unesp, 1989.

DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo: 1939-1949*. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

FAUSTO, B. *A Revolução de 1930 – História e Historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*. São Paulo: USP, 2006.

FREITAS, M. C de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt, 1933.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GENETTE, G. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Formação da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: Edusp, 2012.

HOBSBAWM, E. *A Era dos Extremos. O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Tempos Interessantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- HONÓRIO, J.R. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. São Paulo: Nacional, 1978.
- IANNI, O. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975
- IGLESIAS, F. *Historiadores do Brasil: Capítulos da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. *Introdução à Historiografia Econômica*. Belo Horizonte, 1959.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aniversário de São Paulo*. Jan./2004.
- KONDER, Leandro. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- LAPA, J. R. A. *A Primeira República: Dimensões Fatuais*. São Paulo: Revista de História da Universidade de São Paulo, 1973.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da Unicamp, Campinas, 2008.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LOWY, M. *O Marxismo na América Latina. Uma Antologia de 1909 aos dias Atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- LUCA, T. R de. *Entrevista*. Realizada pela pesquisadora, São Paulo: 11/2014.
- _____. *República Velha: Temas, Interpretações e Abordagens*. In: Silva, F. et alli. *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimeo, 2003.
- LUZ, N. V. *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro*. São Paulo: Revista de História da Universidade de São Paulo, 1959
- MARTINEZ, P. H. *Fernand Braudel e a primeira geração de Historiadores universitários da USP (1935-1956): Notas Para Estudo*. In: Revista de História 146 (2002), 11-27.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelman*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MASSI, F. P. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas: Unicamp, 1991.
- MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- _____. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.

- MELLO, J. M. C de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: UNESP, 2009.
- MORAES, J. G. V. e REGO, J. M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MOTA, Carlos G. *Entrevista*. Realizada pela pesquisadora, São Paulo, 11/2014.
- _____. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). Pontos de Partida para uma Revisão Histórica*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. *A Ideia de Revolução no Brasil e Outras ideias*. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- NAPOLITANO, M. . *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. 1. d. Curitiba: Juruá, 2002. V. 1. 178p .
- _____. *História Contemporânea: pensando a estranha história sem fim*. In: Leandro Karnal. (Org.). *História na sala de aula*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 163-184.
- NAPOLITANO, M. . *O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)*. 1. d. São Paulo: Editora Atual, 1998. 108p .
- NEME, M. (org). *Plataforma da Nova Geração*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- NOVAIS, F. *Aproximações: Ensaio de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. *Fernando Novais: Braudel e a "missão francesa" (entrevista)*. Estudos Avançados, v.8, n.22, São Paulo Set./Dez. 1994.
- PAULA, M. F. de. *A formação universitária no Brasil: concepções e influências*. Avaliação (Campinas) vol.14 no.1 Sorocaba Mar. 2009
- PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, A. B. *Figuras do Império e outros Ensaio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.
- POLANY, K. *A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PONTES, H. *Destinos mistos: o grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*. São Paulo: USP, 1996.
- _____. *Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50*. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Martins,

- 1942.
- _____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945
- _____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: USP, 1954.
- PONTES, H. *Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das coleções brasileiras, nas décadas de 1930, 40 e 50*. In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, p. 56-89, 1988.
- RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- RINGER, F. *O Declínio dos Mandarins Alemães*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SARTRE, J.P. *Em Defesa dos Intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SECCO, L. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- SIMONSEN, R. *Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos*. (org.) Edgard Carone. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- SEIGNOBOS, C. *Histoire Sincère de la Nation Française*. Paris: Rieder, 1933.
- SIRINELLI, J. F. *Os intelectuais*. In: Rémond, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- SWEEZY, P. et alli. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TOLEDO, C. N. de. (Org.). *1964. visões Críticas do Golpe*. Campinas: Unicamp, 1997.
- TROTSKY, L. *Escritos Iatinoamericanos*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p.163.
- TRUZZI, O. *De Mascates a Doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. Série Imigração. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. MUSEU REPUBLICANO DE ITU. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/04/1972.
- _____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/06/1971.
- _____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 02/06/1969.
- _____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/06/1968.
- _____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/11/1969.
- _____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/02/1968.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 08/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/01/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 10/12/1945.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 10/12/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 11/06/1967.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 11/09/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/04/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 14/05/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/03/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 17/03/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 19/10/1967.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 19/12/1946.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 23/03/1948.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/06/1966.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/06/1966.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 28/11/1968.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 29/06/1967.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 29/10/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 30/05/1967.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 31/01/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 31/07/1968.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/01/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 02/06/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 11/09/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/11/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 10/12/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 14/05/1969.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 08/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/06/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 31/01/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 17/03/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/03/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/04/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/04/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 29/10/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 06/03/1970.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 31/03/1970.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/08/1970.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. sem data.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 17/02/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 17/03/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 02/06/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/05/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/07/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 29/10/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 19/11/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 20/12/1971.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Ficha Bibliográfica.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/01/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 31/01/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/03/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/03/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/04/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 24/04/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 02/06/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/06/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/08/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 12/09/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 14/11/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 06/12/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/12/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 22/12/1972.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 03/07/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 11/07/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 03/09/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/09/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 18/09/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 03/10/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 17/10/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 03/05/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 06/05/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/06/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 18/06/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 21/02/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/03/1973.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. sem data.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. sem data.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 20/02/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 04/04/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 04/10/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 30/04/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 19/06/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/06/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/09/1974.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 14/03/1975.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 21/03/1975.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 20/04/1975.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 28/05/1975.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 22/04/1976.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/06/1976.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/09/1976.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 06/12/1976.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/09/1977.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/01/1978.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 11/01/1978.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 26/06/1978.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 21/08/1978.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 10/11/1978.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/03/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 04/10/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/09/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 27/09/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 12/11/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/11/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 19/12/1979.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. sem data.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/04/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/05/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 15/04/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 05/06/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 24/06/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 08/08/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. set/80.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 29/10/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. nov/80.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 16/12/1980.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 23/03/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 03/04/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/04/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. sem data.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/08/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 31/08/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 02/09/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 13/10/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 26/10/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 29/10/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 28/12/1981.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 16/03/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 18/03/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 22/03/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 28/04/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 14/06/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 20/07/1992.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 04/12/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 04/04/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 07/04/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 18/08/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 26/08/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 21/09/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/10/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 03/11/1982.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 19/01/1983.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 09/02/1983.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 21/02/1983.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 01/03/1983.

_____. Arquivo Pessoal de Edgard Carone, Carta. 16/06/1983.

WEFFORT, F. *Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo*. São Paulo: USP, 1968

WOOD, E. M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

7. Anexos

Anexo 01- Entrevista: A República em Capítulos.

ENTREVISTA: EDGARD CARONE

A República em capítulos

COMO TRABALHA UM HISTORIADOR
QUE JÁ SABE ATÉ O QUE
ESTARÁ PESQUIHANDO EM 1980

Por João Marcos Coelho

Edgard Carone: reprovado em Tupi

Até 1960, Edgard Carone era um bem-sucedido fazendeiro paulista. Quinze anos antes, é verdade, tentara obter um diploma universitário, matriculando-se no curso de História da Universidade de São Paulo. Mas suas ambições acadêmicas logo esbarraram num obstáculo intransponível: a cadeira de língua Tupi, então parte do currículo. Carone, diante disso, abandonou a faculdade em 1947 e voltou ao interior. Não abandonou, porém, certas preocupações — as mesmas que o levaram a escolher o curso de História. E, em 1969 — quando o Tupi já havia sido cassado da lista de disciplinas de História —, retomou as lições universitárias. Tinha 46 anos.

Desde então, movido pela ambição de escrever a história da República brasileira, de 1889 até 1964, Carone já publicou sete volumes, todos best sellers nos meios acadêmicos e mesmo fora deles: tem mais de 50 000 exemplares vendidos. Meticulosamente organizado, Carone é o primeiro historiador do Brasil a adotar o método de dividir cada período estudado em dois volumes, um de documentos, outro de interpretação. Carone só lamenta não ter conseguido publicar, até agora, os volumes de bibliografia referentes a cada período específico.

Seu livro mais conhecido é "República Velha: Instituições e Classes Sociais", amplamente utilizado nas faculdades — a tal ponto que chegou a ser conhecido

pelos alunos como "o Carone verdinho" devido à cor da capa. Atualmente, Carone leciona História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, no interior de São Paulo, e na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. E, este mês, prestará concurso para a cadeira de História do Brasil Independente, no Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Raridade entre os cientistas brasileiros, historiadores ou não, Carone já organizou rigorosamente sua atividade editorial até 1980: em março próximo publicará "A Terceira República", volume de documentos sobre o Estado Novo; em outubro, sairá o volume de interpretação sobre o mesmo período, no qual Carone trabalha agora. Até 1979, espera publicar um volume de documentos sobre o período 1945-1964, que se chamará "A Quarta República" e mais dois volumes de interpretação, sob o título "A República Liberal". Quando 1980

chegar, Carone estará pesquisando o período pós-1964. O trabalho já tem título: "A República Autoritária".

Estudar o passado para entender 1964

VEJA — O que o levou a estudar a História brasileira desde a proclamação da República?

CARONE — No começo de 1964, eu me dedicava a um trabalho sobre o período de 1922 a 1938 ("Revoluções do Brasil Contemporâneo"). Mas os acontecimentos daquele ano levantaram uma série de questões para as quais não tinha resposta. Havia, por exemplo, uma clara contradição entre o que se dizia, o que se pretendia e o que se passava realmente. Resolvi então enfrentar essas contradições a partir do estudo do passado.

VEJA — Então o objetivo último de sua atividade como historiador é tentar explicar os acontecimentos de 1964?

CARONE — Sim. Afinal, para que serve a História senão para aclarar o sentido do presente? Assim, fui obrigado a recuar cada vez mais no tempo, até chegar a 1889, ao início da República.

VEJA — Segundo esse critério, por que não voltar mais atrás, até a Independência ou mesmo a 1500?

CARONE — Cada historiador, no fundo, corta a História no momento que lhe interessa. Naturalmente esse corte não é feito ao acaso. O momento escolhido deve representar uma transição. A proclamação da República é um momento desses, quando passado e presente se rearticulam. Agora, se eu quisesse voltar mais atrás, o projeto provavelmente se tornaria ambicioso em excesso. Além disso, o período colonial já foi bastante pesquisado por outros historiadores, como Caio Prado Jr., na "Formação do Brasil Contemporâneo".

Ao Tenentismo faltou uma ideologia

VEJA — *Delimitado o período, que estratégia adotou como historiador?*

CARONE — A bibliografia existente sobre o período não me satisfaz. Nenhum dos trabalhos que li estudava o momento histórico a nível das estruturas gerais, estruturas econômicas, sociais e políticas. Ou faziam interpretações ou ficavam presos à perspectiva da época em que foram escritos, sem desenvolver, por exemplo, o problema da formação e da maturação das classes sociais no Brasil, ou o problema da posição do Exército. Para não cair no mesmo erro, dividi o período em várias etapas, adotando um critério cronológico.

VEJA — *Qual a vantagem da cronologia?*

CARONE — Antes de mais nada, a cronologia nos amarra ao fato. Por exemplo, muitos historiadores acham que a Revolução de 1930 produziu uma mudança de classes no poder. Ou seja, as classes agrárias teriam perdido a hegemonia política para a burguesia urbana em ascensão. O estudo dos fatos mostra que não foi bem assim. É verdade que entre 1930 e 1945 o campo foi perdendo poder para a cidade. Isso não significa, porém, que a Revolução de 1930 tenha sido deliberadamente dirigida contra as classes agrárias.

VEJA — *O que a pesquisa factual revela em relação a 1930?*

CARONE — A crise agrícola surgida em 1929 — e que na minha opinião continua até hoje — provocou a decadência progressiva das classes agrárias. Mas entre 1930 e 1950 elas continuaram detendo parcelas do poder político: tanto na Segunda República (1930-1937) quanto no Estado Novo (1937-1945) o coronelismo e os partidos tradicionais continuaram dominando, embora enfraquecidos. Porque esse enfraquecimento do sistema econômico agrá-

rio convive harmoniosamente com a progressiva industrialização do país. Afinal, é das famílias agrárias que procedem os recursos para a indústria, o comércio e as finanças. Exemplo típico é o do conselheiro Antônio Prado, ao mesmo tempo fazendeiro e industrial.

VEJA — *Em que medida o Tenentismo representa uma mudança?*

CARONE — Do ponto de vista ideológico, o Tenentismo é um movimento de característica conservadora. Pede mudanças, mas essas mudanças são gerais, superficiais. Em nenhum momento ele pede mudanças de estrutura. Mas, sempre reformista nos ideais, ele se mostra revolucionário nos métodos, pois usa a força para conseguir aquilo que deseja. Então nós temos uma ambigüidade entre objetivo ideológico e meios usados para atingi-los. Essa antinomia se deve a que os tenentes pertencem ao Exército, têm armas, organização, disciplina. Esse é o único método de ação que conhecem, pois são incapazes de fazer arregimentação política.

VEJA — *O Tenentismo aparece em 1964?*

CARONE — Uma corrente considera o Tenentismo como um movimento que nasceu na década de 20 e persistiu até 1964. A tese da permanência do Tenentismo parece à primeira vista verdadeira, mas eu só pude responder negativamente a ela. A idéia parece feliz: Juracy Magalhães, tenente em 1930, está no poder em 1964; como ele, Eduardo Gomes, Juarez Távora. Todos estão ligados a 1964. Aparentemente, o Tenentismo estava no poder, ou era um dos elementos do poder em 1964. É só o estudo histórico da realidade brasileira que permite desfazer esse mito da continuidade do movimento dos tenentes. Uma pessoa que representa uma idéia num determinado momento continuará representando-a sempre? Será que o Exército de 1922 é o Exército de 1964?

VEJA — *Além disso, não seria necessário comparar o programa ideológico do Tenentismo com o do movimento de 1964?*

CARONE — A rigor, o Tenentismo não possuía uma ideologia definida. E justamente essa falta de definição doutrinária faria com que, em 1930, uma vez no poder, os tenentes não soubessem exatamente como se conduzir. O Tenentismo já nascera dividido em duas correntes, uma social, outra política. Esta última, majoritária, integrada por Juarez Távora, João Alberto e Isidoro Dias Lopes, entre outros, apoiava a Aliança Liberal, que levou Vargas ao poder. A facção por assim dizer "social" iria se radicalizar, como foi o caso de Luiz

Carlos Prestes, e tornar-se marginal em relação ao processo político. Mesmo a corrente que alcançou o poder em 1930 não é monolítica — uns, por exemplo, falavam em socialização, outros eram conservadores. Em suma, o Tenentismo jogou entre o centro e a esquerda liberal. A luta entre aquelas correntes terminaria em 1935/1936, com a vitória completa do setor tradicionalista. A partir daí, prevalece nas Forças Armadas a concepção de que sua tarefa é a de preservar as instituições.

VEJA — *Como evoluiu o pensamento militar na década de 40?*

CARONE — Com a II Guerra Mundial, intensificaram-se os contatos entre a oficialidade brasileira e o Exército dos Estados Unidos. Logo em seguida, graças a essa aproximação, o pensamento militar brasileiro acabou incorporando a ideologia da guerra fria, segundo a qual o mundo está dividido em dois blocos estanques — o dos Estados Unidos e o da União Soviética — a caminho do confronto. O segundo fator importante foi a criação da Academia Militar das Agulhas Negras, em 1944, onde os candidatos passavam por uma rigorosa seleção ideológica. Tudo isso modificou radicalmente a fisionomia política do Exército e ajuda a explicar a natureza de suas intervenções do processo político — em 1954 sem sucesso, e vitoriosa dez anos depois.

Nem todos os arquivos são acessíveis

VEJA — *E de 1964 para cá?*

CARONE — O grupo que se consolidou no poder nada tem a ver, na verdade, com o Tenentismo. E pode-se sentir uma certa atomização interna, que se consubstancia em avanços e recuos de um liberalismo muito limitado. Considere esta questão, porém, muito mais ampla: o problema é o da existência de um autoritarismo dominante entre as classes dirigentes brasileiras, que impregna todos os valores da sociedade. É um autoritarismo antigo, que data do Império e subsiste com muita força, mesmo entre as Forças Armadas.

VEJA — *As fontes da História recente do Brasil nem sempre são de fácil acesso. O senhor encontrou obstáculo para pesquisar o período republicano?*

CARONE — Não tive propriamente dissabores, mas o acesso às fontes não é o ideal. Para coletar dados sobre o Estado Novo, por exemplo, consulte

continua na página 6

livros, jornais da época e até uma fonte com muita documentação inédita: o Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, onde estão os arquivos pessoais de Getúlio Vargas, Castello Branco e outros. Conheço os limites e procuro não ultrapassá-los: por isso não consulte certas fontes de difícil acesso.

VEJA — E que limites são esses?

CARONE — Não tentei, por exemplo, consultar os arquivos da polícia do Estado Novo. Estes, ao que parece, são privilégio dos *brazilianists*. Por outro lado, costuma-se superestimar o valor dos fatos extraídos dessas fontes. Acredito que, publicados ou desconhecidos, não acrescentarão muita coisa ao que já se sabe sobre o período.

Nossa história está cheia de mitos

VEJA — A propósito, como encara o trabalho dos *brazilianists*?

CARONE — Nada tenho contra eles, mas lamento a falta de recurso à disposição dos pesquisadores nacionais. Os *brazilianists* encontraram aqui vastas possibilidades de análise histórica. Apesar de seus trabalhos não obedecerem a um planejamento global, com o correr do tempo acabarão abrangendo toda a nossa história. A nós, brasileiros, só restará, quando quisermos estudar a realidade nacional, recorrer à literatura americana. E esta, infelizmente, tende a oferecer em geral uma visão liberalóide e em grande parte falsa do passado brasileiro, o que deturpa irremediavelmente o verdadeiro sentido de nossa História.

VEJA — Como se caracteriza seu método de trabalho?

CARONE — Inicialmente, consulto os jornais da época, escolhendo-os com base na riqueza de cada publicação, posição política e facilidade de acesso, sempre no eixo Rio—São Paulo. Meu objetivo é sempre ter à mão um jornal de cada posição política e de cada classe social. São exatamente as diferentes posições ideológicas que eles exprimem que me ajudam a desvendar os vários ângulos do momento histórico. Para o período 1930/1937, consultei *O Estado de S. Paulo*, órgão conservador liberal representativo da oligarquia paulista; o *Jornal do Comércio*, na verdade uma publicação oficiosa do governo; o *Correio da Manhã*, jornal da oposição oligárquica; *A Platéia*, de tendência popular, que em 1935 pertenceu à Aliança

Nacional Libertadora; *A Razão*, de direita, mas não-fascista; e *A Ação*, órgão oficial do integralismo paulista.

VEJA — Pesquisados os jornais, qual o passo seguinte?

CARONE — Ler os livros. Ao concluir esta etapa, já está praticamente pronta a coleção de documentos. Pois, na medida em que leio, vou separando os documentos interessantes. Depois, é só ordená-los e escrever uma introdução.

VEJA — Quer dizer que o senhor trabalha em dois tempos, produzindo um volume de coleta de documentos e, depois, um de interpretação?

CARONE — Na verdade, é um trabalho em três tempos. Além dos documentos e da interpretação, elaboro um volume de bibliografia. Mas, como este é de difícil aceitação pelo público, permanece inédito. Talvez os três já concluídos — sobre a Primeira República, a Segunda e a República Nova — sejam publicados este ano pela *Revista de História*, da Universidade de São Paulo.

VEJA — Quanto tempo gastou, e em que regime de trabalho, para elaborar os volumes dedicados a cada período da República?

CARONE — Costumo trabalhar muito depressa e não dispenso a microfilmagem. Na pesquisa do período 1937/1945, por exemplo, levei um ano, trabalhando dois dias por semana e durante as férias escolares.

VEJA — O senhor recebeu alguma ajuda oficial para realizar este projeto?

CARONE — Inicialmente, não. Mas em 1967, quando não dispunha de recursos próprios para continuar a pesquisa, enquanto fazia os estudos sobre a Primeira República, obtive uma bolsa de dois anos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), prorrogada depois por mais dois anos. E, em julho do ano passado, consegui da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas uma pequena bolsa, com um ano de duração.

VEJA — Entre os livros que o senhor leu, "De Getúlio a Castello", de Thomas Skidmore, lhe trouxe alguma novidade?

CARONE — Não. Apesar do título e de tratar o período de 1930 a 1964, na verdade só analisa melhor o decênio 1954/1964; da Revolução de 1930 até o segundo governo Vargas, suas considerações são muito superficiais e breves. Ele só se deteve no período que vai de Juscelino Kubitschek à queda de João Goulart. Além disso, é preciso lembrar que não existem no Brasil bons estudos sobre o Estado Novo, ou o período da II Guerra Mundial, ou ainda a redemo-

cratização de 1945. E a situação se repete com relação a Jânio Quadros e a Goulart. Infelizmente, nossa História está cheia de mitologias.

VEJA — Por exemplo?

CARONE — A principal é a mitologia da classe dominante, que se outorga a glória da derrubada de Getúlio Vargas em outubro de 1945, com o "Manifesto dos Mineiros", publicado em 1943. A meu ver, essa é uma explicação absolutamente ridícula: o "Manifesto" é apenas um pinga de água no contexto geral da crise que conduziu ao desfecho do Estado Novo. Todos ficam nesses aspectos mais superficiais do problema. Deixam de lado, por exemplo, o movimento estudantil, a ação dos comunistas e a dos adversários liberais de Vargas, inclusive os que faziam parte da própria oligarquia. Outro mito de nossa história recente é o da existência de uma burguesia de inclinação política nacionalista na década de 50. Os acontecimentos de 1964, se mais não bastasse, demonstraram a falácia dessa suposição.

Todo historiador assume um papel político

VEJA — Apesar da ênfase que dá à pesquisa documental, não seria uma ambição perigosa tentar elaborar uma espécie de "grande síntese" dos oitenta anos de República no Brasil?

CARONE — Sei que o projeto é ambicioso, mas, como já disse, ele nasceu da necessidade que senti de responder à pergunta que está dentro de mim desde 1964. Sofrer na carne o processo e não poder explicá-lo é duplamente doloroso. Buscar a origem, a explicação de um processo histórico não é um prazer pessoal, mas uma necessidade política de entendê-lo.

VEJA — Assim, o livro que dará a sua explicação sobre 1964 ainda está por ser escrito?

CARONE — Exatamente. Mas só posso escrevê-lo depois de estudar o período 1945/1964. Vamos ser claros: estou fazendo essa História da República por motivos políticos. Não tendo em vista um objetivo político definido, mas na medida em que todo historiador, ao se definir, assume necessariamente um papel político. Ou seja, no sentido de que ele põe o dedo na ferida, denuncia o processo, demonstra seu sentido. Cabe aos historiadores fornecer matérias-primas para que a nação possa pensar corretamente a sua realidade; ao cientista social cabe propor alternativas a essa realidade; ao político, colocá-las em prática.

Anexo 02 – Fichas de Edgard Carone no DOPS

CARONE EDGARD

Botucatu

Filho de Sharkor Jorge Carone e de Sara Hachen Carone, natural de Piracicaba, SP, com 40 anos, casado, Professor, residente, em Botucatu, SP.-

- 18.03.63 - Residente à Rua Gen. Teles, nº 1131-Botucatu. Recebe livros subversivos da Livraria das Bandeiras.
- 23.09.68 - Inf.Reg.Polícia.Fazendeiro.Elemento subversivo.
- 16.07.73 - Conf.inf.n/data da Del.Esp.Ordem Social:Foi indiciado em Inquérito Policial pela Delegacia de Conchas. Seu nome consta de um fichário de escritores comunistas que foi apreendido em poder de Alvaro Faria.-

CARONE - Edgard

Inf.p/a Div.O.Pol.,02/76; 52-Z-0-13142

CARONE - Edgard

Em 8/76-DOPS-MOVIMENTO SINDICAL-SBPC;

50-B-58-2380

I

CARONE - Edgard

Em 77 - ref. manifesto de prof^{es}, o mesmo
prof^{es} da USP,

50-Z-75-150

rm

CARONE-Edgard

Prof.= ref. palestras prof.p/mesmo, durante a
Semana de Ciencias e Estudos Sociais.=1977=
50-C-0-6093

CARONE-Edgard

filho de: Sharkor Jorge Carone e de Sara Ha-
chen Carone=nat. de Piracicaba=Prof.= Infº
nº493/774D.O.P.=

40-Z-10-138

Carone - Edgard

Julho-77-Edição B.A.-"A Ciência e o Poder"-
Jornal ref.cit.;

30-B-38-1197

I

CARONE - Edgard

Julho-77-ref.part.de Debate p/reunião da
SBPC;

30-B-38-1197

I

CARONE - Edgard

Em 03/11/77- S/Q - conferencista da 1ª.Semana de Ciências e Humanismo, -Tema: "Processo Histórico brasileiro"

50-Z-0-14216

AG.

CARONE - Edgard

Em 19/1/79-DOPS-ref.cit.no rec.do Jornal Folha de S.Paulo;

FOTO

30-B-2-243

I

CARONE - Edgard

O mesmo Prof.Universitário que assinou manifesto contendo cerca de 600 assinaturas, enviado ao Congresso, recebendo apoio dos líderes emedebistas;

21-Z-14-2879

CARONE-Edgard

10

s/mesa redonda c/sua participação, s/"PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO OPERARIO SINDICAL".= março de 81=

21-Z-14-10.911

CARONE-Edgard

Em 25/03/81.0 marg.part.mesa redonda real.pe-
lo Sind.dos Químicos de São Paulo.

20-C-44-16300
h

CARONE-Edgard

26.03.81-ref.movimento do Sind.Quimicos-mag-DPF

20-C-44-16293
mn

CARONE - Edgard

Em 3/81-no info.3 /PCB-palestra e debate
no Sind.Químicos de São Paulo
30-8-1-24885 10

CARONE - Edgard

CARONE - Edgard

Em 27/3/81-SCPS-Rel.de Plantação-ref. realização
de Curso Astrofísico Perseus;

30-8-123-22892

1

CARONE- Edgard

05/09/81 RE 171 DI/DOPS foi convidado para o evento.

21-Z-14-12.029 jrr

CARONE - Edgard

5.9.81-Re.171-DI/DOPS-ref.lançam.do livro
ARQUIVO HISTORICO DO MOV.OPERARIO BRASILEIRO
no Sind.Jornal.

20-C-44-19387

b

CARONE - Edgard

Em 9/81-no rel.Re.171/81-3ªDeleg.DI/DOPS
50-Z-130-6808 1c

CARONE-Edgar

21.10.81-Telex Urg.DI/DOPS, s/ Prog.Eventos p/
esta data.

50-Z-130-6943

AMP

CARCNE - Edgar

Em 8/12/81-DOPS- RE-280-ref.Comemoração p/70
anos de Carlos Marighella na ABI;

20-C-44-21243

I

CARCNE - Edgar

Em 8/12/81-DOPS-RE-280-ref.Comemoração p/morte
de Carlos Marighella-no Tuca;

50-Z-130-7077

I

CARONE - Edgard
(historiador)

Em 15.08.82-DI/DOPS-inf.s/apoio a candids.de
Goldmann/Rezk.

50-Z-130-8179

da/21.07.87

Anexo 03 - Entrevistas

Entrevista Antônio Cândido

F: Boa Tarde, professor, gostaria de iniciar nossa entrevista explicando um pouco das minhas motivações e projetos em estudar a obra do professor Edgard Carone. Há uns dois anos, comecei a me interessar pelo Período Republicano no Brasil. O café no oeste paulista, a modernização e o desenvolvimento econômico do período. Inevitavelmente me deparei com a obra do historiador Edgard Carone e a partir de conversas com meu orientador me veio uma questão relativa ao próprio desenvolvimento da historiografia do período. Desde então, a obra de Edgar Carone se tornou um objeto de estudo, sobre o qual estou fazendo agora meu projeto de mestrado. O primeiro trabalho que eu fiz, na iniciação científica, foi um levantamento de sua trajetória intelectual, política-intelectual, e analisei os aspectos gerais de seu primeiro livro, que inclusive foi o senhor que pediu para ele escrever, o *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. E então, a partir desse livro, eu tive uma leitura, que ainda é uma hipótese, de que todo o estudo do Carone sobre a República se constitui como um projeto. E não apenas isso, mais do que um projeto intelectual, acredito que ele se configura também como um projeto político-intelectual, e isso me interessou muito. Quero, portanto, estudá-lo como um marco no desenvolvimento da historiografia brasileira. Sendo assim, eu gostaria de conversar com o senhor ver o que o senhor acha e no que poderia contribuir para minha pesquisa.

A.C.: Fique à vontade.

F: A primeira coisa, eu já li em algumas entrevistas, mas gostaria de saber do senhor como vocês se conheceram.

A.C.: Na verdade, eu conhecia o irmão mais velho dele Maxim Carone, nós éramos amigos. Ele era militante comunista, formado em Geografia e História, na USP, onde havia muita atividade política por conta da outra ditadura, do Estado Novo. Ele se casou com a prima do Paulo Emílio Sales Gomes, que também era muito minha amiga. Em determinada ocasião, o Maxim foi preso, e fui visitá-lo na prisão em 41 (1941). Mas é isso, até então, eu conhecia o Maxim, não o Edgar. O Edgar era bem mais moço que o Maxim, acho que o conheci porque ela era acompanhante do Aziz Simão. O Aziz, sociólogo, foi um professor da Faculdade de Filosofia, era um grande amigo nosso que ficou cego e o Edgar acompanhava. Ele guiava o Aziz, levava o Aziz em conferência, levava o Aziz para a faculdade, e aí nos conhecemos. O Edgar tinha uma sede de conhecimento impressionante. E era mocinho. Mas nós fizemos amizade muito

rapidamente. Muito rapidamente. Ele entrou na faculdade pra fazer o curso de Geografia e História, que naquele tempo era junto. E formou-se em 1947. E eu fui paraninfo dessa turma, porque eu era um jovem assistente. Na verdade, eu fiz um concurso, acharam que eu fui injustiçado, então os jovens elegeram o assistente como paraninfo. Causou o maior escândalo.

F: Em 1947, o Carone não chegou a se formar, não é?

A.C.: Ele pensou que ele tinha se formado, então o retrato dele está no quadro de formatura, mas ele ficou reprovado em Tupi-Guarani. Ele participou do quadro, foi meu paraninfo, quando soube da reprovação desistiu do curso, mas ainda ficou muito meu amigo. Muito mesmo. O Edgar foi um dos maiores amigos que eu tive na vida. Eu fiquei muito ligado a ele, ele ficou muito ligado a mim, frequentava a minha casa. Até que resolveu, então, ir tomar conta de uma fazenda enorme que fica em Bofete: 800 alqueires, com 100 alqueires de mata, era uma beleza. Uma fazenda de café.

F: A Fazenda Bela Aliança, não é?

A.C.: Bela Aliança que não era mais fazenda. Ela tinha dado pra trás, e eles (a família do Edgard) arrendavam a terra pros parceiros. Viviam de foro. Foro da terra. E tanto que, nesse momento, eu estava fazendo uma pesquisa sobre cultura caipira e fui pra lá. Na verdade, quando ele se mudou eu fiquei com pena dele ir sozinho. Era um fim de mundo. Na sede da fazenda, caboclo dizia: “aqui não chega à roda; só a pé ou a cavalo”. Então eu fui fazer companhia ao Edgar, pois fiquei com pena dele só. No entanto, eu aproveitei a estadia e comecei a colher muitos materiais na fazenda, para preservar a cultura caipira. Ficamos amigos, ainda mais próximos. Ele se casou, e acho que uma das razões pelas quais ele foi pra fazenda é que ele queria se casar. Foi assim, durante um tempo, tomava conta da fazenda, acontece que um belo dia, isso eu não me lembro mais exatamente como foi, ele voltou pra São Paulo.

F: Acho que em 60 ele vai pra Botucatu, não é?

A.C.: Eu fui morar em Botucatu, ali pertinho, para pesquisar. Foi depois disso, talvez, não me lembro, eu falei pra ele: “Edgar, termina o curso”. Ele não queria terminar. Eu insisti: “Você termine o curso, só falta fazer uma cadeira”. Então, ele fez essa cadeira, embora ele tenha sido inserido no quadro de 1947, e se formou não lembro a data.

F: Foi em 1969, se não estou enganada.

A.C.: Quando?

F: 69.

A.C.: Depois disso ele foi professor secundário, no colégio Porto Seguro. Eu organizava o *Suplemento Literário do Estado de São Paulo*, então pensei “bom, eu quero ver a força do Edgar”. Havia uma sessão de resenhas, o diretor era o Décio de Almeida Prado, e eu convidei o Edgard para que fizesse algumas resenhas desse suplemento. E ele fez, e ficaram bem feitas.

F: Essas resenhas o senhor que pediu, então? Eu vi algumas delas.

A.C.: Eu pedi e vi que ele fazia direitinho. Ele lia muito, tinha uma grande quantidade de livros. Ele tinha mania de comprar livro. Então, em 1969...

F: Em 69, ele já escreve a tese, na verdade um livro que foi qualificada como tese de doutorado, não é?

A.C.: Isso eu não me lembro bem. O primeiro livro dele foi...

F: *O Revoluções do Brasil Contemporâneo*.

A.C.: Isso... E depois a tese de doutorado, porque nas pesquisas que eu fiz a tese dele no fim do curso foi qualificada pela FAPESP como tese de doutorado, que é aquela *Oligarquias e Classes Sociais na Primeira República*. Não me lembro exatamente o nome.

F.: *Estado e Oligarquias na Primeira República*.

A.C.: Eu me lembro que terminou o curso mas, antes disso, foi em sessenta e muitos, eu inventei uma coleção chamada Coleção Buriti. Muito boa, mas infelizmente ela durou quatorze ou quinze livrinhos e acabou. Mas eu estava recrutando e falei “Edgar, você vai escrever um livro pra essa coleção”, ele tomou um susto. Eu falei: “Vai fazer”, porque o Edgar era um sujeito muito dedicado. Ele era muito estudioso. Então, ele simplesmente, sentou e fez o livro. E esse livro eu creio que ficou pronto em 1964/1965. Eu estava lecionando na França e ele me enviou o livro quando ficou pronto. Então, agora me lembro, depois disso é que ele se mudou pra São Paulo. Eu voltei da França em 66. Em seguida ele fez o doutoramento. Bom, meu conhecimento com ele foi esse. Eu o conheci primeiro como guia do Aziz, como o irmão de um grande amigo meu, que era o Maxim, um rapaz que eu via que era muito dedicado. Assim eu fiquei muito

amigo dele. E interferi na sua vida fazendo com que retornasse ao curso na Faculdade. Assim eu conheci o Edgar.

F.: Ah... Muito interessante. E o Maxim, ele era militante da Juventude Comunista do PCB.

A.C.: Era do PCB.

F.: O senhor e o Edgar Carone nunca foram do PCB?

A.C.: Não, não. Eu fui sempre muito afastado do Partido Comunista. Muito. O Edgar também nunca foi do Partido Comunista. Nós fomos da Esquerda Democrática. Nós fundamos, com o Paulo Emílio Sales Gomes, em 1965, um grupo pequeno chamado União Democrática Socialista. Aí que o Edgar militou. O Edgar nunca foi militante. Ma verdade, ele militou junto com o Aziz, pois eles davam aula para os operários do Bosque da Saúde, num curso noturno. Eles iam para lá, o Aziz dava aula, acho que o Edgar também. Esses operários eram ligados à União Democrática Socialista eu organizava o curso de marxismo, socialismo, política em geral. Mas o Edgar nunca foi do Partido Comunista, nem foi ligado a nenhuma organização do Partido Comunista. Na verdade, a União Democrática virou o Partido Socialista Brasileiro, ao qual, este sim, Edgard pertenceu... Agora, dentro do Partido Socialista Brasileiro, ele era nitidamente um comunista. Era muito engraçado porque nós éramos muito anti-estalinistas. Era assim... Nós não somos anticomunistas, nós somos anti-estalinistas; mas não somos trotskistas. Foi uma posição original nossa. E nós, precocemente, denunciávamos o estalinismo como uma deturpação da revolução. E o Edgar, teoricamente, tava à esquerda, mas no fundo ele era estalinista. Ele era muito durão. Bom, mas o fato é que fora da União Democrática Socialista, o Edgar nunca militou em grupo político nenhum. No entanto, a simpatia dele ia toda pro Partido Comunista, e depois que houve a divisão, para o PC do B. Ele, inclusive, colaborava na revista do PC do B. Mais pra frente, ele tinha muita birra do PT. Eu era do PT e ele dizia: “O PT não tem futuro”. Aí quando o PT começou a crescer, crescer e eu não falei nada - “O PT não tem futuro” -, mas ele ainda não gostava do PT. Eu vejo assim, se você perguntasse pra ele, ele te diria “não, eu sou anti-estalinista, eu sou um marxista anti-estalinista”, mas dentro dele, ainda havia um sentimento atrelado à União Soviética. Ele era afetivamente comunista. Sempre foi. Mas na militância ele nunca teve grupo nenhum. Eu digo que o Edgar foi daquelas pessoas que tem militância individual. Conferência, palestra... Atitude, sempre tomou! Muito corajoso. O Edgar era muito corajoso.

F.: Nos arquivos do DOPS que estão no arquivo do Estado, tem algumas fichas. Ele foi fichado pelo DOPS?

A.C.: Ele foi preso.

F.: Ele foi preso lá em Botucatu, não é? Qual é o ano, o senhor se lembra? Que ele foi preso?

A.C.: Foi logo depois do AI-5, em 1969.

F.: 1969?

A.C.: Acho que foi.

F.: E por que ele foi preso, professor?

A.C.: Uma sociedade muito reacionária... Ele era famoso porque tinha uma biblioteca comunista na fazenda. Tanto que eles [a polícia] foram direto à fazenda e sequestraram uma quantidade de livros dele que nunca devolveram, ele perdeu. Muitas dezenas de livros... A polícia de Botucatu foi à Bofete e tirou de lá, nessa ocasião, então, prenderam o Edgar. Ele foi mandado aqui pra São Paulo, mas saiu logo. Foi depois do AI-5, que foi decretado em novembro de 68. Então acho que em 1969, naquela onda de prisões, o Edgar foi preso. Principalmente porque lá em Bofete ele era conhecido como um comunista perigoso. O Edgar não tinha papas na língua, manifestava as convicções dele onde quer que estivesse. Se fosse fazer uma conferência, você via imediatamente qual era a posição política dele. Durante a ditadura, ele aceitava fazer conferências pelo Brasil todo, criticava duramente a ditadura e pregava lá o marxismo dele. Sempre. Por isso eu repito que ele teve sempre uma militância individual, muito ativa. No entanto, não pertenceu mais a grupo nenhum.

F.: Nessas fichas do DOPS são todas fichas de quando ele dava essas palestras. Nos sindicato, especialmente, e eu achei muito legal e fiquei mesmo me perguntando se ele se considerava um militante.

A.C.: Ele era um militante. Eu acho que o Edgar achava que a militância dele era essa. Ele não pertencia a grupo nenhum. Mas ele sempre foi militante. De modo que, a Flávia, mulher dele, me disse que ele tinha muito orgulho dessa atividade, porque era perigoso naquele tempo da ditadura. Ele se expunha muito. Mas ele dizia o que tinha que dizer.

F.: Tem até uma reportagem, acho que já é setenta e pouco, setenta e seis por aí, nas páginas amarelas da Veja, falando sobre a ditadura e a República Brasileira.

A.C.: Ele era muito corajoso e sempre teve militância. Sempre. Escrevendo e falando.

F.: Sim. Nas entrevistas e declarações dele, que inclusive mencionam o episódio em que o senhor convidou pra escrever o *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, ele afirma que começou, a estudar a República, mas o Golpe ocorreu bem no momento em que estava escrevendo. O senhor acha, ou como o senhor vê, que o Golpe Militar o impactou pessoalmente?

A.C.: Ele era contra a ditadura e ele continuou a atividade dele com toda a coragem. Mas nunca se meteu em movimento nenhum. Nunca. Era individual. Agora, foi a partir do *Revoluções do Brasil Contemporâneo* que ele fez a coisa mais importante da vida dele, que é o projeto de uma República. No passado nós tivemos estudos isolados sobre a República. *História da República* do Zé Maria Belo, *A República que a Revolução Destruiu*, do Sertório de Castro. Havia muitos livros, mas o Edgar transformou a República em assunto dele. Nunca ninguém havia feito isso. Ele é um historiador da República. Tem uma porção de livros, e ele teve a ideia muito interessante de intercalar um volume de análise com um documento, em cada período, de modo que organizou uma riqueza extraordinária de fontes. Ele fazia a exposição, a interpretação e dava os elementos e análise. Então acho muito importante a obra dele. Pra mim Edgar foi o criador de uma especialidade nova na história brasileira, que é o historiador da República. Quantos volumes ele fez?

F.: São doze volumes sobre a República.

A.C.: Depois ele tem os estudos dele sobre o Partido Comunista, mas o central da obra dele é a República. E quem deu muito apoio foi o Fernando Henrique Cardoso.

F.: Eu ia perguntar pro senhor sobre isso.

A.C.: O Fernando Henrique é diretor daquela coleção *Corpo e Alma do Brasil*. E ele recebeu sempre o Edgar nela, publicou toda sua obra. Inteligente como é o Fernando Henrique, penso eu, avaliou bem a importância da obra. Era uma coleção muito importante, de muita qualidade e ele abriu as portas pro Edgar.

F.: E o senhor acha que a questão da Revolução, bem durante a ditadura, depois do Golpe Militar, que já está presente no primeiro livro do Carone, ela de alguma maneira

aparece também nos outros livros? Essa era uma questão pra ele? Entender a revolução, entender o próprio golpe militar?

A.C.: Você está se referindo ao golpe militar? Está chamando de revolução?

F.: Não, não! A revolução comunista.

A.C.: A revolução como movimento político.

F.: Isso.

A.C.: Não, o Edgar era marxista. E como marxista ele achava que a revolução é uma etapa necessária da luta social. Isso é o que distingue ele como marxista da social democracia. Porque social democracia é muito marxista também, nas primeiras fases, mas achava que a revolução não é uma necessidade. O Marx achava que era. E o Edgar achava também. Pra ele a revolução era dogma. Um dia havia de vir.

F.: Sim. Ainda sobre o Fernando Henrique, essa coleção da *Corpo e Alma do Brasil*, era da Difusão Europeia do Livro, não é? Em algumas cartas do Carone, ele recebia cartas de algumas pessoas que queriam publicar na coleção e eu vi alguns comentários sobre aquela coleção organizada pelo Boris Fausto, mais ou menos na mesma época que é...

A.C.: *A História da República*.

F.: Chama *A História da Civilização Brasileira*? Sabe essa coleção?

A.C.: Sim. Aquilo é o seguinte. Você quer saber o que era aquilo?

F.: É. Se a coleção da *Corpo e Alma do Brasil*, ela tinha esse projeto maior, se o Carone estava envolvido.

A.C.: São coisas diferentes. Saiu na França uma *História da Civilização* com aquela mesma capa, azul, daquele jeito. Vários volumes. Eu nunca manuseei, mas eu via nas livrarias. Então, o dono desse projeto, desse livro era um francês chamado Monteil. Era um francês comunista, muito comunista. E esse Monteil teve a ideia de fazer a mesma coisa para o Brasil, compreende? Então ele chamou o Sérgio Buarque de Holanda.

F.: O Sérgio Buarque que organizou.

A.C.: Sergio Buarque. Boris Fausto foi muito depois. Quem fez o plano e quem tocou a coleção foi o Sérgio Buarque de Holanda.

F.: Não, a coleção *Corpo e Alma do Brasil*, o senhor fala?

A.C.: Não, a da *Civilização Brasileira*. Que é separado. É outra coisa. Fernando Henrique não tem nada a ver com isso.

F.: Sim, entendi... O Fernando Henrique é o da Difusão Europeia do Livro?

A.C.: E a própria Difusão Europeia do Livro foi outra coleção. Aí foi o Sérgio Buarque de Holanda. O Sérgio chamou o Pedro Moacir Campos pra ajudá-lo. Eles fizeram o plano. O Sérgio fez o Brasil monárquico e o Brasil da colônia e da monarquia. O Sérgio até que era um historiador da colônia, escreveu um livro sobre uma parte do império. Mas aí a república ele não quis fazer. Estava cansado. Aí o Monteil chamou o Boris Fausto. E o Boris Fausto continuou. Fez a parte republicana. Eu não sei se o Edgar colaborou nesse livro.

F.: Acho que não.

A.C.: Não, não.

F.: Não.

A.C.: Ele não chamou o Edgar.

F.: Não.

A.C.: Mas é coisa separada.

F.: Sim. Aí, a *Corpo e Alma do Brasil* que foi organizada pelo Fernando Henrique Cardoso.

A.C.: E a História da Civilização foi o Sérgio Buarque de Holanda.

F.: Certo. E o Fernando Henrique tinha alguma relação com o Carone para além dessa coleção?

A.C.: Eles se davam bem, mas não sei ao certo, se conheceram na faculdade talvez. Porque o Edgar terminou o curso, mas ele estava no ginásio, depois ele arranjou para ser professor na faculdade de Araraquara.

F.: Na UNESP.

A.C.: Ele deu aula lá por muitos anos. Até que ele veio pra cá e fez concurso na USP. Ele fez a tese de doutorado, depois ele fez a livre docência e fez o concurso de cátedra. Uma coisa muito importante do Edgar é que ele orientou muita gente. Ele era muito dedicado. Ele franqueava a biblioteca dele para os amigos, para os alunos, levava para casa dele, e ele era de uma generosidade extraordinária. Extraordinária.

F.: A biblioteca dele o senhor sabe que está lá em Itu, não é?

A.C.: São duas.

F.: No museu da USP.

A.C.: São duas.

F.: Duas?

A.C.: Primeiro ele formou uma biblioteca monumental tudo sobre a história do Brasil. Política e tudo isso. Ele vendeu essa biblioteca pra Universidade Federal de Pernambuco. Ela foi pra Pernambuco. Era enorme!

F.: Essa de História do Brasil?

A.C.: Essa. Assuntos brasileiros. Depois ele vendeu a biblioteca, sobretudo política e mais umas coisas.

F.: E a da USP?

A.C.: Acho que foi depois da morte dele, não foi?

F.: Foi, isso.

A.C.: Os filhos venderam. Aí foi pro museu de Itu. Juntando as duas devia dar uns trinta mil volumes, não sei, uns trinta e tantos mil. O Edgar saía mais de uma vez por semana pra correr as livrarias e sebos. Inclusive, corria os pontos, antigamente os vendedores de jornal vendiam livro também. Livro velho, sobretudo. E o Edgar fuçava tudo, ele conhecia todos - “Ô, boa tarde, como vai e tal” - ele conhecia todos os pontos de jornal da cidade. Ele era maníaco de livro. Maníaco por livros. Com isso ele juntou uma biblioteca absolutamente fantástica!

F.: É, é enorme. Acho que são trinta e cinco mil volumes.

A.C.: Que foi pra Itu?

F.: É.

A.C.: Foi. Foram outros tantos pra Pernambuco.

F.: Sim. Não sabia disso.

A.C.: Ele tinha coisas incríveis. Atas da Internacional. Depois ele comprou parte da biblioteca do Astrojildo Pereira.

F.: É? Não sabia também.

A.C.: Ele foi fundamental. O Astrojildo Pereira que é o um dos principais teóricos do Partido Comunista, não tinha filhos e a família vendeu a biblioteca dele. O Edgar descobriu essa biblioteca, grande parte dela, com livreiro chamado Calil, que vivia aqui em São Paulo. Assim, ele comprou muita coisa do Astrojildo. Inclusive coisas raríssimas, que são os panfletos, os folhetos, os manifestos. Comprou tudo isso. A biblioteca dele era monumental. Tanto assim, que ele morava nos Perdizes e comprou um apartamento na Vila Romana só para biblioteca. Eu fui lá uma vez. Era um apartamento só para a biblioteca.

F.: É verdade. O Lincoln comentou.

A.C.: Como?

F.: O Lincoln comentou sobre esse apartamento. O senhor, acha que nesses livros sobre a República, o Carone coloca um ponto de vista sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil?

A.C.: Ele era marxista. É claro que entra no capitalismo, mas não é muito focado no capitalismo. Acho que ele ficou mais interessado nos fatos políticos mesmo, na crônica. Nos fatos políticos. Essa preocupação aparece nele em outros livros, como se desenvolveu a indústria no Brasil, não é? Ele tem ensaios, livros sobre a indústria no Brasil. Ele tem artigos marxistas publicados pelo Lincoln Secco e a...

F.: Marisa.

A.C.: A Marisa de que?

F.: Midori.

A.C.: Que escreveu um livro notável sobre leitura aqui em São Paulo. Grande livro!

F.: Sim. Ela mesma!

A.C.: Mas na História da República, ele é mais um historiador convencional, diria eu. Tradicional, pois está interessado em escrever a crônica dos acontecimentos. Como ele é um marxista, aparece sempre o viés da luta de classes e do capitalismo, mas não é a tônica. Ele é mais, vamos dizer, um narrador da história.

F.: E o senhor acha que a obra do Carone, por esse próprio caráter mais narrativo, ela é um pouco secundarizada? O senhor vê a importância na obra dele?

A.C.: Ele abriu um setor novo na historiografia brasileira. Ele transformou a República num grande tema. Agora, é claro que toda obra passa. Inclusive, muita gente que deve a ele agora já deixaram pra trás. Imagina o número de monografias que saíram por causa dele? Nessas faculdades do interior, desses rapazes de Araraquara, por exemplo. O Zé Ênio Fenaroli, o Zé Ênio Casalecchi. Tem muito discípulo dele espalhado por aí, que faz história local, história da República, tudo isso. No momento eu não sei, mas me lembro que em vida ele me disse que não estavam mais reeditando os livros dele. A prova da irradiação dele eram os convites que ele tinha pro Brasil inteiro, muitos lugares convidavam o Edgar pra fazer palestras.

F.: Em Itu, tem algumas cartas recebidas pelo Carone de pesquisadores, inclusive de fora do Brasil, falando que queriam receber o livro *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, que queriam ler e conversar com ele sobre as documentações e os temas da República. Podemos ver como naquele momento ele realmente era uma referência...

A.C.: Não... foi uma referência. E olha, eu vou dar um exemplo. Não é o meu setor, eu posso estar dizendo besteira, mas tanto quanto eu sou informado, o Edgar foi o primeiro historiador que acabou com esse negócio que se passou da Monarquia pra República sem problema. Ele mostrou que a coisa foi muito complicada, que houve muita violência, e que durante muito tempo a República tinha pavor da restauração monárquica. Foi o primeiro que mostrou. E ele influenciou nesse sentido uma historiadora que escreveu um livro muito importante, que é professora aposentada da Faculdade, que é a Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Ela é discípula do Edgar. Seu livro é muito importante, cujo título eu não me lembro agora, mas que eu li com muito interesse, que ela analisa justamente esse período da passagem da monarquia pra República, a violência. Isso que o Edgar chamou atenção.

F.: No *Revoluções no Brasil Contemporâneo* acho que ele coloca essa instabilidade dos primeiros anos da República.

A.C.: É. Porque a nossa tendência no Brasil é dizer que tudo vai muito bem, que não tem problema, e ele mostrou a violência, todos os problemas e lutas. Minha e eu, nós tínhamos exemplos na nossa família. Meu avô saiu do Rio porque era monarquista, a família da minha mãe era muito monarquista, até teve um primo da minha avó fuzilado, em 1893. A gente esquece dessas coisas, e o Edgar chamou atenção. O Edgar mostrou a República como uma coisa sangrenta e complicada. E esse livro da Maria de Lourdes

Monaco Janotti foi inspirado pelo Edgar, ela era muito amiga dele. Eu não sei em detalhes, mas como esse, acredito que tem vários livros inspirados pelo Edgar.

F.: Com certeza. Até porque ele é, naquele momento, o primeiro a organizar os documentos que ele mesmo colecionava.

A.C.: Essa é que é a grande coisa. Nunca houve isso no Brasil. Você fazer um livro e paralelamente um documento, um livro e um documento. Então você tem a história da República completa até o Estado Novo, com a documentação anexa.

F.: É.

A.C.: Isso é invenção do Edgar. É uma grande coisa.

F.: Isso que eu estou tentando entender, como ele contribui pra historiografia, porque além de tudo, ele estava escrevendo sobre uma história recente.

A.C.: Isso é que é mais difícil. Porque a documentação é abundante demais.

F.: Sim.

A.C.: Você escrever sobre Julio César é relativamente fácil, porque tem meia dúzia de documentos. Agora, hoje em dia, com jornal, com televisão, com e-mail, com tudo isso, é uma quantidade de documento. E o Edgar enfrentou isso. Eu não conheço nenhum exemplo de história que tem esse método paralelo. A narrativa dos fatos e o documento, a narrativa dos fatos e o documento. Isso, ao meu ver, dá ao Edgar uma originalidade muito grande.

F.: Muito bem. Eu tinha preparado alguns temas. Sobre o Maxim ainda, professor, porque eu procurei um pouco sobre ele, porque eu vi que era uma referência política muito importante pro Carone.

A.C.: Pro Edgar foi fundamental.

F.: E qual era a relação dos dois?

A.C.: Eu era amigo do Maxim. Está vendo aquela cerâmica? Está vendo aquelas duas lá em cima? Está vendo todas aquelas lá? É tudo da filha dele. A Sara Carone é uma grande artista. Uma ceramista extraordinária.

F.: Eu vi na internet mesmo. Ela é filha do Maxim?

A.C.: É. A mãe da Sara é muito minha amiga. A Guida. Guida Camargo. É a prima do Paulo Emílio Sales Gomes. E até o Edgar sofreu muita influência do Paulo Emílio. O

Paulo Emílio deu ao Edgar dezenas de livros sobre marxismo, Revolução Russa. O Paulo Emílio era muito generoso. O Edgar recebeu doações incríveis do Paulo Emílio. E ele vivia na casa do Paulo. O Paulo foi ligado à juventude comunista, foi preso, fugiu da prisão, foi pra Europa. E lá na Europa em contato com os processos de Moscou, ele pegou horror ao estalinismo. Porque para nós, a coisa horrível são os processos de Moscou.

F.: Sim.

A.C.: Eu li o processo do Bukharin. O Bukharin era um guru, autor do *ABC do Comunismo*, tratava de materialismo histórico. De repente, esse homem confessa que traiu a sua pátria. É loucura. Os processos de Moscou você discute com seus avós. Nos processos de Moscou muita gente largou do estalinismo, inclusive o Paulo Emílio. Isso não é uma revolução, isso é uma ditadura feroz. Estão desvirtuando o socialismo. O Maxim, por outro lado, morreu estalinista. Ele era daqueles cem por cento. Era um homem muito bom, muito bonito, inclusive. Era “o homem”. Ele escreveu livros didáticos de história para o secundário, muito bons, em colaboração com aquele Lobo que era Comunista também. E foi uma influência fundamental no Edgar. Ele era mais velho que o Edgar e foi o exemplo de comunista que ele teve em casa. Inclusive, o Maxim teve muitos problemas com o pai dele, acho que o Maxim teve que sair de casa. Porque o pai do Edgar era um tipo muito interessante, o seu Carone. Era um homem muito rico. Comerciante muito rico. E ele escreveu uma utopia tipo anarquista.

F.: O pai?

A.C.: É, um livro. O seu Sharkir Jorge Carone.

F.: Isso.

A.C.: E esse livro eu li, eu tive em mãos. Eu devia ter trazido um pra mim que tinha uma pilha lá, mas eu acabei não trazendo. Ele imaginava um homem que foi parar em um outro planeta. E nesse outro planeta havia uma sociedade ideal, organizada, igualitária, era uma utopia anarcóide. Mas ele não era anarquista. Era um coisa utópica. Quando o filho virou comunista ele ficou louco da vida. Inclusive porque os anarquistas tinham horror aos comunistas. O anarquismo é outra coisa. E o anarquismo não admite estado, nem chefia. E o estalinismo é o super-estado e a super-chefia. Vou com seu Carone, apesar de ser um homem com simpatias anarquistas, como é que o filho dele se chama? Maxim. Tolstoi. Maxim Gorky e Tolstoi. O Maxim Gorky é de simpatia

anarquista russa e o Tolstoi era uma forma de anarquismo religioso. Então o Edgar já tinha de casa essa tradição, vamos dizer, inconformada. O pai dela era banqueiro. Foi banqueiro, foi grande comerciante, fazendeiro, mas tinha essas ideias.

F.: O pai era imigrante libanês, não é?

A.C.: Libanês. Um homem muito inteligente. Muito inteligente. E o Maxim foi militante comunista.

F.: Até o fim da vida?

A.C.: Depois, não sei. Não posso dizer, porque depois ele não cuidou mais disso. Depois ele foi cuidar da vida dele e ganhou muito dinheiro como comerciante de madeira. Ele era um homem muito bom.

F.: Durante a ditadura o Carone sempre apoiou o PCB, não é? Assim, nessas palestras.

A.C.: Eu não sei se o PCB expressamente. Nessas palestras o que eu sei é que ele fazia análise tipo marxista do Brasil e criticava a ditadura. Agora, se apoiou o PCB não sei. Eu sei que mais recentemente, que o PCB se cindiu, não é? PCB e Pc do B. Ele ficou muito mais simpático ao PC do B. Ele era ligado com o pessoal do PC do B. Escrevia na revista deles, publicou trabalhos lá. Mais para o fim da vida ele ficou mais escritor militante, porque aí ele fazia palestra e escrevia artigo em função um pouco do PC do B. Aí ele estudou industrialização do Brasil, enfim... Estudou o partido comunista, aqueles três volumes.

F.: Isso. Documento e Análise também.

A.C.: É, exatamente.

A.C.: Agora você tem sempre que ter isso em mente que é o principal. É um historiador *sui generis* porque tem a narrativa e o documento. A narrativa e o documento.

F.: O senhor sabe como ele via o Caio Prado Júnior?

A.C.: Bom, o Maxim era muito amigo do Caio. O Edgar se dava bem com o Caio, agora eu não me lembro se eram amigos, eu sei que ele o admirava. O Caio foi um grande amigo meu, e eu sempre tive uma grande admiração pelo Caio, o visitei na prisão duas vezes. Agora, pensava diferente dele, porque eu fui sempre muito anti-estalinista. Mesmo assim, o Caio era um espírito aberto.

F.: E a obra do Carone sobre a República, o senhor acha que tem influência do Caio Prado como historiador?

A.C.: Não sei. Porque o Caio Prado começou sobre tudo com a Colônia.

F.: Sim.

A.C.: E depois ele se preocupava com os problemas atuais do Brasil, até se afastou do partido comunista por causa disso. Porque o partido comunista tinha uma visão muito esquisita da realidade, uma espécie de aplicação da Rússia ao Brasil. O Caio era contra isso, assim se afastou do Partido Comunista, mas foi comunista até o fim da vida, mesmo que completamente afastado do partido. O Caio conhecia o Brasil como a palma da mão dele. Isso é que era a coisa típica do Caio, ele pegava o seu fusquinho e ia pelo Brasil todo... A política agrária do partido comunista ele achava uma loucura. Ele achava uma loucura! Porque, conhecendo o Brasil, a visão era a de alguém que leva a realidade em conta, e os comunistas eram mais interessados em aplicar os modelos soviéticos.

F.: Li nas minhas pesquisas, acho que o próprio Edgard menciona que o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* que ele [Caio Prado] escreveu, fazia parte de um projeto no qual passaria pela Colônia, Império e República. A militância pode ter dificuldade a sua dedicação nesse projeto e também a falta de fontes...

A.C.: Inclusive, o seguinte: houve certo momento em que ele achou que era obrigação, penso eu, ele não me disse isso, porque ele era muito Caxias, um homem do dever... Ele achou que era preciso escrever livro de filosofia dialética. Escreveu dois, que levou muito tempo pra ele escrever. E dizem que são muito ruins.

F.: É. Não ficou muito conhecido por isso.

A.C.: Dizem que são muito fracos. E que ele não é um filósofo, é um historiador.

A.C.: Por causa dessas tarefas e por causa da luta partidária, ele deixou de lado. Ele escreveu *Formação do Brasil Contemporâneo* ainda.

F.: 1945?

A.C.: Foi publicado antes. Eu tenho a primeira edição. Essa aqui é a primeira edição. Colônia.

F.: Que lindo.

A.C.: 1942.

F.: Isso mesmo.

A.C: Mas depois o Caio esteve afastado do partido comunista, porque ele pertencia a um grupo de comunistas brasileiros que não aceitavam apoio ao Getúlio Vargas. Porque os partidos comunistas, como você sabe, eles tinham que seguir a orientação da União Soviética. Então, a União Soviética diz que é pra gostar de azul e não de vermelho, todo mundo gosta do azul e não do vermelho. Precisa andar descalço, todo mundo anda descalço. Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, os comunistas daqui disseram o seguinte: agora o Brasil é aliado à União Soviética. Nós estávamos numa ditadura terrível aqui. Então vamos apoiar o ditador. O povo se reuniu aqui no Itatiaia e o partido estava na clandestinidade, mas havia uma organização partidária chamada CNOP, Comissão Nacional de Organização Provisória. Essa CNOP deu palavra de ordem de apoio ao governo Vargas, mas teve um grande número de comunistas que não aceitou isso. Inclusive o Astrogildo Pereira no Rio, aqui em São Paulo o Caio Prado que não aceitou. Então eles ficaram à margem do partido. Nesse momento, nós socialistas independentes, tínhamos muito contato com esse grupo do Caio. Tentamos uma ação comum, nunca deu certo. Quando, em quarenta e cinco, a ditadura afrouxou e eles quiseram voltar para o Partido Comunista. Tiveram que fazer autocrítica pública. Longos artigos se penitenciando, para depois voltarem. O Caio foi um militante dedicadíssimo, e foi eleito deputado. Deputado comunista. O Edgar tinha muitas boas relações com o Caio. Maxim mais. O Maxim teve mais convivência com o Caio.

F.: Lendo os livros do Carone, eu vi um paralelo no uso de alguns conceitos, a ideia de evolução política, evolução econômica, ou mesmo a preocupação com a movimentação das classes sociais - claro, porque os dois eram marxistas. Mas eu percebi que talvez eles teriam um método pra além do materialismo.

A.C: É possível, não me lembro. Isso eu não posso te dizer. Nunca conversei com ele sobre o Caio. O que eu me lembro é que festa de aniversário do Caio, o Maxim estava sempre. E eu ia lá, e o Edgar não. O Maxim sempre estava.

F.: o senhor acredita que é importante fazer essa análise do que foi a obra dele, de como ele se propõe a ver o Brasil e ver a República?

A.C: Claro. Isso aí é fundamental pro seu trabalho. Se não foi relevante pro Brasil, não tem sentido estudar. Eu não sei bem, eu não conheço o marxismo suficiente. Tenho a

impressão que o Edgar era menos marxista do que ele pensava. Ele tinha um afeto. Uma relação afetiva com o marxismo, mas a obra histórica dele tem aquela, vamos dizer, parte materialista que é normal para o historiador que não é idealista, mas eu não vejo muito no centro do pensamento do Edgar, eu não vejo uma posição marxista muito depurada. Eu vejo um desejo de fazer uma coisa tipo marxista, acho que a vantagem é que o marxismo ajudou o Edgar a ter um senso da realidade. Também acho que o mais importante da obra do Edgar é o método dele. O método do Caio não é de ninguém. Usou os paralelos. Com isso o que ele fez? Ele narrou de acordo com o ponto de vista dele, de inspiração, vamos dizer, parcialmente marxista, e deu os documentos para o leitor verificar as fontes. Agora, ele era mais aberto do que um historiador marxista brasileiro costuma ser. Os historiadores marxistas brasileiros são muito mecânicos. Não há muitos, agora, uma das pessoas que melhor assimilou o marxismo foi o Florestan Fernandes. E foi na sociologia. Florestan na segunda fase da sua obra, ele assimilou realmente. Entre os historiadores eu não sei dizer. O Caio tem uma visão marxista, mas muito idealista. Não estou conseguindo exprimir o que eu quero dizer. Eu queria dizer que, ao contrário de muitos historiadores marxistas que aplicam o esquema, o Caio não aplicou o esquema, e o Edgar também não aplicou o esquema. Quando o marxismo serviu pra eles verem a realidade, eles souberam aproveitar e viram a realidade como ela é, coubesse ou não no esquema. Entende? Um arranjo de liberdade. Essa liberdade que tem no Caio, acho que também está presente no Edgar. Acho que o Edgar ele era menos marxista do que ele pensava. Porque o marxismo ensinou a ele que o principal é ver a realidade, entendeu?

F.: Acho que isso que é a importância mesmo de tentar enxergar o momento em que um historiador abre um novo campo de estudo, e abre também uma nova visão sobre o Brasil. Isso é muito importante.

A.C: A obra do Edgar é uma obra importante. Agora, o Edgar tem uma coisa. O Edgar não escreve muito bem. Então isso tira muito a vitalidade das obras. O Caio Prado também não escreve muito bem.

F.: É bem descritivo...

A.C: O Caio é pesado. Você pega, por exemplo, o Gilberto Freyre. Ele tem ideias erradíssimas, mas o estilo dele é uma beleza. Então aquilo fica. A história é um gênero em que o estilo é muito importante. Os grandes historiadores são quase todos os que escreveram bem. Historiador que escreve mal, passa! Historiador que escreve bem fica!

Você vê, até hoje se lê os historiadores da antiguidade. Políbio, Heródoto, Tito Lívio. Eram grandes escritores. Um tanto errado o que eles disseram, mas todo mundo lê. Aqui no Brasil, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda escrevia muito bem, um pouco difícil, mas escrevia muito bem. O Edgar não escrevia muito bem, era pesado. E o Caio também. Isso aí prejudica a obra deles.

F.: Depois que o Carone se tornou professor na USP, como eram as atividades dele dentro da Universidade?

A.C: Na política da universidade ele nunca atuou. Nunca.

F.: E grupos intelectuais, ele tinha grupos de estudos?

A.C: Não sei. O Edgar era muito individual. Ele era muito ligado a alguns amigos. Ele vinha todo domingo de manhã na minha casa. Todo domingo de manhã. Às 10 horas, podia acertar o relógio, às 10 horas Edgar estava chegando. Eu saía muito com ele pra irmos ao cinema e jantar na cidade. Muito. Andar pelos bairros. Éramos grandes amigos. E o Edgar tinha uma memória boa, ele lia muito, ele sabia de tudo. Ele dizia pra você quantas camisas o Marx tinha, se usava gravata vermelha ou gravata verde, qual é o nó do sapato, ele sabia de tudo. Era impressionante. Sabia de tudo. Congresso na França, história da Revolução Russa, ele sabia perfeitamente.

F.: Ele chegou a ir pra fora do Brasil para dar aula?

A.C: Não, para dar aula não. Ele foi para pesquisar, várias vezes. Foi pra Itália naquele arquivo Feltrinelli, também mais de uma vez. Ele foi a Bruxelas e a Paris. Ele foi pesquisar a Internacional. Foi para a Europa pesquisar em biblioteca, arquivo. Ele era um trabalhador terrível!

F.: Eu queria perguntar uma coisa para o senhor, não sei se o senhor vai saber me responder. Nas cartas do Carone têm sempre um correspondente dele que de nome eu não conheço, mas como é uma pessoa que estava cada hora num lugar pelas cartas, eu imaginei que também podia ser um pseudônimo. O nome é Gadiel Perrucci. O senhor sabe quem é?

A.C: Gaziél?

F.: Gaziél? Não, Gadiel. Não sei se eu não entendi a letra dele. Gadiel Perrucci.

A.C: Não. Não tenho a menor ideia.

F.: Não? Engraçado, porque não é um nome conhecido...

A.C: Não, nunca ouvi falar. Eu não sei quais eram as ligações internacionais dele. Uma pessoa que ele falava muito era Antonio Del Roio. Esse rapaz está no Brasil hoje. E esse rapaz tomou conta do arquivo Feltrinelli na Itália, se não me engano. Ele me falava muito nesse Antonio Del Roio, que eu não conheço.

F.: Ele é professor na UNESP...

A.C: Professor na UNESP. E o Edgar tinha muito contato com ele nessas pesquisas que ele fazia. É o único nome que eu me lembro. O Edgar foi a primeira pessoa que veio me falar em xerox. Assim que apareceu o xerox ele começou a usar. Método dele de trabalho em tudo.

F.: Sobre a fazenda Bela Aliança, o senhor ficou lá com ele, não é? O senhor falou.

A.C: Duas vezes.

F.: Duas vezes.

A.C: É.

F.: Como era mais ou menos a rotina do Carone lá? Ele estudava, colecionava os livros

A.C: Era o seguinte: a fazenda funcionava em regime de parceria. Os parceiros eram aforantes, como eles dizem, a terra era do Edgar e eles alugavam a terra dele. Eles plantavam e davam uma parte da colheita pra ele. Ele vendia essa colheita e tirava lucro. E eu não sei se tinha uma parte que ele mesmo produzia. Isso eu não sei. Mas ele estudava muito e lia muito, ele tinha uma biblioteca enorme. Ele teve que sair. Diziam que era uma coisa subversiva, até que a polícia de Botucatu foi confiscar os livros dele. Os livros se perderam todos no DOPS. Mas ele estudava muito e escrevia muito na fazenda. Também tomava conta da fazenda, mas o regime era regime de parceria, de aforamento.

F.: E ele ajudou o senhor no *Parceiros do Rio Bonito*?

A.C: Muito. Muito. Eu ia muito a Piracicaba, depois acabei me concentrando em Bofete. Resolvi me restringir, mas me ajudou muito. Ele me ensinou técnicas agrícolas, ele criou oportunidades de pesquisa pra mim. A primeira vez que eu fui lá eu fui fazer companhia pra ele porque ele era solteiro. Aí eu fiquei uns vinte dias. Depois ele casou. Criou família. Aí quando eu resolvi desenvolver mais o trabalho, voltei, e passei

quarenta dias. Quarenta dias, na maior parte do tempo com ele. Ele me ajudou muito. Muito.

F.: E nesse momento em que o Brasil estava se modernizando, as transformações ali na região eram grandes também?

A.C: Olha, a fazenda do Edgar ainda era bem atrasada, por isso é que eu me fixei lá. Porque lá você tinha a cultura caipira muito intocada. Não havia televisão ainda. E o caboclo não tinha eletricidade, não tinha rádio. Ninguém tinha rádio. Então era um caipira antigo mesmo. Isso depois acabou completamente, o Edgar mesmo me disse. A fazenda, eles venderam. Era muito grande, 800 alqueires, e eram os cinco irmãos. Eu sei que o Edgar ficou com uma boa parte. O Maxim... Não sei se ainda tem. A família do Maxim frequentava a fazenda, lá da baixada, o Edgar ficou mais com o centro. Depois a fazenda passou para os filhos do Edgar, um se chama André e o outro Antonio Candido, em homenagem a mim. Mas depois parece que eles venderam. O Antonio Candido mora em Lençóis, onde é agrônomo e o André trabalha aqui numa loja na 25 de março.

F.: Tem uma loja lá ainda?

A.C: Tem. Eles têm uma loja de atacadistas, acho. Numa viela na 25 de março. Tinha na 25 de março e tinha uma aqui, mas agora parece que só tem essa aqui, não sei. Eu não tenho muito contato com eles há muito tempo.

F.: Professor eu acho que era mais ou menos isso.

A.C: Pois então, acho que a gente podia encerrar.

F.: Foi muito interessante conversar com o senhor.

A.C: Eu fico muito satisfeito de... Porque o Edgar merece.

F.: É. Vamos ver. Eu vou tentar fazer um bom trabalho pra ver quais as questões pros historiadores, como isso mudou o foco do tema da colônia... Como se relaciona com a própria formação da USP que é a principal universidade no período, e os estudos sobre a República estão à margem... Quero ver como ele coloca uma nova questão...

A.C: É. A contribuição dele é dessas contribuições que de certo vão esquecer, vão passar, mas ele abriu o caminho. Ele abriu o caminho!

F.: E não dá pra desconsiderar isso, não é?

A.C: Não. Importantíssimo.

F.: Acho que era isso, professor.

A.C: Está bem.

F.: Obrigada. Muito obrigada.

Entrevista Carlos Guilherme Mota

F: Boa tarde, professor. Gostaria de introduzir, dizendo que estudo a obra do historiador Edgar Carone, especialmente, a primeira parte, que compreende o período da República Velha. Como sua obra ele nunca foi estudada, estou buscando traçar um perfil biobibliográfico, ou seja, a sua trajetória intelectual, como se formou até chegar nos primeiros livros sobre a República. Eu também tento trabalhar com a ideia de revolução para ele. Por quê? Pois, ele começa a escrever sobre a República justamente quando ocorre o Golpe Militar, em 1964. O primeiro livro dele, um pequeno livro, se chama *Revoluções do Brasil Contemporâneo...*

M: Um termo clássico.

F: Exatamente. E essa é uma questão que pra mim...

M: Que ano que é mesmo? Me recorde, por favor.

F: 1965 este livro sai publicado, mas O Edgard Carone começa a escrever em 1964. Ele afirma em diversas entrevistas e relatos que foi interrompido pelo Golpe. Então, por ter essa marca, eu considero que o livro seria o embrião de um projeto político-intelectual que vai delimitar o processo de redação de toda a obra. Nesse sentido, minha hipótese é que a questão da Revolução pra ele é essencial. Gostaria de começar sobre a sua relação com o Edgar Carone, como o senhor o conheceu – você o conheceu pessoalmente? –, para depois podermos trabalhar um pouco a ideia do desenvolvimento da própria historiografia. Porque eu também considero algumas questões sobre o momento da historiografia brasileira no período, na década de 60 e da própria USP, pensando em também dar uma dimensão coletiva do que foi a trajetória dele. A primeira pergunta seria essa: como você conheceu o Edgar Carone? Mantinha uma relação pessoal ou acadêmica próxima?

M: Eu conheci o Carone eu já professor no Departamento de História. Eu me formei em História na década de 60, em 1963, na verdade. Nós, dessa geração, nos criamos para um Brasil socialista ou, quando menos, socializante; nos preparamos para isso, inclusive no colegial. Eu estudei no colégio Roosevelt, no qual também estudou a Marilena Chauí, minha colega de turma; a Heleny Guariba, saudosa, que até hoje – foi morta - não teve seu corpo encontrado; o Zé Serra. Então, uma geração bem variada, mas eu diria bem formada. E nós nos preparamos já no colegial, e depois na faculdade, para um

mundo que não veio. Veio outro. E em 64 eu creio que conheci o Carone – não tenho certeza absoluta, mas não foi durante meu curso de graduação no Departamento de História da Faculdade de Filosofia. Foi depois. Sabia de nome da existência do professor Carone, acho que nessa época ele já dava aula na FGV. Não tenho certeza, talvez você até saiba melhor do que eu sobre isso.

F: É. Ele começa a lecionar em 1970 na FGV e na UNESP.

M: Então ele não estava, ele era um *freelancer*, não é? Ele estava correndo por fora. Eu não sei com quais recursos. Sabíamos que ele tinha uma propriedade em Rio Bonito.

F: Em Bofete.

M: Bofete. Eu já conhecia Bofete porque a minha avó materna, Lúcia Moura Santos, nasceu em Bofete, só que não ficou lá. Sobre o Carone eu sabia um pouco, pouquíssimo, na verdade. Sabia que ele existia, mas não o conhecia. Ocorre que quando veio o Golpe nós começamos a pensar, eu comecei a pensar também... Na época, era ligado ao Otávio Ianni, com quem o Carone se dava. O Ianni era um dos assistentes do Florestan, e o mais marxista deles, talvez, além do Luís Pereira.

F: Não conheço o Luís Pereira. O Ianni, sim.

M: É uma figura importante para o pensamento marxista no Brasil. Pouco estudado também. Consegui fazer o mestrado sobre ele – sobre o Luís Pereira – no Mackenzie. Imagina que paradoxo. Um grande marxista, e eu orientei esse trabalho lá e não na USP. Em poucas palavras, o Carone era uma figura que passava um pouco ao lado, ao largo no nosso universo estudantil, no grêmio. Eu frequentava um pouco o grêmio, depois fui presidente do centrinho Taunay. Eu acho que uma vez o Carone veio falar pra nós, porque nós já sabíamos... Depois das *Revoluções do Brasil Contemporâneo* que o tema era a revolução. Antes de 1964, o tema já era reforma ou revolução, foi então que participei desse debate quando ainda era estudante – 62, 63, 64... Reforma ou revolução? Olhando para trás, vejo que talvez eu fosse meio reformista, menos revolucionário. Mas naquele momento, a revolução tinha a ver com a descolonização do Terceiro Mundo. Era Cuba, embora Fidel Castro não tivesse marcas tão nítidas, marxistas. A Revolução Argelina, de 1961. Foram movimentos que incandesceram nossos imaginários. O tema da descolonização já estava no ar em toda África, em outros países, no mundo português também, no mundo da colonização portuguesa: Angola, Guiné-Bissau; Moçambique, e em outros países. Nós éramos terceiro-mundistas no

colegial. Nós pensávamos em Nasser no Egito, etc. Bom, o Carone então existia e passou a existir mais nitidamente, se materializou naquele pequeno livrinho, nesse pequeno livrinho que nós comentamos, que é o clássico *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Saiu, se eu não me engano, pela coleção Jabuti.

F: Buriti.

M: Buriti. É isso mesmo: Buriti. Estou vendo até hoje um pequeno livro, a capa verde. E esse livro inaugurava uma gama de temas, porque no Departamento de História, mesmo História do Brasil com todo o peso de Sérgio Buarque de Holanda, mal se chegava à Revolução de 30. Não chegava. Os temas de história contemporânea eram Revolução Francesa, Revolução de 1820, de 1848, Comuna de Paris e vínhamos para o século XX: Sartre, existencialismo.

F: Mas não muito Brasil, não é mesmo?

M: Mas o Brasil, não. De vez em quando a gente puxava para Brasil, mas o Departamento de História não cultivava história da República de jeito nenhum. Sobretudo a mais recente, de jeito nenhum. O Sérgio Buarque era especialista em colonial, as assistentes dele ficavam no século XIX, escravos, lavoura canavieira, esses eram os temas. Quem avançava um pouco era a Nícia Vilela Luz, que tinha *A Luta pela Industrialização no Brasil*. Bom, em poucas palavras, o nosso amigo Carone... Eu fui conhecê-lo depois, e eu também estava interessado pela ideia de revolução, que é o título original do meu mestrado, não é? Que em Portugal teve que sair com o título de *Atitudes de Inovação no Brasil*. O Godinho propôs esse título, porque não passava a ideia de revolução, muito menos de Brasil Colonial, afinal, como queriam os portugueses, o Brasil não foi colônia, foi parte do Império Luso. Bom, eu estava preocupado em fazer a sequência da história da Inconfidência Mineira, a dos Alfaiates de 1798, depois 1817. Eu tinha um projeto grande que eu conversava com o Otávio Ianni, por exemplo. O Fernando Novais estava preocupado em estudar o sistema colonial e a crise do sistema colonial português do Marquês de Pombal até a D. Maria. A divisão acabava sendo essa “então você vai ver do lado português e eu vou ver do lado brasileiro”. Eu pretendia estudar as inconfidências e chegar até as revoluções de 1817, 31, 48, depois a abolição, chegando aos tenentes, e no século XX. Eu pretendia alcançar o livro do Caio Prado Júnior, grande referência na época, *A Revolução Brasileira*, de 1966. Vamos repensar a história brasileira sob as ideias de revolução, esse era o meu projeto. Nesse momento, o Carone que estava fazendo a história da

república. Ele estava estudando a partir de uma periodização, que eu não saberia falar de cabeça. Quando é que saiu o primeiro livro história da república dele, não foi em 69/70 por aí?...

F: Isso em 1969 ele publica o que é coletânea de documentos, em 70 é o primeiro mesmo de análise.

M: E ele causou muito mal estar no departamento de história.

F: É a tese de doutorado dele.

M: É a tese de doutorado. Eu não saberia dizer com quem ele fez o doutorado.

F: A Nícia Vilela foi uma orientadora, depois foi a Miriam Ellis...

M: Nossa, ele foi com a Mirian Ellis. E certamente teve algum papel aí o Antonio Candido e outros. Quer dizer, o Carone tem que fazer doutorado, não é? Isso do ponto de vista da história do Brasil, do meu ponto de vista da história moderna e Contemporânea que era uma cadeira de prestígio junto alunos colegas e junto às ciências sociais. Nós dávamos aulas também para as ciências sociais, Fernando Novais e eu. Os colegas pediam: “história sim, mas com eles”. Enfim, nós fazíamos pressão também pela entrada do Carone. Eu fiz pressão pelo Carone, porque os colegas da cadeira não fizeram muita força e, ao final, o catedrático escolhia, não é? E ele nos “ouvia”. Dois nomes foram vetados dentro da minha querida cadeira de história moderna e contemporânea: Edgard Carone, que eu propus, e Maurício Tratemberg, simplesmente dois grandes nomes e o catedrático Eduardo França, “liberal”, disse: “Não mas eles já estão muito formados, já tem cabeça feita. Dentro da cabeça do Tratemberg chacoalha tudo e da do Carone as coisas são muito previsíveis”, ele disse algo assim. Mas eu fiz força para os dois e fui voto vencido, porque havia uma votação interna, mas todo mundo fazia na votação aquilo que agradava ao catedrático. E eu, infelizmente, não consegui agradá-lo. Bom, mas o Carone, ele desagradou o departamento por outra razão. Ele usou, não sei se foi a coletânea de documentos ou a tese, a versão impressa pela Difusão Europeia do Livro, lá com o Monteil, para a banca. Ou seja, ele já trouxe para a banca o livro, sem capa.

F: Por isso que eu nunca encontrei a tese mesmo. No arquivo de teses do CAPH o único exemplar disponível é um livro encapado com o título original da tese, que depois ele trocou. É isso... A tese impressa como livro.

M: O fato é o seguinte, isso causou má impressão: como ele vem se submeter a uma banca, mas com o livro já está impresso? Não é? Então, quer dizer, eu não estava na banca, eu fiz doutorado em 70. Na minha posição, eu o acolhi, vejo que defendi o Carone intuitivamente. E defendia porque não tinha história da república e aquelas senhoras do Sérgio Buarque... Olha o Sérgio Buarque, eu não tenho uma boa impressão dele não, na verdade, eu tenho uma polêmica com ele. Ele me criticou uma época, lá em 72, pesadamente no *Estadão*. Não tinha muita simpatia entre nós e, ainda havia certa tensão entre a cadeira de moderna e contemporânea, e a de história do Brasil. Nós nos entendíamos pouco. O Carone então vem, eu não sei quando é o concurso dele.

F: Foi em 1976...

M: Tardiamente, portanto. E eu tinha ideia dele, havia debates e eu me lembro de ter ido a um debate com ele em Santo André ou São Caetano, talvez Santo André. Na faculdade de Santo André. Estávamos eu, ele e o Octávio Ianni. Houve uma mesa redonda lá que a esquerda estava debatendo. O Ianni mais linear e o Carone também com uma visão bastante, digamos, com períodos marcados. E isso contrastava com uma orientação que eu vinha tendo. Nós nunca tivemos polêmicas, não. Ele fazia sempre alguma pequena ironia. Ele era um pouco cáustico às vezes: “Oh Mota, Motinha”. Meio ácido, mas sempre tinha aquela pose senhorial que ele aprendeu com os Mello e Souza, com os Almeida Prado, mas ele era Carone, não é?

F: Imigrante.

M: Imigrante, essa coisa toda, mas ele pegou o jeito ele fazia questão de ser polido. Um polimento muito demarcado. Parecia que ele estava fazendo um papel num teatro. Cordial, sempre gentil, pegava a pessoa pelo braço, conduzia pra sentar, uma coisa assim. Tinha dentro dele um autoritarismo. Eu não sei que tipo de marxismo. Bom, Caio Prado já era um pouco heterodoxo pra ele, porque quando escreveu a *Revolução Brasileira*, em 66, ele não vem com as teses tipo Nelson Werneck Sodré de feudalismo no Brasil, essa história em etapas. O Carone eu acho que ainda tem um pouco dessa história, esse marxismo em etapas que eu critiquei muito em alguns lugares e levei pancada por causa disso. Dentro do setor marxista dessa época, isso já nos anos 70, quem me defendeu um pouco foi o Carlos Nelson Coutinho, o Leandro Konder e o Francisco Guarnieri. Então era, dentro do partido, “Não ele é nosso!”. Era uma visão respirada do Marx, eu acho, e muito inspirada em Florestan. Eu lia muito Florestan. E o Carone e o Florestan também não eram assim. Eles se respeitavam. Era uma geração

que tinha uma atitude de pessoas de esquerda, educadas, mas cada um de um jeito, um pouco ásperos; mas se respeitavam, enfim. Eu me lembro que os livros dele nós íamos comprando automaticamente, porque eram importantes de fato e o Carone colocava uma coisa que era importante, a organização da matéria: a sociedade, a economia, as instituições. O que era bom, na verdade. A história do Brasil tinha gente boa, como José Maria Bello, mas não tinha uma visão organizada, sistematizada, digamos, dentro de um marxismo meio ortodoxo. Mas também, ao mesmo tempo, ele não forçava nas interpretações dele: “Porque as lutas de classe...”, não. Tinha que estudar o empresariado, estudava o empresariado, estudava o operariado, estudava aquele centro industrial. Ele tem uns livros laterais além dessa linha mestra dele. Também havia um outro nome, no Rio de Janeiro... Aquele médico que fez vários volumes de história da república também. Esse é antigo. Ele era um médico liberal. Bem, então, os dois, na minha entrevista das páginas amarelas da *Veja* eu cito os dois, porque eles fizeram um grande serviço e eu defendi para espanto das pessoas. O Carone mais organizado, dentro de um tipo de marxismo, marxismo de uma época, da linha do Sodré com quem eu tive uma briga também. Então, de um lado eu tive uma briga com o Sérgio Buarque, com sua visão aristocrática de passado colonial, das *Raízes do Brasil*, de outro lado, com o marxismo linear, que eu chamei de marxismo pedestre. Ele queria me matar. Mas o Carone tinha essa visão etapista de história, nós nos encontrávamos no corredor e em bancas. Uma banca ou outra. Houve uma movimentação pra trazer o Carone em um momento, mas nunca houve um esforço de fato do Sérgio Buarque. Posso dizer que o Caio Prado Júnior também, nosso grupo fez um esforço para trazer o Caio Prado em certa altura, com o Sérgio, mas nunca conseguiu. O Carone, em determinado momento, ele me oferecia os livros, eu tenho quase todos com dedicatória. E há uma coisa que é importante salientar, que ele focalizou a Revolução de 30 de forma interessante e teve polêmica, se não me engano com o Bóris Fausto. Eu me lembro que ele falava daquilo e não aceitava muito aquelas coisas do Bóris Fausto. Tampouco aceitava outro que eu orientei, o Edgard De Decca. Ele não aceitava muito aquela coisa de Revolução de 30 entre aspas. Então havia uma polêmica no meio disso tudo, mas o Carone tinha uma visão muito organizada e generosamente ele fornecia os documentos, ele organizava e oferecia, quando a tradição no departamento de história era esconder os documentos, esconder as fontes. Na minha perspectiva esse era mais um de seus pontos positivos. Mas eu era minoritário, até na minha cadeira. O Carone já era mais velho, a gente às vezes até argumentava: “Mas é amigo do Antonio Candido!”, mas não dava. Nós

éramos muito vigiados, tinha o serviço de segurança também dentro da universidade e isso também dificultava a entrada do Carone. Mas e a força de um Sérgio Buarque, não é? Eu senti que eles faziam pouca força por isso. Uma coisa que eu acho importante na pesquisa dele, uma das mais importantes, foi dar relevância para o tenentismo. O tenentismo, que vem até o Geisel, o Geisel era tenente. Ele levantou esse grande tema. Já tinha o Virgínio Santa Rosa um ou dois nomes, mas vem o Carone e publica documentos. Ele distancamente gostava de mim, porque eu sou Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota, e *Serôa da Mota* vem do Lourival Serôa da Mota, que era um tenente da turma do Prestes, mas não tinha nada de comunista não, era mais Juarez Távora. Então eu tenho um perfume reformista tenentista. Os tenentes eram reformistas, antioligárquicos, e alguns deles iam até a mata pra proclamar que os índios eram os donos da terra do Brasil. Enfim, ele sabia de quem se tratava e eu sabia também. Eu sempre notei uma generosidade do Carone com os estudantes. O Carone, ele era ritualista, o “dar livros para os amigos” era um ritual. Ele me dava. Eu não era nada naquela época. Enfim, esse é o Carone de quem eu tenho uma visão muito simpática. Depois ele foi convidado pra ser professor na FGV e eu bem que usei isso, falei: “Tá vendo, a FGV, que é essa coisa de empresariado e capital, põe o professor Carone pra dar aula”. Além disso, a FGV levou também Maurício Tratemberg, e o nome da pessoa que os contratou é Antonio Angarita. Ele não só conheceu o Carone, como levou o Carone pra FGV, levou mais alguém também... O Sérgio Micelli. Então, houve um momento em que todo esse grupo, eu diria brilhante, diria que o Carone era o mais peso pesado, mas o Tratemberg esfuziava ideias, era Max Weber, Rosa Luxemburgo. E o departamento de história ficava naquela pasmeira, cada um com seu tema.

F: Uma pergunta agora. Você falando dos intelectuais que foram pra FGV, eu me lembrei de alguns livros que foram publicados na coleção *Corpo e Alma do Brasil*, que é a coleção da DIFEL na qual o Carone vai publicar os livros sobre a república. Você conhece a coleção, tem alguma avaliação sobre o que ela representou?

M: *Corpo e Alma do Brasil*. Tenho. Até o nosso *Brasil em Perspectiva* saiu nela, é um conjunto de textos de 1966, um debate público que saiu na *Folha* que nós pegávamos desde o século XVI e XVII, no qual a Emília Viotti escreveu, Fernando Novais; inclusive, o primeiro texto do Novais sobre o antigo sistema colonial está lá. Um livro à esquerda... Aliás, o Carone não está lá, mas poderia estar. É que essa *Corpo e Alma do Brasil* eu queria falar outro dia, porque foi muito impactante nas ciências sociais do

Brasil. Coordenada pelo Fernando Henrique Cardoso, mas o grande editor era o Paul Monteil, que era amigo do Carone também. Era um homem francês do Partido Comunista e era dono da Livraria Francesa. Acho que era dono da Difel também, eu não sei. A coleção pretendia fazer um grande revisionismo sobre o Brasil, que não era aquele marxismo carioca, do tipo de um Nelson Werneck Sodré. Nesse sentido, era pra reunir o pensamento brasileiro. O primeiro livro foi do Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, um livro de impacto com vários estudos dele, uma coletânea. Depois o doutorado do Fernando Henrique e Octavio Ianni.

F: Sobre as coleções podemos conversar mais depois mesmo.

M: Mas sobre a periodização do Carone, eu nunca tinha pensado direito, mas acho que ela meio clássica, eu utilizei um pouco.

F: É clássica e ele reivindica que ele...

M: Que ele formalizou? É possível. Depois ele era um bibliófilo também, esse era um outro lado dele.

T: Então, como eu estava dizendo a você, não fui aluna do professor Carone. Eu entrei na USP em 77, ano em que ocorreu uma greve enorme que reivindicava a mudança no currículo e que resultou na perda de todo o semestre. Acabei fazendo o curso em cinco anos, em vez dos quatro previstos. Naquele momento, os alunos eram divididos em turmas, em função do nome, e normalmente havia dois professores para a mesma disciplina. No caso de Brasil República eu não fiquei na turma do Prof. Carone. Não sei se essa prática ainda se mantém.

F: É diferente.

T: Havia duas turmas fazendo a mesma disciplina ao mesmo tempo mas com docentes diferentes. A minha colega, a Inês da Conceição Inácio ficou com o Prof. Carone. Naquela época, havia muita reclamação em relação ao Prof. Carone, porém a Inês adorava o Carone. Não propriamente pela aula, mas pelo fato dela estar começando a preparar o mestrado sobre a memória dos militantes comunistas. Ela concluiu o trabalho sob a orientação da Maria de Lourdes Monaco Janotti. Ela estava muito interessada em pensar como o Golpe de 64 – que é a derrota de um projeto de esquerda – como ele esteve na base de uma série de autobiografias e memórias de militantes comunistas. Um trabalho muito original que, infelizmente, nunca foi publicado e que foi concluído no final dos anos 1980. Ela então começava a fazer o levantamento dessas memórias de comunistas e é claro que consultar o Prof. Carone era essencial. Se é fato que os alunos reclamavam, no trato pessoal ele era uma pessoa adorável, muito gentil. E o professor a convidou para ir à casa dele e colocou à disposição o que ele tinha sobre o tema e, aliás, tinha tudo. A biblioteca dele agora está lá no...

F: É no Museu Itu.

T: No Museu Republicano de Itu, não é? O convite para mim era tentador pois eu também começava a preparar, ainda na graduação, o meu projeto de mestrado sobre as sociedades de socorros mútuos, temática relacionada ao movimento operário. Na historiografia, o mutualismo era considerado como organização operária antecessora dos sindicatos e eu queria mostrar que não foi assim. E não foi mesmo! Então, conversar com o Prof. Carone também era fundamental para mim. Nós tínhamos a mesma orientadora, Dilu, como todos chamam a Maria de Lourdes Janotti. Nós

conversamos com ela que nós incentivou a trocar idéias com o professor, que era reconhecido como o grande nome dos estudos sobre a República, além de possuir uma excelente biblioteca. E nós fomos ao apartamento dele. Ele e a esposa, que nessa época ainda estava viva, nos receberam e, realmente, o apartamento dele era impactante para qualquer estudante. Marisa, por certo, pode te dar maiores detalhes porque eu fui poucas vezes lá. Mas para qualquer lugar que você olhasse, em qualquer direção, viam-se livros. Conversamos longamente com ele que nos mostrou um fichário – imagino que esse fichário esteja lá no museu e caso não esteja é uma pena. Tratava-se de um fichário enorme, com milhares de anotações, sobre os assuntos mais variados. Ele nos deu uma série de sugestões sobre as nossas temáticas e acabamos por ficar próximas dele, a despeito dele não ser o nosso orientador, ou melhor, futuro orientador, pois estávamos ainda na graduação. Ainda hoje é impossível você passar pela história do Brasil republicano sem consultar os livros do Prof. Carone. E quando fazíamos o curso, no final dos anos 70, começo dos 80, a historiografia estava muito envolvida com o debate sobre o movimento operário. Hoje, o movimento operário é um tema entre outros, mas então era o grande tema. Para entender a derrota de projetos de esquerda era essencial compreender a natureza do movimento operário brasileiro. E o Prof. Carone organizou uma coletânea, que foi pioneira, de documentos do movimento operário que também continha material sobre o meu tema, o mutualismo. Para nós, naquela época, não passar pelos livros do Carone era impensável. Primeiro, porque tinha esse enorme volume - por certo você já viu esse livro dele - com todo aquele material no momento em que todo mundo estudava movimento operário. Os documentos, retirados da imprensa, estavam arrumados por temáticas, uma beleza, já que o acesso aos jornais era bem mais complexo do que hoje, não se tinha a Hemeroteca Digital e projetos de digitalização e nem a internet. Os livros dele sobre república já eram clássicos e ele ainda estava lançando novos volumes. Então, para nós que trabalhávamos com história do Brasil República ele era uma referência incontornável e poder desfrutar de proximidade com ele era um honra. Na USP era um momento de grande movimentação estudantil, luta contra a ditadura e questionamento da ordem. A turma do Carone estava sempre em polvorosa, mas Inês e eu tínhamos outra percepção. Era evidente que ele era uma espécie de *outsider* em relação ao resto da cadeira de Brasil, formada por professores hoje aposentados, mas que eram referência nos seus temas de estudos, a Profa. Suely Robles Reis de Queiroz, que tratava da escravidão, a Profa. Laima Mesgravis, autora de livro clássico sobre as Santas Casas de Misericórdia; a Profa. Dilu, que preparava sua

livre-docência sobre os monarquistas na República. Era uma cadeira por assim dizer feminina e ele era o único varão entre as damas. Mesmo como aluno, percebia-se que ele era meio *outsider* nas questões institucionais, mas referência historiográfica. Não acho que elas não se dessem com ele, tanto que a Dilu nos incentivou a prosseguir as conversas com ele, mas mesmo na condição de aluno era fácil notar que ele era um pouco *outsider* em relação ao que estava estabelecido lá, às disputas departamentais, essas coisas agradabilíssimas que fazem parte do cotidiano de qualquer instituição. Mas na condição de pesquisadoras jovens que éramos, ainda alunas de graduação, para nós ele foi realmente muito importante. Ele nos deu, inclusive, um livro que ainda estava no prelo para lermos, franqueou a consulta à biblioteca e reafirmou: “Olha vocês podem vir quantas vezes vocês quiserem consultar os livros”. Assim, ainda que eu não tivesse sido aluna dele, a minha impressão foi a de uma pessoa aberta ao diálogo, democrática e generosa. Ele tinha o material, a informação e estava pronto a compartilhar com quem se interessasse. Depois, quando eu já estava no doutorado, eu o convidei para a banca de qualificação. Eu estudava a *Revista do Brasil*, que a partir de 1918 era do Monteiro Lobato e a partir da qual ele formou a sua editora. No dia do exame, ele me presenteou com um livro da coleção dele, o *Professor Jeremias*, do Leo Vaz, editado nos anos 1920 pelo Lobato, veja que elegância e generosidade. Hoje raramente alguém empresta um xerox, ele teve a generosidade de pegar um livro dos anos 20, um dos grandes sucessos da editora do Lobato e me ofertar. E o que há de curioso, que eu já contei pra Marisa, é que Inês e eu sempre tivemos uma excelente relação com o professor. Sempre que o encontrávamos no corredor, na biblioteca, na cantina ele conversava, era muito gentil. Nós já estávamos no mestrado e éramos bolsistas. Ficávamos o dia inteiro estudando na faculdade. Acabara de sair *O Nome da Rosa*, do Humberto Eco. E Inês, muito mais do que eu, adorava a Idade Média e ela propôs que lêssemos o livro, que é apaixonante. Você já leu?

F: Não.

T: Já viu o filme.

F: Sim.

T: Mas o livro é apaixonante, há aqueles crimes no mosteiro e as vítimas são os monges.

F: Sempre na Idade Média.

T: Sempre na Idade Média. Os monges são assassinados e obviamente se quer saber por quem e porque, há um enredo de romance policial, porque os monges morrem, cada um numa situação mais inusitada possível. Mas por detrás o Humberto Eco faz todo um debate sobre a filosofia medieval, como se vê nas atitudes do monge que chega para fazer a investigação. Trata-se do nominalismo, uma forma de ler e interpretar o mundo. Então, inclusive, o filme começa com o monge investigador tirando uma série de conclusões a partir da análise do que ele vê, dos rastros deixados pelas patas de cavalos, trata-se observar, na chave da indução. Embutido nos crimes e na busca do culpado há todo um debate sobre filosofia medieval. No livro há citação de longos trechos de tratados filosóficos, do debate sobre os universais, negados pelos nominalistas. Porém eu não conseguia decodificar essa leitura subterrânea tão bem como a Inês, que sugeriu que para "descansar" do Brasil republicano, toda sexta feira nós estudaríamos a filosofia embutida no livro do Humberto Eco. Já sabíamos porque os monges tinham sido mortos, mas começamos a ler o livro em outra direção, tentando decifrar a mensagem filosófica. O livro é ambientado no final do século XIII, um momento chave, antevéspera do Renascimento, os séculos iniciais, da queda de Roma., ficaram para trás. Então nós começamos a levantar os livros da biblioteca, ler e discutir toda sexta-feira, era sagrado e tornou-se um *hobby*. E um belo dia, com a mesa repleta de livros sobre filosofia medieval, passou o professor Carone. Ele olhou aquilo e perguntou: “O que vocês estão fazendo?”. Ele sentou-se e nós começamos a explicar o projeto. Ele ouviu tudo atentamente e nós mandou ligar na semana seguinte para uma pessoa na Editora Ática. Mandou que ligássemos dizendo que era da parte dele. Quando perguntamos porque ele disse que não se poderia perder tudo o que estávamos fazendo. para nós era *just for fun*, um *hobby*. Ele insistiu que não poderíamos perder o esforço. Deveríamos procurar o Benjamin Abdala, professor da USP, das Letras e que era editor de coleções da Ática. Nós ligamos, meio incrédulas, e quando nos identificamos ele replicou: “Ah, o caso do Carone, já sei, vocês vem aqui na minha sala”. Dias depois entramos na Ática, então uma grande editora, com um imponente edifício no centro da cidade, na Barão de Iguape, ainda hoje no mesmo endereço, um prédio enorme. A sala do editor era enorme e nós pensávamos o que fazíamos por lá e nem sabíamos o que falar. O prof. Abdala nos recebeu e disse que o Carone lhe contara que estávamos estudando sozinhas filosofia medieval. E contamos toda a história para ele. A surpresa veio quando ele disse que assinaríamos um contrato para escrever um livro para a série *Princípios*. havia duas coleções concorrentes, uma da brasiliense, muito famosa, a *Tudo é história*, e a da

Ática. O título do nosso livro seria *O pensamento medieval* e ele explicou os objetivos da série, voltada para jovens universitários e o público culto. Saímos de lá em estado de graça: estudantes de mestrado, desconhecidas, escrever para uma das maiores editoras do país e numa coleção de prestígio, com ampla divulgação era impensável. Trabalhamos duro e cumprimos o prazo. O livro teve três edições. Se você pegar o volume verá que está dedicado ao Prof. Carone. Para nós, aquilo era uma brincadeira intelectual. Por anos eu achei que o professor Carone era uma pessoa generosa e que havia simpatizado conosco. Claro que o mínimo que poderíamos fazer era dedicar o livro a ele. Anos depois eu li a entrevista que ele deu no livro *Conversas com Historiadores Brasileiros*, que saiu em 2002. Quando tomei conhecimento do depoimento, infelizmente o Prof. Carone já havia falecido, ele morreu em janeiro de 2003. Só então eu entendi que ele havia feito para Inês e para mim. E eu entendi também porque, às vezes, os alunos tinham muita dificuldade de lidar com o Prof. Carone. Primeiro: ele nunca concluiu o curso de história, ele nunca passou em Tupi, o que já significava que ele nunca tinha sido um aluno no sentido tradicional, ou seja, cumprir as tarefas institucionais. A sua dedicação ao estudo do Brasil república deriva de um pedido do Antonio Candido, que lhe solicitou um volume para a coleção Buriti que ele dirigia. O Carone morava numa fazenda no interior paulista e era um homem de posses, ou melhor, o pai dele era, o que lhe permitiu, como ele próprio relatou, comprar tudo que havia sobre o tema em sebos. Então eu imagino que quando ele nos indicou para a Ática ele o fez porque de certa forma nós estávamos seguindo, sem o saber, o exemplo dele. Não se tratava de uma missão escolar, não era uma atividade acadêmica, era uma atividade extra, fora do mestrado, num período completamente diferente. Para nós era uma diversão e uma aventura, porque nós não éramos especialistas naquele assunto. Nunca mais escrevi nada sobre a Idade Média. Então ele viu o que? Eu imagino que ele viu uma postura de autodidatismo que, de certa forma, foi o caminho dele. Talvez, e essa é a minha interpretação, ele tenha se visto refletido em nós. De certa forma, repetíamos o que foi a sua própria trajetória. Ele foi levado para o estudo da república por um convite. Nós ainda não estávamos na era do *homo lattes*, na qual tudo o que se faz tem que servir para o *Lattes*. Nós fazíamos aquilo pelo mero prazer de ler, estudar, sem pensar numa utilidade prática. Então, veja a generosidade e a sensibilidade dele. Talvez ele tenha ficado feliz de ver que mesmo os alunos tão formatados e seguidores de todas as exigências, que ele mesmo não cumpriu, ainda podiam simplesmente desfrutar do prazer de ler por ler. Eu acho que talvez a nossa atitude o

tenha feito pensar na trajetória dele. De certa forma, ele fez por nós o que haviam feito por ele. Eu só percebi isso quando li o depoimento dele, aí eu entendi o que ele tinha feito e porque. Entendi a paciência a generosidade para com os pesquisadores, porque ele mesmo foi um historiador que se formou no trato com os documentos e a pesquisa e escreveu livros que são absolutamente essenciais para compreender todo o período republicano, mas a partir do autodidatismo. Eu sinto não ter sabido disso tudo antes, porque eu gostaria de ter conversado com ele a respeito da atitude que ele teve para conosco. Porque não nos ocorreu perguntar: “Mas por que o senhor está fazendo isso?”. Ficamos tão atônitas com a oferta, tão inusitada, tão generosa que, em nenhum momento, nos passou pela cabeça perguntar pra ele: “Mas porque o senhor está fazendo isso?”.

F: Numa conversa de corredor, ele...

T: É numa conversa de biblioteca, para ser mais precisa. Ele passou pela nossa mesa e viu aqueles livros, olhou e perguntou o que fazíamos com livros de Idade Média. Acredito que, sem o saber, sem ter consciência, estávamos na contra mão do espírito utilitarista, que exige objetivos muito claros, não perder tempo com assuntos que não são de sua especialidade. Acho que ele representa um momento anterior, um momento de transição. Quer dizer, ele não era aquele professor absolutamente diletante, tanto que ele se dedicou a vida toda a uma temática e foi coerente com esse projeto. Mas ele ainda não era o fruto típico da universidade. A exemplo de Sérgio Buarque e Caio Prado, que não eram historiadores de formação, mas que, por autodidatismo na disciplina, dominaram perfeitamente a metodologia e escreveram obras clássicas. Tanto o Sérgio, quanto ele entraram para os quadros da universidade, em momentos diversos, mas trabalharam. Mas já havia, como se vê nos depoimentos do livro *Conversa com historiadores*, os formados na academia, como a Emília Viotti já é uma marca dessa formação estrita. Ele talvez tenha sido o último representante dessa transição, dessa passagem, espécie de ponte entre dois processos de formação do historiador. Noutros termos, entre uma forma de fazer história que depende de dedicação, ancorada no autodidatismo e no investimento pessoal. Tanto que quando ele entrou na USP ele já era famoso pelos livros. Não foi a universidade que o obrigou a escrever livros. Hoje se produz por exigência das avaliações. Ele entrou na universidade porque já escrevera livros. É totalmente diferente. E talvez aí residisse a dificuldade dele se adaptar, inclusive, às aulas e aos alunos.

F: E com os outros colegas.

T: E também com os outros colegas. Porque ele talvez tenha sido o último autodidata e que já convivía com uma geração que foi formada pelo Sérgio Buarque. Por exemplo, a Professora Suely Robles, sua diletta aluna, tida por ele como a sua sucessora. O Carone, pro seu turno, era um elo com outro tempo e outras práticas. E talvez ele tenha visto em nós a sobrevivência de outras posturas, mas obviamente isso é um palpite que não tenho como confirmar...

F: Ele quis incentivar.

T: Ele quis incentivar talvez por serem alunos faziam um estudo só porque gostavam do desafio. Não tinha finalidade. Então eu acho que ele representa esse momento de uma passagem na historiografia. No livro que já citei vê-se que a formação da geração seguinte é muito diversa, basta ler o depoimento da Emília Viotti, que sai do país por conta da ditadura. A regra passa a ser a formação universitária, como se vê nos depoimentos da Ângela de Castro Gomes e do Nicolau, já são formados como eu e você fomos.

F: Mais, não é? A gente cada vez mais...

T: É uma geração fruto da universidade, dos departamentos, da pós-graduação, enquanto que ele já é um dos últimos elos. Porque a Emília Viotti já segue as regras, é obrigada a seguir o curso, terminar o curso, fazer o doutorado, a livre-docência, depois ela sai do país. Os contemporâneos dela, que não tiveram que sair do país, fizeram a carreira já nos nossos moldes. Claro que se altera o conteúdo, o estilo das aulas, mas a formação, no sentido de formar, é a mesma. Com o Prof. Carone foi diferente, hoje você não faz mais uma trajetória como a dele.

F: Não, é difícil. Muito difícil. Um doutorado direto alguém que já tenha alguma coisa.

T: Fora da universidade temos o Itamaraty, um espaço de produção da história, como exemplifica o Evaldo Cabral que é um grande renovador dos estudos do Brasil holandês. O Itamaraty é um espaço de produção historiográfica desde o século XIX, junto com o IHGB, mas que perde protagonismo ao longo do século XX, quando surge a universidade. O Barão do Rio Branco, o Oliveira Lima, Varnhagen ligam-se ao Itamaraty. O Evaldo Cabral é um dos poucos exemplos contemporâneos de historiador com carreira diplomática. Não é a mesma coisa com o Prof. Carone, que produziu muito fora de qualquer instituição.

F: E foi bom que a senhora deu essa geral, porque na parte de trabalhar a biobibliografia é sempre difícil fazer um a biografia, que é uma coisa maçante as pessoas também tem um preconceito assim. Mas justamente eu tentei partir dessa particularidade. Porque é essa a ponte, eu fiz uma iniciação para preparar o projeto, pegar os documentos dele, tal, e aí eu chamei de um *gap geracional*. Que ele deveria ter se formado em 1947, numa outra universidade, uma outra geração, vai voltar lá em 1969 pra virar doutor, já diretamente o doutorado. E só depois, na década de 70, entrar mesmo como professor. Então é um salto muito grande e dá pra perceber, justamente, na obra dele e em várias entrevistas como a prática do historiador foi mudando. A universidade, o impacto da universidade sobre a produção historiográfica.

T: E o próprio fato de ele ser quase um iniciador dos estudos sobre a República, o que tem outro estatuto com os programas de pós-graduação. Mas os livros dele continuam sendo essenciais para a visão do período e seus problemas. E eu acho interessante registrar essa experiência que tivemos com o professor. Eu a relatei para a Marisa e costumo também contar para os meus alunos. Acho importante para eles entenderem, na disciplina historiografia que ministro, a historicidade do processo de escrita da história e de formação do historiador.

F: E da produção intelectual em geral. Porque ele era de uma geração mais próxima de idade do Antonio Candido, de outros, Paulo Emílio, enfim, pessoas com quem ele conviveu muito e que o estimularam.

T: Esta foi a primeira geração fruto da universidade e que muda o panorama intelectual. Veja que foi o Antonio Candido que fez o convite para o Carone para escrever naquela coleçãozinha. Se não fosse isso, quiçá ele tivesse tomado outro rumo. Não se pode esquecer que *Os parceiros do Rio Bonito* foi escrito na propriedade do Carone. Devemos perguntar como o Carone enxergava a universidade e como ele se relacionava com a instituição na qual, eu suponho, ele tinha dificuldade de lidar com as demandas que começavam a aparecer. E à própria expectativa dos alunos em relação às aulas, aos seminários e aquilo que o próprio aluno esperava dos cursos.

F: É. Nossa muito legal. É interessante porque partir a história intelectual, a senhora que trabalha com isso, é importante. A história intelectual nesses marcos, que não é o indivíduo, pensar o Brasil e o pensamento intelectual no Brasil, tudo isso são coisas que eu quero trabalhar a partir da obra dele.

T: Com certeza. Eu acho que essa perspectiva abre oportunidades para refletir. Seria interessante entrevistar alguém que foi aluno dele e que talvez tenha uma visão completamente diferente.

F: Eu acho que a Zilda foi aluna dele, mas também acho que ela gostava dele, porque eu já vi um testemunho dela.

T: Você precisaria pegar alguém daquela época, talvez que não entrou para a vida acadêmica., que pode analisar a partir de outros prismas. Deve haver pessoas que foram alunos dele e que não tem uma boa recordação, porque a recordação é sempre afetiva. Eu sempre vou ter uma lembrança positiva dele, porque ele foi *super* legal. Deu uma oportunidade para nós, é raro alguém se interessar pelo que o outro está fazendo e ainda mais abrir a porta de uma das maiores editoras do país para duas pessoas que nunca tinham escrito nada.

F: Eu fiz um roteiro professora, se a senhora me permitir.

T: Pois não.

F: São questões mais gerais. Em sua opinião, como a historiografia brasileira se formou? Existem marcos que permitem delimitar diferentes fases do pensamento historiográfico no Brasil?

T: Ah, eu acho que sim. São vários marcos. Deve-se começar pelo IHGB no século XIX. Essa é a primeira formação, na qual o central é a questão da formação da identidade nacional. Então, estudar os primeiros momentos do IHGB é fundamental, tanto quanto lembrar que os institutos históricos são plurais. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo não é, de forma alguma, monarquista, é republicano. Então é preciso matizar e diferenciar o IHGB no XIX e no momento pós-república, aliás, como a bibliografia especializada já o fez. Assim, a resposta á questão o que é a história e o que é o historiador nunca é imediata, pois tudo depende do momento histórico. Há um certo hábito de congelar o IHGB no século XIX, como se o Instituto fosse sempre o mesmo. No começo do século XX ele é obrigado a lidar com uma outra realidade. Qual o estatuto da memória da monarquia no momento republicano? Não por acaso, existe tensão a tensão entre o IHGB e o regime e o IHGB e os congêneres fundados nos estados. São Paulo é um exemplo disso. A constituição de uma história paulista para o Brasil, passa pelo Instituto Histórico, que é de 1894. O Estado Novo é outro momento chave, no qual ter que se reavaliar o país e criar uma nova identidade, só que é um

momento em que todo mundo é cidadão e se conta com novos meios de comunicação, o cinema, o rádio, uma imprensa muito maior. Então não se pode esquecer que os anos 30 são outro marco importante. Veja que são grandes marcos: a nação em formação no XIX; a república, recolocando novos grupos no poder e com o fim da escravidão; o Estado Novo, com investimento enorme na construção da identidade nacional, a partir de outros pressupostos. Daí se valorizar a mistura, aí já tem Gilberto Freyre escrevendo *Casa Grande e Senzala*. São momentos diversos, assim como é diverso o momento em que a produção passa pela universidade, porque os critérios, padrões e questões outros. Há a profissionalização, o título de historiador. Então muda, é claro que muda.

F: É, sim. Eu vou ler as perguntas pra senhora comentar genericamente mesmo. Mas pra mim o que interessa bastante é pensar a década de 60 e o golpe de 64, porque o Carone reivindica muito que 64 foi um marco pra ele, pra se debruçar em 1889. Porque o primeiro livro o Antonio Candido que pede pra ele escrever, é um livro geral sobre 1922, o tenentismo. Aí quando ele está escrevendo esse livro, vem o golpe, ele para e fala: “Não, mas tem muitas questões ainda”, e resolve partir para o início da república.

T: Eu não tenho dúvidas. 1964 é outro momento, até porque toda a intelectualidade se coloca a missão de compreender a derrota, entender essa derrota, entender como é que se deu o processo que começa em 1946 e deságua em 1964, é uma inflexão importante na historiografia. Esta questão inquietava não apenas o Professor Carone, essa era a questão. Ele se insere nesse movimento, não era uma exceção. Acho que até a ideia de se voltar para o início da República e para o movimento operário, um tema irrelevante antes, explica-se por essa conjuntura. Vejam-se os trabalhos sobre movimento operário, seja a tese do Bóris Fausto, sejam os trabalhos do professor Carone, do Paulo Sérgio Pinheiro e do Michel Hall, dois volumes de documentos, e os brasilianistas...

F: Skidmore?

T: Tem o Skidmore, mas tem aquele outro que eu não vou lembrar o nome. Ele era da política externa norte-americana. Ele tem um estudo sobre os comunistas no Brasil, o Foster Dulles. Há a preocupação de se repensar a questão das “revoluções” e dos movimentos sociais no Brasil, então o movimento operário nesse sentido amplo, de revisitar os primeiros momentos, a organização dos primeiros sindicatos, partidos. É uma virada historiográfica e também não se pode esquecer a chegada do novo marxismo inglês, que teve um peso muito grande. Além do Foucault, a escola dos *Annales*, em suas diversas gerações, o estruturalismo, é um momento também em que havia várias

correntes em disputa. A segunda geração dos *Annales* e a ideia das mentalidades, que surge como uma grande questão, com o Michel Vovelle. No caso do movimento operário, a própria Michelle Perrot, as questões de gênero que estavam explodindo nesse momento. O E. P Thompson foi essencial. Aquela coleção *Oficinas da História*, dirigida pelo Edgard De Decca foi importante para a circulação dessa nova historiografia inglesa, passando pelo *O Mundo de Ponta Cabeça* e pelo próprio Hobsbawm. Mas o E. P Thompson é o grande renovador dessa leitura. Tudo isso está acontecendo na mesma época. A historiografia sofre impactos metodológicos diante dessas novas formas de ver e que não será adotada por todos, há correntes e diferenças significativas. Mas o novo marxismo inglês foi fundamental com a *New Left Review*, importante sobretudo na Unicamp. Foram os professores da Unicamp que contribuíram bastante para colocar em circulação essas obras, a partir do momento em que o De Decca dirige uma grande coleção que vai fazer a tradução de todos esses autores. No caso específico do Carone, a própria trajetória de militância dele, que é diversa para a geração de historiadores, já profissionais, que se servem das novas teorias. Essa é outra diferença, a militância do Carone é outra diferença.

F: A relação entre a academia e a política, não é?

T: Para ele é uma questão central, num sentido diferente desses intelectuais, que vão ao espaço público, mas com outro tipo de engajamento. Nesse sentido ele também é um intelectual que aponta para outro tipo de prática política.

F: Como Antonio Candido.

T: Esses mais engajados. Não é à toa que eles são amigos. O próprio Florestan.

F: E pra senhora a historiografia da república, começar a pensar a república, tem a ver diretamente com o golpe de 64?

T: Eu acho que tem um peso forte. Porque é justamente nesse momento que se precisa entender porque um dado percurso foi abortado. Na conjuntura de 1964, havia as reformas de base, que foi um dos pontos da discórdia, a gota d'água para desencadear o movimento. Então há um peso dos acontecimentos que demanda olhar para trás, voltar para o período republicano e tentar e entender afinal o que foi essa trajetória que começa lá em 1889 e tem poucos momentos de efetiva democracia, no sentido participativo, etc.

F: Por que, inclusive se você pensar que essa tradição, desde o XIX esta debruçada sobre a colônia e sobre o império e entra na universidade, mais ou menos, desse modo.

T: Não tenho a menor dúvida, mas com olhares diferentes, porque o olhar do Scevchenko, por exemplo, sobre o começo da república claro que não é o mesmo de outros, porque ele vincula-se ao debate sobre cultura, que não é o eixo central de outras pesquisas.

F: Principalmente do Carone que já está mais no tradicional.

T: No tradicional, você quer dizer na chave da política? Mas é uma política que também não é uma política no sentido lato, pois há interpretação.

F: A senhora já falou como conheceu o Carone, e a senhora chegou a ler os livros, então?

T: Li. Sempre li, e continua sendo um material de consulta pra mim.

F: Porque é engraçado, na USP hoje é bem secundária em relação à colônia, a gente tem 01 disciplina de Brasil II que vai falar de república e os professores ainda tem mais uma vertente da cultura e resistência na ditadura militar ...

T: Mas eles dividem também?

F: Dividem, mas continua sendo minoritário. Tem um ou outro professor que fala da república e outro que ainda ficam no império, na transição.

T: Na minha época as questões republicanas eram centrais. Quando eu fiz o curso era central. A Dilu ministrava um curso famoso sobre movimento operário, o tema era movimento operário, basta ver os lançamentos editoriais, os temas de eventos, as teses e dissertações.

F: Em plena ditadura.

T: Em plena ditadura. Estudávamos o anarquismo, os congressos operários, a formação do PCB, as greves do começo do século.

F: Muito diferente. Eu até lembro quando comecei a ir atrás do Carone, porque eu estava estudando o café, a parte da modernização de São Paulo, foi por isso que eu caí na obra dele.

T: Mas ele não é bibliografia para vocês?

F: Não. Às vezes os professores citam. Eu estou tentando pensar a ideia de geração intelectual. A senhora se enxerga dentro de uma mesma geração intelectual que o Carone?

T: Não eu não me enxergo na mesma geração. Até porque, as questões culturais para mim foram, desde sempre, muito importantes. Os meus trabalhos não negam a política, dialogam com ela, mas nas análises a cultura joga um papel importante. Eu não encaro a imprensa como fonte de informação, mas o próprio jornal ou revista, eles em si, são o objeto, não é só uma fonte. Não os vejo como um lugar no qual só vou tirar uma informação, o processo de produção, a materialidade, o diálogo com o que está no entorno são essenciais. O que não significa que os livros do Prof. Carone possam ser dispensados, para mim eles são fundamentais, mas eu não escrevo, acho que não escrevo história, no mesmo diapasão que ele. Ainda que eu não ache que seja melhor ou pior. Só acho que são estilos diferentes. As questões das quais se parte são diferentes. Acho que para ele a militância tem um peso muito grande e seu texto dialoga com o pensamento socialista, comunista, chame como quiser, o pensamento de esquerda formatado pelo marxismo é forte na interpretação que ele produziu.

F: E tem a ver com o próprio processo de transformação da universidade, não é? Das metodologias.

T: Possivelmente.

F: Em termos de historiografia, como a senhora vê a produção de historiografia sobre a república até a década de 60, passando pelos anos 30, que também foi muito importante?

T: Eu tenho a sensação clara de que ele é um grande renovador da temática. Na verdade, eu diria mais, ele é quase um instituidor da temática, porque grande parte da historiografia, até aquele momento, não estava preocupada com esse período. A demanda do Antonio Candido foi muito inteligente. Ele solicitou um livro de conteúdo geral, para uma coleção geral, editado pela própria universidade, se não me engano. Era uma coisa pequena. Mas eu acho que o Antonio Candido, porque ele não é só um especialista da literatura, ele é um sociólogo, percebeu essa ausência e pediu ao Carone a reflexão sobre os anos 1922/1935. Tanto que um trabalho escrito, não muito tempo depois do Carone, o do Bóris Fausto sobre a Revolução de 30, continua um clássico. Quando ele publicou, o que se tinha era muito pouco. Eu o consideraria [Carone] como

um instituidor, pois não há grandes nomes que permaneceram antes do trabalho do professor Carone.

F: No próprio levantamento que eu tento fazer a partir das coisas que ele tem organizadas teria o José Maria Bello, que é uma grande síntese, mas lá dos anos 40.

T: E é por presidência da república, por quadriênio.

F: Sim. E o Leôncio Basbaum, mas que também é uma leitura mais do PC.

T: E uma visão mais memorialística. Ele é um instituidor, acho que você pode afirmar isso.

F: Porque eu tentei fazer um levantamento junto às coisas do Carone, porque ele pretendia publicar um livro só de bibliografia sobre a república que ele nunca publicou. Os próprios livros dele tem um apêndice só de bibliografia. A senhora conseguiria enxergar o impacto das obras dele?

T: Sim, no momento em que foram publicadas, mas eu acho que você poderia se perguntar por que depois elas perdem fôlego, inclusive como bibliografia. O paradoxal é que a república só ganha força como temática.

F: Eu até ia te perguntar, como a senhora vê hoje.

T: Hoje a primeira República está sendo reinterpretada. Por exemplo, a Ângela de Castro Gomes, junto com a Marta Abreu, tem feito um esforço grande para reinterpretar o período. Há um dossiê da revista *Tempo* sobre a releitura desses anos.

F: Visto da USP a colônia tem bem mais espaço.

T: Mas nos programas de pós a República ganhou protagonismo, com pós que só tem pesquisa neste período. Por exemplo, em Uberlândia. Tem que tomar cuidado, o mundo é maior do que as nossas instituições.

F: Sobre a obra do Carone sobre a república, elas são de uma coleção, *Corpo e Alma do Brasil*, da editora DIFEL, e foram organizadas pelo Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais. A senhora conhece a coleção e avalia que tem alguma importância para as pesquisas sobre história da república?

T: Essa coleção é fundamental. *Corpo e Alma do Brasil* é uma coleção que vai inovar, porque ela é feita por pessoas da universidade. E ela vem ocupar um espaço das coleções anteriores que eram a Brasileira e a Documentos Brasileiros. Então esta é uma

coleção que se diferencia no mercado editorial, por ser produto da universidade. Quando a *Brasiliiana* e a *Documentos Brasileiros*, que são anteriores, não são necessariamente produto da universidade, ainda que professores da USP tenham publicado nelas. A *Brasiliiana*, dirigida pelo Fernando de Azevedo, e a outra dirigida pelo Otávio Tarquínio de Souza. Então, a *Corpo e Alma* foi estratégica para a difusão da produção da universidade.

F: Acho que é isso professora. Já passamos por tudo. Obrigada.

Anexo 04 – Cartas Fapesp

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

D.A. 380/66
ref. processo n. *história* 66/331

São Paulo,
27 de junho de 1966

Exm o. Sr .
Prof. Edgard Carone

Temos o prazer de informar
a V.Excia. que esta Fundação aprovou o seu projeto de
pesquisa. Solicitamos, pois, a sua presença na Secre
taria desta Fundação para a assinatura do respectivo
Têrmo de Outorga e Aceitação de *Auxílio*, no valor de
CR\$ 1.500.000, destinados a *microfilmes*, viagens
e manutenção.

Atenciosamente

Celso Antônio Bandeira de Mello
Diretor-Administrativo

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Paulista, 352 - 14. andar - São Paulo

TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE AUXÍLIO

PROCESSO: **história 66/331**
OUTORGANTE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
OUTORGADO: **EDGARD CARONE - brasileiro, casado, Professor.**

INSTITUIÇÃO: -

RESIDÊNCIA: **Rua Homem de Melo, 62 - apto. 2.111 - Capital**

IMPORTÂNCIA: **CR\$.1.500.000 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros)**

PROJETO: **Projeto: "Estrutura político-social da primeira República"**

DURAÇÃO: -

DISCRIMINAÇÃO: **Discriminação: Microfilmes e Expedições científicas (viagens ao Rio de Janeiro e manutenção)**

(Os microfilmes serão de propriedade da FAPESP)

PRESTAÇÃO DE CONTAS- data: **Março de 1967.**
(com devolução de saldo, se houver)

Em **24/6/66**, o Conselho Técnico Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, de signada simplesmente OUTORGANTE, usando das atribuições que lhe confere o artigo 14, letra "b", da Lei Estadual n. 5.918, de 18 de outubro de 1960, deferiu ao OUTORGADO, um auxílio de acordo com a especificação acima, e sob cláusulas e condições seguintes:

I

O pagamento será feito de acordo com o plano de aplicação apresentado pelo OUTORGADO; com ou sem modificações feitas pela OUTORGANTE;

II

O auxílio deferido em hipótese alguma poderá ser destinado, ainda que parcialmente, a fins diversos dos indicados no preâmbulo deste Termo; desta forma, o OUTORGADO fica pessoalmente responsável pela perfeita aplicação do auxílio, de acordo com a sua finalidade;

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Paulista, 352 - 14º andar-Tel.31.6938 - São Paulo

São Paulo, 2 de Junho de 1.969.

Ilmo.Sr.

Dr. Edgard Carone

Nesta

Prezado Bolsista:

Recebemos o seu relatório de Pesquisa o qual foi examinado pelos assessores, tendo recebido o seguinte parecer:

" O trabalho " A primeira Republica", do Dr. Edgard Carone, é um estudo de fontes primárias, com seleção de documentos, à moda de antologia. Tarefa "franciscana" de grande utilidade e oportunidade, para o desenvolvimento dos estudos históricos no país. A FAPESP sente-se compensada pela bolsa que concedeu ao autor. "

Atenciosamente,

Diretor Científico

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

[Criada pela Lei nº 5.918 de 18.10.1960]

Av. Paulista, 352

14º Andar

Fone. 31 6938

São Paulo

Of. 848/69 DC

S. Paulo, 11 de Setembro de 1969

Ilmo. Sr. Prof.
Edgard Carone
R. Homen de Mello, 629 aptº 2111
Nesta

Prezado Sr. Carone:

Atendendo ao seu pedido estamos prorrogando por mais um ano a sua Bôlsa de Pesquisa junto a esta Fundação, a partir de 1º de Outubro de 1969.

Transcrevemos a seguir parte do parecer de nossa assessoria e sôbre o qual aguardamos a sua resposta:

"Somos de opinião que o Prof. Carone deva terminar sua licenciatura em Historia e trabalhar diretamente para a conquista de um Doutorado. No momento existem tôdas as condições para tal completação e reaproveitamento das tarefas da bolsa da FAPESP com vistas diretas ao Doutoramento".

Atenciosamente,

Oscar Sala
Diretor-científico

cc:
Prof. A.C. Mello e Souza

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Criada pela Lei nº 5.918 de 18.10.1.960)

Av. Paulista, 352

14º Andar

Fone. 31.6938

São Paulo

Of. 848/69 DC

S. Paulo, 11 de Setembro de 1969

Ilmo. Sr. Prof.
Edgard Carone
R. Homen de Mello, 629 aptº 2111
Nesta

Prezado Sr. Carone:

Atendendo ao seu pedido estamos prorrogando por mais um ano a sua Bôlsa de Pesquisa junto a esta Fundação, a partir de 1º de Outubro de 1969.

Transcrevemos a seguir parte do parecer de nossa assessoria e sôbre o qual aguardamos a sua resposta:

"Somos de opinião que o Prof. Carone deva terminar sua licenciatura em História e trabalhar diretamente para a conquista de um Doutorado. No momento existem tôdas as condições para tal complementação e reaproveitamento das tarefas da bolsa da FAPESP com vistas diretas ao Doutorado".

Atenciosamente,

Oscar Sala
Diretor-científico

cc:
Prof. A.C. Mello e Souza

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Paulista, 352 - 14. andar - São Paulo

TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE BOLSA

PROCESSO: **história 68/710**
OUTORGANTE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
OUTORGADO: **EDGARD CARONE - brasileiro, casado, Historiador.**
9.00 - Pessoa Física.
RESIDÊNCIA: **Rua Homem de Melo, 629 - apto. 2.111 - 11. andar**
ORIENTADOR: **Orientador: Prof. Antônio Cândido de Melo e Souza**
BOLSA DE: **Bolsa de Pesquisa** PRAZO - **12 meses**
IMPORTÂNCIA: **NCR\$12.000,00 (Doze mil cruzeiros novos)**
PROJETO: **Projeto: "Instituições da Primeira República"**

DISCRIMINAÇÃO - Valor mensal NCR\$: **1.000,00 (Um mil cruzeiros novos)**
INÍCIO DA BOLSA: **1/Outubro/68** TÉRMINO: **30/Setembro/69**
RELATÓRIOS - **APRESENTAÇÃO DO LIVRO SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA**

Em **28/11/68**, o Conselho Técnico Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, designa da simplesmente OUTORGANTE, usando das atribuições que lhe confere o artigo 14, da letra "b", da Lei Estadual n. 5.918, de 18 de outubro de 1960, de fere ao OUTORGADO a bolsa acima especificada e sob as cláusulas e condições seguintes:

I

O OUTORGADO obriga-se a apresentar à OUTORGANTE, para devida apreciação pela Diretoria Científica, relatórios de seus trabalhos, em três vias, sob pena de, não o fazendo até 30 dias após o término deste prazo, serem os pagamentos suspensos ou a bolsa cancelada, a critério da OUTORGANTE;

II

Obriga-se ainda o OUTORGADO a apresentar à OUTORGANTE, logo após o término do prazo da bolsa, um relatório geral e circunstanciado de todos os trabalhos realizados, com conclusões sucintas dos resultados, ficando o pagamento da última mensalidade condicionado à apresentação deste relatório;

III

O OUTORGADO trabalhará sob a responsabilidade do ORIENTADOR, por intermédio do qual remeterá os relatórios a que se referem as cláusulas anteriores;

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Paulista, 352 - 14. andar - São Paulo

TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE BOLSA

PROCESSO: **história 68/710**
OUTORGANTE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
OUTORGADO: **EDGARD CARONE - brasileiro, casado, Historiador.**
9.00 - Pessoa Física.
RESIDENCIA: Rua Homem de Melo, 629 - apto. 2.111 - 11. andar
ORIENTADOR: Orientador: Prof. Antônio Cândido de Melo e Souza
BOLSA DE: Bolsa de Pesquisa PRAZO - 12 meses
IMPORTANCIA: NCR\$12.000,00 (Doze mil cruzeiros novos)
PROJETO: Projeto: "Instituições da Primeira República"
DISCRIMINAÇÃO - Valor mensal NCR\$.: 1.000,00 (Um mil cruzeiros novos)
INÍCIO DA BOLSA: 1/Outubro/68 TÉRMINO: 30/Setembro/69
RELATÓRIOS - APRESENTAÇÃO DO LIVRO SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 28/11/68, o Conselho Técnico Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, designa simplesmente OUTORGANTE, usando das atribuições que lhe confere o artigo 14, da letra "b", da Lei Estadual n. 5.918, de 18 de outubro de 1960, de fere ao OUTORGADO a bolsa acima especificada e sob as cláusulas e condições seguintes:

I

O OUTORGADO obriga-se a apresentar à OUTORGANTE, para devida apreciação pela Diretoria Científica, relatórios de seus trabalhos, em três vias, sob pena de, não o fazendo até 30 dias após o término deste prazo, serem os pagamentos suspensos ou a bolsa cancelada, a critério da OUTORGANTE;

II

Obriga-se ainda o OUTORGADO a apresentar à OUTORGANTE, logo após o término do prazo da bolsa, um relatório geral e circunstanciado de todos os trabalhos realizados, com conclusões sucintas dos resultados, ficando o pagamento da última mensalidade condicionado à apresentação deste relatório;

III

O OUTORGADO trabalhará sob a responsabilidade do ORIENTADOR, por intermédio do qual remeterá os relatórios a que se referem as cláusulas anteriores;

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Criada pela lei n.º 5.918 de 18-10-1.960)

Av. Paulista, 352

14.º Andar

Fone: 287-8122

São Paulo

São Paulo, 29 de Outubro de 1.971.

Sr.

Rigard Carone

Capital

Prezado Bolsista,

Recebemos o seu relatório de Final
o qual foi examinado pelos assessores, tendo recebido o seguinte parecer:

" Tendo acompanhado todas as etapas do trabalho do pesquisador E. Carone, posso afirmar que o relatório final encaminhado sob a forma de uma tese de Doutorado - em redação definitiva - é o que de melhor a FAPESP poderia esperar, em termos do investimento que realizou no bolsista, por alguns anos. Isso é tanto mais significativo quando o trabalho apresentado tem um excelente nível científico, no campo da Historiografia moderna e dentro do setor das ciências do Homem. Cumprimentos ao Orientador e ao Bolsista, por parte de quem Assessorou a FAPESP, durante todo o tempo da duração da bolsa em questão. "

Atenciosamente,

Diretor Científico

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Criada pela lei n.º 5.918 de 18-10-1960)

Av. Paulista, 352

14.º Andar

Fone: 287-8122

São Paulo

São Paulo, 29 de Outubro de 1.971.

Sr.

Rigard Carone

Capital

Prezado Bolsista,

Recebemos o seu relatório de Final
o qual foi examinado pelos assessores, tendo recebido o seguin
te parecer:

" Tendo acompanhado tôdas as etapas do trabalho do pesquisador E.Carone, posso afiançar que o relatório final encaminhado sob a forma de uma tese de Doutorado - em redação definitiva - é o que de melhor a FAPESP poderia esperar, em termos do investimento que realizou no bolsista, por alguns anos. Isso é tanto mais significativo quando o trabalho apresentado tem um excelente nível científico, no campo da Historiografia moderna e dentro do setor das ciências do Homem. Cumprimentos ao Orientador e ao Bolsista, por parte de quem Assessorou a FAPESP, durante todo o tempo da duração da bolsa em questão. "

Atenciosamente,

Diretor Científico

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRÉDIO DOS DEPARTAMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
CAIXA POSTAL 8.105 — CIDADE UNIVERSITÁRIA — SÃO PAULO — BRASIL

São Paulo, 6 de março de 1970

Prezado(a) pesquisador(a)

O Centro de Documentação Histórica, como órgão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, vem, através desta, solicitar de V.S. a gentileza de entrar em contato com o mesmo a fim de manter entendimentos sobre a entrega de microfilmes de documentos históricos, conforme contrato firmado entre V.S. e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, de acordo com processo nº História 331/66.

Cordialmente

Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula

Ilmo Sr.
Edgar Carone

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Parecer de rela-
tório - Carone
(pesquisador)

AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Criada pela lei n.º 5.918 de 18-10-1.960)

2 - 14.º Andar - Fone: 287-8122 - São Paulo

São Paulo, 2 de junho de 1971.

Ilmo.Sr.
Dr. Edgard Carone
Nesta

Prezado Bolsista,

Recebemos o seu relatório de nº 1
o qual foi examinado pelos assessores, tendo recebido o
seguinte parecer:

"Relatório aprovado"

Atenciosamente,

Paulo E. Vanzolini, assessor
Diretor Científico

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Criada pela lei n.º 5.918 de 18-10-1960)

Av. Paulista, 352

— 14.º Andar —

Fone: 287-8122

— São Paulo

São Paulo, 29 de Outubro de 1.971.

Sr.
Eigard Carone
Capital

Prezado Bolsista,

Recebemos o seu relatório de Final
o qual foi examinado pelos assessores, tendo recebido o seguin-
te parecer:

" Tendo acompanhado tôdas as etapas do trabalho do pesquisador E.Carone, posso afiançar que o relatório final encaminhado sob a forma de uma tese de Doutorado - em redação definitiva - é o que de melhor a FAPESP poderia esperar, em termos do investimento que realizou no bolsista, por alguns anos. Isso é tanto mais significativo quando o trabalho apresentado tem um excelente nível científico, no campo da Historiografia moderna e dentro do setor das ciências do Homem. Cumprimentos ao Orientador e ao Bolsista, por parte de quem Assessorou a FAPESP, durante todo o tempo da duração da bolsa em questão. "

Atenciosamente.

FUNDACÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Criada pela lei n. 5.918 de 18-10-1.960)
Avenida Paulista, 352 - 14 andar - Fone 287-8122 - São Paulo

São Paulo, 9 de Junho de 1.972.

Sr.
Dr. Edgard Carone
Capital - S.P. -

Prezado Bolsista:

Recebemos o seu relatório de Vide Ref.*
o qual foi examinado pelos assessores, tendo recebido o seguinte parecer:

* Ref:- Proc.n. 70/1052 - B.Pesquisa:-

" APROVADO "

Atenciosamente

P.E. Vanzolini, Assist.do
Diretor-científico

Anexo 05 – Resenha Joseph Love – Traduzida

Esses dois volumes são, na verdade, parte de um conjunto de quatro volumes: O primeiro, *A Primeira República: texto e contexto* (São Paulo: Difusão Européia, 1969), é uma coleção de documentos organizada em torno dos mesmos temas de *A República Velha*, I; e a quarta, uma bibliografia comentada - está completa, porém ainda não publicada.

A República Velha e seus volumes complementares formam, o mais ambicioso trabalho sobre a chamada, alternadamente, Velha ou Primeira República (1889-1930). Apesar do aumento da quantidade de estudos especializados sobre o assunto, seja entre brasileiros e norte-americanos, este período recebeu, até hoje, muito menos atenção que os períodos colonial e imperial por parte dos historiadores do Brasil. Para este comentador, o primeiro dos dois volumes substanciais é o mais interessante, não por seu formato cronológico, mas sim por apresentar uma estrutura não convencional e uma escala mais ampla. O Volume I de *A República Velha* é dividido em cinco seções, chamadas “Economia”, “Classes Sociais”, “Sistemas Políticos”, “As Forças Armadas”, e “Monarquismo”. Embora este volume não contenha nenhuma interpretação inovadora, ele consegue, sistematicamente, organizar os aspectos econômicos, políticos e, em alguma medida, sociais do Brasil neocolonial.

As políticas financeiras e monetárias recebem considerável atenção. Junto à descrição detalhada da evolução da dependência financeira externa, o autor nos fornece uma explicação lúcida do esforço doméstico para controlar a política de taxa de câmbio. Embora reconheça o poder de influência do café, Carone mostra como os grupos cafeeiros, ocasionalmente, enfrentam oposição efetiva de importadores, consumidores, investidores estrangeiros (interessados remessas de lucro) e do tesouro federal, cujas dívidas em moedas “fortes” eram cada vez mais pesadas, conforme o valor do mil réis ia se deteriorando.

O tratamento do professor Carone sobre as classes sociais no volume I é altamente esquemático, e ele confina sua análise aos grupos politicamente mobilizados; no setor rural, apenas grandes proprietários são estudados. Sendo assim, os fenômenos sociais associados com as movimentações sociais da população pobre em meio rural - banditismo e milenarismo -, bem como os ajustes forçados sobre os imigrantes e ex-escravos, não são estudados. Por outro lado, os movimentos da classe trabalhadora e da pequeno-burguesia urbana são descritas em detalhe.

Trata da política convencional, a história de oligarquias rurais apoiados por grupos burgueses ricos (II, XV). O segundo volume organizado em ordem cronológica e dedicado exclusivamente à política, é dividido em quatro seções ("Os Governos Militares"; "O Fastígio do Regime"; "Os Abalos Intermitentes do Regime" e "O Período das Contestações") e subdividida em presidências da época. Um dos principais temas é a relação entre o "formal" e as instituições "reais": "A dualidade é a norma fundamental da sociedade brasileira", afirma Carone (II.xi). Assim, bacharéis no palácio do governo fornecem a cortina para os coronéis no campo; a Constituição prevê uma cobertura para o real poder do executivo; e a soberania formal mascara a dependência econômica e financeira sobre os credores e investidores estrangeiros.

Nesta abordagem de dois volumes, a República Velha, que na superfície parece ter fornecido um regime constitucional estável por quase quarenta anos, surge como uma época de agitação, confusão e protesto. Por exemplo, Carone mostra que revoltas militares eram ocorrências quase anuais, e que os tenentes de 1922 não apareceram do nada, mas derivaram a sua ideologia das revoltas dos sargentos, de 1915 e 1916 (II, 308). Além disso, a marinha foi destruída pela guerra civil de 1893-1895 e humilhada pela revolta chibata de 1910; até 1921 essa ainda era uma instituição completamente desmoralizada (I, 371). A Agitação trabalhista e greves eram frequentes, pelo menos nas grandes cidades. No entanto, grupos radicais não eram mais bem sucedidos do que seus correspondentes do *establishment* em construir organizações sólidas, salvo o Partido Comunista (fundado em 1922), a única estrutura política nacional sobrevivente à época.

A República Velha é geralmente descrita como um fracasso, e a interpretação de Carone parece se inserir nessa mesa escola interpretativa. Ele mostra como as tentativas de tributar a propriedade rural falharam; como empréstimos estrangeiros repetidamente forçaram estadistas brasileiros a fazer dos pagamentos de empréstimos, o centro de atração da política federal; como a economia de exportação foi desenvolvida e protegida em detrimento do mercado nacional; como as empresas estrangeiras assumiram o comércio de exportação de café; e como grupos reformistas e até mesmo revolucionários falharam em compreender as fraquezas estruturais da sociedade brasileira em seus esforços de modernização e democratização do país. A falha, é claro, é relativa, alguns dos desejos alimentados pelo regime republicano obtiveram êxito, em relação ao Império; certamente os estadistas da República foram relativamente bem-sucedidos em seus esforços no que diz respeito à saúde pública, educação (em

comparação com a negligência sombria sob o Império), e da diplomacia, só para mencionar alguns setores.

Um aspecto relativizado, o que é lamentável ao menos para os novatos, é a quase ausência de perspectiva cronológica: é muito insuficiente a discussão sobre as características da sociedade e da política no final do Império, e nenhum tratamento é dado sobre as consequências da queda da República Velha, após 1930. Além disso, embora o trabalho seja maciçamente documentado, os documentos do autor não listam nenhuma das poucas, mas relevantes, monografias em Inglês. Pelo menos algumas delas estavam disponíveis no momento da escrita.

Apesar destas omissões, este é um trabalho elaborado e sério, indispensável para o estudo do Brasil moderno. Embora o autor tenha aparentemente limitado suas pesquisas a fontes impressas, a bibliografia, no final do Volume II, é em si uma contribuição significativa, contendo mais de 1.000 itens. Além disso, ele faz uso extensivo dos "Documentos Parlamentares" e de três jornais da época, "O Estado de São Paulo", "Correio da Manhã" e do "Jornal do Comércio". Esta é claramente a melhor síntese até a data sobre a República Velha.

Tradução: Giovanna Marchetti